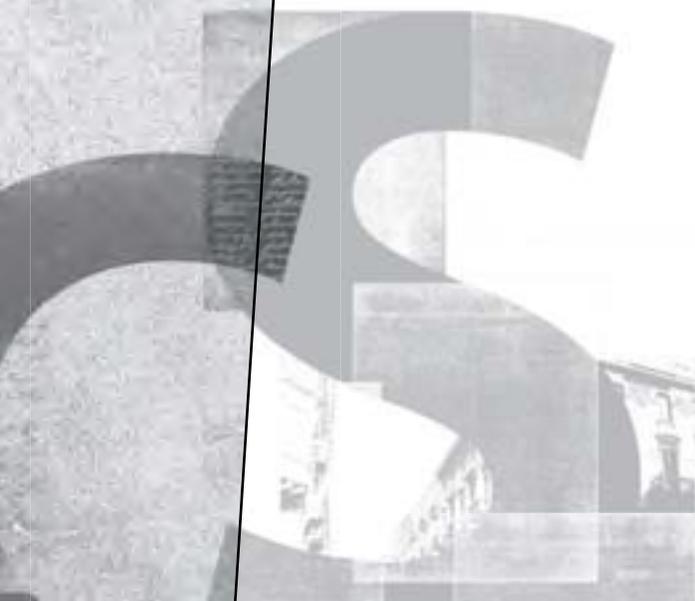

PNLL

Plano Nacional
do Livro e Leitura

TEXTOS E HISTÓRIA

2006 - 2010



P79

PNLL : textos e história / José Castilho Marques Neto(org.). - São Paulo : CulturaAcadêmica Editora, 2010. 340p.

ISBN 978-85-7983-078-5

1. Plano Nacional do Livro e Leitura(Brasil). 2. Educação e Estado - Brasil. 3. Livros e leitura - Brasil. 4.Interesses na leitura. I. Marques Neto, José Castilho.

10-6364.
028.90981

CDD:

CDU: 028(81)

07.12.10 09.12.10

023112

Permitida a reprodução com a citação da fonte. Os organizadores não se responsabilizam pela opinião dos articulistas.

EDITORA CULTURA ACADÊMICA
Fundação Editora da UNESP (FEU)

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel: 55 11 3242 7171
Fax: 55 11 3242 7172
www.editoraunesp.com.br
feu@editora.unesp.br



PNLL

**Plano Nacional
do Livro e Leitura**

TEXTOS E HISTÓRIA

2006 - 2010

Organizador:

José Castilho Marques Neto

Co-organizadoras:

Rosália Guedes

Luciana do Vale

**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Ministério da Cultura

João Luiz Silva Ferreira
Ministro de Estado da Cultura

Alfredo Manevy
Secretário Executivo

Silvana Meireles
Secretária de Articulação
Institucional

Muniz Sodré
Presidente da Fundação Biblioteca
Nacional

Fabiano dos Santos
Diretor de Livro, Leitura e Literatura –
SAI/MinC

Ministério da Educação

Fernando Haddad
Ministro de Estado da Educação

Henrique Paim
Secretário Executivo

André Luiz Lázaro
Secretário de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade

Maria do Pilar Lacerda
Secretária de Ensino Básico

Marcelo Soares
Diretor de Políticas de Formação,
Materiais Didáticos e de Tecnologias
para Educação Básica – SEB/MEC

Secretaria Executiva do PNLL

José Castilho Marques Neto

Equipe Técnica do PNLL

Ana Dourado
Luciana do Vale
Luís Gustavo Simões



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

- 9 Affonso Romano de Sant'Anna

PREFÁCIO

- 13 José Castilho Marques Neto

O PNLL

- 23 Palavra do Ministro da Cultura
27 Palavra do Ministro da Educação
31 1. Introdução
37 2. Justificativa
43 3. Princípios Norteadores
49 4. Objetivos e Metas
51 5. Eixos de Ação
56 6. Estrutura para Implementação
59 7. Financiamento

DOCUMENTOS

- 63 Lei nº 10753
69 Declaración de Cochabamba
73 Declaración de Santa Cruz da la Sierra
89 Ata da 1ª reunião da Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura
97 Portaria Interministerial nº1442
101 Portaria Interministerial nº 1537
103 Diretrizes Iniciais
125 Manifestos

ARTIGOS

- 137 **PNLL: um símbolo de mudança na política cultural**
Alfredo Manevy
- 139 **Articulação do PNLL e do Vivaleitura na valorização da leitura e do livro nos processos de formação humana**
Álvaro Marchesi
- 141 **Fomento à leitura – uma visão do Ministério da Educação**
André Lázaro
- 145 **A importância do mestre-escola, ou do professor como mediador da leitura** *Carlos Alberto Ribeiro de Xavier*
- 149 **Libre e PNLL - a trajetória de duas jovens entidades**
Cristina Fernandes Warth
- 153 **Era uma vez a leitura...** *Eliana Yunes*
- 157 **Da necessidade de somatória de energias para enfrentar a problemática da leitura no Brasil** *Ezequiel Theodoro da Silva*
- 161 **O futuro do PNLL está no presente** *Fabiano dos Santos Piúba*
- 167 **Política da leitura, do livro e da biblioteca no Brasil: breve abordagem histórica** *Flávia Rosa*
- 173 **A ousadia de propor novos formatos** *Gabriela Gambi*
- 179 **Aonde isso vai dar?!?** *Galeno Amorim*
- 185 **O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas da Fundação Biblioteca Nacional** *Ilce Cavalcanti*

- 191 **Um novo momento para o livro e a leitura no Brasil**
Jéferson Assunção
- 199 **Não basta acreditar... não basta saber ler...** *Jorge Yunes*
- 207 **PNLL: um choque de cidadania por meio da leitura**
Luís Antonio Torelli
- 209 **Formando leitores: o importante papel do PNLL**
Moacyr Scliar
- 213 **O futuro do PNLL: ações necessárias para a sua
implantação efetiva** *Nêmora Arlindo Rodrigues*
- 217 **Fator de melhoria do índice de leitura** *Oswaldo Siciliano*
- 221 **Plano pelos livros** *Rosely Boschini*
- 223 **A FEBAB como participante do PNLL: das ideias aos ideais**
Sigrid Karin Weiss Dutra et alii.
- 227 **PNLL: a benção e a receita** *Silvana Meireles*
- 229 **Livro em foco** *Sônia Machado Jardim*
- 235 **PNLL: conquistas e desdobramentos**
Tania Mariza Kuchenbecker Rösing
- 241 **PNLL em quatro anos se consolida como o verdadeiro
canal em defesa do setor livreiro** *Vítor Tavares*

REALIZAÇÕES

- 249 Mapa do PNLL
- 252 Fóruns do PNLL
- 265 Seminários do PNLL no MERCOSUL
- 287 Bienais
- 292 Seminário Bibliotecas no + Cultura
- 296 Fórum Literatura na escola
- 302 Seminário Formação de Mediadores
- 316 Pré-conferência setorial do Livro
- 318 Encontro Nacional do Livro e leitura
- 321 O Livro e a Leitura nos Estados e Municípios



Apresentação

AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA

ANOTAÇÕES PARA UMA HISTÓRIA DA LEITURA

Este é um livro para se guardar, claro, depois de lido. Deveria ficar na sessão de “referências” das bibliotecas e ser consultado pelos que se interessam em conhecer a cultura brasileira.

Aqui você vai encontrar a história da leitura e do livro no Brasil nos últimos anos. Digo “últimos anos” e já tenho que me corrigir, pois se esse livro surge como uma síntese do PNLL (Plano Nacional do Livro e da Leitura) criado em 2005 é, também, uma obra coletiva que concentra informações e depoimentos sobre as iniciativas anteriores que já visavam transformar o Brasil em um país de leitores. Neste sentido, é um livro aglutinador. José Castilho, que diligentemente dirigiu o PNLL, reuniu editores, escritores, professores, bibliotecários, administradores culturais, enfim, diversas vertentes implicadas no universo do livro e da leitura.

Esse gesto do responsável pelo PNLL deve ser elogiado, porque isto é raro dentro da cultura e da política brasileira. Entendo o convite que me fez para escrever essa introdução como uma homenagem a uma geração que o precedeu. Ele me sugeriu que fizesse algumas anotações sobre experiências concretas, também aglutinadoras, que tivemos à frente da Fundação Biblioteca Nacional (1990-1996), quando criamos o PROLER, o Sistema Nacional de Biblio-

tecas, e lançamos o Projeto Biblioteca Ano 2000 que, pela primeira vez colocou juntos elementos até então tratados separadamente: livro, leitura e biblioteca.

Só se pode avançar construindo pontes não dinamitando a estrada. E há nomes e entidades notáveis que nos precederam. Algumas datas são marcantes: 1925, 1935, 1937, 1962, 1980 e 1991. Vou tentar, em poucas palavras, definir a cronologia.

1. Começo com Monteiro Lobato que fez uma revolução de caráter múltiplo em 1925: criou uma editora brasileira de alcance nacional, inventou um inovador sistema de distribuição que incluía lombo de burro, trem e barco, inserindo jovens e crianças como clientes/leitores no sistema literário.

2. Mário de Andrade, quando diretor de cultura do município de São Paulo (1935) expandiu a ideia de biblioteca (abrindo espaço para jovens e crianças), interessando-se pela memória oral e musical e criando unidades móveis na biblioteca que mais tarde levaria o seu nome. Dois anos depois, foi também um dos responsáveis pela criação do Instituto Nacional do Livro (1937), que existiu até 1990 quando o governo Collor o extinguiu e dispersou dezenas de seus funcionários. Em seu lugar surgia o Departamento Nacional do Livro (com apenas quatro funcionários) dentro da FBN, que então dirigia.

3. Paulo Freire criou seu método de alfabetização “revolucionário” em torno de 1962. E o “revolucionário” aqui tem o sentido histórico e marxista: vivíamos os anos trepidantes do governo João Goulart. A cultura estava fortemente ideologizada. Surgiram as experiências de alfabetização pelo “método Paulo Freire”, primeiro no Recife, ao tempo de Miguel Arraes, na Prefeitura, e logo se espalharam por outros países, acompanhando o exílio do seu criador. Ler era ler o mundo. Participei no Recife do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular (1963), e vi a força desse método, que propunha a revolução social através da alfabetização. Ironicamente, assisti também a uma palestra de Paulo Freire em Belo Horizonte, poucos dias antes do 1 de Abril de 1964. Na mesa estava o governador Magalhães Pinto, que assistia a tudo mas já tinha organizado com outros o golpe de 1964.

Resumindo: se Monteiro Lobato criou um editora nacional e descobriu um novo público leitor, se Mário de Andrade redescobriu a biblioteca e pensava no papel do Estado como editor de uma Enciclopédia Brasileira, Paulo Freire dava à leitura uma conotação de transformação social.

4. Trazia eu no meu DNA cultural essas experiências anteriores, somadas à situação ambígua e até esquizofrênica da minha geração durante os tumultuados e contestatórios anos 1960. Havia participado do CPC, da UNE, do Violão de

Rua, dos Cadernos do Povo Brasileiro (Ed. Civilização Brasileira) tanto quanto de alguns movimentos de vanguarda (Primeira Semana Nacional de Poesia de Vanguarda -1963). Todos falávamos de “revolução”. Queríamos, tanto os “formalistas” quanto os “conteudistas”, escrever para todos e havia quem, citando Oswald de Andrade, dissesse que o povo ainda comeria do biscoito fino que produzíamos.

Fazer o povo ler era, contudo, uma utopia.

Para aclarar e informar os mais jovens, tenho que inserir aqui algo que completa e amplia esse quadro das metamorfoses da questão do livro e da leitura. E, de novo, há aqui algo testemunhal, o que pode ser relevado pelo leitor, porque quando alguém, como eu, já passou sete décadas vivenciando lutas e fracassos, é inevitável que história pessoal e geral se confundam.

5. Quero dizer que na história do livro e da leitura não se pode esquecer que a criação dos cursos de pós-graduação no país a partir de 1968 e sua expansão nos anos 1970 fizeram que do interior do Rio Grande do Sul ao Amapá surgissem novos e especializados leitores e a nova universidade brasileira começasse a meditar sobre a problemática do livro e da leitura.

É neste contexto que foi fundada a ALB (Associação de Leitura do Brasil) e realizados os encontros do COLE, na UNICAMP, nos anos 1980. Em uma época em que se dizia que a linguística era o “carro-chefe” das ciências humanas e sociais, a universidade começava a descobrir a “leitura”. Ler era algo que não se esgotava na “alfabetização”. Começava-se a falar em “analfabeto funcional” e “letramento”.

A maturação dessa relação entre a leitura e a universidade se daria em 2006 com a criação da Cátedra da Leitura PUC/Unesco (2006) pela professora Eliana Yunes.

6. Voltemos, no entanto, a 1991. Dirigindo então a Fundação Biblioteca Nacional surgiu a oportunidade histórica de somar o que se vinha construindo com Lobato, Mário, Paulo Freire e a nova universidade brasileira. Com Eliana Yunes e sua equipe fizemos o PROLER. Duas coisas se evidenciaram:

6.1. A leitura passava a ser uma questão de Estado ou até de “segurança nacional”, como dizíamos. Os documentos originais do PROLER falam de “política nacional de leitura”. No ambivalente governo Collor, a FBN tinha estatutariamente como missão a política do “livro”. Adicionamos a isto as bibliotecas públicas e universitárias, criando o Sistema Nacional de Bibliotecas e, inovadoramente, com o PROLER, a “leitura” deixava de pertencer exclusivamente ao MEC. O PROLER, então, desencadeou uma série de ações interministeriais. Instalamos a primeira Casa da Leitura (hoje há centenas no país) na Rua Laranjeiras, 80, Rio.

6.2. Institucionalizado o PROLER, a questão da leitura ultrapassava a escola (desescolarização) e pregávamos a socialização, democratização do ato de ler nos presídios, hospitais, periferias, centros urbanos e conglomerados rurais etc. A formidável experiência do PROLER logrou em pouco tempo estabelecer-se em cerca de 300 municípios e ter mais de 30 mil voluntários, mas foi praticamente anulada pelo Ministro da cultura do governo Fernando Henrique Cardoso. Porém, no governo Lula foi reativada e ampliada pelo atual Ministério da Cultura ao trazer para os seus quadros pessoas afinadas com uma nova visão da leitura e do Brasil e ao articular duas pontas de lança eficazes para uma política nacional de leitura:

a. A primeira foi a experiência vitoriosa dos “agentes de leitura” no Ceará e no Acre, trazidas para o MinC de tal modo que hoje milhares de “agentes e mediadores” estão se formando em todo o país;

b. a segunda foi a criação do PNLL, reunindo o MEC e o MinC, editores e diversos segmentos do mundo da leitura, sob a direção segura e produtiva do professor e editor José Castilho.

Como consequência dessas ações continuadas e articuladas nos últimos anos, poderíamos citar muitos exemplos. Basta, no entanto, lembrar o Prêmio Vivaleitura (iniciativa do MinC, MEC e da Organização dos Estado Ibero-americanos e realização e patrocínio da Fundação Santillana) que já registrou mais de 10 mil projetos de leitura no país.

Por isto eu lhes dizia que este é um livro para ser lido e guardado como documento. Vocês constatarão que aqui que alguns textos suprem a lacuna dos outros. O que importa é o conjunto, conjunto que só foi possível graças a essa visão democrática e abrangente de José Castilho à frente do PNLL, que conhecerá melhor ao ler as próximas páginas. E já que você e eu estamos metidos na fabulosa aventura de ler o real e o imaginário, mãos à obra, leiamos.

Affonso Romano de S'Antanna é escritor.

www.affonsoromano.com.br

JOSÉ CASTILHO MARQUES NETO

PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA: OS PRIMEIROS QUATRO ANOS E O FUTURO

“... O que importa não é que os alvos sejam ou não atingíveis concretamente na sua sonhada integridade. O essencial é que nos disponhamos a agir como se pudéssemos alcança-los, porque isso pode impedir ou ao menos atenuar o afloramento do que há de pior em nós e em nossa sociedade.”

Antônio Cândido⁴

O governo brasileiro nos dois mandatos do Presidente Lula retomou a luta pelo livro, a leitura, as bibliotecas e a literatura com a necessária perspectiva e escala de política pública. Esta retomada, comandada pelo Ministério da Cultura e o da Educação, criou em 2006 o Plano Nacional de Livro e Leitura – PNLL - que se estabeleceu, após 4 anos de implantação e forte atuação indutora junto aos governos, como uma real possibilidade do nosso país obter uma Política de Estado para o setor.

Há muitos anos o Brasil esperava uma política que pudesse se pleitear duradoura e permanente, mais abrangente e inclusiva do que qualquer outra que

⁴Professor Doutor Antonio Candido de Melo e Souza, em discurso de agradecimento ao título de Intelectual do Ano de 2008, oferecido pela União Brasileira de Escritores.

já tivesse sido realizada no país, respeitando os avanços e sabedorias acumulados desde as primeiras lutas para que a leitura se tornasse parte do cotidiano dos brasileiros. Uma política que pudesse, finalmente, romper a barreira que considera o letramento uma questão apenas de alfabetização, sem considerar os inúmeros aspectos culturais que acompanham a aquisição do direito à leitura, conciliando a Educação e a Cultura como partes indispensáveis ao processo de construção de leitores. E que, da mesma maneira que conciliasse Cultura e Educação, pudesse também se apoiar em outro binômio indispensável a esta luta pela leitura: a ação coordenada do Estado com a Sociedade.

Com o PNLL e seu desdobramento nos Planos Estaduais e Planos Municipais de Livro e Leitura que já começam a acontecer desde 2009 em muitos cantos do país, o Brasil pode afirmar que está próximo de conquistar uma Política de Estado para a leitura.

O Brasil alcançou com o PNLL um patamar político e conceitual que é imprescindível para se consolidar uma Política de Estado para o setor, isto é, o desejado consenso entre governo e sociedade tanto no diagnóstico do que é preciso fazer quanto nos objetivos a alcançar para se tornar um país de leitores.

A obtenção deste consenso foi o que mais projetou o PNLL para os países ibero-americanos, tornando-o referência para muitos dos planos de leitura que também se desenvolvem nos países irmãos do continente americano e no mundo ibérico. Os entrelaçamentos conceituais e práticos da ação do Estado com a sociedade e a indissociabilidade entre a cultura e a educação na formação de leitores são pontos referenciais que o PNLL do Brasil possui e foram intensamente debatidos e assimilados como necessidade da política pública de leitura em inúmeros foros internacionais. Nesses 4 anos o plano brasileiro de leitura foi intensamente debatido e assimilado em dezenas de convenções, seminários, congressos e reuniões de especialistas de inúmeros países, particularmente aqueles organizados pelo Cerlalc/UNESCO (Red de Dirigentes de Planes de Lectura) e pela OEI (Comite de expertos en lectura y bibliotecas).

O debate amplo e nacional do que seria preciso fazer iniciou-se em 2005 com a ativa participação da sociedade no Ano Ibero-americano da Leitura, o VIVALEITURA, e não parou mais. Os resultados colhidos nas 24 Assembleias Setoriais de Livro, Leitura e Literatura, que precederam a Conferência Nacional de Cultura em março de 2010, garantem a continuada aprovação do PNLL e seus eixos após 4 anos de implantação, fato relevante em políticas públicas. O engajamento organizado da cadeia do livro e da leitura na antiga Câmara Setorial, agora Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura, garante a saudável per-

manência do debate sobre os rumos dos programas pró-leitura e a fidelidade aos 4 eixos consensuais do PNLL.

O Plano que o Brasil tem hoje é fruto do esforço de milhares de pessoas que, num ato de apoderamento civil maravilhoso considera-o patrimônio do esforço coletivo que é de cada um e de todos que lutam pela leitura. Por todos os cantos do Brasil por onde passei o PNLL é chamado de “o nosso Plano!”. E de fato ele pertence a todos os brasileiros, principalmente daqueles que mantêm a esperança de uma nação livre, com cidadãos conscientes e formados para o bem comum e o gosto pelo belo.

Mas acertos e avanços pontuais não devem obscurecer nosso raciocínio estratégico nem esmorecer o esforço para alcançar os objetivos maiores que poderão ser implementados, realizando as mudanças que desejamos.

Os quatro primeiros anos do PNLL fez com que a esperança de que o governo federal pudesse ir além de programas pontuais de compra de livros, migrando para um patamar superior, o das políticas públicas de livro, leitura, literatura e bibliotecas, se tornasse uma realidade ao menos parcialmente. Em diversos programas governamentais orientados estrategicamente pelos conceitos e objetivos de longo prazo do PNLL, há uma nítida orientação inovadora. Mas a consciência do quanto se avançou principalmente na democratização do acesso à leitura, precisa se somar no próximo quadriênio do governo federal às ações e iniciativas que ampliem e fortaleçam definitivamente o que já se alcançou até agora.

Avançamos mas ainda estamos muito frágeis! A ordem das razões aponta para a consolidação do caminho seguido até aqui e rumo a uma Política de Estado, permanente e durável, suficientemente sólida para ser a diretriz dos programas de leitura dos governos que virão nas futuras gerações. O objetivo maior é alcançar em longo prazo e com ação contínua e estrategicamente coerente, a fruição dos livros em todos os seus suportes técnicos, do prazer da literatura e da democratização do acesso à leitura. Talvez tudo isso possa ser sintetizado no Direito à Leitura, de toda leitura, de toda literatura, sem censuras e peias, num país de homens e mulheres alfabetizados, cidadãos plenos em seus direitos democráticos. Estes objetivos são permanentes, valores intrínsecos à democracia, aos direitos fundamentais da pessoa, à liberdade.

Se hoje vivenciamos um movimento que encontra nas políticas públicas apoio e parceria contra a reserva da informação, do conhecimento e da reflexão para poucos e a favor da luta pelo tão sonhado direito à leitura para todos, sempre haverá o grande risco de retrocesso se apostarmos na ocultação das

discordâncias que ainda persistem e não no debate construtivo e aberto. Há que se superar o conflito acima do razoável entre os interesses do Estado e os dos setores produtivos. Há que se superar desentendimentos paroquiais e mesquinhos que atrasam o avanço do setor para o lugar que merece no escopo cultural do país: a leitura como item imprescindível para o desenvolvimento de todas as manifestações culturais. Se a hora é agora e se concordamos todos em avançar e consolidar os patamares alcançados, vamos prosseguir no diálogo em patamares ainda mais elevados e ambiciosos, superando atos menores que criam obstáculos e impedem que o livro e a leitura alcancem o patamar de prestígio e influência que deveriam ter no cenário político, social e econômico do Brasil.

Este é o momento de todas as lideranças políticas comprometidas com o setor, das lideranças associativas, culturais e do povo da leitura e da literatura juntarem forças para dar o grito que seja finalmente ouvido pelos que dirigem o país e comandam seus recursos.

Governos mostram que têm uma política efetiva para um setor quando criam marcos de legalidade e instrumentos gerenciais para sustentar investimentos suficientes para que aquele setor se desenvolva na escala necessária ao país. Sociedades civis se afirmam quando demonstram quais são os valores e bens culturais que são mais essenciais ao desenvolvimento do país e da cidadania.

Após os 4 primeiros anos do PNLL há ações referenciais mínimas que clamam pela urgência na sua efetiva implementação, consolidando o caminho percorrido e viabilizando-o como Política de Estado.

Cito as principais:

- Fazer avançar o PNLL viabilizando maiores e continuados investimentos nos seus quatro eixos estratégicos de ação, principalmente no que se refere à democratização do acesso à leitura em seus vários suportes tradicionais e tecnológicos, abrangendo as diversidades e as literaturas de todas as regionalidades brasileiras. Neste processo de democratização da leitura reforçar as bibliotecas públicas e escolares nas cidades e no campo, como centro irradiador de recursos de informação, conhecimento e fruição estética, com profissionais capacitados para o efetivo exercício da mediação da leitura.
- Para além dos investimentos, garantir a necessária perenidade dos objetivos do PNLL, enviando ao Congresso Nacional um projeto de lei para sua institucionalização definitiva, tornando-o uma determinação

- política que emane das autoridades maiores da nação, a Presidência da República e o Congresso Nacional.
- Consolidar os programas gerados pelo esforço de leitura do governo Lula, reforçando os binômios Cultura/Educação e Estado/Sociedade, ampliando radicalmente os investimentos públicos em leitura e, ao mesmo tempo, dando uma solução superior e qualificada à contribuição da iniciativa privada no Fundo Setorial de Livro, Leitura e Literatura, o Fundo Pró-Leitura.
 - Para dar a devida capacidade gerencial ao Estado para atuar eficaz e republicanamente sobre os avanços já conseguidos e dialogar com a enorme diversidade de manifestações literárias, além de enfrentar problemas historicamente persistentes, é preciso avançar na estrutura político-administrativa deste setor dando-lhe a musculatura institucional e política necessária. Objetivamente seria a criação de uma Secretaria Nacional do Livro, Leitura e Literatura ou do Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura, este último uma autarquia vinculada ao MinC, que agregaria todas as ações que envolvessem políticas públicas de leitura naquele ministério e pudesse se tornar forte interlocutor perante os outros ministérios, governos estaduais e municipais e com instituições da sociedade nos assuntos que lhe são pertinentes. Amplamente reivindicado pelo setor criativo, produtivo, distributivo e mediador do livro e da leitura, este novo órgão superior recuperaria ferramentas administrativas e recursos eficazes de gestão que dariam conta dos novos patamares alcançados pelo Brasil após a implantação do PNLL. Enfrentaria também os desafios de crescimento de leitores no país, aonde a importância da leitura nas estratégias governamentais faria parte da busca pela plena cidadania dos brasileiros na sociedade da informação e do conhecimento.

Muitas aeronaves decolaram em várias épocas neste país com tripulação disposta e com programas e projetos de incentivo à leitura. Todas elas não resistiram após aterrissarem ao final dos períodos dos seus respectivos governos. Nenhuma delas alcançou o patamar de Política de Estado em seu conjunto. Espero e luto, e a todos convoco, para que no próximo quadriênio de governo comandado pela mulher, mãe, avó e leitora – característica emblemática dos grandes mediadores de leitura - presidente Dilma Roussef, a aeronave do PNLL siga sua rota, sempre para cima, decididamente rumo às estrelas que ilumi-

nam, onde estão os poetas e a cidadania plena dos homens livres. É hora de avançar e não permitir retrocessos porque há ainda muito por se fazer e o Brasil não permite mais que o direito à leitura lhe seja negado!

Após quatro anos como secretário executivo do PNLL, este é meu depoimento! Estive em todos os cantos do país, conversei e debati com centenas e centenas de pessoas – Ministros, governadores, secretários, profissionais de todas as ordens, militantes da leitura e da escritura, leitores, gente do meu país – sempre na certeza de que o PNLL se constrói com crítica honesta e diálogo permanente entre o Estado e a Sociedade.

Ao oferecer ao país uma segunda edição do CADERNO DO PNLL, texto que é fruto do consenso mais uma vez logrado e consagrado na 2ª Conferência Nacional de Cultura em março de 2010, o PNLL atualiza suas argumentações em prol de uma política pela leitura, pela literatura e pelas bibliotecas. É importante frisar que este texto reeditado reforça os quatro eixos constitutivos acordados em dezembro de 2006 e que originou o primeiro Caderno do PNLL, confirmando, aqui pela prova do tempo, a certeza de que o Brasil alcançou um patamar sólido para construir sua Política de Estado neste setor.

Ao esforço da segunda edição do CADERNO DO PNLL segue-se este livro. Os textos que constituem essa obra sobre memória do que se produziu nos quatro anos de implantação do PNLL se somam aos depoimentos e opiniões de muitos que fazem o trabalho cotidiano pelo Brasil leitor que todos queremos. Como organizadores, procuramos contemplar todas as vertentes desse rico e diverso universo do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas. De certa forma, expressam-se aqui trinta autores, representações das vozes dos milhares que redigiram o texto do PNLL em dezembro de 2006 e o ratificaram em março de 2010. Escritores, bibliotecários, editores, agentes culturais, livreiros, dirigentes públicos, acadêmicos, responsáveis por projetos de leitura e do terceiro setor, todos deram sua visão do que significa e qual o lugar do PNLL nesta fase da luta pela leitura e pela cidadania em nosso país.

Temos um bom mosaico, representativo da diversidade de opiniões que faz a riqueza de nossa cultura, mas que está unida em torno da ideia expressa naqueles quatro eixos do Plano Nacional do Livro e Leitura. Como disse um dos nossos grandes contadores de histórias, Francisco Gregório Filho, “nós temos os eixos”. Portanto, sabemos por onde o Brasil deve caminhar nesta área tão estratégica para o desenvolvimento e a plenitude democrática do nosso país.

Este livro é, portanto, memória e guia, opinião e consenso, lembrança talvez impertinente do que os nosso futuros governantes devem fazer para con-

tinuar essa saga pela leitura iniciada em 2005 e que representa a contemporaneidade de décadas de luta por um país de leitores.

.....

Permitam-me alguns reconhecimentos. A memória e o agradecimento deveriam ser cláusula pétrea constitutiva do caráter e, embora ambas sejam cada vez mais raras, principalmente nas atitudes e gestos de quem detém temporariamente poderes e mandos, no âmbito da cooperação e das forças que fizeram o PNLL elas não poderiam faltar. Arrisco-me a alguma omissão por esquecimento ou apurado que estamos sempre com o tempo, mas aqueles que porventura não forem citados sintam-se todos nomeados afetivamente.

É com emoção que agradeço e estímulo a continuar na luta esta juventude guerreira que encontrei na Diretoria do Livro, Leitura e Literatura do MinC liderada por Fabiano dos Santos, Gabriela Gambi e Maria Helena Signorelli, e na minha equipe do PNLL - Ana Dourado, Luciana do Vale e Gustavo Simões. É bom saber que novas gerações compartilham de ideais que muitas vezes parecem que ficaram no passado e que sabemos são essenciais à humanidade. Vocês não fazem ideia a superação que cada um desses guerreiros se obrigou a fazer para colocar em pé cada uma das metas do PNLL no âmbito do MinC. Igualmente registro aqui meu agradecimento aos companheiros e companheiras do MEC, principalmente da Secretaria de Educação Básica e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, polos penetráveis e sensíveis à questão da leitura e defensores da necessidade da Educação e da Cultura estar juntas nessa luta.

Aos senhores Ministros da Cultura e da Educação, Juca Ferreira e Fernando Haddad, e também ao ex-Ministro Gilberto Gil, agradeço pela confiança ao me responsabilizarem para esta tarefa desde maio de 2006. Agradecimento que se estende ao apoio dos Secretários do MinC e do MEC, principalmente Silvana Meireles e André Lázaro, amigo querido que fiz nesta jornada. À bicentenária Biblioteca Nacional e principalmente ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, na pessoa de Ilce Cavalcanti, meu reconhecimento pelo esforço e adesão. Aos que contribuíram tanto, mas que ficaram pelos caminhos, como minha amiga Jeanete Beauchamp, minha homenagem. E meu especial agradecimento por aqueles com os quais compartilhei o difícil começo: Galeno Amorim, que iniciou esse projeto e o liderou até março de 2006, Carlos Alberto Xavier, Jéferson Assunção, Rosália Guedes, Daniel González, Ronaldo Teixeira, Eliane Pszczol, Tânia Rösing, Moacir Scliar, Alfredo Weizsflog, Oswaldo Siciliano,

Wander Soares, Carlo Carrenho, Mirtes Moraes, Célia Fernandes, Peter O'Sagae, Lúcia Jurema, Mário César de Camargo, Levi Bucalem, Márcia Rosetto, Muniz Sodré, Adriana Ferrari, entre outros também fundamentais. À OEI, à Fundação Santillana, responsáveis pela execução do Prêmio Vivaleitura meu reconhecimento e admiração, extensivos igualmente às entidades do livro e da leitura que sempre apoiaram o PNLL: IPL, CBL, ABRELIVROS, SNEL, ABDL, ANL, ABEU, LIBRE, FEBAB, CFB, AIELIJ, entidades regionais e também o CERLALC que sempre ofereceu seu suporte técnico e apreço pelo projeto brasileiro. Meu reconhecimento à contribuição da Cátedra UNESCO de Leitura da PUC-RJ, liderada por Eliana Yunes, neste último período de implantação do Plano.

Agradeço de maneira muito especial a todos os profissionais, escritores, bibliotecários, professores, agentes culturais e especialistas de toda ordem que atenderam nosso convite nesses quatro anos para contribuir nas reuniões de trabalho que fizemos para elaborar projetos e críticas a serem oferecidos ao governo brasileiro. Meus agradecimentos especiais à Fundação Editora da UNESP, à FCL-UNESP, campus de Araraquara e à Reitoria de minha Universidade pelo apoio e pela compreensão dos muitos afastamentos da atividade profissional regular para poder cumprir voluntariamente meus compromissos como secretário executivo do PNLL. A UNESP soube, mais uma vez, cumprir com sua missão de bem servir à comunidade, parte importante de sua missão acadêmica.

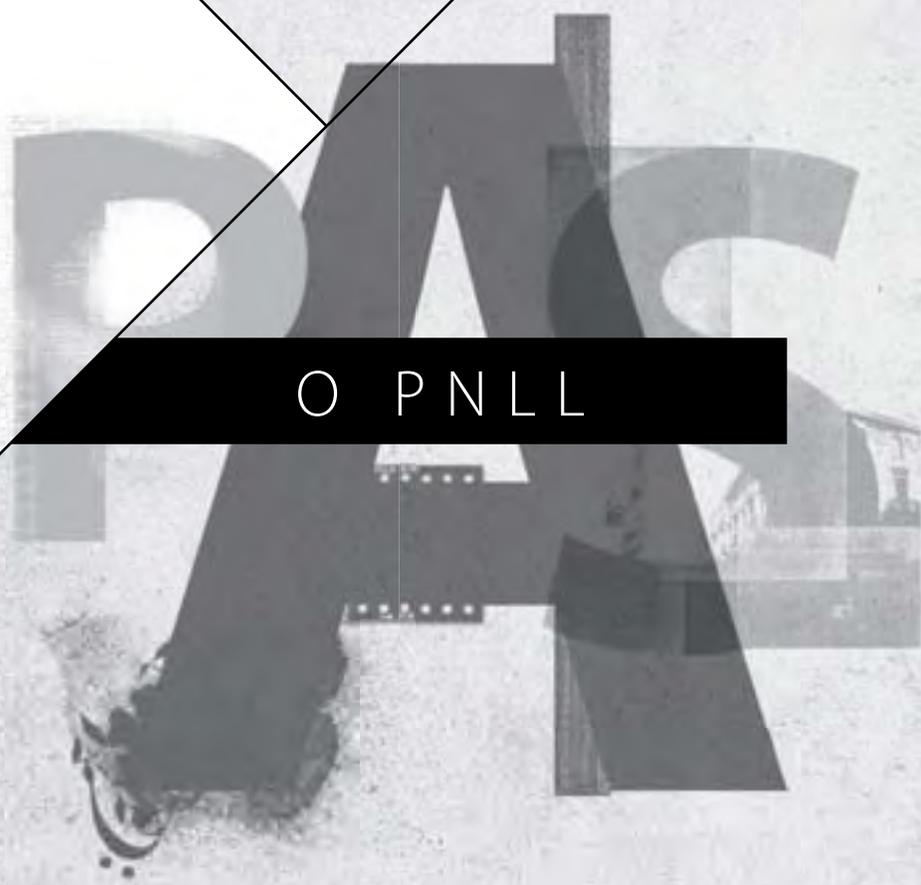
Agradeço, enfim, a todos e todas que participaram intensamente desta construção durante os últimos quatro anos pelo convívio e pela acolhida, pela cumplicidade e pela força buscada em cada olhar, em cada esperança compartilhada. O Brasil está apenas começando a se projetar como um país leitor e ainda precisará do incansável trabalho de muitos para atingir a dignidade que deve aos seus cidadãos. Sem o pesar do poema, mas citando Bandeira com alegria, afirmo:

*"O meu dia foi bom, pode a noite descer. (...)
Encontrará lavrado o campo, a casa limpa.
A mesa posta,
Com cada coisa em seu lugar."*

Boa leitura!

José Castilho Marques Neto

é Secretário Executivo do PNLL. Doutor em Filosofia pela USP. É Professor da FCL/UNESP- Araraquara, e Diretor-Presidente da Fundação Editora da UNESP.



O P N L L



JUCA FERREIRA

PELA TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL EM UM PAÍS DE LEITORES

Sabemos que a leitura é fundamental para a plena realização da nossa condição humana e da nossa capacidade de entender o mundo. É também condicionante para a promoção de valores democráticos, porque é base para uma cultura do discernimento e do diálogo, tanto individual como coletivo. Quem lê aumenta seu repertório de atuação sobre o mundo à sua volta. E, naturalmente, uma sociedade leitora amplia suas possibilidades de qualificar as relações humanas e resolver os problemas cada vez mais complexos que a elas se apresentam. É preciso dar conta do texto do mundo e, como dizia Paulo Freire, ante a este mundo enigmático, nós precisamos aprender a dizer a nossa própria palavra.

Neste sentido, a palavra autonomia perpassa todas as ações na promoção da leitura. Um governo preocupado com o empoderamento de seus cidadãos, com a autonomia dos sujeitos individuais e coletivos da nação, investe em livros, em leitura. Isso porque entende que a leitura não só qualifica a relação com as outras áreas da cultura como também qualifica a relação do indivíduo com a saúde, com o mundo do trabalho, com o trânsito e a cidade, com o ambiente natural e social, possibilitando a superação de limitações físicas e simbólicas.

Nosso grande desafio é fazer com que a experiência da leitura, ainda pouco vivenciada no cotidiano, seja um momento de prazer e fruição. No Brasil lê-se, em grande medida, por obrigação. Considerando-se somente os livros não indicados pela escola, é apenas 1,3 livro por ano (Retratos da Leitura, 2007)¹, número bem inferior aos índices da Colômbia (2,4) e da França (7)². É preciso, portanto, desenvolver o gosto pela leitura desde a infância. E nós, do Ministério da Cultura (MinC), temos nos empenhado em estimular crianças, jovens, adultos e idosos a participar dessa viagem imaginativa proveniente da leitura. Mas sabemos que essa responsabilidade não é exclusiva do governo ou da comunidade escolar, mas deve ser compartilhada com a família e toda a sociedade civil.

É pensando nesta ação conjunta, que precisa ser estabelecida entre Estado e Sociedade para o desenvolvimento da leitura no Brasil, que o Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL) apresenta-se com uma das experiências mais bem-sucedidas de construção coletiva e participação social na área cultural. Ele é fruto de um intenso debate entre a sociedade civil e o Estado, estabelecendo as diretrizes para as políticas do setor. Ele simboliza não apenas a mobilização social em torno do tema, mas a consolidação de uma atualização conceitual, a partir da visão da cultura em três dimensões. Para o MinC, as palavras livro, leitura e literatura referem-se, respectivamente, às três dimensões de nossas políticas culturais – a econômica, a do direito da cidadania e a do valor simbólico. Essas dimensões precisam ser desenvolvidas articuladamente. É, portanto, dever do Estado não apenas propiciar o aprendizado da escrita e da leitura, mas também disponibilizar os instrumentos que faltam para a prática social de uma leitura em sentido mais pleno.

É sobre estes fundamentos que o governo brasileiro tem investido em uma política cultural que se faz com um plano e, também, com um programa – o Mais Cultura.

Quem nasce em uma família de pais leitores, quem é apresentado ao livro por bons professores, quem experimenta o prazer de um livro bem lido, o prazer e o deleite estético de um belo texto, sabe da importância da leitura para a plena realização da nossa humanidade. Sabemos que a família é, de fato, o lugar por excelência para a formação de novos leitores. Depois da família, vem a escola, a necessidade de bons professores, que saibam abrir a porta para o mundo encantado da leitura e desenvolvam o hábito da leitura entre

¹Quando se consideram os livros indicados pela escola, o número sobe para 4,7 per capita.

²Note-se que a metodologia das pesquisas difere entre os países citados.

seus alunos, despertando a curiosidade intelectual desde as mais tenras idades e valorizando o livro como um tesouro. O terceiro ambiente é a biblioteca, um suporte acessível para ampliar o acesso aos livros. Por isso, os princípios norteadores do PNLL levam em conta a necessidade de desenvolver a leitura nas casas e nos núcleos familiares. Além disso, no Conselho do PNLL, o MinC tem chamado a atenção para a necessidade de tornar a escola um espaço para a formação de leitores e não, como ocorre muitas vezes, um espaço de desencantamento. A leitura não pode ser uma obrigação, o livro precisa ser apresentado como algo prazeroso, que enriqueça os que se relacionam com ele. Essa é uma preocupação nossa e do Ministério da Educação (MEC). Precisamos ampliar, levar e garantir o acesso ao livro e à leitura para as crianças das famílias pobres. Por fim, com o Programa Mais Cultura, temos investido tanto na implantação de bibliotecas quanto na qualificação desse importante espaço cultural.

O Ministério da Cultura entende a agenda do Livro, da Leitura e da Literatura como algo estratégico para o desenvolvimento do país e compreende que programas e projetos de incentivo à leitura desenvolvidos pela sociedade civil também compõem sua política pública. Nesse sentido, por meio de editais, são reconhecidos e premiados projetos de pessoas físicas e jurídicas. Uma política intrinsecamente alinhada ao PNLL.

Quatro anos depois de consolidado, o PNLL foi reavaliado pela sociedade civil e governo. Temos, portanto, um plano mais vigoroso, na medida que se reflete sobre ele e se fazem proposições para a sua melhoria. Trabalhamos, agora, para que o PNLL seja institucionalizado por lei e garanta as conquistas da sociedade.

Mas não basta apenas transformar o PNLL em lei para que as políticas do setor não dependam somente de vontades governamentais. Queremos o PNLL como política de Estado. Para isto, devemos recriar um órgão para gerir as políticas públicas do livro e leitura do governo federal – o Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura (INLLL). Paralelamente, neste rumo à institucionalização de uma política para o livro e a leitura, incluímos na reforma da Lei Rouanet um fundo setorial, dentre os oito criados no Fundo Nacional de Cultura (FNC). O Fundo Setorial do Livro, Leitura, Literatura e Língua Portuguesa terá recursos da União, mas também dos agentes do setor, como previa a lei n.º 10.865/2004, que desonerou a cadeia produtiva do recolhimento das contribuições do PIS/COFINS.

Não podemos pensar em desenvolvimento sem trabalharmos a dimensão

estratégica da cultura e o direito ao livro e à leitura como direitos básicos de cidadania e de formação. Podemos dizer com isso que um país se faz com cidadãos leitores capazes de compreender seus problemas, desafios, soluções e alternativas para a construção de uma nação justa, sustentável e democrática. Nesse campo, a cultura e a educação assumem papel estratégico na formulação e execução das políticas públicas fundadas no acesso ao livro e na formação de leitores como ações de cidadania, inclusão social e desenvolvimento.

Juca Ferreira

é Ministro de Estado da Cultura

Palavra do Ministro da Educação

FERNANDO HADDAD

DESAFIOS A VENCER

O Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) é uma iniciativa que agregou esforços dos Ministérios da Educação e da Cultura e de instituições comprometidas com a promoção do livro e da leitura. A organização do PNLL teve por objetivo inicial mapear as ações em curso no país cujo foco eram o livro e a leitura, tanto no âmbito dos governos como da sociedade civil. Os resultados foram extremamente animadores e motivaram os participantes a procurar fortalecer sua institucionalidade por meio da formalização da cooperação entre os ministérios e também pela organização de instâncias de promoção dos objetivos do Plano.

A iniciativa veio atender a expectativas presentes tanto nas políticas públicas quanto nas ações da sociedade civil, incluindo o setor editorial que abraçou o PNLL e lhe deu apoio para avançar. E há avanços: os estados, os municípios e o Distrito Federal foram convidados a formalizar e implementar seus planos estaduais e municipais, sempre dentro da perspectiva de somar esforços e agregar compromissos para a promoção da leitura, a difusão do livro, a formação de mediadores e o incremento da economia do livro. Hoje a realidade do PNLL ultrapassa seu impulso inicial e já se consolida como estratégia adequada para os objetivos propostos.

O PNLL reúne projetos, programas e ações de ministérios, instituições públicas dedicadas à educação e à cultura, empresas estatais de todos os níveis de governo e ainda, empresas e entidades privadas como as organizações não governamentais (ONGs) que apoiam a educação e, gradativamente, vão aderindo ao plano que se estruturou em quatro eixos:

- Democratização do acesso
- Fomento à leitura e à formação de mediadores
- Valorização da leitura e comunicação³
- Desenvolvimento da economia do livro

A educação no Brasil vive um momento importante: a ampliação dos investimentos, em todos os níveis e modalidades, veio acompanhada de inovações constitucionais como a escolaridade obrigatória na faixa etária de 4 a 17 anos, o estabelecimento do piso salarial nacional dos professores e a determinação de que

haverá um percentual do Produto Interno Bruto (PIB) destinado ao atendimento das metas que constarão do novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2011/2020. Essas conquistas contaram com amplo apoio do Congresso Nacional e da sociedade brasileira que, a cada dia, manifesta a convicção de que a educação é o fator-chave para o desenvolvimento sustentável do país.

A melhoria dos indicadores da educação brasileira – sejam os de atendimento, de qualidade e de equidade – indica que temos um rumo a seguir, metas a alcançar, desafios a vencer. A leitura tem papel central em todas as dimensões: pela leitura desenvolvem-se habilidades que favorecem o aprendizado em todas as áreas do conhecimento; pela leitura motiva-se o estudante a seguir aprendendo, permanecendo na escola e nela alcançando melhores resultados; e, não menos importante, a leitura nos conduz a compreender melhor a diversidade da sociedade brasileira e a nos tornamos, desse modo, mais capazes de admirar, valorizar e promover nossa riqueza cultural.

Há muitos desafios: a formação de professores deve promover o gosto e o hábito pela leitura literária, de tal maneira que todos os nossos professores sejam leitores habituais. Um bom leitor tem o dom de motivar outros leitores. As escolas, em obediência à determinação legal, precisam contar com bibliotecas e acervos para seus estudantes. Nossos alunos das escolas públicas – são 48 milhões, em mais de 160 mil escolas – devem ter acesso aos livros, de modo o mais livre possível, e precisam naturalmente adquirir na escola a capacidade de ler de modo fluente. O Ministério da Educação tem trabalhado para superar todos esses desafios, garantindo que a escola seja, de fato, um ambiente formador do cidadão, no sentido pleno desta palavra.

³Que passa a ser denominado "Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico" a partir de 2010.

Hoje os programas do MEC para os livros atendem desde a pré-escola ao ensino médio, incluindo a educação de jovens e adultos e programas de acessibilidade. E não são apenas livros didáticos: o Programa Nacional de Biblioteca Escolar vem diversificando seus acervos e atende todos os níveis e modalidades. O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um dos mais importantes instrumentos de trabalho dos programas de pós-graduação, também tem se ampliado. Além disso, com o desenvolvimento do Portal Domínio Público, importantes obras da tradição literária brasileira e estrangeira estão disponíveis, gratuitamente, na internet.

O desafio de tornar a leitura literária um patrimônio de todos os brasileiros exige ações como as que o MEC vem promovendo e precisa ir além. Este é um dos sentidos do PNLL: agregar todos os esforços disponíveis para superar históricas desigualdades no acesso ao livro e à leitura, formar mediadores, estimular a produção editorial e fortalecer, na sociedade, o valor do livro como instrumento de promoção de uma vida melhor para todos e para cada um.

No momento em que a sociedade brasileira passa por importantes transformações, enfrentando a herança da pobreza, promovendo a inclusão social e econômica de milhões de pessoas, é fundamental que o livro e a leitura também façam parte desta agenda de conquistas e, assim, contribuam para a sustentabilidade cultural de uma nação que se renova.

Fernando Haddad

é Ministro de Estado da Educação.





INTRODUÇÃO

As diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), apresentadas neste Plano, levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável.

Pretende-se conferir a este Plano a dimensão de uma Política de Estado, de natureza abrangente, que possa nortear, de forma orgânica, políticas, programas, projetos e ações continuadas desenvolvidos no âmbito de ministérios – em particular os da Cultura e da Educação –, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, organizações da sociedade e de voluntários em geral, procurando evitar o caráter por demais assistemático, fragmentário e pulverizado com que se têm implementado essas iniciativas em nosso país, desde, pelo menos, o início do século XIX.

Essa Política de Estado se traduz em amplos programas do governo, com coordenações interministeriais devidamente articuladas com estados, municípios, empresas e instituições do terceiro setor, para alcançar sinergia, objetividade e resultados de fôlego quanto às metas que venham a ser estabelecidas. Quatro eixos principais orientam a organização do Plano:

- Democratização do acesso
- Fomento à leitura e à formação de mediadores
- Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico⁵
- Desenvolvimento da economia do livro.

⁵Na versão de 2006, denominado “Valorização da leitura e comunicação”

O Plano como aqui se vê configurado é produto do compromisso do governo federal de construir políticas públicas e culturais com base em um amplo debate com a sociedade e, em especial, com todos os setores interessados no tema. Sob a coordenação dos Ministérios da Cultura e da Educação, participaram do debate que conduziu à elaboração deste documento representantes de toda a cadeia produtiva do livro – editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro –, bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral.

Entre as diversas iniciativas que contribuíram diretamente para a elaboração deste Plano, podem ser lembradas: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE), o fórum da Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura (instituída por decreto presidencial em 2005 e da qual decorreu o atual Colegiado Setorial de Livro, Leitura e Literatura), o Projeto Fome de Livro (iniciativa do MEC/Biblioteca Nacional), o Programa Nacional do Livro no Ensino Médio (PNLEM), o Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor e o Vivaleitura – Ano Ibero-americano da Leitura (2005), imenso programa desenvolvido pelo MinC, MEC, organismos internacionais e entidades da sociedade. Merece especial ênfase a contribuição oferecida pelo Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), que, com a experiência acumulada ao longo de mais de quase duas décadas na realização de projetos de fomento à leitura por todo o país, com a promoção de oficinas, cursos, palestras e eventos artístico-culturais das mais diferentes naturezas, pôde fortalecer subsídios para o debate em questão.

Vale destacar que, entre junho de 2004 e dezembro de 2005, foram realizados “encontros preparatórios” em todas as macrorregiões do Brasil (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Ceará e Pará), a fim de colher sugestões para o Plano, debater o conhecimento acumulado sobre o assunto e integrar novos olhares. Também foram realizadas cinco videoconferências regionais, além de uma com abrangência nacional, reunindo nesse debate todos os estados brasileiros e o Distrito Federal – todas transmitidas ao vivo pela internet, com forte interação nacional e acompanhada por observadores de diversos países da região ibero-americana. Houve 97 encontros, na forma de debates, conferências, palestras, oficinas, seminários e mesas-redondas, realizados por todo o país em feiras de livros, festivais de literatura, fóruns, congressos e colóquios, envolvendo não apenas os profissionais da lei-

tura e do livro, mas cidadãos de modo geral (líderes indígenas, comunidades quilombolas, grupos de deficientes visuais, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, parlamento, igreja e clubes de serviço, entre outros).

Após três anos de implantação do PNLL e de intenso trabalho, uma vez mais se reuniram o estado e a sociedade em todo o país com o objetivo específico de avaliar o caminho percorrido. Foram realizadas, de dezembro de 2009 a fevereiro de 2010, 24 assembleias estaduais do livro e da leitura reunindo gestores públicos, representantes de organizações da sociedade civil e profissionais que atuam nas cadeias produtiva e criativa do livro. Essas instâncias de articulação local exerceram um papel importante nas ações de mobilização, reflexão, e avaliação, vinculadas à atual política nacional do livro e da leitura. Os eixos estratégicos e linhas de ação do PNLL foram intensamente debatidos e as sugestões das assembleias foram levadas à Pré-Conferência Nacional do Livro e da Leitura, que aconteceu em Brasília, em março de 2010. Os resultados desses debates públicos apontaram para uma avaliação bastante positiva do PNLL. Não houve propostas de mudanças nos conceitos, princípios e diretrizes do Plano, mas contribuições que, em sua essência, apontam para um desejo daqueles que trabalham nos estados e municípios em trazer para uma dimensão local as bases em que está consolidada a política nacional.

Entre as contribuições sistematizadas na Pré-Conferência, destacam-se preocupações com implantação, dinamização e manutenção de bibliotecas de acesso público. Na verdade, são sugestões que reforçam princípios já defendidos pelo PNLL, como o da compreensão da biblioteca como um equipamento cultural que reúna elementos de acessibilidade do espaço físico; a ampliação e a qualificação do acervo; a contratação de mediadores de leitura capacitados; a incorporação à biblioteca de diferentes suportes de texto e novas tecnologias.

Outras contribuições relevantes tocam na temática da diversidade – tanto cultural como social. De um lado, muitas propostas focaram a necessidade de garantir maior espaço à produção literária local nos acervos das bibliotecas e nos prêmios e editais referentes à cadeia criativa do livro. Por outro lado, a diversidade de que se fala tem uma relação direta com a ampliação de atividades e equipamentos culturais para pessoas que tradicionalmente tiveram acesso restrito ao livro e à leitura. Nesse sentido, foram fundamentais as contribuições feitas para que o PNLL tornasse ainda mais explícita a importância da criação de políticas públicas para pessoas com deficiência, comunidades ribeirinhas, áreas rurais, comunidades quilombolas e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Embora o PNLL tenha, em sua origem, tratado de todos

esses temas, as demandas das assembleias e da Pré-Conferência dirigem-se à reivindicação de posicionamentos mais incisivos que inspirem políticas públicas de inclusão nas áreas do livro e da leitura.

A larga participação de diversos setores da sociedade ligados à questão da leitura e do livro, além de assegurar o caráter pluralista e democrático do processo desencadeado pela proposição do Plano, procura garantir que se evitem eventuais sombreamentos e sobreposições de ações, assim como a preservação da autonomia e da independência das iniciativas em curso e das futuras, tudo convergindo para a otimização de recursos e esforços que venham conferir maior eficácia às políticas públicas.

É fundamental reconhecer os avanços conseguidos até aqui, sem deixar de investir com vigor na continuidade deste processo. O consenso a que se conduziu esse amplo debate é que, para transformar o tema da leitura e do livro em Política de Estado, é preciso avançar e priorizar alguns pontos:

- Elevar como lei federal o Plano Nacional do Livro e Leitura – que se consubstanciou em 2006 e recebe, nesta versão, uma revisão, atualização e ampliação –, dando-lhe uma situação institucional estável ao mesmo tempo que traduz a Política de Estado para a leitura e o livro, plenamente assumida pelo governo federal;

- O fortalecimento do Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura do MinC, fórum permanente do setor entre Estado e Sociedade, como espaço institucional por excelência para o debate e a construção de consenso, sempre que possível, para avaliar e fazer avançar as políticas setoriais, contribuir para amadurecer o processo e legitimar e criar proteções institucionais a essas políticas;

- A fixação de marcos legais, com base na Constituição, que tornem viáveis as políticas, os programas, os projetos e as ações continuadas preconizados pelo Plano, como a Lei da Desoneração Fiscal do Livro (lei federal n.º 11.030, de 21/12/2004, combinada com a lei federal n.º 10.865, de 30/04/2004), bem como os decretos que instituíram e atribuíram responsabilidades aos ministros (especialmente da Cultura e da Educação), ao Sistema Nacional de Cultura e ao Plano Nacional de Cultura, ou a Lei do Livro (lei federal n.º 10.753, de 30/10/2003), ou, ainda, a lei n.º 9.610, de 19/02/1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências a todo esse conjunto de marcos legais, gerando decretos, portarias e instruções normativas, com desdobramentos no âmbito dos estados e dos municípios;

- A institucionalização de uma nova estrutura de governo, que deve ser consolidada e/ou instituída no âmbito da administração pública federal para a área da leitura e do livro (e, por conseguinte, da biblioteca e da formação de mediadores) e que contemple o novo patamar atingido pela articulação entre o MEC e o MinC no que se refere às questões em pauta. No âmbito do debate até aqui realizado construiu-se a proposta de criação do Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura, autarquia vinculada ao MinC que ocuparia o lugar almejado para a operacionalidade e governança da política nacional de livro, leitura e literatura.



JUSTIFICATIVA

O Brasil chega ao século XXI – momento em que a difusão do audiovisual assume imensas proporções – ainda com enorme déficit no que diz respeito às práticas leitoras dos textos escritos. Nossos índices de alfabetização (stricto e lato sensu) e de consumo de livros são ainda muito baixos, na comparação com parâmetros de países mais ricos e desenvolvidos e mesmo com alguns dos países em desenvolvimento da América Latina e da Ásia. Como apontaram alguns de nossos mais expressivos pensadores no campo das Ciências Humanas, entre eles Nelson Werneck Sodré, o Brasil passou abruptamente de um estágio de oralidade para a cultura do audiovisual, já desde meados do século XX, quando a indústria cultural se fez onipresente entre nós, sem que houvesse efetiva mediação dos livros e materiais de leitura, uma vez que esta nunca chegou a alcançar largas faixas da população, restringindo-se a pequenos e localizados grupos sociais.

As consequências desse hiato fazem-se sentir até hoje, com desdobramentos nefastos que se espriam não apenas no âmbito do universo da cultura e da educação, mas, naturalmente, de nossa economia, de nossas práticas políticas e de nosso potencial de desenvolvimento. Diversas pesquisas, realizadas nos últimos anos, empenharam-se em apresentar contornos mais nítidos do cenário em que se insere a questão da leitura e do livro no país, permitindo maior consciência das mazelas que afligem o setor e oferecendo dados concretos para que se possa buscar sua superação. É o caso, por exemplo, do Mapa do Alfabetismo no Brasil (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep/MEC, 2003), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2009, IBGE) do Indicador Nacional do Alfabetismo Funcional – INAF (2001, 2005 e 2009), do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB (2001, 2003 e 2006), do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA (2000 e 2006), do Retratos da Leitura no Brasil 2001 (CBL/Snel/Abrelivros) e 2007 (IPL) e do Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipal MinC/FGV (2009).

De acordo com o Mapa do Alfabetismo no Brasil (Inep, 2003), a evolução da taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, diminuiu de 65,3%, em 1900, para 13,6%, em 2000, realizando grande avanço nesse campo ao longo do século passado, e alcançando 9,7% na PNAD - 2009. Apesar desse avanço, entretanto, o Brasil ainda possuía, em 2000, cerca de 14 milhões de analfabetos absolutos (pessoas que se declararam incapazes de ler e escrever um bilhete simples) e 29,5 milhões de analfabetos funcionais (pessoas de 15 anos ou mais, com menos de quatro séries de estudos concluídas). Além disso, 42,7% dos analfabetos já tinham freqüentado a escola em algum momento de suas vidas⁶.

Com outra abordagem sobre o analfabetismo, os dados de uma das mais relevantes pesquisas sobre o assunto, denominada Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), realizada pelo Instituto Paulo Montenegro (Ibope pela Educação), definiu quatro níveis de alfabetismo de acordo com as habilidades em leitura/escrita (letramento) e em matemática (numeramento) demonstradas pelos entrevistados no teste pracionado, aplicado na faixa de 15 a 64 anos e tendo 2 pontos percentuais de margem de erro máxima. O resultado do INAF 2001/2002⁷, resultado combinado do teste em leitura/escrita de 2001 com o teste em matemática 2002, classificou 12% dos entrevistados como analfabetos absolutos; 27% foram classificados no nível rudimentar de alfabetismo, pois conseguem apenas ler títulos ou frases, localizando informações bem explícitas; 34% foram classificados no nível básico de alfabetismo, pois são aqueles que conseguem ler textos curtos, localizando informações explícitas ou que exijam pequena inferência; e 26% foram classificados no nível pleno de alfabetismo, correspondendo àquelas pessoas capazes de ler textos mais longos, localizar e relacionar mais de uma informação, comparar vários textos, identificar fontes.

As pesquisas do INAF de 2003 a 2007 mostram pouca variação da distribuição da população nos quatro níveis. O percentual estimado da população que atingem o nível pleno de habilidade não teve evolução significativa, mantendo-se próximo a um quarto da população estudada. Ou seja, apenas um em cada quatro jovens e adultos brasileiros conseguia compreender totalmente as informações contidas em um texto e relacioná-las com outros dados. Configura-se, assim, um quadro reprodutor de exclusão social, que deixa à margem do efetivo letramento cerca de três quartos da população brasileira.

⁶Dados disponíveis em www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708&id_pagina=1

⁷Dados colhidos no site www.ipm.org.br - Acesso em novembro de 2006

Entretanto, já houve tendência de avanços, pois em 2001/2002 tinha-se uma estimativa de 39% de pessoas classificadas como analfabetas ou com alfabetismo rudimentar, enquanto em 2007 esse mesmo percentual era 34%.

A última edição de 2009 mantém a tendência anterior (de 2001 e 2003), ou seja, a redução para 7% de analfabetismo absoluto, e também do nível rudimentar, com 21%. Quanto ao nível básico, houve aumento para 47%, permanecendo o índice de 25% para o pleno. Ou seja, 72% das pessoas de 15 a 64 anos podiam ser consideradas com pelo menos o nível básico de letramento e numeramento, um acréscimo de 6 pontos percentuais em relação à 2007. Entretanto, confirma-se, nesta década, a manutenção dos índices no nível de alfabetização pleno.

Deve-se enfatizar que, de acordo com os especialistas, uma das principais causas do elevado índice de alfabetismo funcional e das dificuldades generalizadas para a compreensão vertical da informação escrita se localiza na crônica falta de contato com a leitura, sobretudo entre as populações mais pobres. Como os investimentos para combater o analfabetismo têm sido crescentes nos últimos anos, isso equivale a dizer que ao mesmo tempo que milhões de brasileiros ingressam a cada ano na categoria de leitores em potencial, outros milhões saem pela porta dos fundos – a do alfabetismo funcional. Assim, um formidável conjunto de esforços, energia e investimentos públicos e privados não se realizam plenamente, não atingindo suas finalidades.

É importante observar que, embora nas sociedades atuais a leitura seja imprescindível para o ingresso no mercado de trabalho e para o exercício da cidadania, no Brasil as pesquisas e as avaliações educacionais apontam para a precária formação de um público leitor e revelam as imensas dificuldades para o sucesso das ações envolvidas na solução do problema. Se, por um lado, o sistema educacional brasileiro incluiu os estudantes que estavam fora da escola, por outro essa inclusão não foi plena, do ponto de vista qualitativo, porque o desempenho dos alunos, revelado em instrumentos de avaliação como o SAEB ou o PISA, tem sido baixo, demonstrando sérios problemas no domínio da leitura e da escrita e o aprofundamento das desigualdades.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) a partir de 1990, aplica exames, a cada biênio, de proficiência em Matemática e em Língua Portuguesa (leitura) em uma amostra de estudantes de 4ª

⁸Disponível em www.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_02.pdf>. Acesso em: 19/10/2010.

e 8ª séries do Ensino Fundamental e de 3ª série do Ensino Médio, nas redes de ensino público e privado, em todas as regiões do país. O SAEB-2007, reiterando índices das verificações anteriores, revela que apenas 27,9% dos alunos da 4ª série conseguem resultados de proficiência acima do nível recomendado. Comparando valores, as conclusões são ainda mais alarmantes: cerca de 25% dos alunos da 8ª série e 13% dos alunos da 3ª série do Ensino Médio ainda não estão no nível adequado para a 4ª série do Ensino Fundamental I.

Também o Relatório do PISA-2000 (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos - OCDE) reafirma os dados mostrados pelo SAEB. O Brasil apresentou nível em letramento em leitura inferior a todos os países da OCDE. Nessa pesquisa, o conceito de leitura em pauta não se resume à noção muito frequente de mera decodificação e compreensão literal de textos escritos, mas à capacidade de o jovem compreender e utilizar textos de várias naturezas para alcançar seus objetivos, desenvolvendo conhecimentos e participando ativamente da sociedade. Daí porque a expressão letramento foi escolhida para refletir a complexidade das variáveis em jogo, a amplitude de conhecimentos, habilidades e competências em causa, procurando-se verificar a operacionalização de esquemas cognitivos em termos de: conteúdos ou estruturas do conhecimento que os alunos precisam adquirir em cada domínio; processos a serem executados e contextos em que esses conhecimentos e habilidades são aplicados.

Apesar de não ter sido a leitura o foco da avaliação, o PISA-2006⁹, ao medir o letramento em leitura, posiciona o Brasil ao lado de Qatar, Azerbaijão, Tunísia, Indonésia, Argentina, Colômbia, Romênia, Sérvia e Bulgária. Estes estados são identificados com número maior de estudantes no nível 1 ou abaixo dele, que equivale ao conceito de limitados conhecimentos científicos que permitem apenas aplicações em algumas poucas situações familiares, considerando que esses estudantes não são capazes de apresentar explicações científicas a não ser as óbvias e tirar conclusões de evidências que não estejam explicitamente apresentadas.

Em uma avaliação sofisticada como o PISA, destaca-se ainda mais o desempenho insatisfatório dos alunos brasileiros, próximos do final da educação básica, revelando que necessitam desenvolver diversas habilidades para enfrentar os desafios do conhecimento nas complexas sociedades contemporâneas. Uma performance dessa natureza acarreta prejuízos de toda ordem. A baixa competência de leitura não apenas influi no desenvolvimento pessoal

⁹Disponível em <http://www.inep.gov.br/download/internacional/pisa/aplicacao_pisa2006.pdf>. Acesso em 19/10/2010.

e profissional dos estudantes como também, e até por isso, contribui decisivamente para ampliar o gigantesco fosso social existente em países como o Brasil, promovendo mais exclusão e menos cidadania.

Outros tópicos significativos sobre a situação da leitura no país são enfatizados na pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*,¹⁰ a maior – ainda que insuficiente – investigação já feita no Brasil sobre leitura fora de uma perspectiva prioritariamente “escolar” (com leitores com idade igual ou superior a 14 anos e o mínimo de três anos de escolaridade), realizada em 2001 pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel) e Associação Brasileira dos Editores de Livros (Abrelivros). Um aspecto capital apontado pela pesquisa é o de que o brasileiro lê em média 1,8 livro por ano¹¹, índice muito baixo se comparado a outros países.

O *Retratos-2007* (Instituto Pró Livro) registra, na mesma faixa etária da edição anterior, a média de 3,7 livros por habitantes no Brasil. Com a ampliação da faixa etária pesquisada (a partir de cinco anos), a média passa a ser de 4,7 livros por habitantes no Brasil, aumento que exige observação criteriosa, dado que boa parte dele se deve ao investimento estatal na compra de livros para escolas e demais programas educativos e culturais. Cerca de 30% dos livros de acesso ao público leitor escolarizado (entre 5 e 14 anos) corresponde à categoria “distribuídos pelo governo e/ou escolas”. Em outros termos, subtraindo os livros acessados via escola, os índices não passam de 2 livros por habitante. Comprovação de que a atuação do Estado é, ao menos neste momento, fator imprescindível para se manter a taxa de 4,7 livros por habitante no Brasil, considerando-se ainda que o índice de livros adquiridos pelos leitores é de 1,2 por habitante.

O avanço tímido na escala de posse e acesso ao livro corresponde, inevitavelmente, às taxas de alfabetização e investimento efetivo, cujos desempenhos, ainda que crescentes, não remetem a um salto que permita ao Brasil colocar-se lado a lado com os melhores índices mundiais de leitura. Ainda que se compare com o México, cujo índice é de 2,9 livros por habitante por ano, o cenário como um todo de ambos os países se mostra bastante parecido, com índices superiores entre os jovens, entre os que têm educação universitária ou entre os habitantes com melhores níveis socioeconômicos¹². O ranking brasileiro continua sendo o mesmo daqueles países cuja vulnerabilidade socioeconômica explica em muitos aspectos a situação revelada pelos dados.

¹⁰Disponível em: www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/48.pdf. Acesso em 19/10/2010.

¹¹Dados disponíveis em: www.snel.org.br/ui/pesquisaMercado/retratoLeitura.aspx (acesso restrito) e citado em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001834/183454e.pdf>>. Acesso em 19/10/2010.

¹²Disponível em <http://sic.conaculta.gob.mx/ficha.php?table=centrodoc&table_id=144> Encuesta Nacional de Lectura 2006. Acesso em 30/11/2010

O tortuoso acesso a livros em escolas e bibliotecas somado ao baixo poder aquisitivo da absoluta maioria dos leitores propicia efetivamente alternativas escassas para que se concretize a leitura. É preciso sublinhar que o acesso às bibliotecas é pequeno, não apenas por uma questão cultural que remonta à nossa longa história de iletramento, mas porque a rede de bibliotecas no país é reduzida, seja em termos quantitativos, seja em um plano qualitativo.

Ainda assim, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Munic (Pesquisa de Informações Básicas Municipais), de 2003, a biblioteca é um dos equipamentos culturais mais importantes do Brasil, presente em cerca de 85% das cidades brasileiras, em suas modalidades de bibliotecas públicas municipais, escolares e comunitárias. Em 2006, a Munic apontou a porcentagem de 97,8% dos municípios como mantenedores de, pelo menos, uma biblioteca vinculada ao poder público municipal. Um índice alto que, no entanto, não revela a forma de funcionamento nem a dimensão do trabalho realizado nessas comunidades.

Neste sentido, o Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais (MinC/ FGV), de 2009, revela que no período da pesquisa 420¹³ municípios brasileiros ainda não tinham biblioteca pública e grande parte das existentes possuíam equipamentos precários, acervos ínfimos e/ou muito defasados e recursos humanos despreparados para um processo de mediação eficiente na formação de leitores. Ao final de 2010, já podemos afirmar que a meta de zerar o número de municípios sem biblioteca no país foi atingida. Com disponibilidade para doação de acervos e equipamentos para todos os municípios, e com o intuito de fortalecimento deste importante equipamento, o Ministério da Cultura estabeleceu como condição para a liberação de recursos financeiros aos entes federados a existência de biblioteca pública em condições minimamente adequadas de atendimento à população.¹⁴

Não se pode deixar de lembrar, ainda, que, associado à forte concentração do público consumidor de livros segundo critérios geográficos, de classe social e de nível educacional – como apontou a pesquisa –, há um déficit considerável de livrarias no país. De acordo com a Associação Nacional de Livrarias (ANL), *O diagnóstico do setor livreiro* (2009)¹⁵ indica a existência de 2.980 livrarias no Brasil (aumento de 11% em relação a 2006), com média de uma para cada 64.255 habitantes, proporção ainda longe da considerada ideal pela UNESCO, uma para

¹³Disponível em www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/>. Acesso em 19/10/2010.

¹⁴Portaria nº 117 do Ministério da Cultura, de 01/12/2010 publicada no DOU de 03/12/2010

¹⁵Disponível em www.anl.org.br/web/pdf/diagnostico.pdf>. Acesso em 19/10/2010.

cada 10.000 habitantes¹⁶. Além disso, a distribuição desses estabelecimentos é extremamente desigual, se considerarmos que mais de 50% das livrarias concentram-se na região Sudeste e cerca de 20% na região Sul. O levantamento de 2009 ainda aponta que as regiões Nordeste e Norte perderam espaço. O Nordeste, que na pesquisa de 2006 aparecia com um percentual de 20%, apresentou índice de 12% no estudo de 2009. A região Norte, que em 2006 obteve um percentual de 5%, caiu para 3% em 2009. O Centro-Oeste não chegou a 10%. Paradoxalmente, deve ser frisado que esse cenário desolador se insere no contexto de um país que é o oitavo produtor de livros do mundo, com um poderoso e atualizado mercado editorial, que conta com mais de 2 mil editoras e movimentou mais de 52 mil títulos e 386 milhões de exemplares publicados anualmente¹⁷.

No entanto, não se pode considerar o livro como objeto cultural isolado, particularmente na sociedade contemporânea, em que as práticas de leitura são concretizadas em um contexto cultural bastante amplo. Em pesquisa realizada em 2004, a UNESCO comprovou que a influência do entorno cultural é bastante relevante no desenvolvimento do gosto pela leitura. O estudo foi denominado *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*¹⁸ e investigou jovens de 15 a 29 anos. Com o objetivo principal de compreender a multiplicidade de conceitos e comportamentos relacionados à juventude, embora a leitura não se apresente como prioridade de lazer dos jovens, sua percepção torna-se bastante positiva entre os entrevistados à medida que acumulam anos de escolaridade. Identificando os fatores que levam à composição de um ambiente letrado no entorno dos jovens, a pesquisa aponta para a conclusão de que seus interesses estão diretamente relacionados às condições materiais que lhes são oferecidas. E quanto mais acesso aos livros, mais os jovens se mostram abertos a vivenciar uma experiência positiva com a leitura em suas múltiplas plataformas e possibilidades.¹⁹

Daí que, para fortalecer qualquer política ou ação ligada ao livro, é preciso uma valorização da esfera da cultura como um todo, franqueando o acesso a uma variada gama de objetos culturais que hoje estabelecem vínculos estreitos com os livros. Há de se considerar a diversidade cultural e inúmeras instâncias – e não apenas a escola – que influenciam a cultura, tais como a família, a mídia, as instituições voltadas ao lazer, à religião, à política etc.

¹⁶Disponível em www.anl.org.br/web/diagnostico.html. Acesso em 19/10/2010.

¹⁷FIPE, CBL e SNEL. Produção e vendas do setor editorial brasileiro, relatório sobre 2009. São Paulo/Rio de Janeiro, 2010, p.9

¹⁸ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC); Unesco, Brasília, 2007

¹⁹DOURADO, Ana Cristina Dubeux; Políticas Públicas e Experiências da Sociedade Civil na Área de Promoção da Leitura e sua contribuição em estratégias de aprendizagem ao longo da vida. I Congresso Internacional da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos

PRINCÍPIOS NORTEADORES

O conjunto de dados aqui evocado, ainda que constitua apenas um esboço da questão da leitura e do livro no país, oferece elementos suficientes para contextualizar e justificar a proposição de um Plano como este, dada a gravidade da situação apontada e a premência de sua superação. Mas, para que se delineie com mais precisão o contexto em que se insere a Política de Estado aqui defendida, é importante, ainda, explicitar alguns pressupostos básicos sobre os quais se assenta o Plano, uma vez que correspondem a uma tomada de posição conceitual em relação à leitura e ao livro e, particularmente, traduzem o horizonte das muitas contribuições absorvidas pelo Plano no amplo fórum que se instaurou para a discussão do tema:

UNESCO

- O Plano valoriza particularmente três fatores qualitativos e dois quantitativos identificados pela Unesco como necessários para a existência expressiva de leitores em um país.

Os fatores qualitativos são:

- a) O livro deve ocupar destaque no imaginário nacional, sendo dotado de forte poder simbólico e valorizado por amplas faixas da população;
- b) Devem existir famílias leitoras, cujos integrantes se interessem vivamente pelos livros e compartilhem práticas de leitura, de modo que as velhas e novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afetivas em torno da leitura; e
- c) Deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários, mediadores de leitura) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade.

Os fatores quantitativos são:

- d) Deve ser garantido o acesso ao livro, com a disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas e livrarias, entre outros aspectos;
- e) O preço do livro deve ser acessível a grandes contingentes de potenciais leitores.

Além disso, é importante frisar que esse destaque à leitura e ao livro está estreitamente associado à questão geral da competência em informação (information literacy) e do aprendizado ao longo da vida, aspectos que têm merecido especial atenção por parte da Unesco em diretrizes e políticas mundiais para os próximos anos. Sob essa perspectiva, a competência em informação encontra-se no cerne do aprendizado ao longo da vida, constituindo direito humano básico em um mundo digital, necessário para promover o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade – no âmbito individual e coletivo – e para criar condições plenas de inclusão social.

PRÁTICAS SOCIAIS

- A leitura e a escrita são percebidas aqui como práticas essencialmente sociais e culturais, expressão da multiplicidade de visões de mundo, esforço de interpretação que se reporta a amplos contextos; assim, a leitura e a escrita são duas faces diferentes, mas inseparáveis, de um mesmo fenômeno.

CIDADANIA

- A leitura e a escrita constituem elementos fundamentais para a construção de sociedades democráticas, baseadas na diversidade, na pluralidade e no exercício da cidadania; são direitos de todos, constituindo condição necessária para que cada indivíduo possa exercer seus direitos fundamentais, viver uma vida digna e contribuir na construção de uma sociedade mais justa.

DIVERSIDADE CULTURAL

- A leitura e a escrita são, na contemporaneidade, instrumentos decisivos para que as pessoas possam desenvolver de maneira plena seu potencial humano e caracterizam-se como fundamentais para fortalecer a capacidade de expressão da diversidade cultural dos povos, favorecendo todo tipo de intercâmbio cultural; são requisitos indispensáveis para alcançar níveis educativos mais altos; apresentam-se como condição necessária para o desenvolvimento social e econômico. A leitura e o livro são vistos neste plano, não apenas em uma dimensão educacional, mas também, em uma perspectiva cultural, na qual se reconhecem três dimensões trabalhadas pela atual gestão do Ministério da Cultura. A política cultural em voga no Brasil parte de uma perspectiva sistêmica, que se desdobra em três dimensões, as quais são absorvidas por este plano para o setor de livro e leitura: a cultura como valor simbólico, a cultura como direito de cidadania e a cultura como economia. Não há preponderância

de uma dimensão sobre a outra, embora os focos da acessibilidade e do valor simbólico contemplem, mais definidamente, as dimensões educacionais (direito de cidadania) e culturais da leitura. A dimensão econômica deve, assim, estar equilibrada por essas duas outras, gerais e geradoras de bens públicos.

CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

- A concepção de leitura focalizada pelo Plano é aquela que ultrapassa o código da escrita alfabética e a mera capacidade de decifrar caracteres, percebendo-a como um processo complexo de compreensão e produção de sentidos, sujeito a variáveis diversas, de ordens social, psicológica, fisiológica, linguística entre outras. Uma perspectiva mecanicista da leitura, que pretende reduzir o ato de ler a mera reprodução do que está no texto, tem sido um dos mais graves obstáculos para o desenvolvimento da leitura e da escrita. A leitura configura um ato criativo de construção de sentidos, realizado pelos leitores a partir de um texto criado por outro(s) sujeito(s).

O VERBAL E O NÃO VERBAL

- Ao reafirmar a centralidade da palavra escrita, não se desconsidera a validade de outros códigos e linguagens, as tradições orais e as novas textualidades que surgem com as tecnologias digitais.

TECNOLOGIAS E INFORMAÇÃO

- No contexto atual, é imperativo que a leitura seja tratada no diálogo com as diversas tecnologias de gravação, entre os quais o livro se encontra. Como defende Renato Janine Ribeiro, a maneira adequada de difundir a leitura no Brasil não é a de sua “tradição”, mas aquela que considera que o sujeito contemporâneo só consegue ser interativo com a mídia sendo, ele mesmo, “multimeios”, necessitando da leitura para lê-lo; no mundo de hoje, não apenas a prática leitora deve passar pelo uso das tecnologias de informação e comunicação, mas o usuário dessas tecnologias deve desenvolver, por intermédio da família, da escola e de uma sociedade leitora, a prática de leitura. Neste sentido, deve-se ter atenção às questões contemporâneas acerca dos direitos autorais, fortemente impactados pelas novas possibilidades tecnológicas e seus avanços em termos de possibilidade de gravação e cópia. O Plano Nacional de Livro e Leitura defende uma perspectiva contemporânea do livro e da leitura e propõe um diálogo fecundo com as novas licenças de copyrights não restritivos, no que esses ajudam a equilibrar os direitos de autor com os direitos de acesso.

Além disso, não se pode deixar em um plano secundário a questão da inclusão digital, aspecto ao qual estão profundamente ligados a leitura e o livro, ainda mais em tempos em que o suporte papel começa, aos poucos, a competir com o livro eletrônico, multiplicando-se a possibilidade de difusão da informação em níveis nunca antes imaginados.

BIBLIOTECA ENQUANTO DÍNAMO CULTURAL

- A biblioteca não é concebida aqui como um mero depósito de livros, como muitas vezes tem se apresentado, mas assume a dimensão de um dinâmico polo difusor de informação e cultura, centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição dos mais diversificados bens artístico-culturais; para isso, deve estar sintonizada com as tecnologias de informação e comunicação, suportes e linguagens, promovendo a interação máxima entre os livros e esse universo que seduz as atuais gerações.

LITERATURA

- Entre as muitas possibilidades de textos que podem ser adotados no trabalho com a leitura, a literatura merece atenção especial no contexto do Plano, dada a enorme contribuição que pode trazer para uma formação vertical do leitor, consideradas suas três funções essenciais, como tão bem as caracterizou Antonio Candido: a) a capacidade que a literatura tem de atender à nossa imensa necessidade de ficção e fantasia; b) sua natureza essencialmente formativa, que afeta o consciente e o inconsciente dos leitores de maneira bastante complexa e dialética, como a própria vida, em oposição ao caráter pedagógico e doutrinador de outros textos; c) seu potencial de oferecer ao leitor um conhecimento profundo do mundo, tal como faz, por outro caminho, a ciência.

EJA

- A Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ser objeto de especial atenção em relação às políticas e ações ligadas à leitura, considerando-se imperativo criar condições favoráveis de letramento e de acesso ao livro para os jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio, hoje frequentemente denominados neoleitores. Trata-se de pessoas que iniciam sua trajetória como leitores, mas já possuem um nível razoável de experiência adquirida, no trabalho, no cotidiano, na vida afetiva. E o aspecto particularmente relevante é que essa experiência se acumulou antes da alfabetização do sujeito, implicando uma relação diferenciada com os livros

e a leitura, na comparação, por exemplo, com as crianças recém-alfabetizadas, mas inexperientes em outros setores da vida.

NECESSIDADES ESPECIAIS

- O Plano considera fundamental garantir que as pessoas com deficiências ou transtornos globais do desenvolvimento (impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial), tenham acesso a livros e outros materiais de leitura, valorizando ações como a versão ou a tradução, em Libras e em braile das obras em circulação, permitindo a inclusão desses potenciais leitores nas escolas regulares.

MEIOS EDUCATIVOS

- O Plano defende a produção de meios educativos (livros, periódicos e demais materiais de leitura utilizados como instrumentos para a educação na escola), tal como vem fazendo o MEC (por meio de implementação de políticas de produção e distribuição de materiais didáticos e literários que atendam às especificidades dos diversos públicos), a fim de assegurar o acesso a bens culturais produzidos em diferentes linguagens e suportes, sobre temas diversificados, gerados em contextos culturais variados, para leitores de diversas modalidades e faixas etárias; não só estudantes, mas também professores, bibliotecários e demais membros da comunidade escolar.

ESTADO DA QUESTÃO

- Políticas públicas para as áreas da leitura, do livro, da biblioteca, da formação de mediadores e da literatura devem ter como ponto de partida o conhecimento e a valorização do vasto repertório de debates, estudos, pesquisas, e experiências sobre as formas mais efetivas de promover a leitura e o livro e de formar leitores, existentes nas esferas municipal, estadual e nacional. Devem ser implementadas tanto pelo poder Público como pelas organizações da sociedade, atentando-se, ainda, para o contexto internacional, em particular o ibero-americano.

POLÍTICAS PÚBLICAS

- A leitura e a escrita devem ser consideradas base em processos de formulação e implantação de políticas públicas de educação e cultura dos governos em todos os seus níveis e modalidades de ensino e de administração, e, junto com o tema das línguas, perpassá-las estruturalmente, tal como proposto no

Plano Nacional de Cultura (PNC), elaborado pelo Ministério da Cultura. A consolidação de políticas e programas de fomento à leitura deve ser pensada a curto, médio e longo prazos, com ênfase no caráter permanente. Nesse processo, o fomento e a elaboração de Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura articulados com o Plano Nacional se tornam fundamentais.

INTEGRAÇÃO

- É pressuposto deste Plano a fundamental integração entre o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Educação (MEC), demais ministérios e outras agências públicas federais para otimizar os esforços em prol da leitura e do livro no país. O Plano se integra ao Plano Nacional de Cultura (PNC) e ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como base para o texto do capítulo específico sobre o tema. Da mesma forma, o Plano poderá indicar diretrizes para outros documentos oficiais sobre o tema.

AUTORES, EDITORAS E LIVRARIAS

- A política para o livro e a leitura deve considerar também as diversas autorias e a criação literária, além das questões de fomento do setor editorial e livreiro, de forma a criar condições para que a produção das obras necessárias aconteça de forma cada vez mais eficaz, barateando os custos de produção e distribuição, eliminando gargalos e debilidades, tudo convergindo para a produção de livros em quantidade necessária e a preços compatíveis com a capacidade de consumo da população. Deve manter, no entanto, a perspectiva sistêmica, exposta anteriormente, em que o econômico se equilibra com o direito de cidadania e a dimensão simbólica.

A LEITURA E O LIVRO

- Este Plano procura contemplar, de forma dialética, um processo de dupla face: tanto aquele moldado pelas questões que envolvem a leitura, quanto o que se configura pelos problemas relativos à cadeia produtiva do livro, buscando evitar polarizações que a tradição tem revelado inócuas, no que diz respeito aos papéis a serem cumpridos pelo Estado e à dinâmica específica do mercado.

AVALIAÇÃO CONTÍNUA

- São necessários mecanismos contínuos de avaliação das metas, dos programas e das ações desenvolvidos para verificar o alcance das iniciativas e os resultados obtidos, permitindo ajustes, remodelações e atualizações no processo.

OBJETIVOS E METAS

O objetivo central da Política de Estado aqui delineada é o de assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis na época contemporânea para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja individual ou coletivamente. Há a convicção de que somente assim é possível que, na sociedade da informação e do conhecimento, o indivíduo exerça de maneira integral seus direitos, participe efetivamente dessa sociedade, melhore, em amplo sentido, seu nível educativo e cultural, fortaleça os valores democráticos, seja criativo, conheça os valores e modos de pensar de outras pessoas e culturas e tenha acesso às formas mais verticais do conhecimento e à herança cultural da humanidade. Trata-se de intensa valorização dos caminhos abertos ao indivíduo pela cultura escrita, sem que se deixe de reconhecer e se tente apoiar e preservar a cultura oral de nosso povo. Busca-se criar condições necessárias e apontar diretrizes para a execução de políticas, programas, projetos e ações continuadas por parte do Estado em suas diferentes esferas de governo e também por parte das múltiplas organizações da sociedade civil, lastreada em uma visão republicana de promoção da cidadania e inclusão social e segundo estratégias gerais para o desenvolvimento social e de construção de um projeto de nação que suponha uma organização social mais justa.

São estabelecidos aqui alguns objetivos que devem ser alcançados no curto, médio e longo prazos:

- a) Formar leitores, buscando, de maneira continuada, substantivo aumento do índice nacional de leitura (número de livros lidos por habitante/ano) em todas as faixas etárias e do nível qualitativo das leituras realizadas;
- b) Implantação, modernização e qualificação de acervos, equipamentos e instalações de bibliotecas de acesso público nos municípios brasileiros;

- c) Fomentar a formação de mediadores e agentes de leitura;
- d) Incentivar programas de bolsas de criação, formação, intercâmbio, pesquisa e residências literárias;
- e) Realização bienal de pesquisa nacional sobre leitura;
- f) Implementação e fomento de núcleos voltados a pesquisas, estudos e indicadores nas áreas da leitura e do livro em universidades e outros centros;
- g) Concessão de prêmio anual de reconhecimento a projetos e ações de fomento e estímulo às práticas sociais de leitura;
- h) Expansão permanente do número de salas de leitura e ambientes diversificados voltados à leitura;
- i) Identificação e cadastro contínuos das ações de fomento à leitura em curso no país;
- j) Identificação e cadastro contínuos dos pontos de vendas de livros e outros materiais impressos não periódicos;
- k) Elevação significativa do índice de empréstimos de livro em biblioteca (sobre o total de livros lidos no país);
- l) Aumento do número de títulos editados e exemplares impressos no país;
- l) Elevação do número de livrarias do país;
- m) Aumento da exportação de livros; expansão do número de autores brasileiros traduzidos no exterior;
- n) Aumento do índice per capita de livros não didáticos adquiridos; ampliação do índice de pessoas acima de 14 anos, com o hábito de leitura e que possuam ao menos dez livros em casa;
- o) Estimular continuamente a criação de planos estaduais e municipais de leitura;
- p) Apoiar o debate e a utilização de copyrights não restritivos (copyleft e creative commons), equilibrando o direito de autor com direitos de acesso à cultura escrita;
- q) Assegurar o acesso a pessoas com deficiência, conforme determinações da legislação brasileira e dos imperativos conceituais e objetivos expressos no amplo direito à leitura para todos os brasileiros contidos neste Plano.

EIXOS DE AÇÃO

No caso dos eixos e linhas de ação que são descritos a seguir, é preciso enfatizar que não se trata aqui da explicitação de um conjunto de iniciativas e ações a serem efetivamente desenvolvidas pelo Governo Federal. Trata-se da fixação, do delineamento e da sistematização dessas iniciativas e ações, de tal modo que o conjunto dos eixos possa servir como uma baliza clara para que as mais variadas instituições e entidades da sociedade planejem e implementem suas ações, concentrando o foco nas prioridades do setor e não dispersando recursos de qualquer natureza.

EIXO 1

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO

1.1. Implantação de novas bibliotecas

Implantação de novas bibliotecas de acesso público, estaduais, municipais e escolares (com acervos que atendam, pelo menos, aos mínimos recomendados pela Unesco, incluindo livros em braille, livros digitais, audiolivros etc, computadores conectados à internet, jornais, revistas e outras publicações periódicas) e funcionando como centros de ampla produção e irradiação cultural. Abertura de bibliotecas comunitárias (periferias urbanas, morros, hospitais, creches, igrejas, zonas rurais, clubes de serviços, ONGs etc.).

1.2. Fortalecimento da rede atual de bibliotecas

Fortalecimento e consolidação do sistema nacional de bibliotecas públicas, tornando-o realmente um sistema integrado, com níveis hierárquicos de bibliotecas e meios de circulação de acervos, informatização de catálogos, capacitação permanente de gestores e bibliotecários como promotores da leitura e atualização de acervos. Instituição e/ou fortalecimento dos sistemas estaduais e municipais de bibliotecas, com funções de gerenciamento entre União, Estados e Municípios. Criação do sistema de estatísticas das bibliotecas. Conversão

das bibliotecas em centros geradores de cultura. Programas permanentes de aquisição e atualização de acervos. Transformação das bibliotecas em unidades orçamentárias. Bibliotecas públicas com quadro de pessoal adequado às necessidades e especializado.

1.3. Conquista de novos espaços de leitura

Criação e apoio a salas de leitura, bibliotecas circulantes e “pontos de leitura” (ônibus, vans, peruas, trens, barcos etc.). Atividades de leitura em parques, centros comerciais, livrarias, aeroportos, estações de metrô, trem e ônibus. Leitura em hospitais, asilos, penitenciárias, praças e consultórios pediátricos. Leitura com crianças em situação de rua. Espaços de leitura nos locais de trabalho.

1.4. Distribuição de livros gratuitos

Programas para distribuição de livros didáticos e não didáticos, não apenas para alunos e professores nas escolas, mas também para crianças, jovens e adultos inseridos em outros contextos, tais como hospitais, asilos, presídios, zona rural etc. Projetos de educação para a cidadania com livros (saúde, meio ambiente, trânsito, trabalho, juventude etc.). Distribuição de livros em cestas básicas, estádios, ginásios etc.

1.5. Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura

Circuito nacional de feiras do livro. Coedições de livros em braille, livros digitais e audiolivros para atender a pessoas com deficiências, especialmente as de natureza visual. Projetos editoriais com jornais e revistas. Campanhas de doações de livros.

1.6. Incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação

Formulação e aprimoramento de técnicas que visem facilitar o acesso à informação e à produção do saber, incluindo capacitação continuada para melhor aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação. Produção e desenvolvimento de tecnologias para a preservação de acervos, ampliação e difusão de bens culturais, como livros digitais, informatização de bibliotecas e bibliotecas digitais, entre outros. Instalação de Centros de Leitura Multimídia, voltados para a pesquisa e divulgação, em especial nas áreas da leitura e do livro.

EIXO 2

FOMENTO À LEITURA E À FORMAÇÃO DE MEDIADORES

2.1. Formação de mediadores de leitura

Programas de capacitação de educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura. Projetos especiais com universidades e centros de formação de professores. Cursos de formação de educadores com estratégia de fomento à leitura e de estudantes que se preparam para o magistério em literatura infanto-juvenil. Ampla utilização dos meios de educação a distância para formação de promotores de leitura em escolas, bibliotecas e comunidades.

2.2. Projetos sociais de leitura

Projetos para fomentar a leitura. Rodas da leitura, atividades de formação do leitor na escola, clubes de leitura. Atividades de leitura em comunidades tradicionalmente excluídas (indígenas, quilombolas etc.). Projetos de formação de neoleitores jovens, adultos e idosos em diversos contextos. Mediadores de leitura e contadores de histórias, performances poéticas, rodas literárias e murais. Oficinas de criação literária para crianças e jovens. Encontro com autores. Banco de dados de projetos de estímulo à leitura, com avaliação e formatação para sua replicação. Editais de órgãos públicos e empresas estatais para apoiar projetos. Continuidade e fortalecimento do PROLER/FBN e de suas ações.

2.3. Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura

Diagnósticos sobre a situação da leitura e do livro. Pesquisas sobre hábitos de leitura e consumo de livros, bem como pesquisas qualitativas sobre a recepção dos mais variados gêneros. Investigações sobre formação de base de conhecimento e sobre experiências inovadoras e bem-sucedidas com leitura. Apoio às pesquisas sobre a história do livro no Brasil, história editorial brasileira, história das bibliotecas, história das práticas sociais de leitura, história das livrarias nos núcleos universitários de pesquisa e fora da academia. Programas de financiamento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura e a publicação, com apoio de instituições oficiais e/ou da sociedade, dos resultados dessas pesquisas.

2.4. Sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial

Estudos e pesquisas para conhecer a realidade das bibliotecas, das editoras, das livrarias e do consumo de livros no Brasil. Estudos sobre a cadeia produtiva do livro e projetos e programas para a política pública setorial. Levantamento de dados para apurar os números de bibliotecas, livrarias, investimentos no setor editorial brasileiro, de investimentos das políticas públicas etc. Portal de projetos, programas, ações e calendário de atividades e eventos da área.

2.5. Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura

Concursos para reconhecer e premiar experiências inovadoras na promoção da leitura e da literatura. Prêmios para ações de fomento à leitura desenvolvidas em escola, biblioteca, comunidade, empresa etc. Prêmios para identificar, reconhecer e valorizar as diferentes práticas sociais de leitura existentes.

EIXO 3

VALORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA LEITURA
E INCREMENTO DE SEU VALOR SIMBÓLICO

3.1. Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em Política de Estado

Programas governamentais de fomento à leitura (como o Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura – CSLLL, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER etc). Formulação de Planos Estaduais e Planos Municipais de Livro e Leitura (PELL e PMLL), formulação de políticas nacional, estaduais e municipais. Marcos legais (leis do livro federal, estaduais e municipais; decretos e portarias). Realização de fóruns, congressos, seminários e jornadas para propor agendas sobre o livro e a leitura. Pesquisas e estudos sobre políticas públicas do livro, leitura e biblioteca pública. Estruturação da área de formulação, coordenação e execução da política setorial. Criação de fundos e agências para financiamento e fomento à Leitura. Criação de grupos de apoio entre parlamentares e formadores de opinião.

3.2. Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura

Campanhas institucionais de valorização da leitura, do livro, da literatura e das bibliotecas em televisão, rádio, jornal, internet, revistas, outdoors, cinema e outras mídias. Campanhas com testemunhos de formadores de opinião sobre suas experiências com livros e leitura. Publicações de histórias de leitura e dicas de personalidades e pessoas anônimas da comunidade sobre livros. Campanhas de conscientização da importância da biblioteca pública.

3.3. Publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura

Publicações de cadernos, suplementos especiais, seções, revistas, jornais, portais e sítios na internet sobre livro, literatura, bibliotecas e leitura. Resenhas em jornais e revistas com lançamentos do mercado editorial. Programas per-

manentes e especiais na televisão e no rádio.

EIXO 4

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DO LIVRO

4.1. Desenvolvimento da cadeia produtiva do livro

Linhas de financiamento para gráficas, editoras, distribuidoras e livrarias e para a edição de livros. Programas governamentais de aquisição que considerem toda a cadeia produtiva e os interesses das práticas sociais de leitura no país. Programas de apoio às micro e pequenas empresas. Fóruns sobre políticas do livro e da edição. Programas de formação para editores, livreiros e outros profissionais do mercado editorial. Programas para ampliação das tiragens, redução de custos e barateamento do preço do livro. Programas de apoio ao livro universitário.

4.2. Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura

Política para fomentar a abertura de livrarias e apoiar as existentes. Livrarias em praças públicas. Livros em bancas de jornal. Programas de formação de livreiros-empresendedores. Apoio e financiamento ao setor livreiro. Programas de apoio à abertura de pontos alternativos de venda. Programas de educação continuada aos profissionais de livrarias. Programas de tarifas diferenciadas para transporte e circulação de bens de leitura.

4.3. Apoio à cadeia criativa do livro

Instituição e estímulo para a concessão de prêmios nas diferentes áreas e bolsas de criação literária para apoiar os escritores. Apoio à circulação de escritores por escolas, bibliotecas, feiras etc. Defesa dos direitos do escritor. Apoio à publicação de novos autores. Programas de apoio à tradução. Fóruns de direitos autorais e copyrights restritivo e não restritivo.

4.4. Maior presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editada

Participação em feiras internacionais. Programas de exportação de livros e apoio para a tradução de livros brasileiros para edição no exterior. Difusão da literatura e dos escritores brasileiros no exterior. Reedição de obras importantes, mas fora de circulação.

ESTRUTURA PARA IMPLEMENTAÇÃO

A lei n.º 10.753, de 30/10/2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, é o instrumento legal que autoriza o Poder Executivo a criar projetos de incentivo à leitura e acesso ao livro. A regulamentação da lei permitirá a criação de instrumentos que facilitem a execução do disposto no art. 13 e suas alíneas, que incluem a articulação de diferentes instâncias e âmbitos governamentais e parcerias com o setor de criação e a cadeia produtiva do livro. A regulamentação da lei n.º 10.753 deverá apresentar o Plano Nacional do Livro e Leitura e formas possíveis para sua organização e estrutura, capazes de formular, coordenar e executar ações dessa política setorial. Para sua implantação, os ministérios da Cultura e da Educação deram o passo inicial ao editarem a Portaria Interministerial n.º 1442 de 10/08/2006, garantindo a estrutura e o marco legal para essa fase do processo, com a criação de um Conselho Diretivo, uma Coordenação Executiva e um Conselho Consultivo.

O Conselho Diretivo é composto por dois representantes do Ministério da Cultura, dois representantes do Ministério da Educação, um representante dos autores, um representante dos editores de livros, um representante de especialistas em leitura. A Coordenação Executiva é composta por cinco membros, representantes do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação, da Fundação Biblioteca Nacional e de entidades representativas dos bibliotecários que compõem o Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura (antes Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura). O Conselho Consultivo é o próprio Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura. A coordenação dessa estrutura está a cargo de um Secretário Executivo, nomeado pelos Ministros da Cultura e da Educação.

Após a fase inicial de implantação, encerrada depois dos primeiros três anos, outras ações demandarão novos instrumentos legais (portarias, outros decretos, leis, PECs), bem como os ajustes e a institucionalização que se façam necessários na estrutura governamental, de tal modo que seja possível enfrentar de forma adequada os novos momentos do processo desencadeado por este

Plano. Distribuída em várias instâncias diretivas nas últimas administrações federais, a formulação e a ordenação de políticas públicas para o livro e a leitura requerem reflexão dentro do atual momento reformulador expresso pelo PNLL.

INSTÂNCIAS DIRETIVAS ATUAIS:

- a) Debate/assessoria – O Colegiado Setorial de Livro, Leitura e Literatura, que integra o Conselho Nacional de Política Cultural, instituído por Portaria do Ministério da Cultura em maio de 2009, decorrente da antiga Câmara Setorial de Livro, Leitura e Literatura (instituída por decreto presidencial em agosto de 2005), é o instrumento de participação política na elaboração, monitoramento e execução de políticas públicas de livro, leitura e literatura. É o espaço de concertação para articulação, entendimentos e busca do consenso, sempre que possível, na implementação de políticas públicas. É o espaço para a sociedade civil debater, defender e legitimar suas propostas para o setor;
- b) Formulação e execução – No âmbito federal, a Diretoria de Livro, Leitura e Literatura, vinculada à Secretaria de Articulação Institucional, é o órgão do Ministério da Cultura responsável por formular políticas, programas, projetos e ações de acesso, difusão, produção e fruição ao livro e à leitura. Cabe ainda à Diretoria articular com a Fundação Biblioteca Nacional/Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas os programas de implantação e modernização de bibliotecas públicas municipais; integrar as políticas do Ministério com o Plano Nacional do Livro e da Leitura; articular e mobilizar os entes federados e a sociedade civil em torno de leis e de planos estaduais e municipais de livro e leitura; coordenar, integrar, monitorar e avaliar as ações de livro e leitura do Programa Mais Cultura. Cabe à Fundação Biblioteca Nacional promover a difusão do livro, incentivando a criação literária nacional, no país e no exterior; atuar como centro referencial de informações bibliográficas; adquirir, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional; coordenar, orientar e apoiar o Proler; coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas; subsidiar a formulação de políticas e diretrizes voltadas para a produção e o amplo acesso ao livro, dentre outras atribuições. No âmbito do Ministério da Educação, cabe ao Fundo Nacional do Desenvolvimento Educacional (FNDE), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e Secreta-

ria de Educação Especial (Seesp) executar programas do livro e apoiar programas de leitura, por meio de convênios. Ao MEC cabe dar continuidade às diversas políticas e ações que vem implementando nos últimos anos em diferentes frentes (acesso à produção científica, didática e artístico-cultural; fomento à projetos de mediação de leitura; produção de material científico, didático e artístico-cultural; pesquisa e avaliação sobre leitura e escrita, formação de mediadores de leitura; apoio à produção e distribuição de material literário para neoleitores), por meio de Instituições e Programas como o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira); Cibec (Centro de Informação e Biblioteca em Educação); TV Escola, Portal de Periódicos da Capes; PNLD (Programa Nacional do Livro Didático); PNBE (Programa Nacional da Biblioteca Escolar); PNLDEJA (Programa Nacional do Livro Didático para EJA); Concurso Literatura para Todos; Napro (Núcleo de Atividades do Projeto Rondon); Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior); SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica).

Outros projetos e programas que se relacionam de forma transversal com a política setorial – caso, por exemplo, daqueles referentes à cadeia produtiva do livro, como as ações de exportação, desenvolvimento da indústria, apoio financeiro às pequenas e médias empresas, entre outros – são também desenvolvidos por outros ministérios e suas instituições vinculadas a empresas estatais.

FINANCIAMENTO

As fontes de recursos existentes e a explorar devem abranger fundos públicos, privados e mistos. Aos recursos orçamentários vinculados a programas de leitura, livros e bibliotecas, outros podem vir a ser criados (loterias culturais, novos editais de apoio). Também é imprescindível tornar obrigatória a inclusão de rubricas orçamentárias nos orçamentos da União, dos estados e dos municípios. Outras possibilidades são os fundos de desenvolvimento e os créditos do sistema de financiamento e fomento industrial. Algumas possíveis fontes:

- Orçamento da União (MinC/vinculadas; MEC/vinculadas; outros ministérios com ações na área);
- Orçamento da União (a partir de emendas parlamentares);
- Editais e orçamentos próprios de empresas estatais federais;
- Orçamentos dos estados (incluindo estatais e vinculadas);
- Orçamento das prefeituras (incluindo estatais e vinculadas);
- Fundo Nacional de Cultura;
- Recursos de projetos específicos provenientes dos governos (nacional, estadual e municipal), organismos internacionais, entidades, empresas e outros;
- Orçamentos das entidades paraestatais (Sistema S, Apex, ABDI etc.);
- Orçamentos de organismos internacionais (Cerlalc, Unesco, OEI, PNUD, OIT etc.);
- Orçamentos de entidades e empresas privadas;
- Orçamentos de organizações não governamentais
- Leis de incentivo à cultura/Renúncia Fiscal (Lei Rouanet, leis estaduais e municipais).

As ações e projetos inscritos no PNLL devem ser autossustentáveis por orçamentos de seus promotores, sejam eles públicos ou privados.



DOCUMENTOS



LEI N° 10753

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI No 10.753, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional do Livro, mediante as seguintes diretrizes:

- I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;
- II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;
- III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;
- IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;
- V - promover e incentivar o hábito da leitura;
- VI - propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;

VII - competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;

VIII - apoiar a livre circulação do livro no País;

IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;

X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;

XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;

XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

CAPÍTULO II DO LIVRO

Art. 2º Considera-se livro, para efeitos desta Lei, a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento.

Parágrafo único. São equiparados a livro:

I - fascículos, publicações de qualquer natureza que representem parte de livro;

II - materiais avulsos relacionados com o livro, impressos em papel ou em material similar;

III - roteiros de leitura para controle e estudo de literatura ou de obras didáticas;

IV - álbuns para colorir, pintar, recortar ou armar;

V - atlas geográficos, históricos, anatômicos, mapas e cartogramas;

VI - textos derivados de livro ou originais, produzidos por editores, mediante contrato de edição celebrado com o autor, com a utilização de qualquer suporte;

VII - livros em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual;

VIII - livros impressos no Sistema Braille.

Art. 3º É livro brasileiro o publicado por editora sediada no Brasil, em qualquer idioma, bem como o impresso ou fixado em qualquer suporte no exterior por editor sediada no Brasil.

Art. 4º É livre a entrada no País de livros em língua estrangeira ou portuguesa, isentos de imposto de importação ou de qualquer taxa, independen-

te de licença alfandegária prévia.

Art. 4o É permitida a entrada no País de livros em língua estrangeira ou portuguesa, imunes de impostos nos termos do art. 150, inciso VI, alínea d, da Constituição, e, nos termos do regulamento, de tarifas alfandegárias prévias, sem prejuízo dos controles aduaneiros e de suas taxas. (Redação dada pela Lei nº 10.833, de 29.12.2003)

CAPÍTULO III

DA EDITORAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO LIVRO

Art. 5o Para efeitos desta Lei, é considerado:

I - autor: a pessoa física criadora de livros;

II - editor: a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução de livros, dando a eles tratamento adequado à leitura;

III - distribuidor: a pessoa jurídica que opera no ramo de compra e venda de livros por atacado;

IV - livreiro: a pessoa jurídica ou representante comercial autônomo que se dedica à venda de livros.

Art. 6o Na editoração do livro, é obrigatória a adoção do Número Internacional Padronizado, bem como a ficha de catalogação para publicação.

Parágrafo único. O número referido no caput deste artigo constará da quarta capa do livro impresso.

Art. 7o O Poder Executivo estabelecerá formas de financiamento para as editoras e para o sistema de distribuição de livro, por meio de criação de linhas de crédito específicas.

Parágrafo único. Cabe, ainda, ao Poder Executivo implementar programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em Sistema Braille.

Art. 8o É permitida a formação de um fundo de provisão para depreciação de estoques e de adiantamento de direitos autorais.

Art. 8o As pessoas jurídicas que exerçam as atividades descritas nos incisos II a IV do art. 5o poderão constituir provisão para perda de estoques, calculada no último dia de cada período de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, correspondente a 1/3 (um terço) do valor do estoque existente naquela data, na forma que dispuser o regulamento, inclusive em relação ao tratamento contábil e fiscal a ser dispensado às reversões dessa provisão. (Redação dada pela Lei nº 10.833, de 29.12.2003)

§ 1o Para a gestão do fundo levar-se-á em conta o saldo existente no último dia de cada exercício financeiro legal, na proporção do tempo de aquisição, observados os seguintes percentuais:

I - mais de um ano e menos de dois anos: trinta por cento do custo direto de produção;

II - mais de dois anos e menos de três anos: cinqüenta por cento do custo direto de produção;

III - mais de três anos: cem por cento do custo direto de produção.

§ 2o Ao fim de cada exercício financeiro legal será feito o ajustamento da provisão dos respectivos estoques.

Art. 9o O fundo e seus acréscimos serão levados a débito da conta própria de resultado, sendo seu valor dedutível, para apuração do lucro real. As reversões por excesso irão a crédito para tributação.

Art. 9o A provisão referida no art. 8o será dedutível para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido. (Redação dada pela Lei nº 10.833, de 29.12.2003)

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. Os contratos firmados entre autores e editores de livros para cessão de direitos autorais para publicação deverão ser cadastrados na Fundação Biblioteca Nacional, no Escritório de Direitos Autorais.

Art. 12. É facultado ao Poder Executivo a fixação de normas para o atendimento ao disposto nos incisos VII e VIII do art. 2o desta Lei.

CAPÍTULO IV DA DIFUSÃO DO LIVRO

Art. 13. Cabe ao Poder Executivo criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, ampliar os já existentes e implementar, isoladamente ou em parcerias públicas ou privadas, as seguintes ações em âmbito nacional:

I - criar parcerias, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de programas de incentivo à leitura, com a participação de entidades públicas e privadas;

II - estimular a criação e execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura, mediante:

a) revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de literatura nas escolas;

b) introdução da hora de leitura diária nas escolas;

c) exigência pelos sistemas de ensino, para efeito de autorização de esco-

las, de acervo mínimo de livros para as bibliotecas escolares;

III - instituir programas, em bases regulares, para a exportação e venda de livros brasileiros em feiras e eventos internacionais;

IV - estabelecer tarifa postal preferencial, reduzida, para o livro brasileiro;

V - criar cursos de capacitação do trabalho editorial, gráfico e livreiro em todo o território nacional.

Art. 14. É o Poder Executivo autorizado a promover o desenvolvimento de programas de ampliação do número de livrarias e pontos de venda no País, podendo ser ouvidas as Administrações Estaduais e Municipais competentes.

Art. 15. (VETADO)

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição de livros.

Art. 17. A inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo para financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura será feita por meio do Fundo Nacional de Cultura.

Art. 18. Com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de outubro de 2003; 182o da Independência e 115o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Antonio Palocci Filho

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Jaques Wagner

Márcio Fortes de Almeida

Guido Mantega

Miro Teixeira

Ricardo José Ribeiro Berzoini

Gilberto Gil

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 31.10.2003 (Edição extra)



CONFERÊNCIAS IBEROAMERICANAS EM 2003

Em 3 de outubro de 2003, na VII Conferência Ibero-americana de Cultura, em Cochabamba (Bolívia), os Ministros da Cultura e Chefes de Delegação firmam a Declaração de Cochabamba, na qual solicitam à Cúpula de Chefes de Estado e de Governo Ibero-americano para declarar 2005 o Ano Ibero-americano da Leitura. Assim, em 15 de novembro de 2003, em Santa Cruz de La Sierra (Bolívia), os Chefes de Estado e de Governo proclamam 2005 como o Ano Ibero-americano da Leitura e comprometem-se a somar esforços para efetivar o Plano Ibero-americano de Leitura.

VII Conferencia Iberoamericana de Cultura Cochabamba, Bolivia, 2 y 3 de octubre de 2003

Declaración de Cochabamba

En Iberoamérica, complejos procesos de exclusión generaron formas de coexistencia que aún mantienen estructuras nacionales inequitativas. Este es el origen de varias de las situaciones actuales que mantienen en la pobreza y marginalidad a una significativa parte de las poblaciones iberoamericanas. Los gobiernos iberoamericanos están comprometidos en revertir la situación, procurando una mayor inclusión social. Desde el campo de la cultura, afirmamos la imperiosa necesidad de elevar de manera sustantiva la contribución de las políticas culturales a la generación de condiciones de mayor integración social.

La diversidad cultural, en el marco del respeto de los derechos humanos, es clave para garantizar la cohesión social, la democracia, la justicia social y la paz, como valores fundamentales para la construcción de la Comunidad Ibero-

americana. El reconocimiento de la validez y legitimidad de patrones culturales múltiples, nos lleva a afirmar que sociedades incluyentes requieren del desarrollo de la persona y de la construcción ciudadana y multifacética de sentidos colectivos.

En este contexto, la relación entre cultura y economía como una aproximación necesaria del reconocimiento de la diversidad cultural, favorece la competitividad y la inclusión social en nuestros países. De esta manera, también se hace efectivo el reconocimiento concreto y formal de las condiciones de multiculturalidad, multietnicidad y plurilingüismo vigentes en la mayoría de nuestros países.

Reafirmando el derecho de los Estados de formular y ejecutar plena y libremente sus políticas culturales, postulamos:

1) Resaltar la importancia creciente del sector cultural como factor de desarrollo sustentable y generador de empleo, que eleva la calidad de vida y propicia un impacto positivo en las economías nacionales.

2) Fomentar políticas públicas integrales y transversales que reúnan aspectos culturales, sociales, económicos y fiscales que potencien las características específicas de los bienes y servicios.

3) Reconocer que en las negociaciones comerciales internacionales y en la creación de nuevas normas para el comercio mundial, la cultura debe ser tratada en su integridad y especificidad, considerando el valor agregado que incorpora en la producción de los bienes y servicios. Por tanto, se recomienda considerarlos como rubros diferenciados del trato generalizado que caracteriza a las negociaciones comerciales internacionales, debido a que sus contenidos conforman las identidades. En estas negociaciones es recomendable tomar en consideración las posiciones de todos los actores involucrados.

4) Prestar mayor atención a las poblaciones migrantes -internas y hacia el exterior- desde las políticas culturales, con el objeto de que se mantengan fuertes lazos culturales con sus lugares de origen, con resultados en importantes flujos de cultura y capital.

5) Expresar la necesidad de que Iberoamérica genere acuerdos que lleven a aportar la visión y la experiencia histórica de la región en la discusión del futuro instrumento internacional sobre la diversidad cultural en el ámbito de la UNESCO.

6) Impulsar el desarrollo de mercados de obras audiovisuales y de los medios electrónicos en Iberoamérica, como un factor de integración social y regional, con el fin de hacer más amplio y equitativo el acceso y fluido el diálogo e intercambio entre nuestras culturas. En este contexto realizaremos esfuerzos para perfeccionar nuestras legislaciones y normas administrativas en beneficio de la producción y circulación de nuestros productos audiovisuales. Asimismo, valoramos los resultados de IBERMEDIA, y alentamos el desarrollo de CIBERMEDIA y de la Televisión Iberoamericana.

7) Incentivar acciones que a partir de saberes tradicionales y científicos promuevan el incremento y el desarrollo de innovaciones tecnológicas que respondan a necesidades de nuestras poblaciones, en particular las que se encuentran en situación de exclusión.

8) Ayudar a erradicar los múltiples tipos de analfabetismo desde las políticas culturales, ya que es una de las peores formas de exclusión social que padecen nuestros países.

9) Adoptar el Plan Iberoamericano de Lectura presentado por la OEI y el CERLALC y comprometernos a respaldar su desarrollo, entendiendo que entre sus objetivos se encuentra contribuir a la erradicación del analfabetismo. En este sentido, solicitamos a la Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno de Iberoamérica declarar el año 2005 como Año Iberoamericano de la Lectura. Asimismo, proponemos dar inicio al proceso orientado a convertir el Plan Iberoamericano de Lectura en Programa Cumbre.

10) Fomentar procesos de participación ciudadana asociados a la formulación y puesta en marcha de políticas culturales, de manera que éstas sean cada vez más incluyentes de las necesidades y demandas de las comunidades, en particular de aquellos grupos tradicionalmente postergados o discriminados.

11) Animar, desde las políticas públicas, las acciones de la sociedad civil dirigidas al sostenimiento de la diversidad cultural, por medio de iniciativas tales como microempresas e industrias culturales; redes de instituciones y servicios culturales; movimientos ciudadanos y comunitarios, y otras formas de organización de la sociedad civil que contribuyen desde la cultura a la inclusión social. Todo ello, procurando reducir los requerimientos y los costos administrativos.

12) Resaltar la vinculación estrecha entre el patrimonio y el turismo cultural, como factor fundamental del desarrollo, que genera recursos orientados a la autosustentabilidad.

Reconocemos la importancia de los avances realizados por los Programas Cumbre IBERMEDIA, ABINIA, PICBIP, ADAI, RILVI, Fondo Indígena; así como de los proyectos en desarrollo del Marco de Acción de Cooperación Iberoamericana aprobado en la VI Conferencia Iberoamericana de Cultura. Consideramos que las acciones futuras deben procurar reducir las brechas existentes dentro de la misma Comunidad Iberoamericana. También valoramos la propuesta de IBERESCENA y alentamos la búsqueda de mecanismos adecuados de financiamiento que permitan la participación mayoritaria de los países.

Acogemos con gran beneplácito la celebración en Barcelona del Fórum Universal de las Culturas en 2004; compartimos los grandes ejes con que se articula: la diversidad cultural, el desarrollo sostenible, las condiciones para la paz y expresamos nuestra solidaridad y compromiso con este evento.

Finalmente, agradecemos vivamente la hospitalidad, cortesía y eficiencia del Gobierno de Bolivia, en particular del Ministerio de Desarrollo Económico (Viceministerio de Cultura) por la exitosa organización de esta Conferencia. Igualmente, reconocemos los esfuerzos realizados por el Ministerio de Cultura de Colombia para la realización de la Reunión Preparatoria, y de la OEI por su valioso y permanente apoyo a la cooperación cultural iberoamericana.

Los Ministros de Cultura y los Jefes de Delegación Iberoamericanos suscriben la Declaración de Cochabamba, en fecha 3 de octubre de 2003, en idiomas español y portugués, ambos textos igualmente válidos.

XIII Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno

Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, 14 y 15 noviembre de 2003

Declaración de Santa Cruz de la Sierra

“La inclusión social, motor del desarrollo de la Comunidad Iberoamericana”.

1. Los Jefes de Estado y de Gobierno de los 21 países iberoamericanos, reunidos en la XIII Cumbre Iberoamericana en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, reiteramos nuestro propósito de seguir fortaleciendo la Comunidad Iberoamericana de Naciones como foro de diálogo, de cooperación y de concertación política, profundizando los vínculos históricos y culturales que nos unen, admitiendo, al mismo tiempo, los rasgos propios de cada una de nuestras múltiples identidades que nos permiten reconocernos como una unidad en la diversidad.

2. Reconocemos que la lucha contra la pobreza es esencial para la promoción y consolidación de la democracia y constituye una responsabilidad común y compartida de nuestros Estados y de la Comunidad Internacional. Declaramos que la superación de la pobreza requiere de la aplicación de políticas integrales definidas y desarrolladas por el Estado con la participación de todos los sectores de la sociedad, siendo el crecimiento económico una condición necesaria pero no suficiente para promover una mejor calidad de vida, superar la pobreza y eliminar la exclusión social.

3. Reafirmamos nuestra voluntad de reforzar las políticas y estrategias orientadas a luchar contra la pobreza y las causas que la originan, que hagan posible establecer condiciones de mayor inclusión social y expresamos nuestro convencimiento de que el mayor ejercicio de los derechos ciudadanos, la promoción de la equidad y la justicia social y la plena participación en la toma de decisiones sobre todos los asuntos de la vida nacional serán factores determinantes para el desarrollo de nuestras sociedades y para el afianzamiento de la gobernabilidad y la estabilidad democráticas.

4. Reafirmamos nuestra adhesión a los propósitos y principios del Derecho Internacional consagrados en la Carta de las Naciones Unidas, el respeto a la

soberanía y la igualdad jurídica de los Estados, el principio de no intervención, la prohibición de la amenaza o el uso de la fuerza en las relaciones internacionales, el respeto a la integridad territorial, la solución pacífica de las controversias y la protección y promoción de todos los derechos humanos para hacer frente a los problemas de la agenda internacional en un mundo globalizado. Nos manifestamos por un eficaz fortalecimiento del multilateralismo y del papel de la Organización de Naciones Unidas, como foro en el que deben resolverse las controversias internacionales, salvaguardar la paz y la seguridad internacionales y promover el desarrollo económico y social en el mundo.

5. Reafirmamos que el Consejo de Seguridad es el órgano con la responsabilidad primordial para el mantenimiento de la paz y la seguridad internacionales. Nos pronunciamos a favor de una amplia reforma de dicho órgano a fin de que opere de manera democrática, eficaz y transparente. Asimismo, apoyamos una amplia reforma del Sistema de Naciones Unidas que incluya una Asamblea General y una Secretaría General fortalecidas en sus funciones.

6. Reiteramos nuestro enérgico rechazo a la aplicación unilateral y extraterritorial de leyes y medidas contrarias al Derecho Internacional, la libertad de mercado, navegación y comercio mundial y, por ello, exhortamos al Gobierno de los Estados Unidos de América a que ponga fin a la aplicación de la Ley Helms-Burton.

7. Subrayamos la importancia del establecimiento de la Corte Penal Internacional como órgano dedicado a investigar, juzgar y sancionar los crímenes de genocidio, de lesa humanidad y de guerra, que afectan a toda la comunidad internacional. Destacamos la elección de distinguidos juristas iberoamericanos para integrar esta Corte, como jueces y fiscal, y subrayamos la importancia de la adhesión y ratificación universal del Estatuto de Roma.

8. Reconocemos que la democracia, la paz, la justicia, la equidad y el desarrollo sostenible son conceptos estrechamente vinculados que se refuerzan mutuamente. En este sentido, reiteramos nuestro compromiso

con la consolidación de la democracia y el mantenimiento del Estado de Derecho, la protección y promoción de los derechos humanos, el reconocimiento y respeto a la propia identidad y al ejercicio de la diversidad cultural, así

como el derecho de cada Estado a construir libremente sin injerencia extranjera, en paz, estabilidad y justicia, su sistema político y sus instituciones.

9. Subrayamos, asimismo, la importancia de instrumentar medidas orientadas a la superación de las condiciones socioeconómicas de pobreza y exclusión, campos fértiles para la desestabilización social y política.

10. Reafirmamos nuestra convicción de que constituyen elementos esenciales de la democracia, la independencia y equilibrio de poderes, la adecuada representación de mayorías y minorías, la libertad de expresión, asociación y reunión, el pleno acceso a la información, la celebración de elecciones libres, periódicas, transparentes y basadas en el sufragio universal y secreto como expresión de la soberanía del pueblo, la participación ciudadana, la justicia social y la igualdad.

11. Reiteramos nuestro empeño en el fortalecimiento institucional del Estado, en lograr administraciones públicas más eficaces y transparentes y en promover los instrumentos necesarios para una mayor participación de la sociedad civil en el proceso de toma de decisiones. Los Estados Iberoamericanos fortalecerán en sus agendas gubernamentales las políticas de reforma de la Administración Pública. En este marco, expresamos nuestro especial compromiso para avanzar en la profesionalización de la Función Pública, acorde con los principios y orientaciones adoptadas en la “Carta Iberoamericana de la Función Pública”, aprobada por la V Conferencia Iberoamericana de Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado, celebrada el 26 y 27 de junio de 2003 en Santa Cruz de la Sierra, Bolivia.

12. Reafirmamos nuestra voluntad de combatir la corrupción en los sectores público y privado y la impunidad, que constituyen una de las mayores amenazas a la gobernabilidad democrática. Reiteramos la importancia de la cooperación internacional incluyendo, en su caso, los procedimientos de extradición, en la efectiva lucha contra la corrupción respetando los procedimientos jurídicos de cada país. El acceso a la información en poder del Estado promueve la transparencia y constituye un elemento esencial para la lucha contra la corrupción y es condición indispensable para la participación ciudadana y el pleno goce de los derechos humanos.

13. Expresamos nuestro firme compromiso de combatir el terrorismo en todas sus formas y manifestaciones, con estricto apego al derecho internacional, a las normas internacionales de protección de los derechos humanos, y el derecho internacional humanitario. Estamos decididos a reforzar nuestras legislaciones nacionales y fortalecer la cooperación internacional para prevenir, reprimir, combatir y sancionar todo acto terrorista, dondequiera que se produzca y por quien quiera que lo cometa, a no prestar ayuda ni refugio a los autores, promotores o participantes en actividades terroristas, de conformidad con las resoluciones relevantes de la Asamblea General y del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. Apoyamos los trabajos del Comité contra el Terrorismo del Consejo de Seguridad para combatir este flagelo, que representa una seria amenaza a la paz, la estabilidad democrática y el desarrollo de los pueblos.

14. Reafirmamos nuestro permanente compromiso de fortalecer la lucha contra el problema mundial de las drogas y sus delitos relacionados, desde un enfoque integral y equilibrado, que establezca una cooperación internacional fundada en los principios de la soberanía de los estados y la responsabilidad común y compartida. Asimismo, reiteramos nuestro compromiso de seguir cooperando en la lucha contra las diversas manifestaciones de la delincuencia organizada transnacional.

15. Destacamos el positivo impacto social de los programas de desarrollo de cultivos alternativos en las comunidades rurales. Reconocemos la importancia de programas, eficaces y solidarios, de sustitución de cultivos ilícitos, para favorecer la inclusión social de los grupos más desfavorecidos del campo y los trabajadores rurales e indígenas, e instamos a la comunidad internacional a intensificar su apoyo a estos programas y a propiciar el acceso a los mercados internacionales de los productos de exportación resultantes de estos programas.

16. La situación de la economía mundial, la disminución del financiamiento para el desarrollo y de la cooperación multilateral afectan significativamente a nuestras sociedades. El problema se agrava por la volatilidad de los flujos financieros y de los capitales, el descenso de los precios de los productos básicos de exportación y la persistencia de barreras comerciales y medidas no arancelarias que dificultan las exportaciones, incluido el efecto de aquellas prácticas que, como los subsidios, distorsionan el comercio. Sobre este último

asunto expresaron al mismo tiempo, su aprecio por el tratamiento constructivo del tema en las negociaciones entre América Latina y la Unión Europea. Los problemas señalados tienen un impacto muy negativo sobre las balanzas de pagos, ya muy afectadas por las grandes oscilaciones de los precios de los productos básicos de exportación.

17. Reiteramos la importancia del acceso de las exportaciones de los países en desarrollo a todos los mercados. Confiamos en que el cumplimiento de los compromisos asumidos en la Conferencia de Monterrey por los países donantes lleve a que la Ayuda Oficial al Desarrollo acelere el crecimiento recuperado en los dos últimos años y contribuya de ese modo a asegurar una adecuada transferencia de recursos financieros hacia las regiones menos favorecidas del mundo incluidos los países de ingresos medios con altos niveles de pobreza y hacia programas y proyectos que favorezcan la reducción de la pobreza.

18. Ratificamos el deber de resolver, de manera efectiva, justa y duradera, el problema de la deuda externa que afecta a los países de la región, teniendo en consideración que los planes de ajuste económico preserven los principios de equidad y justicia social así como la lucha contra la pobreza, el hambre y la desocupación. A los efectos de aliviar el peso de la deuda a través de las negociaciones e iniciativas multilaterales, instamos al Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo a que intensifiquen los mecanismos de prevención y resolución de las crisis financieras por las que atraviesan determinadas economías latinoamericanas, evaluando, en cada caso y con los países afectados, fórmulas para aliviar cargas insostenibles de la deuda, preservando los principios de responsabilidad mutua, de equidad, de combate a la exclusión y, en especial, promoviendo el fortalecimiento de la gobernabilidad de las democracias.

19. Las demandas sociales insatisfechas de nuestras poblaciones constituyen una amenaza a la gobernabilidad democrática. En ese contexto, recomendamos continuar con la búsqueda de mecanismos financieros innovadores destinados a afianzar dicha gobernabilidad y contribuir a la superación de la pobreza.

20. Acogemos con interés la iniciativa para la creación de un Fondo Humanitario Internacional, como mecanismo de financiación que permita acceder

a fondos especiales que contribuyan a mitigar los efectos de la pobreza en los países en desarrollo.

21. Reconocemos el impacto positivo que tienen sobre la superación de la pobreza en nuestros países los avances de orden institucional que han significado una mayor participación ciudadana en el proceso de toma de decisiones, el mayor acceso de la población a la justicia y la lucha contra la corrupción. Sin embargo, reconocemos que las reformas económicas estructurales llevadas a cabo con tanto sacrificio por nuestros pueblos y por nuestros gobiernos en muchos casos no han producido resultados suficientes sobre la disminución de las desigualdades y de la exclusión social, e incluso en algunos casos, han significado un retroceso o profundización de estos fenómenos.

22. Somos conscientes de que la exclusión social es un problema de carácter estructural con profundas raíces históricas, económicas y culturales cuya superación demanda una profunda transformación de nuestras sociedades, afectadas por la desigualdad en la distribución de la riqueza. Reconocemos la urgente necesidad de aplicar políticas públicas dirigidas a disminuir la pobreza e incrementar el grado de participación ciudadana de todos los sectores excluidos de la población en el diseño de las políticas sociales, la toma de decisiones y el control y la fiscalización sobre los recursos financieros destinados a dar cumplimiento a estas políticas, de manera que sean ellos los actores de su propio y pleno desarrollo. Así podremos propiciar su acceso a la tierra, a las fuentes de trabajo, a una mejor calidad de vida, a la educación, la salud, la vivienda y otros servicios básicos.

23. Tenemos la certeza de que la pobreza no se resuelve con planes asistenciales. Aún cuando éstos constituyan un paliativo obligado hasta la efectiva solución del problema, debe evitarse que cristalice una sociedad dividida entre quienes tienen trabajo y quienes son asistidos. Por ello, nos proponemos impulsar todas las acciones necesarias para disminuir las elevadas tasas de desocupación que castigan a nuestras sociedades, generando condiciones propicias para el desarrollo de los negocios y la inversión productiva y mediante programas de capacitación y de generación de empleo que permitan insertar a los desempleados, en las actividades productivas. Asimismo, reafirmamos nuestra convicción de que el trabajo decente tal como es concebido por la OIT, es el instrumento más efectivo de promoción de las condiciones de vida

de nuestros pueblos y de su participación en los frutos del progreso material y humano.

24. Ratificamos el compromiso de seguir avanzando con las políticas solidarias de desarrollo sostenible que permitan alcanzar de forma planificada y equitativa las metas de erradicación de la extrema pobreza, dotación de servicios básicos para toda la población, mejoramiento de la calidad de vida, protección del medio ambiente y uso sostenible de los recursos naturales y la modificación de los patrones no sostenibles de producción y consumo. Exhortamos por ello a los países desarrollados, a los organismos de cooperación y a las instituciones financieras multilaterales a reforzar la ayuda dirigida a programas y proyectos de desarrollo que cumplan con esas políticas.

25. Admitimos, por otra parte, que la crisis económica que afecta a la mayoría de los países iberoamericanos y la desigualdad en la distribución de los recursos y de los ingresos están produciendo un considerable deterioro y vulnerabilidad de la seguridad alimentaria de grandes sectores de nuestra población, especialmente en las zonas rurales, lo que tiene grandes repercusiones sobre el desarrollo humano y sostenible de la región. Por ello, consideramos necesario crear instrumentos enfocados a favorecer, entre otras medidas, la concesión de créditos y fortalecer los programas de capacitación y asistencia técnica que permitan a los más afectados formular estrategias integradas y participativas de producción agrícola para su autoabastecimiento, a fin de garantizar un desarrollo rural integral.

26. Reiteramos que la agricultura y la relación armónica entre lo rural y lo urbano son primordiales para el desarrollo integral de nuestros países. Nos comprometemos a incrementar las oportunidades para mejorar las condiciones y las capacidades humanas, sociales e institucionales de vida en el medio rural, promoviendo las inversiones y creando una institucionalidad favorable para el mejoramiento sostenible de la agricultura, el fomento de la agroindustria y su contribución al desarrollo social, la prosperidad rural y la seguridad alimentaria.

27. Asimismo, nos proponemos seguir adoptando medidas de emergencia para asistir a las familias e individuos cuyos ingresos per cápita sean inferiores al de la línea de pobreza y garantizarles la seguridad alimentaria. En ese sentido, registramos con interés la creación de un Fondo Mundial Contra el

Hambre. Este fondo que se inserta en el contexto de la cooperación Sur - Sur, ya cuenta con donaciones de empresas privadas y contribuciones de países patrocinadores y podría beneficiarse de una dimensión Norte - Sur mediante el apoyo político y donaciones financieras de los países desarrollados.

28. Reconocemos el papel fundamental que la microempresa tiene para el desarrollo de nuestros países, ya que genera riqueza y empleo, facilita la descentralización económica y permite la incorporación de amplios sectores de la población a las economías nacionales. Reconocemos también el papel que las cooperativas y asociaciones comunitarias tienen para el desarrollo de una economía solidaria con vocación social, porque contribuyen a generar empleo productivo, promueven una mayor integración social, así como la plena participación de todos los sectores de la población en el proceso productivo nacional, en particular de las mujeres, los jóvenes, y las personas adultas mayores y las personas con discapacidad. Por ello, nos comprometemos a fomentar la concesión de microcréditos que favorezcan su más amplio desarrollo, teniendo en cuenta la equidad de géneros.

29. Asumimos el compromiso de continuar avanzando en la formulación y ejecución de políticas regionales para el desarrollo de una infraestructura de integración física regional, por la importancia que ésta tiene para disminuir los índices de pobreza y exclusión social y para aumentar el grado de participación y de articulación de las poblaciones originarias. Consideramos necesario asimismo que en esta política regional se dé prioridad a las necesidades y problemas específicos de los países en desarrollo sin litoral marítimo de la región y a las zonas interiores de los países de tránsito. Valoramos la importancia estratégica regional que representa para nuestros países el transporte aéreo y tomamos nota de la puesta en marcha del Comité Regional de Competitividad en el Transporte Aéreo.

30. Reconocemos la necesidad de generar un programa regional de vivienda de interés social y asentamientos humanos, orientado a los sectores sociales más pobres, con el propósito de contribuir en forma sustantiva a los esfuerzos que los gobiernos vienen desarrollando por medio de los programas nacionales de combate a la pobreza, contribuir al crecimiento económico de los países a través de las relaciones intersectoriales de la actividad de la construcción, generar fuentes de ingreso y empleo para las familias pobres,

propiciar una mayor gobernabilidad en los países y, contribuir a la superación de las condiciones críticas medioambientales presentes en los asentamientos humanos y con ello promover el desarrollo sostenible del hábitat regional.

31. Somos conscientes de la importancia de la educación como factor de inclusión social para la erradicación de la pobreza, el logro del desarrollo sostenible y la construcción de sociedades prosperas y democráticas. Reiteramos nuestro compromiso para alcanzar las metas educativas establecidas en la Declaración de Bariloche en 1995, y para impulsar un Movimiento en favor de la Educación. Asimismo, acordamos que el día 2 de octubre sea adoptado en nuestros países como el día iberoamericano de la Educación.

32. Destacamos la posibilidad de llevar adelante estudios técnicos, diálogos y negociaciones conjuntas ante organismos internacionales con el objeto de explorar la viabilidad y puesta en marcha de estrategias, iniciativas e instrumentos de conversión de la deuda externa por inversión en educación, ciencia y tecnología, según sea del interés de los Estados, con el doble objetivo de reducir y aliviar el nivel de endeudamiento de nuestros países y a la vez aumentar la inversión genuina en dichos sectores críticos para el desarrollo.

33. Afirmamos que la cultura contribuye al desarrollo humano sostenible como elemento de cohesión social, basado en una perspectiva integral de la persona, que toma en cuenta la pluralidad de sus necesidades y aspiraciones. Reconocemos la riqueza de nuestra diversidad cultural como un valor fundamental de la Comunidad Iberoamericana y destacamos la conveniencia de fomentar, plena y libremente, políticas públicas integrales y transversales que fomenten la producción de bienes y servicios culturales como fuentes de valor agregado. Este último aspecto, también deberá considerarse en las negociaciones comerciales internacionales actuales y futuras.

34. La defensa de los derechos y de la identidad propia de las culturas originarias de América, afro descendientes y de otras procedencias, como parte fundamental de nuestras sociedades, debe ser una prioridad permanente para nuestros gobiernos, porque contribuyen de forma determinante al desarrollo e identidad de toda la comunidad iberoamericana. Su plena integración en la vida nacional, basada en el ejercicio de sus culturas y sus derechos ciudadanos, es un objetivo común que sólo podrá ser alcanzado a partir del desarrollo de la interculturalidad.

35. En el convencimiento del valor de la cultura para contribuir en la búsqueda de la equidad social, proclamamos el año 2005 como el año Iberoamericano de la Lectura, y proponemos aunar esfuerzos del sector público y del privado para llevar a buen término el Plan Iberoamericano de Lectura aprobado por la VII Conferencia Iberoamericana de Cultura.

36. La salud constituye un derecho humano fundamental para el desarrollo sostenible. El rescate de la atención primaria de salud, el objetivo de salud para todos y con todos, el cumplimiento de los objetivos y metas de desarrollo del Milenio y el fortalecimiento de las capacidades de gestión local en salud deben convertirse en ejes estratégicos fundamentales para incrementar la protección social y lograr el acceso universal a la salud. En este sentido, es importante incrementar la inversión pública en salud y aprovechar los esfuerzos cooperativos entre países en el marco de las iniciativas regionales y subregionales de integración, así como, movilizar el apoyo de la comunidad y la cooperación internacionales

37. Declaramos que es necesario que todos nuestros países amplíen el acceso equitativo, universal y permanente a los sistemas de salud y de seguridad social y de dirigir nuestra acción hacia los sectores excluidos, con el propósito de disminuir los índices de mortalidad infantil y materna, prevenir la difusión de enfermedades infecto-contagiosas como el SIDA y a asegurar la atención primaria integral de salud de toda la población y el acceso a los medicamentos esenciales, respetando y promoviendo las costumbres y valores propios inherentes a cada cultura.

38. Por otra parte, ratificamos nuestro rechazo a todas las formas de discriminación racial, social, religiosa, de género o de orientación sexual, de discapacidad, u otras formas de discriminación. Consideramos relevante promover el papel fundamental de los instrumentos internacionales y regionales de promoción y protección de los derechos humanos y las libertades fundamentales de la persona, así como la cooperación de todos los países en este ámbito.

39. Con la finalidad de promover un mayor entendimiento y concientización respecto de los temas relativos a las personas con discapacidad y movilizar apoyo a favor de su dignidad, derechos, bienestar y de su participación plena

e igualdad de oportunidades, así como fortalecer las instituciones y políticas que los beneficien, proclamamos el año 2004 como Año Iberoamericano de las Personas con Discapacidad.

40. Reconocemos las contribuciones económicas y culturales de los migrantes a las sociedades de destino y a sus comunidades de origen. Ratificamos el compromiso de establecer una mayor coordinación y cooperación en torno al tema de las migraciones y destacamos la importancia de la cooperación entre los países de origen, tránsito y destino para asegurar la plena protección de los derechos humanos y laborales de los migrantes y sus familias, así como para combatir el tráfico ilícito y la trata de personas que afecta particularmente a niños, niñas y mujeres. Impulsaremos para ello un diálogo integral entre los países de origen, tránsito y destino de los migrantes, que permita la gestión adecuada de los flujos migratorios y la integración social de los migrantes. Reconocemos también la necesidad de fomentar las inversiones productivas que generen fuentes de empleo dignamente remunerado, para crear alternativas a los actuales flujos migratorios y para eliminar el tráfico ilegal de personas. Asimismo impulsaremos mecanismos de cooperación que simplifiquen, reduzcan el costo y aceleren las remesas que envían los migrantes a sus países de origen.

41. Asimismo reiteramos el compromiso para combatir la trata de personas que afecta particularmente a mujeres, niños y niñas, adoptando medidas de prevención y protección de las víctimas, ajustadas a los principios reconocidos internacionalmente de no discriminación y de respeto a los derechos humanos y las libertades fundamentales, garantizando además que el retorno sea en la medida de lo posible voluntario y tenga debidamente en cuenta la seguridad y dignidad de la persona, de conformidad con el derecho internacional, en particular la Convención sobre el estatuto de los refugiados de 1951 y su Protocolo de 1967, así como el principio de no devolución consagrado en ellos.

42. Reconocemos que la mujer desempeña un papel fundamental en los procesos de transformación social y es factor determinante para el desarrollo económico de nuestros pueblos; y constatamos que aún persisten en nuestras sociedades diversas formas de discriminación, de exclusión y de violencia contra ella. Nos comprometemos a emprender, apoyar e impulsar en las políticas nacionales los planes de equidad de género e igualdad de oportunidades y los

de prevención de violencia contra la mujer, que garanticen el desarrollo de sus potencialidades y su participación igualitaria en todas las actividades de la vida pública y privada y en la toma de decisiones en todos los ámbitos y niveles.

43. En Iberoamérica, los niños, niñas y adolescentes conforman la mayor parte de la población. Muchos de ellos nacen en condiciones de pobreza y de exclusión, lo que disminuye sus capacidades personales y compromete el futuro de nuestras sociedades. Reconocemos la deuda que nuestros Estados tienen con los jóvenes y nos comprometemos a seguir buscando soluciones que aseguren su plena inserción social y laboral y su participación en la toma de decisiones sobre todos los asuntos que les conciernan. Ratificamos por ello nuestro decidido apoyo a las actividades desarrolladas en la búsqueda de estos objetivos por la Organización Iberoamericana de Juventud. Nos comprometemos a seguir desarrollando políticas públicas sostenibles que permitan cumplir los objetivos y metas acordadas por los países iberoamericanos, especialmente a favor de la niñez indígena y afro descendiente, con criterios de equidad e inclusión social, implementando un sistema de asistencia técnica horizontal para la región y procurando que la cooperación internacional incremente su apoyo, en cumplimiento del compromiso internacional de destinar el 0.7% del PIB de los países desarrollados como ayuda oficial al desarrollo.

44. Concordamos en que la revolución informática y tecnológica abre mayores posibilidades de participación social, económica y política. Las tecnologías de la información son herramientas indispensables para la promoción del desarrollo económico y social de nuestros países. Es importante evitar que la sociedad de la información genere nuevas formas de exclusión. La reducción de la brecha digital, el desarrollo de la infraestructura para la conectividad y el acceso universal deben ser objetivos fundamentales de las políticas de construcción de la sociedad de la información. Consideramos que la administración de Internet debe realizarse a través de una gestión amplia, transparente, participativa y democrática en la que intervengan los gobiernos, los organismos internacionales, la empresa privada y la sociedad civil. Consideramos que junto con maximizar las ventajas que se derivan de estas innovaciones tecnológicas es necesario también evitar nuevas formas de exclusión y discriminación tecnológicas, desarrollando proyectos de cooperación en materia de tecnologías de información. Nos proponemos trabajar por estos objetivos y por la promoción de la diversidad cultural y lingüística en la próxima Cumbre Mundial de la Sociedad de la Información.

45. Asimismo somos conscientes de que la protección de datos personales es un derecho fundamental de las personas y destacamos la importancia de las iniciativas regulatorias iberoamericanas para proteger la privacidad de los ciudadanos contenidas en la Declaración de La Antigua por la que se crea la Red Iberoamericana de Protección de Datos, abierta a todos los países de nuestra Comunidad.

Cooperación Iberoamericana

1. Reafirmamos que la cooperación, tal como lo estipula el Convenio de Bariloche, debe ser uno de los ejes centrales sobre los que se sustenta el proceso permanente de construcción de la Comunidad Iberoamericana como espacio de convergencia y de inclusión política, económica, social y cultural de todos los sectores de nuestras sociedades.

2. Destacamos los progresos en la ratificación del Protocolo de La Habana, por el cual se crea la Secretaría de Cooperación Iberoamericana.

3. Valoramos la importante contribución de los distintos programas de cooperación iberoamericana, que figuran en Anexo, al desarrollo de los países y a la consolidación de la Comunidad Iberoamericana y nos comprometemos a difundir sus alcances y resultados.

4. Ratificamos el mandato encomendado a la SECIB para la búsqueda de fuentes adicionales de financiamiento para los programas y proyectos de cooperación iberoamericana, tanto en el sector privado como en los organismos internacionales.

5. Manifestamos nuestra satisfacción ante el avance alcanzado por la iniciativa CIBERAMERICA para la conformación de una comunidad virtual iberoamericana, por lo que aprobamos su conversión en Programa Cumbre, encomendando a la SECIB el seguimiento y desarrollo de sus aspectos jurídicos y técnicos, así como la inclusión en este portal, entre otros contenidos, de una base de datos de mejores prácticas de cooperación técnica, identificadas de común acuerdo.

6. Reconociendo que la lectura es un instrumento real para la inclusión social y un factor básico para el desarrollo social, cultural y económico de nues-

tros países, aprobamos con beneplácito que el Plan Iberoamericano de Lectura - ILIMITA sea Programa Cumbre.

7. Destacamos, especialmente, los logros alcanzados por el programa IBER-MEDIA durante el presente año y reiteramos nuestro compromiso con la continuidad del mismo, particularmente, con la generación de un marco jurídico adecuado que permita el desarrollo de todas las potencialidades de crecimiento de dicho programa.

8. Considerando lo señalado en la Declaración de Lima, saludamos con beneplácito la incorporación como Proyectos adscritos a la Cumbre Iberoamericana, del Programa de Formación de Altos Dirigentes y Funcionarios Iberoamericanos en Gobierno y Gestión Local de la Unión Iberoamericana de Municipalistas y del Programa Iberoamérica Emprende, destacando la puesta en marcha de esta nueva modalidad de cooperación iberoamericana.

9. Reconocemos el trabajo realizado por el Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América Latina y el Caribe (Fondo Indígena) conforme a los mandatos de Lima y Bávaro y saludamos la presentación del Informe Ejecutivo sobre los avances de su Plan de Reestructuración. Reafirmamos nuestra voluntad de seguir apoyando al Fondo Indígena a través de las distintas modalidades de contribución e invitamos a la Cooperación Internacional a continuar respaldándolo.

Acogemos con beneplácito la invitación hecha por el gobierno de Costa Rica y acordamos realizar la XIV Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno en la República de Costa Rica en el año 2004.

Aceptamos complacidos la invitación del Presidente del Gobierno español D. José María Aznar López, para realizar en ese país, en el año 2005, la XV Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno

Expresamos nuestra gratitud al Presidente Carlos D. Mesa y al pueblo de Bolivia por la hospitalidad y atenciones recibidas durante la XIII Cumbre Iberoamericana de Santa Cruz de la Sierra.

Los Jefes de Estado y de Gobierno de los países iberoamericanos suscriben la presente Declaración, en dos textos originales en idiomas español y portugués, ambos igualmente válidos en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra a los quince días del mes de noviembre de 2003.

D. Juan Carlos I de Borbón
REY DE ESPAÑA

D. Carlos Mesa Gisbert
PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA DE BOLIVIA

D. Néstor Carlos Kirchner
PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA ARGENTINA

D. Luiz Inacio Lula Da Silva
PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

D. Ricardo Lagos Escobar
PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA DE CHILE

D. Alvaro Uribe Vélez
PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA

D. Abel Pacheco de la Espriella
PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA DE COSTA RICA

D. Carlos Lage Dávila
VICEPRESIDENTE DEL CONSEJO DE ESTADO DE LA REPÚBLICA DE CUBA

D. Lucio Gutiérrez Borbúa
PRESIDENTE DE LA REPUBLICA DEL ECUADOR

D. Francisco Flores Pérez
PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA DE EL SALVADOR

D. José Maria Aznar López
PRESIDENTE DEL GOBIERNO ESPAÑOL

D. Alfonso Portillo Cabrera
PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA DE GUATEMALA

D. Ricardo Maduro Joest
PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA DE HONDURAS

D. Vicente Fox Quesada
PRESIDENTE DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

D. Enrique Bolaños Géyer
PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA DE NICARAGUA

Da. Mireya Moscoso Rodríguez
PRESIDENTA DE LA REPÚBLICA DE PANAMÁ

D. Nicanor Duarte Frutos
PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY

D. Alejandro Toledo Manrique
PRESIDENTE DE LA REPUBLICA DEL PERÚ

D. Jorge Fernando Branco de Sampaio
PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA PORTUGUESA

D. Manuel Durao Barroso
PRIMER Ministro DE LA REPÚBLICA PORTUGUESA

D. Rafael Hipólito Mejía Domínguez
PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA DOMINICANA

D. Jorge Batlle Ibáñez
PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

D. Hugo Rafael Chávez Frías
PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA

ATA DA REUNIÃO CSLL EM 2005

Ata da reunião de posse da Câmara Setorial do Livro e Leitura realizada dias 05 e 06 dedezembro, na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Defendendo a importância dos mecanismos de consulta e participação da sociedade no debate e na definição das políticas públicas, o presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Prof. Muniz Sodré, abriu a primeira reunião da Câmara Setorial do Livro e Leitura, doravante chamada de CSLL, e deu posse às instituições e aos representantes regionais que são membros desse colegiado. Convidados para integrar a mesa, também se pronunciaram no mesmo sentido os presidentes da Câmara Brasileira do Livro (CBL), Oswaldo Siciliano, e do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel), Paulo Rocco, e da União Brasileira de Escritores (UBE), Levy Bucalem Ferrari, e, ainda, o secretário nacional de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, Sérgio Sá Leitão, representando na ocasião o Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil. Em seguida, o coordenador do Plano Nacional do Livro e Leitura, Galeno Amorim, fez uma explanação sobre o processo que levou à constituição da CSLL, destacando que foram realizados sete encontros preparatórios e seis videoconferências nas macro-regiões do País, além de cerca de uma centena de encontros, debates, seminários e outras formas de participação, inclusive pela Internet, com a participação de cerca de 50 mil profissionais e especialistas dessa área no País.

Nos dois dias da reunião, coordenada por Galeno Amorim e por Elmer C. Barbosa, Coordenador Geral do Livro e da Leitura da FBN, e secretariada por mim, Maria das Graças Monteiro Castro, foram apresentadas em plenário as propostas de texto para os documentos Diretrizes Básicas da Política Nacional do Livro (2006-2022) e Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e, ainda, uma

minuta para o decreto de regulamentação da Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003, que instituiu a Política Nacional do Livro. A proposta de regulamentação será encaminhada, pela Fundação Biblioteca Nacional, ao Ministério da Cultura, para que sejam tomadas as providências necessárias, inclusive consultando outros ministérios signatários da referida Lei, para que seja feita a regulamentação.

Após leitura, análise e apresentação de pedidos de destaque para discussão de determinados pontos pelo plenário, o que de fato ocorreu, foram propostas modificações nos textos dos referidos documentos, cujo conteúdo final está anexado à presente ata.

Foi encaminhada a proposta, acatada, de se incluir, sempre que possível, o termo Literatura ao se referir aos setores abrangidos pela Política Nacional do Livro. Também foi proposta a uniformização dos termos empregados para referir-se aos diferentes órgãos e instâncias dessa política setorial, ao que foi esclarecido, pelo próprio plenário, que a expressão Política Nacional do Livro foi criada por lei federal e, portanto, só poderia ser modificada por lei.

Também foi proposto que se fizesse a revisão do conceito de leitura, ampliando-o para além da leitura do código da escrita silábica. A recomendação acatada é no sentido de não condicionar a noção de leitura apenas como processo de decifrar caracteres, mas entender a leitura como um processo de produção de sentidos; um diálogo entre “leituras” do mundo; como meio de decifrar ou interpretar o sentido de...; a leitura como perscrutar e, evidentemente, a leitura do texto. Entende-se que toda “leitura” é direcionada, ou afetada por condicionamentos culturais mais amplos. Destacou-se a Leitura e a Escrita como:

- práticas sociais e culturais.
- instrumentos decisivos para que as pessoas possam desenvolver plenamente seu potencial humano
- fundamentais para fortalecer a capacidade de expressão da diversidade cultural dos povos, favorecendo todo tipo de intercâmbio cultural
- requisitos indispensáveis para alcançar níveis educativos mais altos
- elementos fundamentais para a construção de sociedades democráticas, baseadas na diversidade, pluralidade e no exercício da cidadania
- como necessárias para o desenvolvimento social e econômico
- Como um direito de todos; uma condição para poder exercer seus direitos fundamentais e para viver uma vida mais digna, na construção de uma sociedade mais justa

Foi criticada a concepção mecanicista da leitura, que pretende reduzir o ato de ler a uma mera reprodução do que está no texto; esse entendimento tem sido um dos mais graves obstáculos para o desenvolvimento da leitura e da escrita. A leitura é um ato criativo da construção dos sentidos realizado pelos leitores, a partir de um texto criado pelo autor.

Ao reafirmar a centralidade da palavra escrita, se reconhece também a validade de outros códigos e linguagens, tal como as leituras dos objetos e das diferentes expressões culturais; as tradições orais, as mais diferentes línguas e as novas textualidades que surgem com as tecnologias digitais.

- A leitura e a escrita são duas fases diferentes, mas inseparáveis de um mesmo fenômeno e buscam contribuir para superar a dicotomia que habitualmente tem existido nos projetos de promoção da leitura entre escrita e leitura.
- A leitura e a escrita devem ser consideradas como uma prioridade nas políticas públicas de educação e cultura dos governos em todos seus níveis de administração. A consolidação de políticas e programas de fomento à leitura deve ser pensada, a longo prazo, e ter um caráter permanente.
- A política pública do livro, leitura e bibliotecas deve ter como ponto de partida o conhecimento e a valorização do vasto repertório de debates, estudos, pesquisas, contribuições diversas e as experiências sobre as formas mais efetivas de promover o livro, a leitura e de formar leitores que existem nos âmbitos municipal, estadual e nacional, implementados tanto pelo Poder Público como pelas organizações da sociedade civil.
- A política para o livro e a leitura deve considerar também as questões de fomento do setor editorial e livreiro, de forma a criar condições para que a produção dos livros necessários aconteça de forma cada vez mais eficaz, barateando os custos de produção e distribuição, eliminando gargalos e debilidades de forma a se ter livros em quantidade necessária e a preços compatíveis com a capacidade de consumo da população.
- Com a finalidade de fortalecer a capacidade institucional e de conseguir um maior aproveitamento das experiências e dos recursos disponíveis, essa política deve promover a gestão de programas intersetoriais e buscará articular os esforços do setor público, da sociedade civil, das empresas privadas e a cooperação de organismos internacionais, a quem cabe a gestão e a responsabilidade por seus projetos próprios.

Foi, ainda, recomendado incluir um item definindo biblioteca como:

- Centro de expressão de cultura, educação e lazer permanente por meio

do fomento à criação, fruição, mediação, circulação e difusão de bens culturais;

- Biblioteca como ambiente físico de prestação de serviços de informação e de educação continuada e não depósito para mero armazenamento de livros e outros materiais.

Também foi enfatizada a necessidade da Política Nacional do Livro ser constituída por um conjunto de ações, projetos e programas que podem ser agrupados a partir de quatro eixos principais, e estes divididos em linhas de ação, que tanto devem constar das diretrizes básicas dessa Política quanto do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que é a materialização dessa visão estratégica. São eles:

1. Democratização do Acesso
 - 1.1 Implantação de novas bibliotecas
 - 1.2 Fortalecimento da rede atual de bibliotecas
 - 1.3 Conquista de novos espaços de leitura
 - 1.4 Distribuição de livros gratuitos
 - 1.5 Melhoria do acesso ao livro e outras formas de leitura
 - 1.6 Novas Tecnologias
2. Fomento à Leitura e Formação
 - 2.1 Ações de Estados e Municípios
 - 2.2 Projetos de leitura
 - 2.3 Estudos e apoio à pesquisa
 - 2.4 Prêmios e reconhecimento às práticas de leitura
 - 2.5 Sistemas de Informação
 - 2.6 Formação e de mediadores de leitura
3. Valorização da Leitura e Comunicação
 - 3.1 Ações para criar consciência sobre o valor social da leitura
 - 3.2 Ações para converter a leitura em política de Estado
 - 3.3 Publicações e Mídias
4. Apoio à Economia do Livro
 - 4.1 Apoio à cadeia produtiva do livro
 - 4.2 Apoio à distribuição e circulação de bens
 - 4.3 Apoio à cadeia criativa do livro
 - 4.4 Maior presença no Exterior

Também devem fazer parte do Plano Nacional do Livro e Leitura um Calendário Anual de Eventos e Atividades e, ainda, o Prêmio Vivaleitura, com o objetivo de identificar, reconhecer e valorizar as práticas de leitura, sem necessariamente a preocupação de estimular a competição entre as diversas iniciativas e como forma, ainda, de estimular a diversidade e a riqueza cultural do País em duas diferentes regiões.

Como recomendações para a instituição e/ou articulação de iniciativas por meio de parcerias que deverão integrar o PNLL, foi destacada a necessidade de:

- a) Transformar as bibliotecas públicas em unidades orçamentárias;
- b) Garantir a estruturação de um quadro de pessoal mínimo e especializado, para as bibliotecas públicas, o que garantirá o funcionamento destes órgãos;
- c) Acesso ao meio digital;
- d) Inclusão do portal eletrônico de informações da Capes (periódicos digitais) para as bibliotecas públicas (cabeça de rede) do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas;
- e) Pensar o fomento à leitura e formação de mediadores de leitura, considerando as diversidades regionais brasileiras;
- f) Utilizar das novas mídias como meio de promoção da leitura;
- g) Considerar a formação de mediadores observando os processos de formação continuada para professores e bibliotecários; o fortalecimento de programas que, historicamente, atuaram e, ainda atuam, na formação de mediadores, como o PROLER; e, ainda, promover cursos de formação específicos na área de literatura infantil para professores do ensino fundamental;
- h) Dotar de recursos e editais específicos para contemplar a área de leitura e formação;
- i) Retomar o Programa Nacional de Leitura (Proler), considerando a quantidade dos Comitês existentes e a diversidade das ações que se farão necessárias;
- j) Apoiar também a pesquisa acadêmica independente;
- k) Fortalecer linhas de pesquisa na área da leitura, livro, literatura e bibliotecas devidamente financiados (junto às instituições como CAPES e Cnpq);
- l) Incluir o setor privado, por meio da responsabilidade social, na criação de espaços de leitura nas empresas, como forma de fortalecimento de outros espaços de promoção da leitura;

- m) Estruturar um sistema de informações com dados referentes aos programas, projetos e ações de leitura existentes no Brasil;
- n) Promover ações que incentivem a criação da lei do livro nas esferas estaduais e municipais;
- o) Incluir da mídia radiofônica como veículo de divulgação e valorização do livro, leitura, literatura e biblioteca;
- p) Buscar estender a desoneração fiscal à indústria gráfica, primeiro elo da cadeia produtiva do livro;
- q) Apoiar a publicação acadêmica;
- r) Criar fóruns específicos para discutir Questão dos direitos autorais, Copyright restritivo e não restritivo, Pirataria, Distribuição via sedex mais barato para os livros, Regulamentação dos direitos autorais em outros formatos/suportes em meio digital, ou informacionais;
- s) Incluir ilustradores nas ações com autores.

Ainda com relação ao Plano Nacional do Livro e Leitura, foi apresentada e acatada a proposta de estrutura de gestão e administração do PNLL, que, inclusive, deve constar do Decreto Presidencial e de portaria interministerial (MEC e MinC), com a seguinte composição:

- a) Conselho Diretivo constituído por representantes do Ministério da Cultura (Fundação Biblioteca Nacional), Ministério da Educação, de um organismo internacional de cooperação e assistência na área de Educação e Cultura, e, ainda, de um representante da sociedade civil indicado pelo Ministro de Estado da Cultura e outro pelo Ministro de Estado da Educação, tendo por finalidade definir as metas e estratégias do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) para cada triênio e assegurar sua adequação aos objetivos estabelecidos pela Política Nacional do Livro. O Conselho Diretivo terá um presidente e um secretário-geral, funções que serão exercidas, alternadamente, pelos Ministros de Estado da Cultura e da Educação.
- b) Comitê Executivo, composto pelos representantes dos órgãos governamentais e entidades com projetos, programas e outras ações no PNLL. O Comitê Executivo é um órgão de assessoria do Conselho Diretivo, cuja coordenação deverá ser feita, quando criada, pela instituição a ser criada pelo governo federal, conforme compromisso assumido reiteradas vezes

pelo Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil, para coordenar a execução da Política Nacional do Livro. Esta instituição, cujo formato e atribuição devem ser debatidas e analisadas por esta Câmara, deverá responder pela coordenação e gestão executiva do Plano Nacional e do Livro e Leitura (os estudos elaborados até agora examinaram as seguintes alternativas: Instituto Nacional do Livro e Leitura Secretaria Nacional do Livro e Leitura – administração direta –, Fundação Nacional do Livro e Leitura – administração indireta – ou Serviço Social Autônomo de Promoção da Leitura - Pró-Leitura). O Comitê Executivo designará a equipe técnica encarregada da gestão do PNLL, que deverá ocupar-se prioritariamente das tarefas de coordenação, planejamento, articulação e controle. Devem ser iniciadas as articulações para a instituição dos Planos Estaduais do Livro e Leitura (PNLL) e dos Planos Municipais do Livro e Leitura (PMLL), a quem caberá a criação dos respectivos comitês estaduais e municipais.

Também foi proposto, e acatado, que deverá ser criado pela Câmara Setorial do Livro e Leitura (CSLL) um GT (Grupo de Trabalho) para acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Este GT deverá elaborar e apresentar relatório anual para ser analisado e debatido pelo plenário da referida Câmara.

No encerramento da reunião, foi apresentada uma proposta, a ser analisada por ocasião da avaliação dos trabalhos da CSLL a ser feita em 2006, que seja estudada a possibilidade de participação na câmara da representação dos editores de periódicos, bem como do fundo privado de fomento da leitura a ser criado.

O presidente da FBN deu posse ao primeiro Grupo de Trabalho (GT) da CSLL, denominado GT de Leitura Acessível, integrado pelo Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Instituto Benjamin Constant/MEC, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/CORDE, SERPRO/Ministério da Fazenda, CBL, Snel, Abrelivros, Libre, ABEU, Fundação Dorina Nowil; Instituto Laramara e dois representantes dos usuários deficientes visuais, a serem convidados. Referido GT deverá se reunir, independente dos trabalhos regulares da CSLL, ter como pauta inicial a regulamentação da Lei do Livro no que diz respeito ao livro digital e o desenvolvimento do protótipo para livro digital acessível no padrão Daisy no Brasil. A Fundação Biblioteca Nacional deverá designar, entre seus membros, um coordenador, que será o responsável pela convocação, pauta e relatoria dos trabalhos, para apresentação no plenário da CSLL.



Ministério da Educação
Gabinete do Ministro

Portaria Interministerial nº 1442,
de 10 de Agosto de 2006

Os Ministros de Estado da Educação e da Cultura, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inc. II, da Constituição, e, considerando que o Governo da República Federativa do Brasil subscreveu a “Declaração de Santa Cruz de la Sierra”, durante a XIII Conferência Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo dos vinte e um países signatários da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e que é desejo do Governo da República Federativa do Brasil dar continuidade à mobilização em favor do fomento à leitura empreendida em 2005, durante o Ano Ibero-americano da Leitura – o Vívaleitura, e convertê-la em política pública permanente resolvem

Art. 1º Fica instituído o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), de duração trienal, tendo por finalidade básica, assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional.

§ 1º A implementação do PNLL dar-se-á em regime de mútua cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dela podendo participar sociedades empresariais e organizações da sociedade civil que manifestem interesse em aderir ao Plano.

§ 2º Anualmente, os Ministros de Estado da Cultura e da Educação estabelecerão, em Portaria conjunta, o Calendário Anual de Atividades e Eventos do PNLL, incluindo projetos e ações que deverão ser executados no respectivo exercício.

§ 3º O fomento dos projetos e ações que irão compor o PNLL será sempre de responsabilidade exclusiva dos seus correspondentes órgãos ou entidades executoras, e a implementação e o desenvolvimento dos referidos projetos e ações independerá de qualquer intervenção por parte da coordenação central do Plano.

Art. 2º O PNLL contará com os seguintes mecanismos colegiados para o seu gerenciamento:

- I – Conselho Diretivo;
- II- Coordenação Executiva;
- III- Conselho Consultivo.

§ 1º Os membros do Conselho Diretivo e da Coordenação Executiva não perceberão qualquer remuneração pelo desempenho de suas atividades nos colegiados, as quais serão consideradas de natureza relevante para fins de seus históricos funcionais.

§ 2º As normas de organização e funcionamento dos colegiados a que se refere este artigo serão estabelecidas pelo Conselho Diretivo, inclusive quanto ao processo de escolha dos seus dirigentes, tendo sempre presente o efetivo exercício da coordenação, do planejamento, da articulação e do monitoramento das ações empreendidas no âmbito do PNLL.

Art. 3º O Conselho Diretivo será composto por sete membros, designados em Portaria conjunta dos Ministros de Estado da Cultura e da Educação, e terá como atribuição exercer o processo decisório sobre a coordenação e o gerenciamento do PNLL e estabelecer suas macro estratégias, bem como velar pela sua efetiva implementação.

§ 1º Serão membros o Conselho Diretivo:

- a) dois representantes do Ministério da Cultura;
- b) dois representantes do Ministério da Educação;
- d) um representante dos autores;
- e) um representante dos editores de livros;
- f) um representante de especialistas em leitura.

§ 2º Caberá aos representantes dos Ministérios da Cultura e da Educação a consulta a entidades representativas de autores, editores e especialistas em leitura para a indicação dos seus representantes no Conselho Diretivo.

Art. 4º A coordenação Executiva será composta por cinco membros, na qualidade de representantes dos órgãos e entidades definidos no § 1º deste artigo, e terá como atribuições básicas responder pela execução do Plano, cumprindo as decisões adotadas pelo Conselho Diretivo, estabelecendo as articulações com os gestores dos projetos e ações e adotando as demais provi-

dências necessárias à sua efetiva divulgação e implementação.

§ 1º Os membros da Coordenação Executiva serão os representantes dos seguintes órgãos e entidades, indicados pelos seus respectivos dirigentes superiores e designados pelo Conselho Diretivo:

I – Ministério da Cultura;

II – Ministério da Educação;

III – Fundação Biblioteca Nacional;

IV – entidades representativas dos bibliotecários que compõem a Câmara Setorial do Livro, criada pela Portaria nº 40, de 31 de maio de 2006, do Ministério da Cultura.

§ 2º A Coordenação Executiva contará com um Secretário Executivo e um Núcleo de Apoio Administrativo, que responderão pelo gerenciamento técnico e operacional do PNLL, nos termos e forma que venham a ser estabelecidos pelo Conselho Diretivo.

§ 3º O Secretário Executivo será designado de comum acordo pelos Ministros da Cultura e da Educação, e terá assento e voz no Conselho Diretivo.

§ 4º A Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura integrará o Conselho Diretivo na qualidade de órgão assessor.

Art. 5º O Conselho Consultivo será composto pelos membros da Câmara Setorial do Livro a que se refere o §1º, inc. IV, do artigo anterior, e terá como atribuição assistir o Conselho Diretivo e a Coordenação Executiva no exercício de suas competências.

Art. 6º Os ministérios da Cultura e da Educação darão o suporte técnico-operacional para o gerenciamento do PNLL, inclusive aporte de pessoal, se necessário, e celebração de convênios ou termos de parcerias para o referido fim.

Art. 7º Os gestores do PNLL adotarão a consulta pública como um instrumento permanente, visando assegurar a participação e interatividade do setor público e da sociedade civil em sua implementação.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD
Ministério da Educação

GILBERTO PASSOS GIL MOREIRA
Ministro da Cultura

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. nº 154, seção 1, de 11.08.2006



Ministério da Educação
Gabinete do Ministro

Portaria Interministerial nº 1537,
de 31 de Agosto de 2006

O Ministro de Estado da Educação e o Ministro de Estado da Cultura, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 3º e 4º, § 3º, da Portaria Interministerial nº 1442, de 10 de agosto de 2006, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 subsequente, resolvem:

Art. 1º Ficam designados para compor o Conselho Diretivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), na qualidade de representantes dos órgãos e categorias a seguir indicados, os seguintes membros:

Ministério da Cultura: João Luiz Silva Ferreira e Muniz Sodré Araújo Cabral;

Ministério da Educação: André Luiz de Figueiredo Lázaro e Jeanete Beauchamp;

Autores: Moacyr Scliar;

Editores de Livros: Osvaldo Siciliano

Especialistas em Leitura: Tânia Rösing.

Art. 2º Fica designado José Castilho Marques Neto, da Fundação Editora da Universidade Estadual Paulista (FEU/UNESP), para o exercício das funções de Secretário Executivo da Coordenação Executiva do PNLL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FERNANDO HADDAD
Ministro da Educação

GILBERTO GIL
Ministro da Cultura

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. nº 170, seção 2, de 04.09.2006



DOCUMENTOS DE DIRETRIZES INICIAIS Dezembro de 2006

Ao se reunir aos 19 de dezembro de 2006, a Câmara Setorial do Livro e Leitura (CSLL), até então o único órgão setorial em funcionamento no MinC com a participação de representantes do Estado e da Sociedade, aprovou o texto final do PNLL que vigorou integralmente até sua reedição em dezembro de 2010. Mas além dessa importante resolução que unificou e forneceu um norte para toda a cadeia criativa, produtiva, distributiva e mediadora e para os agentes públicos responsáveis pela cultura e pela educação, a CSLL também convidou especialistas em leitura e militantes na formação de leitores para equacionar algumas sugestões que se tornariam diretrizes importantes nos futuros programas que se executaram sob influência do PNLL no governo federal. Os documentos que se seguem são exemplos do que se produziu naquela reunião, fruto do debate em grupos formados de acordo com cada um dos quatro eixos do texto do PNLL que haviam sido aprovados na primeira parte do encontro e com representantes da cadeia do livro – criação, produção/distribuição e mediação. Ao mesmo tempo em que seguiu a metodologia de ampla consulta e debate com a sociedade e especialistas, uma característica desse período governamental, o PNLL que acabava de ser instituído conceitual e programaticamente, absorveu para si esta disposição permanente ao diálogo e aos textos produzidos coletivamente que se desdobraram em todos os encontros posteriores referenciados neste livro de memórias.

Após a apresentação do texto proposto para o PNLL pelo seu Secretário Executivo e do debate entre os três grandes grupos formados pela cadeia do livro, a plenária elegeu com base nas discussões anteriores quais seriam as dez

prioridades de ação para o próximo quadriênio, reivindicações que seriam levadas aos Ministros da Cultura e da Educação. As proposições acordadas e que se constituíram como um decálogo de reivindicações do PNLL foram as seguintes:

A. Setor Criativo:

1. promover o incentivo aos autores, inéditos e editados, por meio de bolsas de criação; circulação e intercâmbio nacional e internacional, concursos e prêmios literários.
2. realizar um censo nacional de escritores, com o objetivo de mapear a produção literária, publicada ou não.
3. promover a discussão sobre o direito autoral, com o fomento a disponibilização de conteúdos em licenças não restritivas, inclusive com a formação de acervo de conteúdos livres em diferentes suportes.

B. Setor produtivo/distributivo:

1. implementar políticas específicas para o setor com o objetivo de ampliar o acesso e baratear o custo do livro, por meio de ações como linha de crédito para fomento à instalação de livrarias, tarifas diferenciadas de correio, custos distributivos, política de formação e atualização de acervos de bibliotecas.
2. estimular a criação de políticas e planos de leitura estaduais e municipais com dotações orçamentárias previstas na lei 10.753 de novembro de 2003, (ponto O dos Objetivos e Metas do PNLL).
3. realização periódica de pesquisa nacional e segmentadas sobre leitura e mercado editorial (conforme os pontos C e D dos Objetivos e Metas do PNLL).

C. Setor de mediadores:

1. criação de uma biblioteca por escola, com pessoal qualificado, política de seleção de acervos e acessibilidade.
2. instalação de uma biblioteca nos municípios que não a possuem e revitalização das bibliotecas existentes, com pessoal qualificado, política de seleção de acervos, acessibilidade e integração aos sistemas de bibliotecas existentes.
3. execução de uma política de formação de mediadores de leitura para bibliotecários, educadores, profissionais com ensino superior, ensino médio e voluntários em geral responsáveis por bibliotecas e pontos de cultura.

D. Sugestão do Conselho Diretivo do PNLL e adotado por unanimidade da plenária:

1. equacionar no menor tempo possível uma proposta de institucionalização do PNLL dando-lhe condições jurídicas de perenidade e atuação enquanto Política de Estado, durável e supra-governamental, garantindo sua aplicação a longo prazo. Ao mesmo tempo dotar o MinC de instrumental de atuação gerencial na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas compatível com as tarefas do setor e, para isso, sugere-se a instituição de uma secretaria específica ou de um instituto de livro e leitura.

Reunião ampliada da Câmara Setorial do Livro e Leitura em 19/12/2006 2ª parte: sugestões para o PNLL conforme os grupos de trabalho

1. Grupo do setor criativo

Proposição 1: Promover incentivo aos autores, inéditos e editados, por meio de bolsas de criação; circulação e intercâmbio nacional e internacional, concursos e prêmios literários.

Promover o incentivo aos autores, tanto inéditos quanto já editados, por meio de, entre outras iniciativas, as que listamos abaixo, com algumas sugestões quantitativas e de formação:

Bolsa de Criação Literária – para desenvolvimento de projetos literários de escritores e poetas. A cada ano seriam concedidas 100 bolsas em todo país, no valor de R\$ 1.500,00 a R\$ 3.000,00 mensais para cada contemplado, pelo prazo de seis meses a um ano, dependendo dos gêneros e critérios da comissão julgadora.

Programa de Circulação de Escritores na Universidade – em articulação do Ministério da Cultura com o Ministério da Educação, criar um programa de circulação de escritores e poetas pelas universidades. Caravanas bimestrais de cinco autores deverão circular pelas universidades das cinco regiões do Brasil para debates sobre literatura, leituras públicas e lançamentos de livros e revistas.

Programa de Circulação de Escritores na Escola – mesmo princípio do programa anterior, mas agora em articulação do Ministério da Cultura com os governos estaduais e municipais brasileiros (através de suas respectivas Secretarias de Cultura e Educação ampliando, assim, o projeto para a rede de escolas públicas estaduais e municipais. Os escritores e poetas deverão ser selecionados com preponderância de autores locais de cada comunidade, assegurando-se, porém, significativa presença de autores de outras regiões.

Programa Latino-Americano de Literatura – em articulação do MinC com o Itamaraty e Ministérios da Cultura estrangeiros, embaixadas e universidades, para circulação mútua de escritores e poetas entre países latino-americanos, criando também um Programa de Intercâmbio de Escritores e Poetas Visitantes nas universidades desses países. Tal circulação deverá envolver presença em eventos culturais e educacionais, períodos de estadia com hospedagem garantida, bem como políticas para a tradução e publicação de obras.

Programa Entre-Mares da Literatura – a mesma idéia do programa anterior, porém entre o Brasil, Portugal e os demais países de língua portuguesa, assegurando-se também na visitação desses autores a escolas públicas, além das universidades.

Sistema público de distribuição – estudar a criação de um sistema público de distribuição de livros (em parceria com os correios) voltado para as pequenas editoras e a produção independente, e a criação de veículos públicos de circulação para a literatura, tais como jornais e revistas (através da imprensa oficial), sites e programas de rádio e televisão na rede pública de comunicação.

Jornada Nacional Literária – criação ou apoio a um grande evento anual (a ser realizado em cidades diferentes), reunindo escritores, poetas e ensaístas para leituras, debates, conferências, palestras e lançamentos, e aberto a estudantes e professores (estes, com isto, poderão se atualizar sobre a criação e a discussão literária do Brasil, servindo de agentes multiplicadores junto aos seus alunos).

Programa Primeiro Livro – um incentivo do MinC (e eventuais parceiros) para a publicação, divulgação e distribuição a escolas e bibliotecas do primeiro livro de escritores e poetas brasileiros.

Fundo Nacional da Literatura, Livro, Leitura e Bibliotecas – com parte do orçamento destinado diretamente ao fomento de projetos independentes (publicação de revistas, CDs, e DVDs de prosa e poesia, recitais de poesia e audiolivros, podcasts, festivais literários, co-edições, ciclos de discussão, pesquisas etc.)

Para definir os critérios e a seleção de projetos e de autores para cada uma das propostas acima, sugerimos a formação de uma comissão paritária com membros do Ministério da Cultura, dos escritores e da sociedade civil ligados ao setor literário e com comprovado conhecimento. É fundamental também que todos os programas sejam anunciados em editais públicos, de forma transparente e democrática, especialmente os que se referem ao Fundo Nacional da Literatura e à Bolsa de Criação Literária.

Proposição 2: Realizar um censo nacional de escritores, com o objetivo de mapear a produção publicada ou não.

A realização de um Censo Nacional de Escritores tem como objetivo fazer um levantamento completo e um mapeamento da localização e perfil dos escritores brasileiros e suas obras, estejam estas publicadas ou inéditas. Entre outros aspectos, destacamos alguns fundamentais:

Informações do cadastramento – o formulário a ser preenchido para cada escritor deverá ter: campos de identificação, como nome real, nome literário, sexo, data e local de nascimento, profissão, estado civil, formação, campos de localização, como endereço residencial, município, UF, código de endereçamento postal, telefones residencial, comercial e celular, correio eletrônico e página na web; informações literárias, como número de livros publicados e número de inéditos, gêneros nos quais escreve (poesia, romance, crônica, jornalismo, livros científicos, literatura infanto-juvenil, contos, outros ensaios etc.), editoras com as quais já publicou; e um campo aberto para comentários adicionais. Não é aconselhável mais que isto, para não ser exaustivo, e informações complementares podem ser coletadas a posteriori (ver último item desta página).

Tecnologia do censo – As informações relacionadas no item acima deverão ser capturadas através de um formulário online, em website específico na internet, através de duas formas: a) que possa ser preenchido diretamente através de uma página interativa e b) que possa ser feito download do formulário em formato para impressão (pdf e rtf). Esta última forma visa permitir que o alcance do censo ultrapasse as barreiras de acesso digital, de modo que os formulários em papel tanto podem ser enviados por correio como digitados diretamente por parceiros envolvidos na mobilização e na capacitação de dados.

Mobilização e capacitação – Visando obter uma ampla representatividade, o Censo Nacional de Escritores deverá possuir “banners” para serem colocados em sites de editores, de entidades literárias, impressos, com cópia do formulário e os endereços de correio e na web, releases para a imprensa e uma campanha de lançamento que engaje parceiros no censo, reuniões específicas com setores da imprensa, da área editorial, universidades e entidades de escritores podem ajudar a garantir um alcance territorial significativo.

Período de realização – O censo teria três etapas de 60 dias cada: a primeira etapa seria a do levantamento inicial, com a publicação dos resultados alcançados nesses dois primeiros meses; a segunda fase constituir-se-ia da continuidade da primeira, por mais dois meses, com reforço nos estados e mu-

nicípios que tenham carreado dados inferiores à expectativa, publicando-se no website do censo e nos dos parceiros, bem como na imprensa, um mapa parcial e um ranqueamento de resultados, até para estimular uma saudável competição, e evidenciando aos parceiros locais onde podem existir zonas de baixa densidade de participação; e a terceira fase, que consiste na consistência, cruzamento e análise dos resultados, com a feitura de mapas georreferenciados, mapas conceituais, tabelas, gráficos e um relatório final.

Análise e mapeamento dos dados – Este trabalho consiste em revisão e consistência de dados, correção de erros de digitação, padronização de caixa, glosagem de resultados repetidos ou inconsistentes, cruzamentos de dados (qual a porcentagem de escritores do sexo feminino no nordeste, qual a faixa etária média dos escritores em Santa Catarina, qual a distribuição nacional dos autores em função do número de obras inéditas e assim por diante), assinalando-se para cada formulário uma localização geográfica com latitude e longitude, visando a produção de mapas georreferenciados e temáticos, bem como gráficos, tabelas e textos analíticos e descritivos.

Divulgação dos resultados – Os resultados serão divulgados no website do Censo de forma completa, com o material de divulgação mais sintético e também com os dados completos, para serem utilizados livremente por quem fizer download dos mesmos. Idealmente, seria interessante a feitura de uma publicação de ampla tiragem e um CD a ser disponibilizado para todos os parceiros.

Pesquisas posteriores – Uma vez feito esse primeiro censo, e assim obtido um universo de respondentes, poderão ser feitas pesquisas complementares posteriores, para a obtenção de mais dados e informações (por exemplo, relação de obras editadas, com título, ano de publicação, editora, gênero, número de páginas e, se possível, sinopse de algumas linhas).

Proposição 3: Promover a discussão sobre direito autoral, com o fomento à disponibilização de conteúdos em licenças não-restritivas, inclusive com a formação de acervo de conteúdos livres em diferentes suportes.

Os atuais formatos e concepção de direitos autorais, ainda formulada na era industrial, precisam de uma urgente reconceituação na era da informação e do reconhecimento, para atender a um só tempo as demandas do mercado, os direitos dos criadores e o patrimônio da sociedade como um todo, assegurando novos formatos e novas políticas. O objetivo deste debate é permitir a circulação de inúmeras obras esgotadas e sem interesse comercial, e a abertura de direitos para trechos de conteúdos protegidos, que a um só tempo

colaborariam com um acervo público aberto e se beneficiariam da formação de leitores e visibilidade de suas obras. Assim propomos os tópicos a seguir:

Fóruns de debate – Realização de fóruns de discussão sobre direitos autorais com foco em licenças não-restritivas (copyleft, creative commons e outras), envolvendo diversos setores da sociedade e do governo, das áreas criativas e comerciais, especialistas em direito e legisladores, visando não apenas o amplo debate sobre estas questões, mas também a formulação de propostas viáveis.

Estímulo à abertura de direitos – Além da difusão e conscientização de autores e editoras acerca dos benefícios sociais de direitos não-restritivos para suas obras, não apenas na íntegra, mas também em partes específicas (um autor pode abrir os direitos de dois contos de um livro com quinze deles, o autor e sua editora podem abrir os direitos de um livro esgotado sem interesse em reedição), sugerimos a criação de estímulos concretos à abertura de direitos em novos formatos, com ações de divulgação dos autores que o façam, com um incentivo remuneratório para tais autores, a partir da verba específica a ser dotada para tal fim, convites para participação em eventos, uso das obras em edições específicas, em conjunto com o MEC e outros parceiros.

Ações e campanhas de esclarecimento – A maioria dos autores e editores em nosso País não se diferencia muito da população em geral no entendimento dos novos formatos de direito autoral, muitas vezes temendo que sejam formas de prejuízo comercial numa atividade já tão difícil de sustentar. Assim é muito importante que sejam promovidas ações de esclarecimento junto aos escritores e junto às editoras mostrando os benefícios destes novos formatos, que não pretendem extinguir o copyright e o direito autoral existente, mas sim acrescentar novas possibilidades – e até mesmo criar novas oportunidades comerciais, criando formas renovadas de circulação de obras hoje fadadas ao óbvio, criando novas formas de divulgação de partes da obra de autores hoje alijados da circulação de sua produção e, acima de tudo, colaborando na formação de uma nação de leitores.

Criação de acervos – Para consolidar estas ações, criar um acervo específico de obras licenciadas em licenças não-restritivas. Este acervo reuniria tanto obras cujos direitos cessaram em função da data de morte de seu autor (algumas centenas de clássicos de nossa literatura) como também dos autores e editoras que forem se associando a esta iniciativa – disponibilizando não apenas obras na íntegra, como também trechos que especificamente sejam liberados. Este acervo será também um ponto referencial de uso e incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação na cultura, mantendo em seu acervo não apenas os textos para leitura na tela e impressão, mas também acervos de ilustrações, declamações poé-

ticas em áudio, áudio-livros, podcasts, vídeos etc. Todo este material deverá poder ser localizado com um instrumento de busca, e permitir sua utilização nas escolas e universidades, pontos de cultura, bibliotecas, telecentros etc.

Política de incentivos – Deverão ser desenvolvidas políticas de incentivo à abertura e migração de direitos, sob pena de a discussão ficar apenas no campo conceitual e os resultados serem quantitativamente insignificantes. Para isso, sugerimos não apenas incentivos aos autores como também às editoras (as obras mais consumidas digital e virtualmente serão as mais procuradas em sua versão papel), devendo haver uma quota específica de compras para bibliotecas e escolas que se insiram neste quesito, incentivando-se também na abertura de direitos de traduções de obras da literatura latino-americana, com foco específico na sul-americana, digitalizações e revisões de acervos completos de obras “out of print”. O quesito de a obra ter ou não direitos abertos deveria passar a ter peso relativo em projetos relacionados na lei Rouanet e outras que envolvam financiamento ou renúncia fiscal.

Estudos técnicos e legais – Promover a criação de grupos de trabalho e de estudo sobre questões legais, legislação em outros países, envolvendo legisladores e autores, editores e demais segmentos envolvidos ou a envolver, visando clareza no levantamento de possibilidades, áreas de conflito, unanimidades, dissensos e propostas concretas para encaminhamentos concretos.

2. Grupo do setor produtivo e distributivo

Proposição 1: Implementar políticas específicas para o setor com o objetivo de ampliar o acesso e baratear o custo do livro por meio de ações como: linhas de crédito para instalação de livrarias, tarifas preferenciais de correio, diminuição dos custos de distribuição, formação e atualização de acervos de bibliotecas como política permanente.

Breve diagnóstico da situação:

Os dados do IBGE, na pesquisa Munic 2005, são esclarecedores quanto ao acesso do brasileiro ao livro, acesso que se realiza ainda hoje por intermédio de bibliotecas ou de livrarias. Entre 1999 e 2005, piorando uma situação já ruim, houve uma redução de 11,4% de livrarias no país, alcançando apenas 30,93% dos municípios ou 1.721 cidades. Em melhor situação, as bibliotecas são encontradas em 85% dos municípios, o que as torna o equipamento cultural mais presente no país. São 6.545 bibliotecas em 4.726 municípios, sendo que 71,6% deles possuem apenas uma unidade. A pesquisa não apresenta diagnóstico

qualitativo sobre os acervos dessas bibliotecas, mas é notória a ausência de política de formação e atualização permanente de acervos. Se quisermos um país leitor, entendendo a necessidade estratégica da leitura para o desenvolvimento, tornar o livro acessível e mais barato num país com as dimensões do Brasil significa criar mais pontos de venda e empréstimo e maiores tiragens.

Principais atores envolvidos:

Editoras, livrarias, distribuidoras, ONGs e empresas, no setor privado. Ministérios e órgãos públicos federais, estaduais e municipais responsáveis por taxas, políticas de financiamento e de circulação de materiais (por exemplo, a EBCT). Órgãos públicos responsáveis por bibliotecas públicas e escolares.

Expectativas:

No quadriênio 2007/2010: implantar pelo menos uma biblioteca em cada município sem este equipamento; atualizar os acervos de 50% das bibliotecas públicas existentes; ampliar em 10% o número de livrarias no país; consolidar uma política de financiamento com juros e prazos adequados ao setor editorial e livreiro; consolidar política de formação e atualização de acervos envolvendo os principais atores já listados.

Indicadores de acompanhamento da proposição:

Relatórios semestrais ao PNLL: das associações de editoras e livrarias, informando desempenhos financeiros após a implantação da proposição; das instituições de crédito sobre financiamentos concedidos ao setor; das instituições públicas envolvidas com o transporte de livros e materiais de leitura. Buscar, junto ao IBGE, acompanhamento anual de desempenho do setor, por intermédio de pesquisas similares ao Munic 2005.

Proposição 2: Estimular a criação de políticas e planos de leitura estaduais e municipais, com dotações orçamentárias previstas na Lei 10.753 de 30/10/2003 (Lei do Livro) e também conforme o inciso “O” do PNLL (estimular a criação de planos estaduais e municipais de leitura – em até três anos).

Breve diagnóstico da situação:

Ao estabelecer em seu § I, artigo 1o, que todo cidadão tem o “direito de acesso e uso do livro”, a Lei 10.753 remete essa responsabilidade a todas as instâncias da federação, notadamente àquelas em que o cidadão reside e pode

ter acesso aos bens culturais, ou seja, as cidades, os municípios. Tendo por base esta proposição, é fundamental fazer chegar aos Estados e aos Municípios a política e os eixos implementados pelo PNLL tendo como referência os indicadores que apontam crescente participação do item “cultura” como objetivo de governos municipais e estaduais. Já existem Estados com legislação específica para a questão do livro e da leitura, assim como aumentou de 13 para 21% o número de municípios com Conselho de Cultura, sendo que 63% dos orçamentos municipais têm item específico para a Cultura (dados IBGE de 2001 a 2005). Inserir o PNLL num quadro positivo de aumento de interesse das autoridades municipais pela cultura soma-se à necessidade de cobrir o atraso histórico que o país possui quanto à capilaridade que se quer atingir com programas de leitura junto à população brasileira.

Atores envolvidos:

Governos estaduais e municipais, poderes legislativos estaduais e municipais, conselhos de cultura estaduais e municipais. Professores e bibliotecários das redes estaduais, municipais e privados. Cadeia criativa, produtiva e distributiva do livro. ONGs estaduais e municipais da área.

Expectativas:

A viabilização de políticas públicas para o livro e a leitura na maioria dos municípios brasileiros, com a criação de Planos Estaduais e Planos Municipais do Livro e Leitura que, sob o prisma do PNLL, implantem os 4 eixos nacionais em sintonia com as características e peculiaridades de cada cidade, potencializando resultados das metas estipuladas.

Indicadores para acompanhamento da proposição:

Monitoramento pelo Minc da legislação cultural em vigor ou a ser implantada nos estados e municípios. Por solicitação do PNLL, relatórios das secretarias estaduais e municipais de cultura sobre andamentos dos planos estaduais e municipais sob sua responsabilidade. Monitoramento das atividades de estados e municípios cadastradas no “Mapas de Ações do PNLL”.

Proposição 3: Realização periódica de pesquisas, nacional e segmentada, sobre leitura e mercado editorial, conforme o PNLL em seus pontos “C” (realização bienal de pesquisa nacional sobre leitura) e “D” (implementação e fomento de núcleos voltados a pesquisas, estudos e indicadores nas áreas da leitura e

do livro em universidades e outros centros).

Breve diagnóstico da situação:

Muito embora existam pesquisas sobre edição e circulação de livros no país, patrocinadas principalmente pela Câmara Brasileira do Livro e pelo Sindicato Nacional de Editores de Livros, o Brasil carece de dados mais abrangentes que dêem conta dos índices de circulação industrial e comercial bem como de índices de leitura. A maioria dos estudos atuais está centrada em aspectos da indústria do livro, mas nem todas as editoras, refletindo a diversidade do mercado editorial, sentem-se contempladas nessas pesquisas. Estudos que dêem conta da realidade sócio-cultural da leitura no Brasil também existem, mas fazem parte de diagnósticos gerais, sendo que muitos deles se referem apenas a leituras realizadas no âmbito escolar. Não existem pesquisas sobre avaliação de atividades pró-leitura no país, dificultando o diagnóstico de políticas para o setor, inclusive daquelas veiculadas pela sociedade. O quadro geral nessa área é de fragmentação das informações e dados apurados, ações assistemáticas, desnível de metodologias aplicadas influenciando os resultados, áreas de sombreamento e de ausências de dados sobre itens imprescindíveis para o conhecimento e medição da produção e circulação de livros e da situação da leitura no país.

Atores envolvidos:

Instituições de pesquisas públicas e privadas, nacionais e internacionais; Universidades e centros de pesquisas; associações de classe; empresas do setor editorial e de distribuição; especialistas e mediadores de leitura.

Expectativas que se pode ter para alcançar o resultado da proposição:

Avaliar de maneira sistemática e com metodologia adequada, a boa aplicação de programas públicos e privados de incentivo à leitura, expressos no PNLL. Conhecer, também de maneira sistemática, os índices de realização e desenvolvimento da indústria editorial brasileira e da circulação comercial de livros e outros materiais de leitura. Obter informações confiáveis sobre hábitos de leitura, acesso à leitura, interesses e diversidade cultural nessa área em todas as regiões do país. Orientar políticas públicas de leitura e sinalizar corretamente para o desenvolvimento da indústria editorial no país.

Indicadores para acompanhamento da proposição:

Criação de grupo de especialistas e profissionais da área do livro e da leitura

que atuem junto ao PNLL, incentivando e avaliando a realização de programas de estudos e pesquisas que atendam às necessidades apontadas nesta proposição, realizadas por diferentes entidades e instituições públicas e privadas.

3. Grupo de mediadores de leitura

Proposição 1: Criação de uma biblioteca por escola, com pessoal qualificado, política de seleção de acervos e acessibilidade.

A escola tem papel central na formação de leitores. Mais de 60 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais não concluíram o ensino fundamental. Isso significa que os pais da geração que hoje está na escola não a frequentaram, não adquiriram as habilidades e os hábitos que constituem uma sociedade leitora. A chance de o país formar uma geração de leitores se dá agora, quando 98% das crianças de 7 a 14 anos frequentam o ensino fundamental. Cabe à escola, desde a educação infantil até a pós-graduação, passando pela educação especial e pela educação de jovens e adultos, reunir as condições necessárias para garantir essa formação.

Criação de bibliotecas, acesso ao livro e a outras mídias, formação de leitores, capacitação de professores e de mediadores são aspectos de uma mesma política que deve ter na escola seu lugar privilegiado de implementação.

Por bibliotecas entende-se um espaço adequadamente organizado, com condições de leitura individual e coletiva, acesso a fontes de informação diversas, com acervos próprios para os públicos a que se destinam, condições de acessibilidade para os portadores de necessidades educacionais especiais, pessoal qualificado capaz de tornar a leitura uma atividade atraente para as diversas faixas etárias. A biblioteca da escola não se resume nem se confunde com uma biblioteca de livros didáticos. Ela deve ser tanto ponto de apoio para os temas escolares como também porta de acesso ao universo da literatura e das novas mídias.

A biblioteca da escola, assim organizada, pode e deve tornar-se também a biblioteca da comunidade, acessível a todos e comprometida com a formação de uma sociedade de leitores.

Proposição 2: Instalação de uma biblioteca nos municípios que não possuem e revitalização das bibliotecas existentes, com pessoal qualificado, política de seleção de acervos, acessibilidade e integração aos sistemas de bibliotecas existentes.

Diagnóstico

Com o Programa “Livro Aberto”, do Ministério da Cultura desenvolvido pela Biblioteca Nacional, o qual já foi denominado em outros governos: “Uma Biblioteca em cada município” e “Fome de Livro”, proporcionou-se um crescimento considerável de bibliotecas municipais em todo o país. Porém, a execução do mesmo depende do interesse dos governos municipais, que em sua maioria investem no espaço proposto e no quadro mínimo de pessoal, sem que haja dinamização dos acervos e recursos destinados para sua atualização.

Mesmo com a atuação dos Sistemas Estaduais que realizam capacitações no tocante ao tratamento técnico, as bibliotecas em sua maioria não dispõem de profissionais bibliotecários. Pela falta de bibliotecas nas escolas, as BP vêm cumprindo esse papel, deixando de atender outros segmentos da sociedade.

Inexiste orçamento destinado às bibliotecas públicas. Os acervos são constituídos por doações da comunidade, que repassam livros velhos, estragados, que por vezes comprometem o restante do acervo.

Os espaços pequenos não possibilitam o acesso de cadeirantes, nem mesmo possuem acervos em Braille e computadores que disponibilizem a internet.

As bibliotecas públicas estaduais que serviriam de exemplo para as municipais, sobrevivem através das ações promovidas pela Sociedade Amigos, quando existe.

No tocante à modernização das PBs existentes, é imprescindível a participação efetiva dos estados e municípios que não fiquem à espera do governo federal.

Quanto à articulação entre redes de bibliotecas públicas, escolares e comunitárias, ela só viabilizaria melhores resultados. Porém, não há sistemas de bibliotecas escolares e comunitárias. Apenas o Sistema de Bibliotecas Públicas atua efetivamente em todos os Estados.

É preocupante a questão das bibliotecas comunitárias, que desenvolvem um trabalho excepcional em todo o país, mas, não há apoio garantido, que assegure capacitação e técnicos qualificados. O FUST foi criado para assegurar a inovação das bibliotecas públicas e comunitárias. Recursos esses até então não utilizados para o fim proposto.

Pelo montante, acreditamos que seria possível sistematizar uma grande rede de bibliotecas: Públicas, Escolares e Comunitárias.

Principais Atores envolvidos na situação

A sociedade em geral. Profissionais bibliotecários

Quais as expectativas temporais e outras

Assegurar capacitação contínua para os dirigentes de bibliotecas públicas e profissionais bibliotecários. Incluir nos cursos de graduação em letras, pedagogia, biblioteconomia, disciplinas que facultem o desempenho do profissional na questão do estímulo à leitura.

Criar em cada biblioteca universitária um espaço que sirva de laboratório para os alunos dos cursos acima citados, que possam trabalhar acervos no tocante ao estímulo à leitura e à pesquisa.

Estimular a criação de comitês do Proler nos municípios ou em macro-regiões dos estados, cujas ações são direcionadas a mediadores da leitura, envolvendo professores, bibliotecários e os adeptos

Quais os indicadores para acompanhamento da situação

Consideremos que os indicadores estratégicos devem levar em conta a especificidade de cada região. Com esse objetivo, devemos usar um novo marco conceitual que destaque a importância do equilíbrio entre a eficiência dos resultados propostos e o bem-estar social, bem como enumerar vários motivos razoáveis para desenvolver os indicadores estratégicos, mostrar como cada um deles é baseado em pressuposições que não necessariamente serão válidas para todas as regiões e mostrar por que é necessário adotar um novo enfoque conceitual. Após discutir as principais características do método proposto, mostraremos de que maneira este novo marco pode ajudar a identificar os tipos de indicadores necessários.

Assim poderemos realizar as seguintes funções:

- monitorar o desempenho dos Sistemas de Bibliotecas Estaduais e Municipais;
- avaliar os Sistemas e modificar a alocação de recursos para melhorar a eficiência do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares;
- justificar ou negociar os orçamentos para os Sistemas;
- oferecer insumos para o estabelecimento de políticas públicas de estímulo à leitura;
- apoiar as seguintes atividades:
 - o estabelecimento de políticas de estímulo à leitura;
 - o prestação de assessoria aos Sistemas Estaduais e Municipais
 - o Prestação de contas aos contribuintes que financiem atividades de estímulo à leitura;
 - o Análise do sistema nacional

Não existe dúvida alguma de que as razões apresentadas acima são válidas

para a maioria das regiões. Como resultado disso, poderíamos cair na tentação de concluir que todas as regiões brasileiras deveriam construir o mesmo conjunto de indicadores estratégicos. Esse não é o caso porque, de fato, existem indicadores que são úteis para as regiões avançadas.

Um dos indicadores seria os insumos e os produtos do Sistema nacional de inovação. Os indicadores de insumos seriam representados pelos gastos em acervos, equipamentos, recursos humanos. Os indicadores de produtos seriam representados pelo balanço dos pagamentos despendidos em tecnologia.

Proposição 3: Formação contínua de profissionais responsáveis por bibliotecas e espaços de leitura.

O desencadeamento de um processo de formação contínua de profissionais responsáveis por bibliotecas e pontos de cultura - bibliotecários, educadores, profissionais com formação superior, com ensino médio e voluntários em geral – assume importância fundamental para o êxito da implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura, emergente da ação conjunta entre os Ministérios de Estado da Educação e da Cultura e constituído de políticas, programas, projetos, ações contínuas e eventos na área da leitura.

A pertinência desta proposta se deve ao fato de pesquisas revelarem, em avaliações nacionais e internacionais, dificuldades de leitura de jovens alunos, quais não conseguem desempenho adequado no processo de recepção textual envolvendo os níveis de compreensão, interpretação e apropriação do conteúdo de textos de distintas naturezas.

Entende-se que esta situação emerge, de um lado, do encaminhamento do conteúdo das diversas disciplinas que constituem o currículo escolar, pelo qual a leitura, em uma abordagem essencialmente decodificatória e reprodutivista, não recebe o tratamento de processo de construção do significado do texto, não observa os referenciais dos alunos ou seu conhecimento de mundo e não valoriza suas raras experiências com gêneros textuais com os quais se envolvem em suas práticas individuais e sociais de leitura. De outro, tal situação se mantém porque os alunos, embora se constituam como o público alvo da escola, não dispõem de uma biblioteca que deveria ser o centro catalisador do currículo escolar, dirigido por profissionais leitores. Pelo contrário, a biblioteca escolar, infelizmente, ainda não se configura como um local de leitura propriamente dita, de pesquisas que provoquem reflexões, discussões, aprofundamento. Munida de um acervo pouco significativo, com velhos dicionários e enciclopédias desatualizadas, além de livros didáticos ultrapassados, a

biblioteca escolar deve, em uma nova demanda de trabalho, ter renovado seu acervo, em um novo sentido, dinamizado por distintos suportes em diferentes linguagens, os quais permitam propostas de práticas leitoras decorrentes de temas atuais, específicos, sedutores, a partir da orientação precisa e qualificada dos responsáveis por esse importante setor que contribui decisivamente com o desenvolvimento da cidadania.

De nada adianta, contudo, criar bibliotecas escolares, públicas, comunitárias, ampliar e atualizar o número de livros nessas bibliotecas, otimizar o acesso a materiais de leitura, se não houver a orientação qualificada dos responsáveis por esses espaços no processo de estimulação ao envolvimento com esses recursos em nível de excelência.

Assim, os cursos de formação para mediadores de leitura, a serem oferecidos para profissionais que atuam em bibliotecas, devem envolver quatro situações: bibliotecários com formação em biblioteconomia, profissionais com formação superior; com ensino médio completo; e voluntários em geral, independentemente do nível de escolaridade.

A realização de cursos deve ser acompanhada de uma política de avaliação do desempenho desses profissionais em seus lugares de trabalho, a partir de indicadores que levantarão dados importantes para pesquisadores que desejem propor ações transformadoras na área da leitura, configurando-a como um processo de transformação para melhor da sociedade brasileira.

A responsabilidade dos cursos deverá ficar a cargo de professores universitários de diferentes regiões brasileiras, com o intuito de valorizar a experiência docente em distintos estados e a diversidade instrucional, cultural e social do público alvo.

Para tanto, o processo de formação deverá ser divulgado amplamente e viabilizado por uma política de financiamento em que contribuam os governos federal, estadual, municipal e a sociedade civil.

Os efeitos da realização desses quatro cursos, que serão realizados paralelamente ou em momentos distintos, na mesma região ou em diferentes lugares, poderão ser visualizados a curtos, médio e longo prazo, revertendo a situação da biblioteca no contexto da escola, ampliando o nível de leitura numa perspectiva intergeracional, transformando a leitura em condição imprescindível para as práticas individuais e sociais de sujeitos-cidadãos e para o desenvolvimento cultural do país.

Além disso, a realização de tal projeto visualiza a amplificação e o aprofundamento dos conceitos de leitura, de biblioteca e de mediação leitora,

garantindo um processo de formação contínua e de aprimoramento para os profissionais já referidos, através de ações de leitura em que sintonizem educação e cultura.

O simples diagnóstico dos problemas de leitura entre alunos, educadores, pais e profissionais responsáveis por bibliotecas com diferentes níveis de formação não basta: é preciso agir através da efetiva realização de cursos diversificados capazes de mudar o desempenho de leitura de todos os envolvidos nesse processo, um verdadeiro esforço empreendedor pela transformação de indivíduos, de grupos sociais, da sociedade em geral e do país, em toda a sua complexidade, pelo viés da formação de agentes de leitura competentes e pela formação de leitores críticos.

Atores:

Ministério da Educação

Secretarias Estaduais de Educação, reunidas no CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação);

Secretarias Municipais de Educação, reunidas na UNDIME (União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação);

Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), vinculado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e ao Ministério da Cultura (MinC)

ANPEd (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação);

FORGRAD (Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras);

Organismos internacionais como a OEI (Organização dos Estados Iberoamericanos e UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura);

Entidades da sociedade civil que cadastraram suas ações de leitura no PNLL;

Secretarias Estaduais de Cultura;

Secretarias ou órgãos municipais de cultura;

Empresas privadas que patrocinam ações de livro e leitura;

Empresas estatais que apóiam ações de promoção do livro e da leitura;

Associação de Leitura do Brasil (ABL)

Congresso de Leitura do Brasil (COLE)

Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ).

Cada um desses atores tem papel e responsabilidade específica na questão das bibliotecas nas escolas. No entanto, somente a coordenação das ações desses diversos agentes pode reunir as forças necessárias para alcançar a meta de uma biblioteca por escola com as condições adequadas para seu funcionamento.

Alguns indicadores

O Censo Escolar de 2002 – aponta que quantitativamente apenas 21,3% das 153.696 escolas públicas de ensino fundamental dispõem de bibliotecas. Em números absolutos, chega-se a 120.976 escolas desprovidas de biblioteca, o que deixa cerca de 47% dos alunos matriculados nesse nível de ensino público sem chance de dispor do uso da biblioteca na escola.

O Censo Escolar/ Inep 2004 mostra que das 53 mil bibliotecas escolares existentes em todo o país 46 mil (86%) encontram-se em áreas urbanas, sendo que a rede privada concentra o maior número de bibliotecas. A região Sudeste possui o maior número de bibliotecas escolares (39% do total).

Dados do SAEB/2001 informavam que de cada quatro crianças matriculadas na 4ª série das escolas públicas brasileiras, uma não possuía livros em casa. O incômodo desse dado se acentua quando se conhece a realidade da maioria dos bairros e até mesmo de muitos municípios que não dispõem de biblioteca pública.

No ano de 2006, o Ministério da Educação adquiriu, através do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), 72.655.906 livros e prevê, para 2007, adquirir 120 milhões. Em 2006 as aquisições para programas foram:

- Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE): 5.918.966 livros para 45 milhões de alunos;
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): 44.245.296 livros para 29 milhões de alunos;
- Programa Nacional do Livro Didático – dicionários -, com 4.672.701 livros para 16 milhões de alunos;
- PNLD – Braille: 40.030 livros para 3.443 alunos;
- Programa Nacional do Livro do Ensino Médio (PNLEM): 12.581.620 livros para 7 milhões de alunos;
- PNLD – periódicos: 4.545.402 exemplares para 31 milhões de alunos;
- PNLEM – periódicos: 640.891 exemplares para 7 milhões de alunos.

Ações relevantes

O Ministério da Educação vem desenvolvendo um amplo conjunto de ações para a promoção do livro e da leitura nos diversos níveis e modalidades do ensino, em que se incluem as aquisições de livros e periódicos. Listam-se algumas delas:

SESU- Secretaria de Ensino Superior:

Comissão para definição da política de ensino-aprendizagem, pesquisa e promoção da Língua Portuguesa – COLIP: Por se tratar de um projeto de promoção da Língua Portuguesa, suas propostas incluem a leitura e o livro como

instrumentos para a promoção da língua.

Portal Mundo Acadêmico - Validação de um ambiente para publicação de conteúdos acadêmicos produzidos nas Instituições de Ensino Superior. Disponibiliza material para leitura.

Censo Bibliográfico da Graduação: O Censo Bibliográfico da Graduação identifica a bibliografia básica utilizada nos cursos de graduação, das Instituições Federais de Ensino Superior.

SEESP - Secretaria de Educação Especial

Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade - Produção de materiais didáticos específicos para alunos com necessidades educacionais especiais e para subsidiar as oficinas de capacitação e a gestão educacional. Modernização do Parque Gráfico do Instituto Benjamin Constant para qualificar e quantificar as impressões em Braille. Laboratórios informatizados para a inclusão digital dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Apoio à Educação de alunos com Deficiência Visual: Tem por objetivo garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência visual na escola regular.

Apoio à Educação de Alunos com Surdez: Subsidiar professores, profissionais de educação e pessoas surdas no que se refere ao processo educacional de alunos com surdez.

SEB - Secretaria de Educação Básica

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) - Avaliação, aquisição e distribuição de materiais didáticos, livros de literatura, de referência e de apoio à pesquisa: através destas ações da SEB, procura-se garantir o acesso universal a materiais de leitura em sala de aula e também compor ou ampliar os acervos das bibliotecas escolares.

Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio — PNLEM - Avaliação, compra e distribuição de livros didáticos para o Ensino Médio: através destas ações da SEB, procura-se garantir o acesso a materiais de leitura em sala de aula.

Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): Democratizar o acesso de alunos e professores à cultura e à informação, contribuindo, dessa forma, para o fomento à prática da leitura e à formação de alunos e professores leitores. São distribuídos acervos formados por obras de referência, de literatura e de apoio à formação de professores às escolas do ensino fundamental. É importante evidenciar a dupla necessidade de acesso: (1) acesso ao livro (e outros

suportes) enquanto um objeto de leitura e (2) acesso ao conteúdo do livro através de uma leitura efetiva e de qualidade.

Política de Formação de Professores e Alunos Leitores: A Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) trabalha na construção de uma política que privilegie a questão pedagógica necessária à formação de professores e alunos leitores. A distribuição de acervos às escolas por si só não é suficiente para reverter os indicadores de desempenho crítico em leitura divulgados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Programa ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos: (Departamento de Políticas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental): Trata-se de um programa diretamente relacionado a políticas de leitura, já que estabelece normas para a ampliação do ensino fundamental e também dissemina estratégias de formação de leitores, através de discussões a respeito de Letramento.

Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio — PCNEM- Difundir os princípios da reforma curricular e orientar os professores na busca de novas abordagens e metodologias. Apresenta várias idéias e discussões sobre a leitura na escola. Não privilegia a leitura literária, mas aponta a sua diferença em relação a outras leituras mais pragmáticas, igualmente necessárias. Múltiplos letramentos, letramento multissemiótico (ler em diferentes suportes e signos, ler não apenas textos escritos, mas também cinema, teatro, manifestações orais, escritas, imagens, etc.) Diferentes objetivos para a leitura - leitura e escrita para a cidadania (através de práticas sociais efetivas de leitura e escrita), leitura literária para fruição, conhecimento de si e do mundo. Leitura literária - do leitor vítima ao leitor crítico. A dicotomia apresentada metaforicamente sugere que há diferentes maneiras de se ler um texto e que a escola deve formar o leitor que não se atenha a um tipo de atitude passiva (vítima) frente ao lido, mas que reaja, seja ativo e construa um conhecimento, seja capaz de opinar e de se posicionar diante do que lê.

SEB e SEED — Secretaria de Educação Básica e Secretaria de Educação a Distância
O Pró-Letramento — Mobilização pela Qualidade da Educação — é um programa de formação continuada de professores, para melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nas séries iniciais do ensino fundamental.

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

Materiais para educação escolar indígena: A divulgação da temática indígena para a sociedade nacional objetiva o combate à discriminação e ao preconceito, ainda vigentes, em relação às sociedades indígenas, e tem por meta valorizar a diversidade sócio-cultural do país. O MEC tem apoiado a produção de livros e outros materiais para uso nas escolas indígenas do país, produzidos pelos professores indígenas.

1º Concurso Literatura para todos: Numa iniciativa inédita, o Ministério da Educação criou o concurso literário Literatura para Todos. Com o objetivo de estimular a produção de livros escritos para jovens e adultos recém-alfabetizados, o concurso selecionou dez obras de diferentes gêneros literários que foram impressas e serão distribuídas pelo MEC para alunos das turmas do programa Brasil Alfabetizado. Os livros são nas modalidades conto ou novela; crônica; poesia; biografia ou relato de viagem; ensaio ou reportagem; textos da tradição oral; esquetes, scripts, peças teatrais, roteiros de vídeo, cinema, quadrinhos; ou textos utilizando linguagem das Tecnologias de Informação e Comunicação (e-mails, blogs, comunidades virtuais, grupos de discussão, etc.).

SEED – Secretaria de Educação a Distância

TV Escola - O Canal da Educação: A TV Escola é um Programa da Secretaria de Educação a Distância, do Ministério da Educação, dirigido à capacitação, atualização e aperfeiçoamento de professores do Ensino Fundamental e Médio da rede público.

Portal Domínio Público: O “Portal Domínio Público”, lançado em novembro de 2004 (com um acervo inicial de 500 obras), propõe o compartilhamento de conhecimentos de forma equânime, colocando à disposição de todos os usuários da rede mundial de computadores - Internet - uma biblioteca virtual que deve se constituir em referência para professores, alunos, pesquisadores e para a população em geral.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Portal de Periódicos: Professores, pesquisadores, alunos e funcionários de 163 instituições de ensino superior e de pesquisa em todo o País têm acesso imediato à produção científica mundial atualizada através deste serviço oferecido pela CAPES.



MANIFESTOS EM PROFUSÃO: A LEITURA EM DEBATE

A visibilidade que o desenvolvimento do PNLL proporcionou, direta ou indiretamente, à questão da leitura e da escrita representou uma reintrodução de um tema no debate público nacional que parecia abandonado tanto institucionalmente quanto pela mídia, mais voltada para outras áreas culturais e para as novas tecnologias virtuais. Podemos afirmar que, há pelo menos três anos, o livro e a leitura voltaram a ser assunto e tema a ser debatido e difundido. Com a grande agitação em torno da temática da leitura empreendida pelo Ano Ibero-americano da Leitura – o VIVALEITURA em 2005, e com a afirmação do PNLL cada vez mais crescente a partir de 2006, muitos manifestos da sociedade civil passaram a fazer parte do cenário nacional que discute o livro, a leitura e a escritura. A maior parte desses manifestos faz reivindicações amplas ou mesmo específicas da área de atuação de cada nicho do setor criativo, produtivo, distributivo e mediador da leitura. Muitos se autodefinem como Manifesto, outros como Carta Aberta, mas todos tiveram uma importante função de fomentar temas, marcar posições das categorias, realizando a polêmica em torno de questões importantes do PNLL ou suscitadas por ele.

Os três manifestos que se seguem são apenas exemplos dessa intervenção da sociedade nos rumos da política pública, exercendo seu direito às pressões e reivindicações, ao mesmo tempo em que afirma posições junto ao governo. Os três documentos aqui apresentados são de âmbito nacional e tratam da institucionalidade da política de leitura, do financiamento das atividades desta política e da inclusão da pauta de livro e leitura no segundo mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Mas são inúmeros os manifestos que foram produzidos regionalmente com reivindicações deste mesmo teor dirigidos aos governantes estaduais e mesmo ao governo federal.



MANIFESTO DO POVO DO LIVRO

O acesso ao livro e a outras formas de leitura – jornal, revista e Internet, por exemplo – deve ser assegurado a toda a nação brasileira. Independentemente de credo, raça, faixa etária, necessidade especial, escolaridade ou condição econômica, todo brasileiro, como ser humano que é, deve ter garantido seu direito inalienável à leitura – como meio de transmissão do conhecimento, entretenimento, de desenvolvimento pessoal e profissional e, portanto, de cidadania.

Em um país como o Brasil – onde apenas um entre cada quatro brasileiros está habilitado para a prática da leitura; onde nossas crianças ocupam os últimos lugares nos estudos internacionais sobre compreensão leitora; onde o índice nacional de leitura é de menos de 2 livros lidos por habitante/ano; e onde a maior parte dos milhões de alfabetizados, nas últimas décadas, tornou-se analfabeta funcional – a leitura precisa e deve ser tratada como uma prioridade nacional.

A Educação e a Cultura são áreas estratégicas dentro do projeto do desenvolvimento nacional e da cidadania. A escrita e a leitura constituem não só o mais forte amálgama entre elas como, principalmente, o caminho indispensável para a formação do cidadão crítico, emancipado, inserido em seu meio e capaz de modificá-lo. O livro – embora não seja a via única de acesso ao conhecimento e à informação, o que compartilha com outras igualmente poderosas linguagens, como a visual e a eletrônica – continua a ser a maior invenção do último milênio e a ocupar um papel central na sociedade.

A leitura gera condições para decodificar, interpretar, compreender e se fazer entendido, criando, assim, as condições necessárias para que o cidadão estabeleça a comunicação com os seus iguais. De tal forma que, ao promover o desenvolvimento do ser humano em todos os aspectos, o credencia a buscar maior participação social e política e a exercer sua cidadania em sua plenitude.

As conquistas e os avanços obtidos nos últimos anos, nas esferas federal, estadual e municipal, necessitam ser preservados, mas não só. Precisam ser ampliadas e ganhar a dimensão que o tema merece. As ações de acesso ao livro e às outras

formas de leitura; de formação de agentes multiplicadores, como os educadores, os bibliotecários e os voluntários; de valorização do ato de ler no imaginário coletivo; e, ainda, de fortalecimento da economia do livro devem, nesse sentido, ser convertidas em política de estado – acima dos governos e das pessoas.

Tornar a questão do livro e da leitura uma política pública significa, entre outros, ampliar e aprofundar o estreitamento das ações de Educação e Cultura, dotar a área de uma estrutura administrativa capaz de atender às grandes demandas nacionais e, ainda, assegurar os recursos necessários de forma permanente. Os esforços feitos até agora pelos diferentes governos merecem o devido respeito, porém ainda são insuficientes e estão longe – não do ideal –, mas sim, daquilo que é tão necessário quanto inadiável para o Brasil começar a saldar essa dívida social com o cidadão e a cidadania – o livro e a leitura.

O Estado deve garantir as condições necessárias de acesso ao livro gratuito aos seus cidadãos. Para que isso aconteça, além de cumprir todos os compromissos assumidos e as ações pontuais previstas na Política Nacional do Livro, deve ser dada prioridade total, a partir de 2007, à revitalização das bibliotecas públicas – sejam elas municipais, estaduais, federais, escolares, universitárias ou comunitárias. É fundamental e urgente que todos os municípios brasileiros tenham pelo menos uma biblioteca e, sobretudo, que as bibliotecas existentes sejam revitalizadas para atender ao cidadão brasileiro dentro de um padrão mínimo estabelecido pelos acordos internacionais: com bons acervos de livros e outros materiais; pessoal qualificado e estimulado; e recursos mínimos e permanentes para manutenção, atualização, formação e fomento.

Instrumentos hoje existentes como a Lei do Livro, a Câmara Setorial do Livro e o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) devem ser aprofundados e a política setorial precisa ganhar efetividade cada vez maior e apoio que materializa em projetos, programas e investimentos e, em especial, tornar-se um compromisso daqueles que serão nossos governantes no período 2007/2010.

Às vésperas de se comemorar os 300 anos da impressão do primeiro livro no país – ocorrido em 1.807, após a chegada da família real portuguesa – faz-se urgente e indispensável tornar o Brasil uma nação verdadeiramente de cidadãos leitores. A prática social da leitura é, afinal, o caminho para onde apontava a legião de brasileiros notáveis – integrada por escritores como Monteiro Lobato e tantos outros – como a estratégia de enfrentamento do drama da fome, da pobreza, da ignorância e da violência urbana para colocar o Brasil, aí sim, no rumo do desenvolvimento, da justiça social e da solidariedade.

Brasil, setembro de 2006



Manifestação Pública dos Presidentes de Entidades do Livro

Os signatários desta Manifestação, presidentes e representantes de entidades do livro, reunidos nesta data com o Sr. João Luiz Silva Ferreira, Secretário Executivo do Ministério da Cultura do Brasil, declaram:

Em 10 de dezembro de 2004, na cerimônia de chancela do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, ao ato legal que desonerou a cadeia produtiva do livro dos encargos do PIS e do COFINS, as entidades do setor, representadas pelo então presidente da Câmara Brasileira do Livro, Dr. Oswaldo Siciliano, declararam:

"...propomos a criação de um fundo para a promoção do livro e da leitura, a ser financiado por contribuição correspondente a 1% do faturamento das empresas do setor editorial."

O setor produtivo responde, com espírito público e com os olhos no desenvolvimento da leitura no país, ao ato igualmente público de desoneração, pelo governo, de tributos que oneravam este produto essencial para a cidadania.

Apesar dos esforços, tanto do setor público, quanto do setor privado, passados mais de dois anos e meio daquele ato, temos uma instituição que não recolhe integralmente estes recursos, gerindo-os de maneira compartilhada entre Estado e Sociedade.

Reiteramos nesta data, Senhor Secretário, o apelo das entidades do livro para que o governo viabilize os meios institucionais e legais para que ocorra regularmente o recolhimento daquela contribuição proposta pelo setor, empregando-a integralmente na promoção do livro e da leitura, dentro dos parâmetros estabelecidos em conjunto e expressos nos quatro eixos do Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL, instaurado pela Portaria Interministerial MinC/MEC, número 1442, de 10 de agosto de 2006.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2007

Renata Farhat Borges
Presidente



Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2007

Ilmo. Sr.
Jéfferson Assunção
DD, Coordenador-geral de Livro e Leitura
Ministério da Cultura
Fax: (61) 3326-4484

Prezado Senhor,

Temos o grato prazer de reiterar nosso total apoio à iniciativa do MINC de normatizar o que ficou acertado no dia 10 de dezembro de 2004, na cerimônia presidida pelo Exmo. Sr. Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, na qual o setor editorial foi desonerado dos encargos do PIS e do COFINS.

Nesse período fizemos várias tentativas, governo e entidades do livro, para que a contribuição de 1% sobre o faturamento das empresas do setor editorial, fosse implementada, barradas muitas vezes por aspectos legais, que impediram que se desse início a esse recolhimento, que visa constituir um fundo com verbas destinadas para a divulgação do livro e da leitura.

Conseguimos neste ano criar o Instituto Pro-Livro, por iniciativa do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, da Associação Brasileira de Editores de Livros e da Câmara Brasileira do Livro, que vem arrecadando doações espontâneas dos editores, com o fim de atender aos objetivos de expandir o alcance do livro e da leitura.

Somos conhecedores das dificuldades dessa iniciativa, e por isso vimos ratificar que nos colocamos à disposição desse Ministério, para colaborar em um projeto que visa a efetiva arrecadação dos recursos necessários para atender o anseio da classe editorial, de expansão do número dos leitores e sua qualificação, através da constituição de um organismo específico com essa finalidade.

Aproveitamos o ensejo para manifestar nossa admiração pela iniciativa do MINC, em tornar viável o compromisso da cadeia produtiva do livro, de contribuir para o desenvolvimento da leitura no país.

Com o apreço dos

João Arinos Ribeiro dos Santos
Presidente
Associação Brasileira de Editores de Livros

Paulo Recco
Presidente
Sindicato Nacional dos Editores de Livros

Manifestação pública dos presidentes de entidades do livro

Os signatários desta Manifestação, presidentes e representantes de entidades do livro, reunidos nesta data com o Sr. João Luiz Silva Ferreira, Secretário Executivo do Ministério da Cultura do Brasil, declaram:

Em 10 de dezembro de 2004, na cerimônia de chancela do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, ao ato legal que desonerou a cadeia produtiva do livro dos encargos do PIS e do COFINS, as entidades do setor, representadas pelo então presidente da Câmara Brasileira do Livro, Dr. Osvaldo Siciliano, declararam:

"...propomos a criação de um fundo para a promoção do livro e da leitura, a ser financiado por contribuição correspondente a 1% do faturamento das empresas do setor editorial."

O setor produtivo respondia, com espírito público e com os olhos no desenvolvimento da leitura no país, ao ato igualmente público de desoneração, pelo governo, de tributos que oneravam este produto essencial para a cidadania.

Apesar dos esforços, tanto do setor público, quanto do setor privado, passados mais de dois anos e meio daquele ato, temos uma instituição que não recolhe integralmente estes recursos, gerindo-os de maneira compartilhada entre Estado e Sociedade.

Reiteramos nesta data, Senhor Secretário, o apoio das entidades do livro para que o governo viabilize os meios institucionais e legais para que ocorra regularmente o recolhimento daquela contribuição proposta pelo setor, empregando-a integralmente na promoção do livro e da leitura, dentro dos parâmetros estabelecidos em conjunto e expressos nos quatro eixos do Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL, instaurado pela Portaria Interministerial MinC/MEC, número 1442, de 10 de agosto de 2006.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2007.

Entidade

Responsável

Assinatura

Câmara Brasileira do Livro ABDL	Rosely Boschini	RMBoschini
ANL	Luís Antonio Torelli	Juan José Guedes
Associação Brasileira das Entidades Universitárias	Vitor TAVANAS DA SILVA PE	[Assinatura]
	Ida Lígia Casco Mendes DIRETOR SECRETARIA	[Assinatura]



Associação Estadual de Livrarias do Rio de Janeiro
CNPJ: 06.111.796/0001-14
Av. Rio Branco, 185 sala 214 - Centro
Cidade do Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 2335-6112

E-mail: assoc@aelrj.org.br
www.aelrj.org.br

Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2007

Ilmo. Sr.
Jéferson Assunção
DD, Coordenador-geral de Livro e Leitura
Ministério da Cultura
Fax: (61) 3326-4484

Na qualidade de representante das livrarias do Estado do Rio de Janeiro, nos dirigimos a V. Sa. no sentido de juntar nossa voz à dos demais entes representativos da cadeia produtiva do livro, tais como Câmara Brasileira do Livro, Associação Nacional de Livrarias e Sindicato Nacional dos Editores.

Todos nós apoiamos e aplaudimos a medida aprovada pelo Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que em Dezembro 2004 desonerou o nosso setor da cobrança de Pio-Cofins, concedendo assim alívio tributário significativo às empresas sob regime tributário de lucro presumido e lucro real. Como contrapartida, ficou acordado na época que seria estabelecida uma nova contribuição, a partir de um percentual a ser definido sobre o faturamento ou sobre o lucro líquido. Tal contribuição deveria ser recolhida através de um organismo de direito público, similar aos já existentes (Senai, Senac, Sesc e Sebrae do sistema S, ou uma nova OSCIP), o qual entretanto ainda não foi criado, e serviria para financiar iniciativas aprovadas pelo Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL.

A publicação do plano "Mais Cultura", também conhecida como PAC da Cultura, nos colocou diante da necessidade de concretizar esta contrapartida, de modo a contribuir para o aumento dos índices de leitura em nosso país. A AEL-RJ apóia então a urgente criação deste órgão voltado ao livro, e sugere que:

- as empresas enquadradas no Simples também sejam beneficiadas pela desoneração, uma vez que a mesma ainda não foi atingida, conforme projeto de lei, atualmente em tramitação no Congresso nacional
- sejam estabelecidas alíquotas diferenciadas para empresas sob regime tributários distintos, contemplando as particularidades de cada situação. Sugerimos uma alíquota de 0,25% sobre o faturamento bruto, para as empresas sob regime de lucro presumido;
- seja estabelecido um prazo de cinco anos para reavaliação da aplicação deste novo tributo, e de suas consequências efetivas para o PNLL.

Na esperança de contribuir assim para transformar o Brasil num País Leitor,
Subscrevemo-nos respeitosamente,

MILENA PIRACCINI DUCHEZADE
PRESIDENTE

Com cópia para Câmara Brasileira do Livro, Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Associação Nacional de Livrarias, Câmara Regionais do Livro, Gabinete do Senador José Sarney.

MANIFESTO AO MINISTRO DA CULTURA PELA RECRIAÇÃO DA SECRETARIA NACIONAL DO LIVRO

Nos últimos anos, notadamente a partir da criação do Plano Nacional do Livro e Leitura em 2006 pelos Ministérios da Cultura e o da Educação, o governo federal tem tomado medidas exemplares e efetivas para o desenvolvimento do livro e da leitura em nosso país.

Da desoneração fiscal em 2004 às campanhas do Ano Ibero-americano da Leitura – VIVALEITURA, que deflagraram o ciclo que estamos vivendo hoje, medidas se somaram como o Programa Mais Cultura do MinC e o PDE do MEC. No âmbito desses programas abrangentes de ambos os ministérios o setor do livro e da leitura estão fortemente contemplados, animando a todos que lutam há muitos anos para a transformação do Brasil num país de leitores.

Entre todas essas iniciativas, talvez as mais significativas estejam ocorrendo no âmbito do Ministério da Cultura e seu ambicioso e mais do que oportuno projeto de modernização de bibliotecas, de suprir todo município com pelo menos uma biblioteca pública, de criar milhares de pontos de leitura, de mudar o conceito da acessibilidade e programar a imprescindível mediação da leitura para a conquista de novos leitores.

Nós, profissionais da escrita, da edição e das livrarias, em seus vários segmentos abaixo-assinados, estamos juntos e apoiamos fortemente esse conjunto de iniciativas governamentais. No entanto, Senhor Ministro Interino da Cultura Juca Ferreira, há ainda tarefas fundamentais que precisam ser cumpridas pelo Estado e por este governo e, entre as sugestões já entregues ao MinC, tornamos público uma preocupação cada vez crescente e cuja solução

recomendamos fortemente à Vossa Excelência.

Desmontado no governo Collor, o Instituto Nacional do Livro foi posteriormente substituído pela Secretaria Nacional do Livro, esta última também extinta em 2003 pelo MinC. Perderam o livro e a leitura a sua centralidade e visibilidade no centro do poder político do país e hoje, retomada a decisão política de fomentar o setor com objetivo maior da democratização do acesso à leitura, é hora de reforçar a musculatura política, a organicidade administrativa, a capacidade gerencial e operativa deste setor fundamental para a construção da cidadania, exemplo de transversalidade entre todas as formas de expressões culturais e artísticas.

É HORA DE RECRIAR A SECRETARIA NACIONAL DO LIVRO!!!

20ª. Bienal Internacional do Livro de São Paulo, 14 de agosto de 2006.

“O Bando da Leitura seguia com seus livros e sua arte. Seguia certo de seus planos e de seus objetivos. E foi nesse caminhar que encontrou um amigo, um parceiro que deu as mãos para o bando e seguiu junto. Era o PNLL, amigo parceiro que acolheu e contou ao Brasil que o Bando existia. Que com seu Plano Nacional, garantiu a segurança do caminho e mostrou novos horizontes de livros e de leitura. O PNLL se juntou ao bando e o bando a ele. E daí em diante veio também o reconhecimento do bando pela comunidade. E o bando virou Ponto de Leitura. Agora todos param neste ponto para ler ainda mais. Foi o PNLL que mostrou outros caminhos que levavam a leitura. Agora temos mais livros, tapete, estantes e computador. O PNLL segue junto e fortalece nossos encontros.

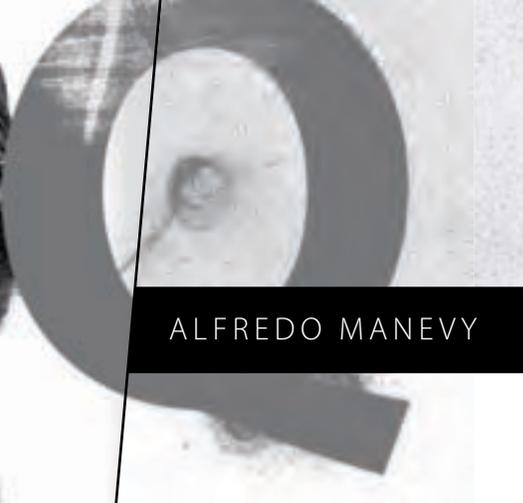
Vida longa a esse cúmplice do Bando da Leitura. Muitos anos de vida e de leitura para todos os brasileiros, este país de leitores!”

Lucelia de Cassia Clarindo - Projeto: Bando da Leitura
Eixo 2 – Fomento à leitura e formação de mediadores



ARTIGOS





ALFREDO MANEVY

PNLL: um símbolo de mudança na política cultural

A famosa frase de Monteiro Lobato ainda é pertinente nos dias de hoje. “Um país se faz com homens e livros”, disse certa vez o criador do mítico *O Sítio do Pica-pau Amarelo*. Daí a importância que tem o Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL), projeto que desde 2006 une os ministérios da Cultura e da Educação, na construção de parceria que solidifique uma política que democratize, em todos os seus meandros, o acesso ao livro e ao prazer da leitura.

Os eixos que norteiam essa ação como política pública são bem simples, mas de uma grandeza edificante. Entre eles estão a democratização ao acesso por meio de implantação de novas bibliotecas - com isso incentivando o hábito da leitura -, a fomentação de mediadores como educadores e bibliotecários, valorização da leitura como meio de comunicação via os mais diversos canais e, o mais importante, desenvolver uma economia do livro que possa gerar resultados positivos não só no Brasil, mas, sobretudo, no exterior.

Nesses quatro anos de implementação da PNLL, muitos resultados puderam ser aferidos a partir de uma ampla e forte articulação entre diferentes setores do campo público e privado. Articulações que permitiram que mais de 800 projetos, programas e ações nas esferas federais, estaduais e municipais saíssem do papel, mostrando que todos estão mobilizados na missão de transformar esse imenso país numa terra de leitores.

São destaques, por exemplo, ações do Programa Mais Cultura, que elegeu a biblioteca pública como espaço privilegiado de intervenção. A ponto de se tornar o principal objeto da ambiciosa meta do MinC de zerar os municípios no país que não tenham um espaço de oportunidades como esse.

E não só isso. Já faz algum tempo que o Ministério da Cultura vem financiando a construção e modernização de bibliotecas públicas municipais e estaduais, todas ampliadas com acervos e mobiliários, além de equipamentos de telecentros digitais. Soma-se a essas iniciativas, a criação de espaços de pontas que configurem referência no Brasil, a partir de uma abordagem inovadora e sedutora, a exemplo da Biblioteca Parque de Manguinhos, no Rio de Janeiro, e a Casa de Leitura Thiago de Mello, esse último ainda em fase de implantação, localizada no centro de Manaus.

A fomentação de políticas que apoiam a abertura de livrarias assim como o financiamento ao setor livreiro está entre os principais eixos do MinC. Mas o leque de benefícios e ações que podem ser trabalhadas no setor, com o intuito de melhorar o acesso à leitura é amplo. Baseia-se no conceito de que o livro deve estar onde houver leitores e onde houver lugares de ações com potencial para transformar em novos espaços de leitura.

Vai desde a criação de projetos de inclusão social, na linha do programa *Leitura nas prisões* – que visa levar a leitura à população carcerária –, passando por iniciativas sociais como a implantação de pontos de culturas em asilos, hospitais e fábricas. Também por meio da viabilização de políticas de incentivos como a criação de prêmios, editais, assim como presença efetiva no exterior por meio de participações de feiras internacionais e criação de programas de exportações e traduções de livros nacionais.

Hoje o PNLL constitui um dos símbolos da mudança na política cultural no Brasil, mas, mesmo com todos esses planos de trabalhos traçados em benefício da sociedade, entendemos que há muito a ser feito. Sobretudo quando números apontam que 16,3 milhões de pessoas no Brasil são incapazes de ler e escrever um mero bilhete.

Daí a necessidade da institucionalização de uma lei que legitimize o Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL), dando, como bem destacou o ex-Ministro Gilberto Gil naquele clássico samba de sua autoria, régua e compasso para traçar diretrizes e metas de uma política voltada totalmente ao acesso à leitura e ao livro no Brasil.

Alfredo Manevy

é secretário executivo do Ministério da Cultura



ÁLVARO MARCHESI

Articulação do PNLL e do Vivaleitura na valorização da leitura e do livro nos processos de formação humana

Na busca dos seus quatro eixos estratégicos de atuação, o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL estende, por todas as regiões brasileiras, suas ações voltadas à promoção do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas. Nesta abrangência nacional, estabelece condições institucionais interativas que viabilizam a conjugação dos esforços da União, dos estados e dos municípios em atividades convergentes para a consecução da democratização do acesso ao livro; do fomento à leitura e à formação de agentes multiplicadores da leitura; da valorização da leitura e da comunicação e da cessão de créditos para edição e comercialização de livros.

Esse empreendimento nacional, iniciado e estimulado pelo Estado brasileiro, tem conseguido se expandir como componente da sociologia comunitária nas escolas, nas manifestações culturais e nas comunicações humanas, devido à sua especial natureza social. Ou seja, a inspiração ideológica do PNLL e a sua organicidade estão sustentadas, especificamente, na participação da sociedade que, por sua vez, representa não apenas seu público-alvo, como também e, sobretudo, constitui sua parceira essencial e permanente.

Seguindo essas diretrizes programáticas, o PNLL vai se transformando, atualmente, em orientações e praticabilidades que são utilizadas como referenciais à formulação e à implantação de políticas públicas voltadas à leitura, ao livro e às bibliotecas no Brasil. Nesta dimensão política ou em sua dimensão operacional há que se considerar uma especial peculiaridade do Plano: as suas diversidades propositivas e organizacionais, à medida que são executadas, vão

adquirindo unicidade em torno de um objetivo único: a consolidação do real valor da leitura e da presença do livro nos processos de formação humana.

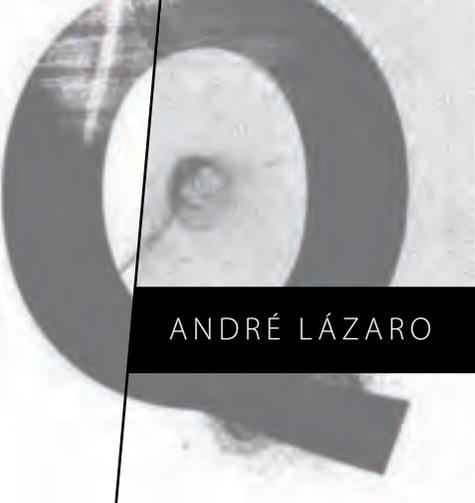
Ao elevar a leitura e o livro como elementos indispensáveis à formação humana, o PNLL conta com outro importante empreendimento: o Prêmio Vivaleitura, iniciativa da Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI, dos ministérios da Educação e da Cultura. O Prêmio tem o patrocínio da Fundação Santillana e o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Essa premiação no Brasil, que já se encontra em sua quinta edição, tem como propósitos principais a identificação e a valorização de pessoas e grupos que realizam experiências em bibliotecas, escolas, universidades e organizações da sociedade para estimular e fomentar a leitura no país. Este Prêmio foi criado no âmbito do Ano Ibero-americano da Leitura, comemorado em 2005. Hoje temos cadastrados mais de 10 mil trabalhos que envolvem vários segmentos da sociedade e vêm inspirando políticas públicas de incentivo à leitura.

O *Vivaleitura* assume, como um dos seus princípios básicos, que a leitura deve ser parte intrínseca do interesse e das consciências de crianças, jovens e adultos não como simples lições escolares ou obrigações acadêmicas, mas como experiência de prazer, de investigação e descobertas pessoais. Segundo esse princípio, o *Vivaleitura* se insere no conjunto de ações do PNLL em sintonia com os propósitos de que a leitura é fator primordial para a formação humana – construção de consciências individuais preparadas para a liberdade, para a participação e para a criatividade.

O incentivo à leitura está também inserido no Projeto de Metas Educativas 2020: *a educação que queremos para a geração dos bicentenários*, aprovado pelos Ministros de educação na conferência ibero-americana de Ministros realizada em setembro de 2010 na Argentina e coordenado pela OEI. Assim, o PNLL também se insere neste projeto de metas, contribuindo com o esforço de transformar o Brasil em uma sociedade de leitores. Dessa forma, estabeleceu-se um novo contexto político, educacional e cultural para que a leitura, o livro e as bibliotecas sejam efetivamente destacados, em todo o Brasil e demais países ibero-americanos, como componentes essenciais à construção da moderna humanidade.

Álvaro Marchesi

é Secretário-Geral da Organização dos Estados Iberoamericanos



ANDRÉ LÁZARO

Fomento à leitura - uma visão do Ministério da Educação

O Ministério da Educação é um dos maiores compradores de livros (didáticos e/ou literários) do Brasil. Somente este fato já justificaria a inserção do MEC nas questões referentes ao fomento à leitura. No entanto, o que está posto aos dirigentes é se estes livros chegam ao destino e se são utilizados e aproveitados convenientemente. Segundo informações advindas das avaliações educacionais, a leitura literária – dita leitura para o prazer – está desaparecendo da prática educacional. A este quadro soma-se o fato de que o perfil do professor brasileiro sofreu significativas mudanças nas últimas décadas: uma parcela significativa deles hoje não são leitores. Assim, a leitura literária deixou de ser uma fonte de prazer – capaz de descortinar mundos e possibilidades inimagináveis – para torna-se um ato mecanizado, apenas a serviço de avaliações de desempenho do aluno pouco eficientes.

Vale salientar que, segundo a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, é a escola o grande indutor da relação com a leitura. Este dado chama para a grande responsabilidade do sistema educacional de ampliar as possibilidades da leitura. Desde 2003, o Ministério da Educação vem investindo na centralidade que o livro e práticas de promoção da leitura devem ter nas escolas. Isso acontece desde a qualificação dos processos de compra de livros até o redimensionamento das estratégias de distribuição para lugares em que o livro antes não chegava. Dessa forma, o MEC tem contribuído para que a leitura se torne parte integral da vida do cidadão.

Quanto ao processo de alfabetização entre jovens e adultos, constata-se que sem motivação e continuidade na aquisição do hábito de leitura, o jovem

e o adulto recém-alfabetizados ou em processos iniciais de aprendizagem, tendem a perder esta habilidade. Neste aspecto, vale ressaltar a limitação da prática da leitura no ensino vinculada aos credos religiosos. Os dados demonstram que, no processo de aprendizagem, há uma forte motivação para a leitura da Bíblia e um grande incentivo à constância deste hábito de ler, criando intimidade com este livro ao longo da vida.

Entretanto, pensando em ampliar as possibilidades de leitura e de produção escrita específica a esse público, o MEC, entre outras ações, criou o Concurso Literatura para Todos, já na sua quarta edição, onde escritores consagrados ou neoescritores escrevem obras em vários gêneros literários (prosa, verso, biografia, dramaturgia ou textos da tradição oral) voltadas aos neoleitores.

Além do valor *per se*, a leitura, para o Ministério da Educação, tem um valor instrumental indispensável para a atuação em todos os níveis de aprendizagem e, em particular, para a alfabetização e educação de jovens e adultos. Vem daí a importância de seu fomento. Assim, ao enfatizar e estimular diferentes tipos de leituras (didáticas, literárias, científicas), o MEC pretende ampliar o universo cultural e oferecer melhores e mais eficazes instrumentos para o cotidiano escolar, com especial atenção à diversidade (étnica, racial, cultural, etária, geográfica, social, entre outras).

A SECAD, motivada pelo trabalho desenvolvido pelos Ministérios da Educação e da Cultura para a criação e implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL, referenda os seguintes princípios do PNLL em sua atuação no fomento da leitura:

- a) O livro deve ocupar destaque no imaginário nacional, sendo dotado de forte valor simbólico e valorizado por amplas faixas da população;
- b) Devem existir famílias de leitores, cujos integrantes se interessem vivamente pela prática da leitura, de modo que as velhas e novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afetivas em torno da leitura;
- c) Deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores formados e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade;
- d) Garantir o acesso ao livro, com disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas e livrarias, entre outros aspectos;
- e) O preço do livro deve ser acessível a grandes contingentes de potenciais leitores.

Frente ao importante papel do MEC na orientação e organização dos qua-

tro eixos do PNLL, outra questão se impunha aos gestores: o que era feito pelo livro e pela leitura era suficiente para melhorar o desempenho do Brasil neste quesito? O resultado desta averiguação constatou que o MEC investia pouco na formação de mediadores de leitura, e que ainda havia espaço para ampliação das ações nesta área; porém, estas novas ações deveriam ter ênfase na qualidade, visto que as questões de natureza quantitativa estavam razoavelmente encaminhadas. As ações do MEC, então, passaram a priorizar a necessidade de preparar leitores críticos capazes de participar como sujeitos históricos do desenvolvimento do mundo contemporâneo, assim como mediadores de leitura capazes de estimular leitores reflexivos.

Mas não seria possível ao MEC, sozinho, promover em escala nacional o desenvolvimento das ações necessárias. Daí que, em 2005, o Ministério estabelece parceria com o Ministério da Cultura e com a OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura para, juntos, promoverem o Prêmio Vivaleitura, com o objetivo de estimular, fomentar e reconhecer as melhores experiências de incentivo à leitura. Durante suas quatro edições foram inscritos aproximadamente 8,5 mil projetos, dentre os quais 60 foram classificados como finalistas, sendo 12 deles premiados. Em 2010, o número de projetos inscritos foi de 1.829.

Um dos objetivos do MEC e do MinC no âmbito do PNLL é dar visibilidade a essas iniciativas. Muitas delas se originam a partir das próprias escolas, sobretudo dos educadores. Esse é um fato que comprova uma mudança na percepção da leitura na sociedade, e o MEC tem apoiado essa demanda dos professores qualificando a seleção de livros do PNBE, incluindo títulos para neoleitores e publicações para a formação em leitura do professor, para que este passe a atuar como mediador de leitura.

A SECAD reconhece o PNLL como importante instrumento que resgata a relação entre educação e cultura na perspectiva de formação integral do sujeito. Ao longo desses últimos quatro anos, o desenvolvimento de uma sólida parceria entre os Ministérios da Educação e o da Cultura resultou num reforço aos princípios do PNLL e em sua vinculação ao conceito de aprendizagem ao longo da vida, de forma a contribuir efetivamente para a construção de uma sociedade leitora.

André Lázaro

Secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade



do Brasil

O Processo Maurício

3 Berts

Comissão Nacional

ANZO DO

COR AÇÃO

Margarida

ção

DUZE

TREVAS



Opere de Luis

Um Novo Mundo



CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE XAVIER

A importância do mestre-escola, ou do professor como mediador da leitura

Quantos de nós não se lembra, às vezes, de frases ou versos, de contos, poemas ou histórias inteiras lidos ou ouvidos em nossa juventude ou mesmo na mais tenra infância? O livro é insubstituível e é evidente a importância dele na formação do hábito da leitura. Mas nem sempre se pensou assim e o problema da leitura não se resolve apenas com a distribuição de livros. Há que se lembrar a importância do mediador da leitura, seja ele um professor ou alguém que faça esse papel em casa.

A experiência republicana brasileira revela uma permanente preocupação com o combate ao analfabetismo, com os estudos pedagógicos e com a formação profissional – na agricultura, no comércio e na indústria. As políticas para a instrução pública e as várias tentativas de estruturação de um serviço eram, quase sempre, descontinuadas. Após meio século de República, os números não eram nada animadores: uma grande parcela – cerca de 55% da população maior de 18 anos – era composta de analfabetos e a oferta de ensino público atendia a menos de 50% das crianças em idade escolar. Esse era o resultado do investimento que até então havia sido feito a favor da educação. Mas o foco ainda não era o professor. Esse, peça rara, continuava sendo recrutado, como no Império, entre os seminaristas e filhos da elite que tinham acesso à educação.

Há notícia da dificuldade que teve José Bonifácio em conseguir contratar seis professores para as recém-criadas escolas no Piauí, no começo do século, pois o salário para eles oferecido equivalia a um terço do que se pagava a um feitor de escravos.

Logo no primeiro governo republicano foi criado o *Pedagogium*, inspira-

do no Museu Pedagógico francês e, no segundo, o Instituto Profissional. Mais tarde, surgiram códigos para o ensino secundário e superior, Institutos e Escolas Superiores. Em 1909, realizou-se o I Congresso de Instrução e, em 1922, aconteceu a I Conferência Interestadual do Ensino Primário; essa função governamental ficava a cargo do Departamento de Instrução Pública, Correios e Telégrafos, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Com a revolução de 1930 e poucos dias após a instalação do governo provisório foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, (que se tornou MEC em 1953, com a criação do Ministério da Saúde), o Conselho Nacional de Educação, a Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa e o Serviço de Radiodifusão Educativa. No governo constitucional que se seguiu, surgem o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos(INEP), O Instituto Nacional do Livro(INL), e o Instituto Nacional de Cinema Educativo.

Somente na década dos anos 1950, o MEC lançou uma Campanha do Livro Didático e, a partir de 1955, instituiu o Programa de Edição de Livros Didáticos. A experiência de coedições do INL com as editoras e mesmo a de edição de livros didáticos e literários se desenvolveram pelos anos 1960 e 1970, quando surgem o FENAME e a FAE-Fundação de Apoio ao Estudante, esta mais tarde fundiu-se ao FNDE.

Por causa dessa descontinuidade administrativa decorrente das constantes mudanças de dirigentes, esses órgãos lançavam diversos programas que se mantinham por um tempo e logo desapareciam: as Bibliotecas Móveis, as Salas de Leitura, a Biblioteca Escolar e a Biblioteca do Professor, são alguns exemplos. No período mais recente, na década de 1980, foram criados o Pedagogium – Museu da História da Educação Brasileira e a Fundação Pró-Leitura, que não permaneceram. Apenas uma dessas iniciativas se manteve: a do Centro de Informações Bibliográficas (CIBEC), que funciona até hoje, vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira(INEP).

Nessa rápida retrospectiva, não se vê uma política pública clara e permanente em favor do professor como mediador da leitura ou para a formação do leitor. E isso é indispensável a qualquer jovem do mundo moderno.

A leitura é uma experiência muito ampla, que inclui a própria percepção do mundo e as diferentes formas de compreender os ambientes. Essa percepção que o homem tem do mundo encontra no livro a melhor forma de registro, fazendo-nos capazes de apreender, organizar e construir nosso próprio conhecimento.

Contudo, podemos ler qualquer manifestação da natureza – o movimento das estrelas, a marcha das estações, o movimento das marés ou a fenologia das

plantas – assim como os testemunhos do ser humano – sua simples presença, suas atividades ou sua produção cultural – que podem ser reconhecidos desde os mais remotos documentos arqueológicos até a mais recente edição de um jornal diário.

Quando olho o céu e concluo “Vai chover”, eu faço uma leitura dos elementos da natureza, que posso transmitir oralmente. Entretanto, esse conhecimento só representará um patrimônio da humanidade quando for registrado de forma sistematizada, isto é, no momento em que as nuvens se organizam de determinadas formas, cores ou volumes e mais, quando o vento sopra em determinada direção, sob certas condições de força e de temperatura, sabemos que pode chover. Nesse momento fazemos a leitura desse conhecimento, podemos registrá-lo e transmiti-lo por meio de um livro e de um professor.

Para discorrer tanto sobre a importância do professor quanto sobre o livro e a leitura, melhor nos nutrirmos nas águas de um sábio, um brasileiro descendente de libaneses que se tornou um símbolo e dedicou uma vida para construir o maior dicionário da língua portuguesa; retiro um parágrafo do texto “Por uma política da língua”, de autoria de Antônio Houaiss:

“Uma língua de cultura moderna é uma soma do aprendizado ágrafo mais o aprendizado gráfico. O ágrafo – em qualquer parte da Terra – fala: não há quem não fale, no campo da normalidade: ele internaliza entre mil a mil e quinhentas regras gramaticais, a que obedece sem saber, e maneja entre 2.500 a 3.500 palavras (que provavelmente lhe dão uma visão do mundo) – mas o faz sem frequentar escolas, sem ter professores que o corrijam, sem jamais ter sido aluno.

O literatado faz tudo o que faz o ágrafo, com algo mais, algo, aliás, muito mais: vai à escola (organizada em rede), aprende de professores (que constituem a mais numerosa categoria profissional) e se faz aluno ou estudante (por um tempo básico de seis – poucos – a oito – suficientes – anos, mais os pós e mesmo os pós-pós). Com isso, sua eficácia produtiva aumenta espantosamente. Há quem ache que esse processo é alienador – pois se pode fazer coisas belíssimas espontaneamente. Só que, espontaneamente, ainda não se aprendeu a fazer química, física, biologia, matemática, filosofia, lógica, fisiologia, botânica, zoologia, medicina e mais quase 30 mil coisas que são necessárias ao ser humano atual”¹

¹ “Por uma política da Língua” in: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – nº especial/1990.

Pode-se proceder a uma leitura de todas as manifestações da natureza e do homem, porém, somente através do registro sistemático, em códigos linguísticos reconhecíveis, se pode socializar o conhecimento.

Em nossos dias, muitas novas formas de comunicação são possíveis, mas todas dependem quase sempre de vários bens materiais ou tecnológicos – dinheiro, máquinas, energia, tecnologia – enquanto basta ao leitor ter incorporado o código de recepção e interpretação dos textos para depender só de si mesmo para a leitura de um livro.

Se o livro é veículo ou suporte natural dos códigos linguísticos, seu objetivo sempre será o leitor. A ele se destinam os escritos e, portanto, devemos cuidar da formação do leitor dentro do processo educativo. O livro didático tem sido a base de todo um processo, o início de um trabalho com o aluno, com a intenção de desenvolver nele o gosto pela leitura. Além de ser um elemento básico no processo de aprendizagem e o domínio da língua, o livro didático tornou-se também um caminho eficaz para se desenvolver no estudante a compreensão do meio em que vivemos. Mas não se pode reduzir tudo ao livro didático e menosprezar o papel central do professor no desenvolvimento do gosto pela literatura. Isso dependerá, claro, da qualidade no material oferecido e de um mestre que saiba bem utilizá-lo.

A responsabilidade legal do MEC fez com que a compra dos livros didáticos fosse associada a um rigoroso processo de avaliação das obras oferecidas pelas editoras. Mas não podemos nos restringir a isso. A preparação do professor e a formação de leitores é a tarefa mais importante.

Para a atual gestão do Ministério da Educação, a leitura é uma prioridade e várias são as iniciativas voltadas para a difusão e o incentivo à leitura, tanto para os alunos quanto para os professores e uma das mais relevantes foi a associação com o Ministério da Cultura para a liderança do PNLL - Plano Nacional do Livro e Leitura.

Carlos Alberto Ribeiro De Xavier

Foi chefe de gabinete de Ministros da Cultura e da Educação, diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e do IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. É assessor especial do Ministro da educação.



CRISTINA FERNANDES WARTH

Libre e PNLL a trajetória de duas jovens entidades

Foi durante a Bienal Internacional do Rio de Janeiro, em 2001, que jovens editores cariocas e paulistas olharam bem para o megaevento, mediram seu tamanho e, diante da grandiosidade e eloquência dos grandes grupos editoriais, se perguntaram qual seria o lugar das editoras independentes em um país que dava seus primeiros passos rumo à concentração e internacionalização do capital e às fusões de grupos editoriais. Em um primeiro momento, o espanto.

Sabiam esses editores que, além de editar livros de qualidade, princípio básico de todo editor, teriam de conquistar espaço junto aos canais de distribuição para que o público leitor e a obra editada se encontrassem. Tinham consciência de que, individualmente, não conseguiriam se impor num mercado pautado pelos *best-sellers*. Teriam, portanto, que buscar parceiros, associando-se a outros companheiros com a mesma filosofia editorial para, juntos, conquistar um espaço novo no universo da democratização da leitura, da redescoberta do livro como objeto cultural, do papel das pequenas e médias editoras junto a outras entidades de classe e na distribuição de seu catálogo em pequenas, médias e grandes livrarias de todo o Brasil.

Passado o espanto, a ação. Nesse mesmo ano, nascia a *Primavera dos Livros*, a primeira vitrine para a exposição da produção das editoras independentes brasileiras, evento cultural e comercial que inaugurava um novo relacionamento entre editor e leitor, principal aliado dos editores independentes.

O sucesso do evento, a visibilidade das editoras participantes e o reconhecimento do mercado deram origem, em 2002, à Liga Brasileira de Editoras (LIBRE), rede independente que trabalha de forma cooperativa em busca de

reflexão e de ação para a ampliação do público leitor, do fortalecimento das empresas editoriais e da criação de políticas públicas em favor do livro e da leitura.

Imediatamente após a criação da entidade, outras similares, nacionais (Associação Nacional de Livrarias e Associação Brasileira de Editoras Universitárias, por exemplo) e internacionais (Aliança dos Editores Independentes Mexicanos, Editoras Independentes da Argentina, Aliança dos Editores Independentes, da França) se solidarizaram com a iniciativa, propondo parcerias e trocas de experiências. Os alemães, tão abertos às iniciativas culturais brasileiras, ofereceram à LIBRE um espaço na Feira de Frankfurt para exposição das obras e a participação em debates e reflexões. A Secretaria da Cultura e a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, estreitaram ainda mais suas parcerias criadas desde a 1ª Primavera dos Livros em 2001.

Em São Paulo, a Secretaria Municipal da Cultura e a Secretaria Municipal da Educação proporcionaram belas Primaveras em São Paulo até 2008. A partir de 2006, a Secretaria Municipal de Cultura estabeleceu convênio com a LIBRE no magnífico empreendimento cultural Ônibus Biblioteca. Foram anos de profícuo relacionamento entre autores e público leitor jovem e adulto das regiões mais longínquas da cidade de São Paulo. Nesses encontros foram ministradas palestras e oficinas, e também espetáculos teatrais de curta duração foram montados.

O Sebrae-SP foi também um parceiro constante nas Primaveras e nos debates e cursos de formação de pequenos e médios empreendedores. A Livraria da Vila abriu suas portas para debates e reflexões mensais propostos pela diretoria livreira. A Livraria Travessa do Rio de Janeiro propôs parceria na distribuição do catálogo geral da entidade. E em 2010, a Livraria Cultura em São Paulo abrigou a Primavera dos Livros, durante 15 dias, na Avenida Paulista.

A entidade, entretanto, não representa apenas a “face festeira” dos editores independentes. A LIBRE, entidade representativa de uma centena de editores pressionados pela globalização, ressentia-se da invisibilidade nas políticas públicas da seleção das obras, tanto na esfera federal como nas estaduais e municipais. Nos programas governamentais, muitas das editoras da LIBRE nem sequer eram notadas. As desculpas eram recorrentes: o pequeno e médio não têm capacidade de produzir as quantidades necessárias, os pequenos e médios não têm a agilidade exigida pelos governos etc. Era hora de ir à luta com maturidade, apresentando dados, estatísticas e argumentos.

Fundada em 2002, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso,

pequenos e médios editores da LIBRE concorreram ao Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) tanto em 2002 como nos subseqüentes 2003 e 2004, já na gestão do presidente Lula.

Alijados do processo de seleção, houve uma diferença aparentemente pequena entre os dois governos. Se na era FHC a LIBRE não tinha interlocução com o MEC/FNDE, responsáveis pelo programa, na era Lula a interlocução se abriu e a entidade pôde se expressar e apresentar documentos que comprovavam a falta de democratização de um programa que selecionava coleções criadas apenas para concorrer ao PNBE.

A LIBRE reivindicava diversidade da seleção de obras e das editoras, nacionalização da escolha e não apenas a concentração de grupos editoriais do eixo Rio-São Paulo. Democratização e transparência. Em 2005 o MEC/FNDE reformulou o edital do PNBE e, assim, os títulos dos pequenos e médios editores adquiriram visibilidade, chegando às mãos de milhares de leitores de todo o Brasil.

A luta não terminou e com certeza não terminará nunca. Os associados da entidade presenciaram, na seleção 2011, nova concentração no mesmo programa federal, com a seleção de obras de grandes grupos editoriais que concorreram com diferentes razões sociais, por meio de seus selos, como também por meio de livrarias que nem sequer editam livros. Novamente se presencia a força do poder econômico no resultado de um programa que tem como meta contribuir para a formação de leitores. O resultado das estatísticas não mente: dos 300 títulos selecionados, 172 pertencem a 10 grupos editoriais (57,33%), 101 pertencem a 35 editoras (33,66%) e os 27 títulos restantes a 27 editoras (9%).

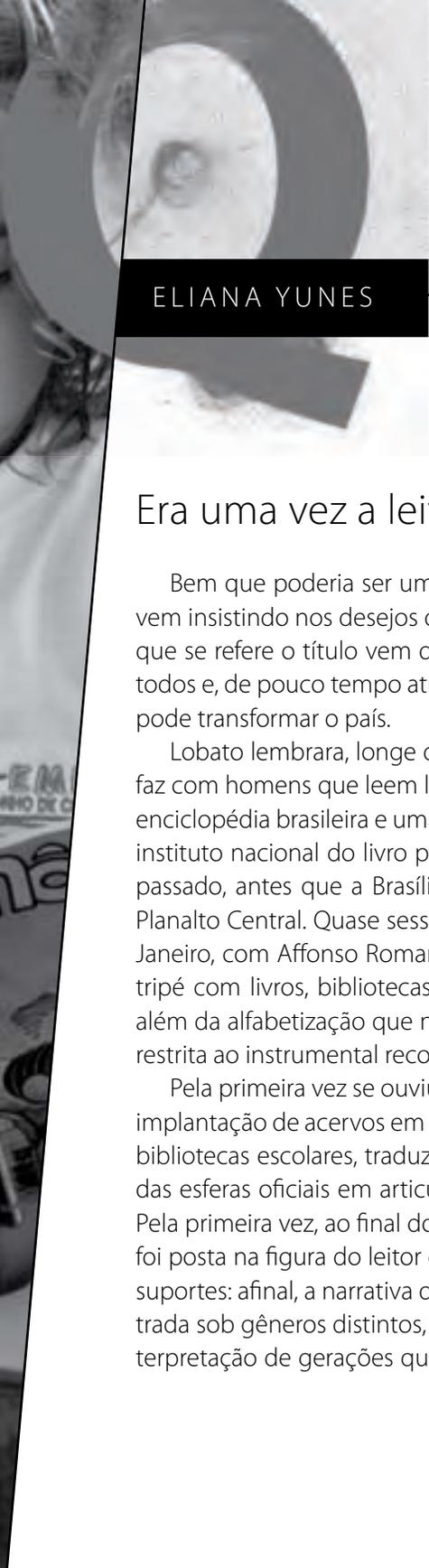
A LIBRE não desconhece o valor das obras publicadas pelos grandes grupos. Resta, no entanto, saber se os órgãos do governo e os analistas responsáveis pela seleção das obras conhecem o valor das obras publicadas pelos pequenos e médios editores.

No ano em que o Plano Nacional do Livro e da Leitura festeja os quatro anos, a LIBRE comemora o oitavo ano de vida. Com certeza o PNLL tem muito a comemorar no âmbito da leitura e da formação do leitor. A LIBRE comemora sua consolidação como entidade representativa das editoras independentes e como desbravadora incansável em busca de seu maior parceiro: o leitor.

Cristina Fernandes Warth

é editora da Pallas Editora e presidente da Libre - Liga Brasileira de Editoras





ELIANA YUNES

Era uma vez a leitura...

Bem que poderia ser uma dessas histórias que desde tempos longínquos vem insistindo nos desejos que podem transformar a vida dos homens. Esta a que se refere o título vem de muito tempo atrás, como uma necessidade de todos e, de pouco tempo atrás, como ação de alguns que sabem o quanto ela pode transformar o país.

Lobato lembrara, longe de qualquer campanha educativa, que um país se faz com homens que leem livros. Isto antes de Mário de Andrade propor uma enciclopédia brasileira e uma rede de bibliotecas públicas como tarefas de um instituto nacional do livro para ajudar a mudar a cara do Brasil. Foi no século passado, antes que a Brasília dos sonhos de Dom Bosco tomasse corpo no Planalto Central. Quase sessenta anos depois, a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, com Affonso Romano de Sant'Anna, alavancou a ideia de formar um tripé com livros, bibliotecas e leitura, muito além da *trapobana*, isto é, mais além da alfabetização que nos projetos da universalização da educação ficou restrita ao instrumental reconhecimento das letras.

Pela primeira vez se ouviu falar em política nacional de leitura que, além da implantação de acervos em espaços não tradicionais, da compra de livros para bibliotecas escolares, traduzisse o fomento à leitura em um esforço conjunto das esferas oficiais em articulação com a sociedade civil para formar leitores. Pela primeira vez, ao final do século XX, a atenção sobre o potencial da leitura foi posta na figura do leitor e estendida a múltiplas linguagens, em diferentes suportes: afinal, a narrativa que conta o mundo e a história dos homens, registrada sob gêneros distintos, não se dissemina senão através da recepção e interpretação de gerações que acolham, suplementem e entreguem renovado

à memória social, o acervo civilizatório de que são portadoras.

Palavras criam mundos, dizem todos os Gêneses, mas sua potência foi passada dos deuses aos homens, de forma que todos devam ter sua voz e vez para materializar um *Fiat* a seu tempo e lugar: como não inventar a roda, se pensar e dizer forem entendidos apenas como decorar e repetir?

Eis que esperamos até o século XXI no Brasil para que educação e cultura, sob responsabilidade assumida pelo Estado, entendendo que só uma rede social que articule escola, biblioteca, família e valorize a leitura como bem fundamental, pode efetivamente contribuir para que haja índice de desenvolvimento humano compatível com o econômico que atingimos.

A construção de identidades e o avanço da qualidade de vida e experiência cidadã dependem da formação de sujeitos leitores que respondam não apenas a textos escritos, mas às textualidades diversas que constituem as práticas sociais, do morar, conviver, comer, fazer, imaginar. Quase um século é passado, mas “nunca antes na história deste país” tivemos a mobilização de amplas camadas sociais e de agentes tão diversos na promoção da literatura, do livro e da leitura, em moldes capazes de envolver esferas administrativas e representação civil no compromisso de um plano de leitura, gerado com participação direta de leitores transformados em mediadores de leitura.

Avançamos com certeza, não sem o risco de retrocesso de que é feita a história política, na qual a demanda por continuidade e avanço é abalroada por interesses menores e vaidades pessoais. Consolidar o que finalmente se obteve com a efetiva capilarização do debate, com a inserção de diferentes atores no processo de pensar a leitura, inclusive a partir das práticas, deve ser a meta principal dos próximos anos e governos. Queremos uma política de Estado que seja capaz de apoiar, prover, registrar e avaliar com a sociedade civil comprometida as ações transformadoras que resultam do ato de ler, menos para consumir livros e mais para consumir o humano que clama pelo bem comum, sonhado livremente por cada um.

Chegados a este lugar, é necessário garantir recursos materiais, formar ininterruptamente recursos humanos, respeitar as peculiaridades e diferenças das iniciativas, sem submetê-las a um padrão uniforme, visibilizar as mais relevantes, estimular as trocas através de redes, reconhecer o notório saber dos que são capazes de dialogar e promover reflexões sem deitar modelos, estimulando a criação segundo os contextos e, sobretudo, dar condições aos agentes de atuarem em seu espaço, de modo a abraçar o país.

Falta mais do que nunca uma análise do impacto da leitura – ou de sua falta mesmo – no custo Brasil de desenvolvimento. Quanto custa o Brasil que não

lê? Acidentes de trabalho, obras malfeitas, equívocos administrativos, desalinhamento de ações, arquivamento indevido, ignorância dos processos, burocratização inútil e irrealista das práticas interinstitucionais.

Falta uma atenção decisiva ao modelo funcional criação de uma instância interministerial que congregue mais que a educação e a cultura, a saúde, a habitação, o transporte, a comunicação, a fazenda, a assistência social na tarefa de gerar um país de leitores. Por isso, cabe às operações da cultura que não se regem por normas empresariais, como negócio no sentido vulgar do termo, sendo ela mesma a afirmação do ócio, criativo no sentido mais radicalmente possível, em que a contemplação estética possa de fato servir a uma revolução ética.

As conquistas do PNLL e seus desdobramentos na aliança do MinC (DLLL) e do MEC (SECAD), com todos os entraves que persistem, materializam contudo, uma nova esperança ao brasileiro leitor, que vê na leitura uma prática de discernimento capaz de trazer condições de justiça às relações sociais violentas e desgastantes que ocupam os jornais e desestimulam as novas gerações. Abortar outra vez a gestação de uma sociedade leitora seria um ato de assumida irresponsabilidade, se não de ignorância da história.

O Brasil espera, outra vez, que seus representantes sejam dignos da confiança neles depositada.

Eliana Yunes

é professora na PUC-Rio, co coordenadora da Cátedra de Leitura da UNESCO, Doutora em letras e lingüística e pesquisadora do CNPq.

“Participar com o meu Projeto Leitura na Biblioteca na história do PNLL me trouxe imenso orgulho e satisfação. Demonstra o reconhecimento pelo trabalho em prol da leitura e da valorização do livro em nosso município. Apresentar minha experiência e partilhar das de outros participantes contribuiu para a melhoria do meu projeto. Sua inserção no cadastro do PNLL trouxe credibilidade, visibilidade e fortalecimento à ação desenvolvida, propiciando a divulgação nas diversas mídias locais.”

Janir Gonçalves Leite – Idealizadora e responsável pelo projeto
Projeto: Leitura na Biblioteca
Eixo 2 – Fomento à leitura e formação de mediadores





EZEQUIEL THEODORO DA SILVA

Da necessidade de somatória de energias para enfrentar a problemática da leitura no Brasil

Não é novidade que, no Brasil, a dívida social dos governos para com a promoção da leitura foi e é imensa. Não é novidade que, quando considerada a existência de bibliotecas e centros de leitura, a paisagem brasileira foi e é extremamente árida. Não é novidade que, por isso mesmo, a existência de leitores reais, concretos no contexto brasileiro é pequena, para não dizer diminuta em relação ao tamanho da nossa população. O horizonte de superação, para efeito de avanço e mudança, é amplo e condicionado a um extenso rol de providências em vários âmbitos.

É em decorrência de uma percepção das múltiplas dificuldades da leitura no território brasileiro que venho afirmando e reafirmando a necessidade de ações polivalentes e integradas para fazer do Brasil um país de leitores ou, pelo menos, de muitos leitores, muitos mais do que os que existem hoje, em quantidade e qualidade. Em função desse posicionamento, indistintamente dou as boas-vindas a todas as iniciativas que venham a estender e dispor a escrita - em todos seus veículos e suportes - à população do país.

Certa vez "briguei" com uma repórter de um jornal porque, durante uma entrevista, ela queria que eu enaltecesse a formação de um acervo de livros por catadores de lixo. De fato enalteci essa iniciativa, mas, ao mesmo tempo, reafirmei, como cidadão pagador de impostos, que isto não eximia de maneira nenhuma a responsabilidade de os governos (municipais, estaduais e federal) implantarem bibliotecas e serviços condignos de leitura para todas as camadas da sociedade. Portanto, defendi que a biblioteca dos lixeiros não bastava, não era suficiente para a dinamização da leitura em nossa sociedade, como

não são suficientes muitas outras iniciativas “artesanal” de enfrentamento dessa complexa questão.

Ainda que a sociedade civil deva se mobilizar no sentido de criar projetos e programas de leitura para determinadas comunidades, entendo ser responsabilidade dos governos o desenvolvimento e a implementação de políticas que venham a promover, de forma concreta e objetiva, a leitura em sociedade. Políticas que levem em conta as condições dos cidadãos para a produção da leitura (escolarização, disponibilidade de tempo, energia física, acesso aos escritos etc.) bem como a infraestrutura para que a leitura se realize (bibliotecas e centros de leitura, com gente especializada e manutenção para o seu crescimento no tempo).

No Brasil, infelizmente as políticas privilegiam muito mais as políticas do livro, consubstanciadas por contínuas aquisições de obras por parte dos governos (principalmente do governo federal via MEC) do que as políticas de leitura. Em verdade, por falta de sensibilidade, bom-senso ou por força dos lobbies, pensa-se em avançar a leitura sem um trabalho maduro e consequente de qualificação da mediação e sem levantar estruturas permanentes (bibliotecas, centros etc.) que cuidem profissionalmente das obras e as dinamizem junto a públicos diversos. Dessa forma, os altos investimentos feitos com a compra de livros de ano para ano não resultam em transformações, para melhor, da leitura no país.

Some-se a este terrível descuido a tradicional compartimentalização das esferas da cultura e da educação. Os organismos que cuidam dessas duas áreas, em nível municipal, estadual ou federal, caminham de costas um para o outro. E a burocracia encontrada nesses organismos não permite que a fragmentação seja superada em favor de projetos educativos e culturais na esfera da leitura e em muitas outras esferas. Dessa forma, cada qual puxa a sardinha para o seu lado, remonta ou desmonta ações, tendo como consequência um patinar incessante nos movimentos necessários em favor da mudança.

No meu ponto de vista, o mérito maior do PNLL foi, em primeiro lugar, a continuidade da sua secretaria executiva desde a sua criação. De fato, a permanência de José Castilho no cargo de secretário executivo evitou o esfacelamento dos propósitos do órgão e, ao mesmo tempo, a produção e o amadurecimento dos eixos de interesse ao longo dos anos, congregando os programas e as iniciativas de promoção de leitura existentes por todo o Brasil. Como no Brasil as coisas da leitura e da cultura se ligam muito mais a pessoas do que a instituições, mencionar o PNLL era imediatamente trazer à baila o incansável e persistente trabalho de José Castilho.

Conseguiu o PNLL mudar, para melhor e significativamente, o panorama da leitura no Brasil? Eu responderia “um pouquinho”, em decorrência dos quistos existentes nos organismos de educação e cultura neste país. Poderia ter feito mais? Julgo que não porque, de certa forma, as dificuldades relacionadas ao enfrentamento desses quistos não podem ser superadas num par de gestões: serão décadas de trabalho para vencer barreiras e juntar todas as energias em favor de uma sociedade verdadeiramente leitora. Por isso mesmo, defendo com unhas e dentes a continuidade do PNLL nos futuros governos; do contrário, como geralmente acontece neste país, serão outros a reinventar a roda e a deixar as coisas como sempre foram ou estiveram, ou seja, de ruim para pior, repetindo os vergonhosos índices de número de leitores e de desempenho em leitura em pleno ano de 2010, terceiro milênio, durante a vigência das sociedades da informação e do conhecimento.

Ezequiel Theodoro da Silva

possui graduação em língua e literatura inglesa e doutorado em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1971 e 1979, respectivamente). Atualmente é professor aposentado - colaborador voluntário - da Universidade Estadual de Campinas.

“O PNLL cumpre seu papel de aglutinador e certificador das atividades de fomento à leitura, desenvolvidas pelo Brasil. Quando o Projeto Circuito da Leitura foi publicado no Site do PNLL recebemos muitas ligações e email pedindo informações sobre o projeto e parabenizando a iniciativa; é como se ele tivesse ganho uma legitimidade maior depois da citação, um reconhecimento que fez com que nosso trabalho fosse visto com mais respeito pelas secretarias de educação, abrindo portas e mostrando nossa preocupação e a necessidade de qualificar as feiras do livro do nosso estado. Dessa forma também contribuímos pedindo que os municípios articulassem melhor suas políticas de formação de leitores, e divulgassem essas ações junto ao Ministério da Cultura construindo o seu PMLL, se integrando dessa forma ao esforço coletivo de dar cara e forma a luta do povo do livro.”

Pedro Paulo Graczcki - Projeto: Circuito da Leitura
Eixo 1 – Democratização do acesso





FABIANO DOS SANTOS PIÚBA

O futuro do PNLL está no presente

O Plano Nacional de Livro e Leitura é uma **conquista da sociedade brasileira**. Podemos traduzir essa afirmação no seu lema, que também pode ser lido como um subtítulo: “Estado e sociedade atuando pelo desenvolvimento da leitura no Brasil”. É quase impossível soletrarmos as quatro letras do Plano sem que, em seguida, venha naturalmente seu subtítulo. Às vezes, me pego a imaginar como um mote instigante para uma cantoria de cordel.

O fato é que tal lema traduz uma premissa conceitual e um entendimento primordial de que o desafio de fazer do Brasil uma nação de leitores, não cabe – e não caberia – apenas aos poderes públicos. É uma tarefa grandiosa para que fique exclusivamente sob as responsabilidades de ministérios, estados, prefeituras e secretarias de cultura e de educação. Diante da dívida social e histórica que temos com a leitura no Brasil, o PNLL já aponta em seu nascedouro que o desafio, ou é uma missão de todos ou nunca venceremos os problemas de exclusão social apontados pelos índices educacionais e culturais, sobretudo aqueles como os indicadores de analfabetismo funcional e de compreensão leitora, que estão intrinsecamente relacionados às questões de formação e de acesso aos bens e serviços culturais. Não vou ficar aqui derramando um rosário de números dos retratos da leitura no Brasil. Eles são indicadores fundamentais para a formulação de políticas públicas e para o estabelecimento de metas.

Mas quero enfatizar outra dimensão importante. O PNLL é o **parâmetro para as políticas públicas** de livro, leitura, bibliotecas e literatura no Brasil. É ele que estabelece as diretrizes e nos orienta na definição de metas e de linhas de ação a partir de seus eixos de democratização do acesso, formação leitora, valorização da leitura e o fomento da economia do livro. Visto dessa maneira

pode até parecer simplório. Mas a verdade é que sua formulação foi resultado de um intenso debate público que traduziu nesses quatro eixos não apenas os principais problemas, mas também as linhas mestras de atuação. Se o livro é pouco presente no imaginário e na formação cultural do povo brasileiro, que criemos um eixo de comunicação e valorização da leitura; se ainda temos um problema preliminar de acesso aos livros e aos suportes de leitura, que criemos um eixo de democratização do acesso; se os nossos indicadores de analfabetismo funcional são gritantes e os níveis de compreensão leitora são críticos, que criemos um eixo de formação leitora e de mediadores de leitura; se temos uma economia criativa do livro que carece de fomento nos seus processos de criação, produção, circulação, distribuição e difusão, que criemos o eixo de fomento para as cadeias criativa e produtiva do livro. Tudo isso são parâmetros importantes para que os atores públicos e sociais possam definir suas políticas, programas, projetos e ações. São parâmetros que podem assumir, inclusive, um papel pedagógico na gestão das políticas públicas para o setor.

Partindo das premissas do PNLL como conquista da sociedade brasileira e como parâmetro para as políticas públicas – podemos destacar duas frentes de atuação do Ministério da Cultura: o Programa Mais Cultura e a estratégia de institucionalização da política de livro e leitura.

O programa *Mais Cultura* foi lançado em outubro de 2007 com três diretrizes fundamentais voltadas para a valorização da diversidade cultural brasileira: a democratização do acesso aos bens e serviços culturais, a qualificação dos ambientes sociais e a geração de emprego e renda por meio da cultura. O Programa articulava assim as três dimensões da cultura estabelecidas pelo Plano Nacional de Cultura: a simbólica, a cidadã e a econômica.

A política cultural transcendeu as linguagens artísticas e ganhou espaço estrutural no Governo Lula. Ganhou *abrangência*, para utilizar um termo do ex-Ministro Gilberto Gil. Abrangência conceitual, política, territorial, orçamentária e institucional. De certa forma, o programa Mais Cultura vem sendo um exercício fecundo na tradução dessa política cultural. Exatamente as ações de livro e leitura que foram definidas como prioritárias para o Mais Cultura. O programa deu um salto orçamentário e estratégico nas políticas voltadas para o setor.

Vale ressaltar que todas as ações de livro, leitura e literatura do programa Mais Cultura estão fundamentadas no PNLL. Desde a meta de dotar todos os municípios brasileiros com bibliotecas públicas, passando pela ação de modernização das bibliotecas com telecentros digitais e a atualização e ampliação de acervos, mobiliários e equipamentos, até a construção de bibliotecas nas

periferias dos grandes centros urbanos do país.

Zeramos o déficit de municípios sem bibliotecas, dotando todas as cidades brasileiras com esse equipamento cultural, ao todo foram implantadas 1.645 bibliotecas municipais com o investimento de 99,0 milhões de reais. Realizamos um Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, de onde extraímos os pontos vitais para a qualificação das políticas. Por isso mesmo, na mesma ocasião foi lançado o Edital Mais Cultura de Apoio a Bibliotecas Públicas, voltado para atacar os pontos críticos como atualização de acervos, gestão, programação cultural, formação dos gestores, acessibilidade e projetos de extensão e de incentivo à leitura com investimento de 30,6 milhões de reais. O MinC não se furtou de modernizar e apoiar bibliotecas de grande porte, como a modernização de bibliotecas estaduais e a construção de bibliotecas de referências, como a Biblioteca de São Paulo e a Biblioteca Parque de Manguinhos, no Rio de Janeiro.

Por meio do programa, o MinC incorporou programas e projetos de incentivo à leitura desenvolvidos pela sociedade civil, compreendendo que essas iniciativas também compõem sua política pública. Podemos destacar os editais de Pontos e Pontões de Leitura, Bibliotecas Comunitárias, Literatura de Cordel, Assinaturas de Periódicos de Conteúdo Cultural para bibliotecas públicas, pontos de cultura e de leitura de todo o país, visando fomentar o livro e a leitura no Brasil. Outra ação importante é o projeto Agentes de Leitura que, entre 2010 e 2011, estará selecionando em torno de 4 mil jovens em 12 estados e em mais de 400 localidades nos municípios brasileiros que, diretamente no seio de suas comunidades, levarão o livro e a leitura para dentro das casas, criando ambientes favoráveis de leitura no seio das famílias, atuando de maneira integrada com as bibliotecas e as escolas públicas.

Com o programa Mais Cultura, houve um salto orçamentário e estratégico expressivo. O aporte de recursos no setor saltou de R\$ 6 milhões, em 2003, para R\$ 95 milhões em 2009 de investimento anual. O acúmulo nesse período chega perto dos R\$ 300,0 milhões, traduzindo, de certa maneira, a dimensão que as políticas de livro e leitura vem ganhando no MinC. O programa possibilitou também um exercício de federalismo cultural, descentralizando recursos por meio de convênios com estados e municípios como forma de fomentar as cadeia criativa do livro e a cadeia produtiva do livro nas diversas regiões do Brasil, valorizando a bibliodiversidade brasileira.

A outra frente importante é o desafio da institucionalização da política. Nesse sentido, o ano de 2011 deverá ser marcado por uma agenda institucional de livro, leitura e literatura no Congresso Nacional com três projetos de lei: o Plano

Nacional de Livro e Leitura; o Fundo Setorial de Livro, Leitura, Literatura e Língua Portuguesa (Fundo Pró-Leitura) e o Instituto Nacional de Livro, Leitura e Literatura.

No campo institucional, não custa lembrar que o Plano Nacional do Livro e Leitura foi instituído por meio de portaria interministerial do MinC e do MEC em 2006, estabelecendo as diretrizes, os eixos e os objetivos da política nacional para o setor. No sentido de atribuir um grau maior de institucionalidade, o Ministério da Cultura definiu que o PNLL fosse encaminhado ao Congresso Nacional como projeto de lei. O mesmo encontra-se em tramitação no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal (SIDOF) em fase conclusiva pelos ministérios da Cultura e da Educação para envio à Casa Civil e ao Congresso Nacional.

Nesse mesmo caminho, tramita também em fase conclusiva no SIDOF o projeto de lei que cria o Fundo Setorial de Livro, Leitura, Literatura e Língua Portuguesa – Fundo Pró-Leitura. O projeto possui uma versão coesa e definitiva consolidada pelos ministérios da Cultura, Educação, Fazenda e Planejamento. Seu processo de formulação foi precedido de várias negociações com setor produtivo e com o Ministério da Fazenda, referente ao formato da Contribuição Social que virá de 1% do faturamento das editoras, conforme compromisso firmado pelas principais entidades representativas da cadeia produtiva do livro no Brasil, na ocasião da desoneração fiscal do PIS/COFINS/PASEP para editoras, livrarias e distribuidoras em 2004. No entanto, a maior parte dos recursos oriundos para esse fundo virá do orçamento do próprio tesouro por meio do Fundo Nacional de Cultura para financiar programas e projetos desenvolvidos por estados, prefeituras e por entidades privadas da sociedade civil.

Quanto ao projeto de lei que cria o Instituto Nacional de Livro, Leitura e Literatura, embora o MinC já tenha formatado uma minuta, creio que cabe abrir esse documento como base para o debate e consulta pública em torno das definições e qualificação das missões, atribuições, funções e competências do Instituto. Penso que vale uma discussão, inclusive, sobre o melhor formato desse órgão. Se o mais viável é uma Secretaria, uma Agência ou até mesmo um Instituto. O fundamental é debatermos e trabalharmos pela criação institucional de um órgão próprio que formule, coordene e execute as políticas públicas de livro, leitura e literatura. O fato é que as aprovações desses projetos de lei formam uma trinca mestra para a consolidação institucional das políticas, com um plano estabelecendo as diretrizes, um fundo financiando os programas e um órgão próprio responsável pela execução das políticas.

Diante dessa narrativa, vale agora recuperar o título do artigo: *O futuro do*

PNLL está no presente. Essa afirmação fundamenta-se nas duas premissas com as quais abrimos essa nossa conversa: o PNLL como conquista e missão de toda sociedade, bem como parâmetro para as políticas públicas.

O futuro é o presente porque, para fazermos avançar o PNLL e viabilizar os recursos para investir nos seus quatro eixos, precisamos nos mobilizar hoje, agora, nesse momento, nas ruas, nas praças, nas escolas, nas universidades, nas bibliotecas, nos centros culturais, nas assembleias legislativas, nas câmaras municipais. Penso que devemos recuperar aquele espírito do Ano Ibero-americano da Leitura em 2005 e ocupar o Congresso Nacional com uma agenda positiva do livro, da leitura e da literatura, como vetor estratégico para o desenvolvimento do país. Uma espécie de Viva Leitura 2. Um retorno reforçado pelos avanços e conquistas alcançados por todos os atores sociais envolvidos nessa história. Uma mobilização em torno das urgências e dos apontamentos para os próximos cinco anos.

O que estou propondo é que nos tornemos visíveis. Ainda somos praticamente invisíveis na agenda política e social do Brasil. Embora tenhamos conquistado espaços importantes, não consolidamos ainda nos ministérios da Cultura e da Educação a política de livro, leitura e literatura como dimensão de fato estratégica em seus programas e orçamentos. Muito menos nas secretarias estaduais e municipais dessas pastas. É raro ouvir de um governador ou prefeito a importância da leitura para o desenvolvimento regional e local. Estamos distantes das agendas dos parlamentares. Não conseguimos pautar nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas e no Congresso Nacional uma agenda positiva capaz de mobilizar os parlamentares para a importância da institucionalização e ampliação dos programas dessa área nas políticas de educação e de cultura no país. Embora seja louvável e fundamental a criação e atuação da Frente Parlamentar em Defesa da Leitura no Congresso Nacional, ainda somos invisíveis lá dentro. Temos muito que aprender e caminhar para pautarmos a nossa agenda no Brasil.

Para tanto, temos uma proposta que pode ser mobilizadora. Trata-se da criação do programa *Leitura para Todos*. Um programa que, assim como o *Luz para Todos* do Ministério de Minas e Energia, possa ser um instrumento de universalização, dessa vez, para outro tipo de iluminação: o acesso ao livro e a leitura na vida de todos os brasileiros como um vetor energético para a inclusão social, a cidadania cultural, a formação educacional e o desenvolvimento humano e sustentável do Brasil.

Estaremos fadados ao fracasso social e econômico se não percebermos a urgência de ampliar o domínio da leitura e da escrita entre nossos cidadãos. Sem

esse domínio não teremos como enfrentar os novos saberes, ofícios, tecnologias e desafios da sociedade da informação do século XXI. Sabemos que a leitura é o instrumento mais eficaz na ampliação do conhecimento, da informação, dos horizontes e da capacidade crítica e inventiva do ser humano ler e reinventar o mundo.

Para isso, o programa *Leitura para Todos* teria que estabelecer metas reais de erradicação do analfabetismo e a construção perene de uma nação de leitores, por meio de ações de acesso, fomento, formação, criação e difusão do livro e da leitura nos três ambientes fundamentais para a formação leitora – a família, a escola e a biblioteca. Mas extrapolando também para espaços não convencionais de leitura como hospitais, asilos, fábricas, sindicatos, presídios, associações comunitárias, clubes sociais, praças, estações de trem, de ônibus, de metrô e de barcos que promovam o acesso ao livro e à leitura nos mais diversos rincões do interior do Brasil e nas periferias das grandes cidades.

O programa *Leitura para Todos* deve voltar-se também para o crescimento da economia criativa do livro no Brasil no sentido de criar uma dinâmica própria e sustentável de produção e de consumo cultural, capaz de gerar um desenvolvimento que envolva todos os elos das cadeias criativa e produtiva do livro, bem como da cadeia mediadora da leitura. Um programa que seja capaz de fortalecer o mercado editorial brasileiro por meio de uma política sistemática de composição e aquisição de acervos para bibliotecas de acesso público que contemple a bibliodiversidade brasileira. Um programa que incentive novos modelos de negócios para que editoras, livrarias e distribuidoras possam atender aos novos desafios do mercado e dos diversos perfis de leitores. Um programa que promova a literatura e o pensamento brasileiros por meio do fomento aos processos de criação, difusão e intercâmbios para escritores, ilustradores e pesquisadores. Um programa que reconheça o papel social do mediador de leitura para o acesso e a formação leitora nos mais diversos ambientes urbanos, rurais e sociais. Um programa que invista na formação do professor leitor como condição *sine qua non* para melhorar os índices de analfabetismo funcional e de compreensão leitora no Brasil. Um programa que faça chegar, por fim, o livro e a leitura nas mãos e nas vidas dos brasileiros como experiências vitais na sua formação cultural, educacional, humana e profissional. Uma espécie de tradução possível do PNLL.

Fabiano dos Santos Piúba

é diretor de Livro, Leitura e Literatura do Ministério da Cultura - Secretaria de Articulação Institucional.



FLÁVIA ROSA

Política da leitura, do livro e da biblioteca no Brasil: breve abordagem histórica

Falar de política pública voltada para a área cultural e educacional no Brasil faz parte de uma história relativamente recente que remete ao século XIX, cuja política cultural adotada era protecionista, através das práticas de mecenato junto aos artistas que viviam na Corte e de promoção de viagens à Europa para jovens talentosos, que tinham seus projetos financiados pelo governo, além de postos diplomáticos e políticos para poetas e romancistas numa verdadeira troca de favores. Esta situação perdurou durante todo o Império e somente foi alterada no período denominado República Velha, graças à expansão do sistema educacional e a autonomia alcançada em algumas áreas da produção artística. Com a implantação da indústria editorial no Brasil no século XIX, foram implantadas as políticas públicas voltadas para o livro. No entanto, ao longo da história “[...] o que tem variado é o caráter [...] que [transitou] entre o controle, a repressão, a distribuição gratuita, o incentivo à leitura [...]” (BARROS, 2005, p. 3). A falta de continuidade dessas políticas e o pouco envolvimento da sociedade civil e demais atores sociais contribuíram para que o país chegasse ao século XXI com uma média de leitura por ano de 1,9 livro e em pesquisa mais recente, a 4,7 livros (incluindo a bíblia e os livros didáticos). (AMORIM, 2008)

Na década de 1930, quando o cenário no Brasil era de mudanças econômicas, políticas e culturais, a partir de dois acontecimentos importantes – a Revolução de 1930 e o Estado Novo – foi institucionalizado o primeiro órgão para efetivar “[...] políticas de bibliotecas públicas, mecanismos institucionais que facultavam o compartilhamento, a difusão e o uso da informação disponível para as comunidades” (OLIVEIRA, 1994, p.17). Através do Decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937,

foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), no governo ditatorial de Getúlio Vargas, por iniciativa do Ministro da educação, Gustavo Capanema, com as seguintes competências: organizar e publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional*, editar obras de interesse para a cultura nacional, criar bibliotecas públicas e estimular o mercado editorial através da promoção de medidas para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país. A origem do INL resultou da incorporação das funções do Instituto Cairu, criado no mesmo ano para produzir a *Enciclopédia Brasileira*, e o *Plano Nacional de Educação* (PNE). Este Plano foi um documento, que consolidava os intensos debates ocorridos nos anos 1920 e 1930 sobre o sistema educacional brasileiro, que tinha como objetivo ampliar o acesso da população à educação, definir as responsabilidades do governo - estados e municípios - em assuntos educacionais, inclusive propor currículos e métodos de ensino. Enfim, dotar o país de uma política nacional de educação, até então inexistente.

A avaliação da atuação do INL nos seus 52 anos de existência, de 1937 a 1989, é um tanto polêmica. No que diz respeito ao mercado livreiro do país, o Instituto buscou “[...] contribuir para a criação de uma cultura nacional [...] centrou seu trabalho no livro, como instrumento de estabilidade social e transmissão desta cultura” (OLIVEIRA, 1994, p.43). No entanto, para Miceli (1979, p.159), em sua análise, as competências do Instituto, ao lado das políticas de cooptação de intelectuais para o trabalho em organismos governamentais e de censura da atividade intelectual, “permitiram ao Estado Novo controlar todo o ciclo de produção cultural impressa, desde a elaboração, passando pela editoração e comercialização, até sua divulgação”.

As ações do INL demonstraram que a simples oferta de livros não garantia a formação de práticas de leitura. Não houve por parte do Instituto o desenvolvimento de mecanismos voltados para a formação leitora que “[...] deveriam ser ativados nas comunidades, concentrando sua ação na mera distribuição de obras como instrumento de enraizamento da biblioteca na sociedade” (OLIVEIRA, 1994, p.71).

A partir da década de 1980, após o período ditatorial, algumas políticas foram empreendidas para a área cultural, através das chamadas leis de incentivo, como foi a Lei nº 7.505 de 20 de junho de 1986 – Lei Sarney – criada pelo presidente José Sarney e substituída em 1991 pela Lei nº 8.313 – Lei Rouanet – elaborada pelo diplomata, ensaísta e cientista político Sérgio Paulo Rouanet, secretário de cultura da presidência (1991/1992) no governo Fernando Collor. Em 30 de outubro de 2003, foi sancionada a Lei nº 10.753, a Lei do Livro proposta pelo senador José Sarney e que instituiu a Política Nacional do Livro. Esta lei trata de questões pontuais relacionadas ao livro, desde a política nacional

para a difusão e a leitura, até a editoração, distribuição e comercialização.

A regulamentação desta lei levou à criação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), “[...] de caráter trienal, e formas possíveis para a organização e estruturas capazes de formular, coordenar e executar ações dessa política setorial” (BRASIL, 2003). O Artigo 7º do Capítulo III dessa Lei prevê o estabelecimento de linhas de crédito específicas para o financiamento das editoras e distribuidoras de livro. Essas linhas de crédito tornaram-se disponíveis, em 2005, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que, após estudo encomendado ao Grupo de Pesquisa em Economia do Entretenimento do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulado *O desenvolvimento da cadeia produtiva do livro no Brasil em perspectiva internacional comparada: propostas de ações públicas e privadas na construção de uma agenda de transformação setorial*, que estabeleceu parâmetros e normas para a liberação de crédito ao setor produtivo do livro.

O PNLL foi apresentado pelos Ministros da cultura e da educação, no dia 13 de março de 2006. Por ocasião do encerramento do Fórum – PNLL/Vivaleitura 2006/2008. No documento apresentado foi dito que o Plano (PNLL, 2006, p. 5)

[...] é uma ação liderada pelo governo federal para converter esse tema em política pública mediante a concentração e articulação dos esforços desenvolvidos pelos diversos atores sociais: estado, universidade, setor privado e demais organizações da sociedade civil que formam o chamado terceiro setor. Tem como objetivo central melhorar a realidade da leitura no país e, por isso, é construído e se desenvolve por meio de um processo que transcende a imediatez [...].

Um longo caminho foi percorrido até se chegar ao PNLL. No início do primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva, a Secretaria Nacional do Livro e da Leitura (SNLL) foi extinta e suas atribuições passaram à Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Antes de ser extinta, a SNLL, responsável pela política do livro e da leitura no país, teve como secretário o poeta baiano Wally Salomão.

Em 2004, foi criado o *Programa Fome do Livro*, ligado à FBN que resultou de “[...] parte dos esforços do governo federal na tarefa de se construir uma política pública nacional para o livro, a leitura e a biblioteca pública no Brasil” (FBN, 2005). Assumiu sua coordenação, Galeno Amorim, ex-secretário de cultura de Ribeirão Preto, primeiro município brasileiro a implantar uma Lei do Livro, Lei nº 9.353, de 5 de outubro de 2001. Por razões de cunho político-administrativo esse Programa foi desvinculado da FBN, por se entender que o papel desta Fundação é ser depositária do patrimônio bibliográfico e documental do Brasil,

tendo como objetivo “[...] garantir a todos os cidadãos, desta e das futuras gerações, o acesso a toda memória cultural que integra seu acervo” (FBN, 2005). Cabe à Fundação cuidar do acervo, preservá-lo, recuperá-lo e disponibilizá-lo.

Em julho de 2004, realizou-se em Ribeirão Preto o I Encontro Preparatório para o Fórum Nacional da Leitura, coordenado por Galeno Amorim, cujo objetivo era apresentar o Programa Fome do Livro e discuti-lo com os vários segmentos ligados ao livro e à leitura. Esse Programa foi debatido em centenas de cidades brasileiras no decorrer do ano.

O ano de 2004 encerrou-se com expectativas otimistas para os que faziam parte da denominada cadeia produtiva do livro. Em 21 de dezembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei de Desoneração Fiscal que isenta “[...] a produção, comercialização e importação de livros do pagamento do PIS/ Cofins/Pasep, o que varia entre 3,655 a 9,25%” (SCORTECCI; PERFETTI, 2006, p. 29). Desse modo, editores, livreiros e distribuidores não mais pagarão qualquer tipo de taxa ou imposto sobre operações com livro gozando, pois, de imunidade tributária, conforme prevê a Constituição, na Seção II – Das Limitações do Poder de Tributar, Art. 150, inciso VI, alínea “d” (BRASIL. Ministério da Cultura, 2005). A desoneração foi vista por muitos de forma bastante otimista, sobretudo pelo próprio governo, como uma garantia de uma redução no preço do livro, fato que não está assegurado. Na ocasião o Ministério da Cultura previu,

[...] que a lei vai causar dois tipos de impactos imediatos no mercado editorial brasileiro. Um deles é a redução dos preços nos livros, prevista para ocorrer já a partir deste mês e que deve chegar a 10% em três anos. A outra consequência é a retomada dos investimentos por parte de editores e livrarias para lançamentos de novos selos editoriais e a abertura de pontos de venda ainda no primeiro semestre deste ano (SCORTECCI; PERFETTI, 2006, p.29).

A contrapartida dos empresários do livro à desoneração fiscal seria oferecer “espontaneamente” 1% sobre o resultado da venda de livros para criar o Fundo Pró-Leitura. A expectativa do Fundo era gerar recursos da ordem de R\$ 45 milhões anuais a serem utilizados em projetos e programas para fomentar a leitura, as bibliotecas e, conseqüentemente, a própria indústria editorial. Em outubro de 2005, cinco entidades do livro – Associação Brasileira de Difusão do Livro (ABDL), Associação Brasileira de Editores e Livreiros (Abrelivros), Associação Nacional de Livrarias (ANL), Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) e Câmara Brasileira do Livro (CBL), assinaram a ata de criação do Fundo. Os primeiros recursos do Fundo foram utilizados em uma campanha de incentivo à leitura e, após compromisso inicial, não teve, na prática, a adesão esperada.

Na mesma solenidade de assinatura da Lei de Desoneração, foi lançado o calendário do Ano Ibero-Americano do Livro e da Leitura – Ilimita que no Brasil recebeu a denominação de Vivaleitura. Coordenado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC), Unesco e governos dos países da região, esse Programa teve como objetivo gerar políticas que contribuíssem para uma mudança de cenário para o livro e a leitura nos países ibero-americanos, em uma tentativa de reverter os baixos índices de leitura dos seus cidadãos. O Ilimita foi deliberado na XIII Reunião Anual de Cúpula Ibero-Americana dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em novembro de 2003, em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia (CERLALC; OEI, 2004).

No Brasil, no Ano Ibero-Americano do Livro e da Leitura/Vivaleitura, foram realizadas inúmeras ações, tais como: identificar e apoiar projetos já existentes, criar medidas para promoção do livro e da leitura, articular com todos os segmentos da sociedade – instituições de ensino, iniciativa privada, representantes do mercado editorial, instituições não governamentais. Essas ações incentivaram a criação da Câmara Setorial do Livro e Leitura (BRASIL. Ministério da Cultura, 2005) que faz parte dos órgãos consultivos do Sistema MinC e foi acolhida pelo Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

A Câmara Setorial do Livro e Leitura (CSLL) é composta por 26 membros, desde representante dos Ministérios da Cultura e da Educação, até representantes das diversas entidades do segmento livreiro, dos escritores, dos bibliotecários, além de representantes das cinco regiões do país. A instalação e a posse do CSLL ocorreram em dezembro de 2005 e na oportunidade foi discutida e elaborada a proposta do PNLL, lançado em março de 2006 e passou, na ocasião, por uma consulta pública. Em abril de 2006 assumiu a coordenação do Plano José Castilho Marques Neto e foi criado um Comitê Executivo instituído pelos Ministérios da Cultura e da Educação.

Em 11 de agosto de 2006, foi publicado, no Diário Oficial da União, a Portaria nº 1.442, assinada pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad e o da Cultura, Gilberto Gil, que instituiu o PNLL, com duração trienal, cuja execução será em regime de colaboração entre os governos federal, distrital, estadual e municipal, tendo por finalidade:

[...] assegurar a democratização do acesso ao livro, fomento e valorização da leitura e fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional. (BRASIL, 2006)

A criação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) significou uma política de caráter permanente para o livro, a leitura e a biblioteca, contando com mecanismos contínuos de avaliação das metas, dos programas e das ações desenvolvidos, para verificar o alcance das iniciativas e os resultados obtidos, permitindo ajustes, remodelações e atualizações no processo. As metas do PNLL extrapolam o limite temporal do atual governo e se transforma em política de Estado em prol do letramento de sua população. Em cinco anos de existência, é possível avaliar positivamente essa política histórica para um país com índices de leitura ainda desanimadores. As entidades do livro confiam e cooperam com a política atual e o diálogo permanente pode ser traduzido em uma parceria para a construção de um país de leitores.

Flávia Rosa

é doutoranda em comunicação pela Universidade Federal da Bahia, onde também é professora adjunta IV. É também diretora da Editora da UFBA e presidente da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU).

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Galeno (Org.). Retratos da leitura no Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Pró-Leitura, 2008.
- BARROS, Susane Santos. Produção e comercialização do livro na Sociedade da Informação: o caso de Salvador. 2006. 70f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- BRASIL. Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a política nacional do livro. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 25 abr. 2004.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Diretrizes básicas para a política nacional do livro, leitura e bibliotecas (2006/2022). Brasília, 2005. Documento apresentado durante a reunião de instalação da Câmara Setorial do Livro e Leitura (CSLL).
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Interministerial n. 1442, de 10 de agosto de 2006. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Seção 1, Brasília, DF, n. 154, p. 18-19, 11 de ago. 2006. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/in>>. Acesso em: 17 ago. 2006.
- CERLALC - CENTRO REGIONAL PARA EL FOMENTO DEL LIBRO EM AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE; OEI - ORGANIZACIÓN DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Agenda de políticas públicas de leitura. Colômbia, 2004
- FBN - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Rio de Janeiro). Instalação da Câmara Setorial do Livro e da Leitura. Rio de Janeiro, 2005.
- MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo: Difel, 1979.
- OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. A biblioteca "fora do tempo": políticas governamentais de biblioteca públicas no Brasil, 1937 – 1989. 1994. 221f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PLANO Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) 2006/2008. [Brasília]: Ministério da Cultura; Ministério da Educação, [2006].
- SCORTECCI, João; PERFETTI, Maria Esther Mendes. Informações importantes para quem quer escrever e publicar um livro: guia do profissional do livro. São Paulo: Scortecci, 2006.



GABRIELA GAMBI

A ousadia de propor novos formatos

“E não sabendo que era impossível, ele foi lá e fez” Jean Cocteau

Nos dois mandatos do presidente Lula houve claramente uma priorização das políticas sociais, em consonância com a plataforma política que o elegeu que propunha, justamente, uma distribuição mais igualitária de oportunidades tanto em termos individuais quanto regionais. No que tange ao desenvolvimento e à execução dessas políticas, um dos principais avanços foi na área da cultura e, principalmente, na formulação de conceitos norteadores que permitissem compreender a diversidade e inovação da cultura brasileira. Na área de livro, leitura, literatura e bibliotecas, não foi diferente.

O conceito de participação social e construção coletiva de políticas públicas foi amplamente adotado pelo governo e pela sociedade nos últimos oito anos, experiência fortemente marcada no Ministério da Cultura. Com a instauração do conceito de tridimensionalidade da cultura – valor simbólico, acesso a bens e serviços culturais e economia da cultura – inaugurado pelo ex-Ministro Gilberto Gil, todos, sem exceção, são convidados a participar. E, notadamente nesse quesito, a área de livro e leitura é um caso de sucesso e vanguarda.

Pode-se afirmar que o Brasil é um país muito jovem quando comparado aos europeus e asiáticos. Da mesma forma, sua história com o livro e a leitura ainda é muito recente, o que naturalmente segue projetado nas políticas públicas para a área, implementadas de maneira intermitente ou difusa desde os anos 1930. O atual governo deu início a esta tarefa em 2004, com inédita estratégia traçada pelo Estado e sociedade civil em torno do tema, em razão da celebração do Ano Ibero-americano da Leitura em 2005. O evento previa a realização de inúmeros progra-

mas, seminários e ações de promoção da leitura durante aquele ano. Os resultados foram positivos: criou-se uma imensa mobilização de norte a sul do país sobre o livro, reunindo desde projetos pontuais realizados por pessoas físicas até programas nacionais de instituições privadas que se empenharam em fazer do Vivaleitura um compromisso de todos e uma responsabilidade compartilhada.

Empregando esse espírito de unidade que permeavam os setores e aproveitando os resultados das inúmeras discussões, foram estabelecidas as principais diretrizes que orientariam a implementação de uma Política Nacional de Livro, Leitura e Bibliotecas. Tudo isso, ressalte-se, feito em assembleias com ampla participação popular que culminaram com o lema do *Plano Nacional de Livro e Leitura: Estado e sociedade juntos pelo desenvolvimento da leitura no Brasil*.

Kairos. Aprendi com um mestre que esta palavra, na filosofia grega, significa a experiência do momento oportuno, “o momento certo para agir”, em contraponto àquilo que é momentâneo e efêmero. Foi na percepção do potencial gerado por aquele momento, em que um grupo de atores diversos, indivíduos, entidades, empresários ou governo, entendia a necessidade de unir esforços em torno de uma única pauta da leitura e de seus quatro eixos estruturantes. A definição de estratégias de longo prazo que permitissem a sustentabilidade das políticas públicas para o setor distribuiu a responsabilidade de cada um neste processo. Este foi o fator diferencial que deu início a uma jornada em ascensão do PNLL: a participação direta e espontânea daqueles que diariamente trabalham com e para o livro em todo o país. Cada um contribuiu com a sua experiência, com o seu olhar e suor, imbricando no Plano uma diversidade de questões que representam a complexidade da realidade brasileira e ainda assim estabelecem eixos comuns que norteariam a ação de todos.

Em fevereiro de 2006 o texto do Plano Nacional de Livro e Leitura foi apresentado pela primeira vez e, reelaborado, formalmente apresentado à sociedade em dezembro. Antes, o governo expressou sua determinação em implementar o PNLL por meio da publicação de uma breve Portaria do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação em agosto de 2006. Nela foram estabelecidos os quatro pilares fundamentais para o desenvolvimento de ações na área: democratização do acesso; formação de mediadores de leitura; valorização da leitura e comunicação; fortalecimento da cadeia produtiva do livro. Nos parágrafos que seguem há destaque para a definição de orientações que iriam impulsionar o momento de inflexão destas políticas: *o PNLL dar-se-á em regime de mútua cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e Municípios, podendo participar sociedades empresariais e organizações da sociedade civil que manifestem interesse em aderir ao Plano*.

Hoje vivemos um segundo *kairos*. De fato, está sendo internalizado pela admi-

nistração pública que só é possível trabalhar o pacto federativo de forma eficiente e de maneira a gerar mobilização nacional em torno de determinado tema mediante adesão voluntária em torno de uma causa. Este movimento fortalece um senso de responsabilidade compartilhada por parte das comunidades que incitam seus governos locais a tomarem as medidas necessárias para adesão ao Plano em uma conjuntura ampliada, fazendo com que exista de fato a cooperação entre os entes federados. No caso do PNLL, as metas e objetivos são bastante claros, os eixos concisos e que já vêm precedidos de um amplo processo de debate público. A adesão, que implica no preenchimento de um cadastro *on-line*, tornou-se fácil e desburocratizada, guardando a atenção para o fator principal: aqueles que se identificarem com o que está sendo proposto devem simplesmente inscrever sua ação no Mapa de Ações do Plano. Pessoas físicas, jurídicas, prefeituras, fundações ou empresas entenderam que, fazendo parte daquela rede, a instituição estaria, dentro das suas possibilidades de atuação, comprometida a trabalhar pelos objetivos e metas pactuados no plano.

Poucos projetos poderiam representar tão bem a teoria do “*do-in* antropológico” do ex-Ministro Gilberto Gil. A proposta era de valorizar as mais diversas formas de manifestação cultural no Brasil ao pressionar e estimular determinados pontos “energéticos” da sociedade e que são vitais para o seu bem-estar. Estes pontos já existem e são atuantes na esfera comum, mas normalmente não têm suas potencialidades completamente reconhecidas. E se a leitura é absolutamente fundamental para a plena realização da nossa condição humana, sensibilizar os pontos que trabalham por ela significa recuperar um corpo social tornando-o mais saudável, mais harmônico, mais justo, enfim, mais humano em si.

Em pouco tempo, já eram mais de 5 mil iniciativas de incentivo a leitura mapeadas em todo Brasil e que não objetivavam, em um primeiro momento, o recebimento de recursos públicos, mas o reconhecimento de que suas ações eram visíveis entre si e para o restante do país. Futuramente, seriam identificadas pelo MinC como partes intrínsecas das políticas públicas de acesso ao conhecimento que estavam sendo executadas diretamente pela sociedade civil, chamando-as de Pontos de Cultura e, na sequência, Pontos de Leitura.

É sabido que em um país de dimensões continentais como o Brasil é praticamente inviável a execução de programas, projetos e ações que consigam a todo tempo atender plenamente as demandas específicas da população. Entretanto, é justamente aí que reside a obrigação do Estado em enxergar novas formas de parceria para atender a esses objetivos.

A burocracia do Estado brasileiro em seus aparatos administrativo-processuais

são, inegavelmente, instrumentos pouco adequados a toda a diversidade e complexidade do segmento cultural brasileiro. As possibilidades de reinvenção da gestão na área da cultura são mais que necessárias e devem ser encaradas com olhar diferenciado do clássico formato concebido tradicionalmente. É necessário perceber e aprender como estas iniciativas encontram soluções absolutamente inovadoras para as situações mais adversas e que vão ao encontro das necessidades regionais de cada projeto realizado. São estas pequenas iniciativas que, aderindo a um plano com eixos e metas claras, assumem seu papel de política pública e ampliam exponencialmente a força motriz da revolução da leitura. A evolução do papel do Estado, neste caso, compreende o cidadão comum como parceiro na garantia dos direitos humanos – e o primeiro passo para isto é o reconhecimento de seu trabalho como agente fomentador de cultura através do livro, da leitura e da literatura.

A autonomia dos projetos também está igualmente expressa como condicionante para a boa execução destas ações. Em sua carta, o PNLL estabelece que a responsabilidade do fomento aos projetos inscritos é exclusiva dos seus executores, isentando-se de qualquer tipo de interferência nos mesmos. Ao ser criado, o plano imediatamente rompe com o tradicional formato de parceria onde há expectativa de transferência de recursos, sejam eles financeiros, humanos ou políticos. O entendimento entre as partes é pleno: há o trabalho por um objetivo comum de promoção do livro, da leitura e da literatura no país.

Não se esconde, entretanto, que muitas iniciativas infelizmente sofrem descontinuidade por falta de apoio. Existe, nestes casos, um papel pedagógico no estabelecimento de uma relação que permite autonomia plena dos parceiros além de um trabalho contínuo de autossustentabilidade independente de modificações governamentais e/ou reconduções da política pública. Se há hoje uma demanda latente de se fortalecer a democracia através da participação social, é de fundamental importância incentivar o protagonismo da sociedade civil renovando o pacto social que permite o desenvolvimento de um país mais justo.

É tratando de consolidar a autonomia e o protagonismo como condições essenciais para o desenvolvimento de uma política pública de qualidade que se deu início à ação de extensão do PNLL para estados e municípios. A solicitação de gestores locais para o desenvolvimento de seus próprios planos foi atendida no sentido de capacitá-los – e aí se inclui também membros da sociedade civil que tenham interesse em participar desta empreitada localmente – do ponto de vista conceitual, técnico e legal para a elaboração dos seus planos de leitura. Em parceria com o Instituto Pró-Livro, a Diretoria de Livro, Leitura e Literatura do Ministério da Cultura juntamente com a Secretaria Executiva do PNLL criaram um curso a distância gra-

tuito onde os interessados devem apenas fazer a inscrição de sua prefeitura e/ou governo do estado para receber a capacitação. O conteúdo do curso transmite conceitos, problematiza questões sobre o livro e a leitura, auxilia no estabelecimento de objetivos e metas, recomenda estratégias de financiamento e institucionalização. Desta maneira, entende-se que uma política consistente para o setor somente ganhará ressonância e efetividade se antes federados e população estiverem comprometidos com a proposta já apontada e repactuada pelo PNLL. Somente por meio da adesão voluntária de um programa sensível às peculiaridades regionais e locais é possível arejar as antigas relações estabelecidas reafirmando-as através do protagonismo e da autonomia dos parceiros.

É preciso propor novos formatos. O PNLL é uma experiência bem-sucedida que trabalha fora das estruturas tradicionais de gestão de políticas públicas e privadas – e talvez seu grande trunfo seja justamente este: ele é a política de livro, leitura, literatura e bibliotecas dos Ministérios da Cultura e da Educação, mas paradoxalmente não está fisicamente em nenhum deles; seu papel é estabelecer os conceitos e metas da área de livro e leitura do Programa Mais Cultura, porém não os executa diretamente; suas políticas estão nas falas dos dirigentes do governo, mas seu Secretário Executivo é um voluntário da sociedade civil, ainda que de confiança e nomeado por ambos os Ministros.

Ainda assim, é, sem dúvida, o principal divisor de águas para os programas, projetos e ações da área. Dessa forma, estes contrapontos evidenciam que este Plano instaura um novo modelo de gestão que, até o presente momento, tem servido para a indução de políticas culturais e educacionais relacionadas à leitura.

Há, portanto, uma última questão central a ser percebida: o papel intrínseco do PNLL de articulação entre seus fundadores e parceiros. Por trabalhar conjuntamente com uma gama enorme de apoiadores, ao tempo em que assume seu papel de planejamento de curto, médio e longo prazo, acompanha as ações executadas pelos parceiros permitindo-se – porque lhe foi legitimada esta função – eventuais sugestões de correção de rumo que remetem aos eixos e metas pactuados por Estado e sociedade. Sua competência de indutor de políticas – regionais, partidárias, estruturais, entre outros – lhe permite sempre puxar as ações executadas como parte de uma estratégia conjunta, fazendo com que seja possível tanto garantir a diversidade das ações quanto fomentar igualmente sua aderência como linha mestra que dá musculatura e linearidade à política de livro e leitura.

O debate e os compromissos firmados nestes últimos oito anos exigem uma reestruturação institucional que resgate a centralidade do livro, da leitura, literatura e bibliotecas na pauta das políticas culturais do Brasil. É fato que se de um lado o PNLL

trabalhou arduamente para promoção da autonomia e protagonismo de suas iniciativas, de outro estas ferramentas precisam ser reforçadas para a saúde do próprio Plano. É por isso que é premente a criação de estruturas sólidas que permitam a continuidade das conquistas feitas até agora, principalmente do ponto de vista do amadurecimento de conceitos e da participação social. É somente com esta perspectiva e com a ousadia de propor novas relações de gestão que será possível avançar mais uma etapa na consolidação das políticas de livro, leitura, literatura e bibliotecas do país.

“É muito comum ouvir-se dizer da boca de políticos recém-instalados que a impaciência é contrarrevolucionária. Talvez seja, talvez, mas eu inclino-me a pensar que, pelo contrário, muitas revoluções se perderam por demasiada paciência.”

José Saramago

O Caderno

Gabriela Gambi

é coordenadora geral de Livro e Leitura da Diretoria de Livro, Leitura e Literatura da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura.

“A partir de nossa inserção e da pública ligação de nosso IFEC – Instituto Interamericano de Fomento à Educação, Cultura e Ciência (www.ifec.org.br) - no próprio site do PNLL, muitas instituições e interessados estabeleceram contato para conhecerem o Projeto “Núcleo Lítero-Cultural”. O Núcleo se constitui em Equipamento Cultural de forte valor comunitário, aberto para população que se beneficia com este espaço para pesquisa de trabalhos escolares, com acesso ao acervo bibliográfico, e via internet através dos computadores; são oferecidos cursos, oficinas e palestras acerca de temas de valor cultural, educacional e comunitário. A participação e mesmo a “legitimação” deste nosso Projeto através de nossa vinculação ao PNLL se torna de grande valor para nossas metas institucionais de atuarmos a favor da democratização e da socialização de informações. ”

Prof.Dr.Raymundo Nery Stelling Júnior - Chanceler do IFEC

Projeto: Núcleos Lítero Culturais

Eixo 1 – Democratização do acesso

Aonde isso vai dar?!?

Aonde aquilo tudo iria dar ninguém ao certo imaginava. Só se sabia que, ao menos daquela vez, precisava ser diferente. Já não dava mais para sair pelo país afora – ainda que com boa vontade e um afiado discurso sobre a importância da leitura na sociedade – para mobilizar e iludir militantes da causa para, no fim, tudo voltar ao que era antes, à estaca zero.

Se fosse assim, certamente levaria um bom tempo para reunir todo aquele povaréu de novo. E o único jeito de não frustrar aquela gente de boa vontade seria atuar no sentido de transformar todo o esforço despendido em políticas públicas – pois estas, ao contrário das ações pontuais, permanecem, têm vida longa e real poder para transformar a sociedade e a vida das pessoas.

Coisas assim foi o que eu mais ouvi, em 2004, ao percorrer o país atrás de apoio e gente disposta a ajudar a organizar no Brasil, no ano seguinte, um ano inteiro dedicado todo à leitura. Como sempre, as pessoas estavam dispostas a colaborar. Por toda parte, pelo país afora, bibliotecas, escolas, autores, organizações não governamentais, editores, livreiros, prefeituras, governos e, sobretudo, uma legião de ativistas voluntários já faziam, normalmente, projetos, programas e ações isoladas para fomentar a leitura. E, quase sempre, sem qualquer tipo de ajuda financeira do Estado ou mesmo reconhecimento.

Não custaria nada, portanto, segundo elas, se juntar a um grande esforço nacional, ainda mais a partir de uma convocação do governo brasileiro e organismos internacionais como a Unesco e a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) para a Educação, a Ciência e a Cultura. A oportunidade, por sinal, caíra do céu. Para ser mais exato, dos céus de Santa Cruz de la Sierra, cidade boliviana onde, um ano antes, chefes de Estado de 21 países aprovaram, em uma reunião de Cúpula, que

2005 seria dedicado a celebrar o Ano Ibero-americano da Leitura, uma maneira astuciosa para fazer com que os países da região se interessassem mais pelo tema.

O povo do livro, como era de se esperar, topou na hora. Universidades, governos estaduais, prefeituras, associações de empresários do livro, jornais, revistas e televisões e, em especial, muitas instituições do terceiro setor, que não possuíam qualquer interesse comercial no assunto. Logo apareceria gente de toda parte e sotaques, que atendia prontamente a convocação por triunvirato constituído pela Presidência da República, Ministério da Cultura e Ministério da Educação.

Mas sempre com a recomendação na ponta da língua:

— Tudo bem, mas de nada adiantará se disso tudo não restar algo consistente que, depois, se torne política pública – era o que, então, mais se repetia, em tom de quase advertência.

Ao final, os parceiros contabilizaram algo como 100 mil projetos, programas e ações em geral para chamar a atenção, ao longo do ano, do papel social da leitura. Mais: para que, de fato, as pessoas lessem – ao menos naquele ano... Mas, ao mesmo tempo em que se arregimentavam pessoas físicas e jurídicas de norte a sul para inscrever suas ações, fossem de natureza pública ou privada, no calendário do Ano Ibero-americano da Leitura (Ilimita, em espanhol, e por aqui rebatizado como Vivaleitura) se buscava também debater e constituir estratégias, diretrizes e as linhas de onde surgiria, algum tempo depois, o Plano Nacional do Livro e Leitura, esse destemido e ousado PNLL, de quem tanto se ouviria falar nos anos seguintes.

Já a forma de constituir institucionalmente o Vivaleitura – um Conselho Diretivo e um comitê executivo, com representantes do governo, setor privado e terceiro setor – sinalizaria para formato mais apropriado para compor, em seguida, o comando do PNLL. Depois de esperar 500 anos para ter seu primeiro Plano Nacional do Livro e Leitura, nada mais justo do que o Brasil inovar, dando, assim, uma contribuição verdadeira para a história das políticas públicas do livro e leitura na América Latina.

O resto já se sabe. O PNLL não é, de fato, nenhuma panaceia para todos os males. Mas, seguramente, é um indicativo claro de como um país, seus estados e municípios devem enfrentar os desafios nesta área e para onde caminhar – que rumo seguir e qual o papel de cada um nesta grandiosa tarefa para fazer do Brasil uma nação de cidadãos leitores? Não por outra razão, diversos países vizinhos – muitos dos quais com tradição superior à nossa em práticas de leitura – têm vindo, desde então, conhecer essa experiência pioneira e inovadora que representa o PNLL, que é a primeira grande demonstração, no governo Lula, de o quanto as parcerias público-privadas podem dar certo.

Sobre isso e os efeitos práticos do PNLL em tão curto espaço de tempo vários

outros falarão, e de forma muito mais apropriada, nesta obra. Como o fato de o Brasil ter saído de um déficit de 1.300 cidades sem bibliotecas, segundo o IBGE, em 2003, para praticamente zerá-lo em fins de 2010. Ou que o índice nacional de leitura saltou de 1,8 livro por habitante/ano (entre leitores com mais de 15 anos) para o atual 4,7 livros por habitante/ano (entre leitores acima de 5 anos).

Na verdade, o impacto dessa política pública ainda está por ser medido e analisado – e, quando isso ocorrer, certamente surpreenderá ainda mais. Como exemplo, basta lembrar que só o Prêmio Vivaleitura – criado em 2006, justamente para identificar, reconhecer e incluir no âmbito do PNLL o conjunto desse esforço nacional por mais leitores – já soma mais de 10 mil projetos e programas da melhor qualidade catalogados nesse período.

Isso, decididamente, não é pouco!

Cuido, portanto, de aproveitar este espaço para fazer alguns breves registros sobre um momento que, muito mais do que abrigar e gestar o nascimento do PNLL, certamente entrará para a história como a década mais importante para a causa da leitura no Brasil. Logicamente não como a melhor, já que há muito que fazer pela frente. Mas, não há dúvidas, esta será conhecida como a mais significativa, justamente por ter dado início à grande virada do país nessa área. E, em especial, por ter começado a estruturar políticas e as condições necessárias para se gerar mais leitores e leituras entre nós.

Nesse sentido, merece destaque especial o competente trabalho técnico desenvolvido pelo Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e no Caribe (Cerlalc), organismo da Unesco com incrível capacidade de formulação. Os brasileiros tiveram o mérito, é certo, de destrinchar aquilo tudo e materializar sonhos e desejos na forma de um plano concreto. Mas muito se deve ao trabalho inicial da equipe dirigida por Adelaida Niet, e a expertise de especialistas como Luiz Bernardo Peña e Luiz Fernando Sarmiento.

No governo brasileiro, houve muita gente que apostou desde o início, como é o caso dos Ministros Gilberto Gil (Cultura) e Tarso Genro e Fernando Haddad (Educação). Algumas figuras no governo foram fundamentais para a concretização de tudo isso – primeiro, do Vivaleitura; depois, do PNLL. Como é muito provável que ninguém vá se lembrar disso no futuro (até porque algumas delas foram tão eficientes quanto discretas em sua atuação), tomo a liberdade de registrar aqui a lembrança.

Uma dessas pessoas é o escritor Frei Betto, então assessor especial do presidente da República. Outro é o então Ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Ambos foram os responsáveis por fazer o tema chegar ao gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e fazê-lo se interessar pelo assunto, o que conferiu apoio irrestrito de

várias áreas do governo. Isso valeu tanto para as comemorações do Ano Ibero-americano da Leitura – lançado pelo próprio Lula no Palácio do Planalto – como para a criação do PNLL.

Palocci, ainda, faria, em 2004, a desoneração fiscal do livro, o que ajudou a passar a certeza de que a questão do livro e da leitura chegara finalmente ao poder central (afinal, bastaram precisos 42 dias para ela ocorrer, incluindo a aprovação de leis na Câmara e no Senado e duas audiências com o presidente e seus principais Ministros). Isso, naturalmente, fez crescer o apoio de diversos setores da sociedade e da imprensa, algo tão fundamental quanto a disposição para o trabalho para conseguir construir um Plano bem-sucedido.

No âmbito do MEC, sempre me lembro de o quanto o então chefe de gabinete, Ronaldo Teixeira, foi importante. Na verdade, tornou-se o grande fiador para a reaproximação a aliança que se deu entre os dois ministérios com maiores responsabilidades na administração federal para uma boa política do livro e leitura e, com isso, para que o próprio PNLL vingasse: Cultura e Educação.

Por lá, servidores de mais alta qualidade (como Carlos Alberto Xavier, Jeanete Beauchamp e André Lázaro, entre tantos outros) foram imprescindíveis para que isso ocorresse. Nos organismos internacionais, Daniel González e Rosália Guedes, pela OEI, e Jorge Werthein e Jurema Machado, pela Unesco, também igualmente decisivos. Werthein, por exemplo, foi comigo à direção da Rede Globo pedir que seus programas televisivos passassem a incluir os livros nas telenovelas, minisséries, telejornais etc. – e não é que deu certo?!

Do outro lado da Esplanada, no Ministério da Cultura, me senti, no primeiro momento, com carta branca do então presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Pedro Correa do Lago, e do então secretário-executivo do MinC, Juca Ferreira, para colocar de pé tanto o Vivaleitura quanto o PNLL. Essa liberdade de movimentação, naquele instante em que a área do livro e leitura praticamente inexistia no MinC, foi decisiva.

E houve, naturalmente, muitos encontros, reuniões e debates – ao todo, foram 97, que reuniram 40 mil lideranças do povo do livro em todas as regiões do Brasil. Delas, pude ouvir críticas, propostas, sugestões, advertências e, sobretudo, palavras de incentivo. Houve discussões sobre o Plano que reuniram milhares de pessoas; outras, foram transmitidas simultaneamente por redes fechadas de televisão e internet.

A mais significativa de todas elas, contudo, foi uma bem pequena, que juntou não mais do que uma dúzia de animados ativistas da causa da leitura. No entanto, estava carregada de forte simbolismo, pois daria o pontapé inicial aos preparativos do Ano da Leitura no Brasil, que teve uma série de desdobramentos, inclusive seu sucedâneo, o PNLL.

Com o apoio logístico de velho computador 386 emprestado por um dos presentes, o grupo se reuniu numa manhã de primavera no velho casarão onde funcionava a Representação do MEC em São Paulo. Além de Ronaldo e Xavier, do MEC, fazia parte daquele modestíssimo exército de Brancaloneo algumas pessoas ligadas ao negócio do livro no Brasil: Alfredo Weizflog, Wander Soares, Felipe Lindoso, Lúcia Jurema e José Castilho Marques Neto. Algum tempo depois se juntaria à esquálida estrutura de voluntários, já na condição de técnicos integrados ao projeto, Luis Eduardo Mendes, Carlo Carrenho, Mirtes Morais, Fábio Diegues, Célia Fernandes e Luciana do Vale, entre outros.

Mas isso já é história. E, felizmente, uma boa história, que logo arregimentaria uma infinidade de tantos outros coautores – sem contar aqueles muitos outros ainda que, também felizmente, estão por vir, para melhorar, requalificar e enraizar, mais e mais, o PNLL no coração dos estados, cidades e da própria sociedade brasileira.

Esta é, com toda certeza, uma daquelas histórias predestinadas a ter final feliz. É certo que com muita luta, muito esforço e muito trabalho. E, sobretudo, com esperança. E, por isso mesmo, com final feliz!

Galeno Amorim

é jornalista e escritor, é diretor do Observatório do Livro e da Leitura. Presidiu o Conselho Diretivo do Ano Ibero-americano da Leitura/Vivaleitura no Brasil, liderou a equipe que criou o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e, entre 2004 e 2006, esteve à frente de diversos projetos do livro e leitura no Ministério da Cultura e na Fundação Biblioteca Nacional.

Nós, Bruno Resende Ramos e Edir de Oliveira Barbosa, co-idealizadores do Projeto de Inclusão Literária Nova Coletânea e participantes do Eixo da Economia do Livro, entendemos como de extrema importância o trabalho realizado nos últimos 4 anos pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), dado o seu grande engajamento em favor do tema LIVRO e LEITURA no país.

A Nova Coletânea de modo especial agradece a projeção de seus trabalhos e o reconhecimento de sua importância devido à sua integração ao PNLL; para nós uma referência de trabalho em favor do Brasil.

Bruno Resende Ramos

*Inclusão Literária – Leitura e Cidadania
Eixo 1 – Democratização do acesso*



Recife/2008

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas da Fundação Biblioteca Nacional

Histórico

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP, instituído pelo Decreto Presidencial nº 520, de 13 de maio de 1992, tem como objetivo principal o fortalecimento das bibliotecas públicas do país.

O SNBP assume como pressuposto básico para o desenvolvimento de suas ações, a função social da biblioteca pública. Essa instituição cultural, ao assumir este papel na comunidade, possibilita a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e a formação de uma consciência crítica do indivíduo, levando-o ao exercício pleno da cidadania.

Cabe à biblioteca pública, como centro de informação e leitura, usar a informação como instrumento de crescimento pessoal e de transformação social.

A atuação do SNBP junto às bibliotecas públicas só é possível com a implantação de um processo sistêmico, baseado em ações voltadas para a interação e a integração dessas bibliotecas em âmbito nacional.

O gerenciamento operacional é exercido através dos sistemas estaduais, que funcionam em cada estado da federação, encabeçados, geralmente, pelas bibliotecas públicas estaduais, que passam, por sua vez, a articular-se com as bibliotecas públicas municipais. No total são 27 coordenadores representando todos os estados da federação atendendo os 5.564 Municípios.

A Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas está ligada à presidência da FBN e possui três Coordenações: a) Apoio aos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas; b) Acervo e c) Cadastro e Informação.

Objetivos

Os objetivos principais do SNBP são:

- a) Incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional;
- b) promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes, por meio da ação de modernização;
- c) desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento de todas as bibliotecas brasileiras;
- d) manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas públicas brasileiras;
- e) incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas;
- f) favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no país;
- g) assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem como oferecer material informativo e orientador de suas atividades;
- h) firmar convênios com entidades culturais, visando a promoção de livros e de biblioteca.

Programa Livro Aberto

O Programa Livro Aberto propõe implantar bibliotecas públicas em municípios que não as possuem e modernizar as já existentes. Os estados e municípios que desejem ser contemplados com as ações deverão:

1. Dispor de espaço adequado, de fácil acesso à comunidade e com 60m² no mínimo;
2. Possuir declaração de que dispõe do espaço adequado, assinada pelo governador, prefeito ou responsável pela entidade beneficiada;
3. Ter planta baixa do edifício;
4. Possuir escritura do imóvel ou do contrato de locação;
5. Mostrar fotografias externas e internas;
6. Fornecer nome completo, endereço, CPF e identidade da prefeitura;
7. Informar o nome, endereço e telefone da pessoa que será diretamente responsável pela implantação da biblioteca;

Para inscrever-se no Programa, caberá aos municípios outras obrigações constantes em cláusulas estabelecidas no Contrato de Comodato assinado entre as prefeituras e a FBN. Basta preencher o formulário e enviá-lo à Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

O Ministério da Cultura encomendou à Fundação Getúlio Vargas um censo nacional com o objetivo de mapear as bibliotecas públicas existentes no país, abrangendo: usuários, acervo, funcionários, serviços, produtos, entre outros itens. Detectou-se, então, os municípios sem bibliotecas e, assim, possibilitar-se-á cumprir a meta do governo que é a de zerar os municípios sem biblioteca pública.

Bens materiais que compõem os kits

Para 2010, as bibliotecas públicas implantadas pela FBN/SNBP nos diversos municípios do Brasil, receberam os seguintes bens materiais: 2 mil títulos (material bibliográfico – livros, CDs, DVDs); 1 computador; 1 monitor; 1 impressora; 1 TV 29 polegadas; 1 minisystem; 1 aparelho DVD; 2 circuladores de ar; 1 no break; 4 estantes em aço – com 6 prateleiras; 6 estantes em aço – com 4 prateleiras; 4 mesas redondas para leitor em madeira; 16 cadeiras para leitor em aço; 1 mesa de trabalho – madeira; 1 cadeira giratória ajustável; 3 pufes (amarelo, azul e vermelho); 1 quadro de aviso grande; 1 quadro de aviso pequeno; 4 almofadas coloridas (amarela, azul, verde e vermelha); 1 carrinho para exposição. Além do Programa Biblivre, software livre, que facilitará o processamento técnico das obras enviadas.

O kit da ação de modernização em 2010 é composto pelos seguintes bens materiais: mil títulos de material bibliográfico; 2 estantes em aço – 6 prateleiras; 3 estantes em aço – 4 prateleiras; 2 mesas redondas; 8 cadeiras fixas; 4 almofadas (azul, amarelo, vermelho, verde); 3 pufes (vermelho, azul, amarelo); 1 quadro de aviso grande; 1 quadro de aviso pequeno; 2 circuladores de ar; 1 carrinho para exposição de livros; 1 mesa de trabalho; 1 cadeira giratória; 1 DVD; 1 microsystem; 1 TV 19 polegadas; 1 computador (monitor LCD); 1 impressora; 1 no break.

Em decorrência do convênio realizado entre o Ministério da Cultura e o Ministério das Comunicações, foram entregues telecentros para as bibliotecas modernizadas.

Ações do SNBP

A Coordenação-Geral do SNBP tem sob a sua responsabilidade:

- a) Programa Livro Aberto – que se propõe a implantar bibliotecas públicas em municípios brasileiros que ainda não as possuem e a modernizar as bibliotecas públicas já existentes nos municípios;

- b) Programa Mais Cultura – trabalho em conjunto com a CGLL/MinC para atender à modernização de bibliotecas públicas e os pontos de leitura;
- c) Atividades que compõem o decreto de criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas;
- d) Capacitação de recursos humanos para as bibliotecas públicas;
- e) Assessoria técnica para as bibliotecas públicas.

Produção técnica

- a) Boletim Correo de Bibliotecas Públicas de Iberoamerica, de CERLALC, dez. 2008.
- b) Biblioteca pública: princípios e diretrizes. 2.ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/ Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 2010.
- c) Bibliografia brasileira sobre biblioteca pública e temas afins. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/ Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 2010.
- d) Um olhar diferenciado sobre a biblioteca pública: impactos da gestão inovadora – manual do dinamizador. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/ Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 2009.
- e) Um olhar diferenciado sobre a biblioteca pública: impactos da gestão inovadora – manual do participante. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/ Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 2009.

Projeto aprovado e em fase final

Petrobrás – intitulado: Curso de aperfeiçoamento e multiplicador aos profissionais que atendem nas bibliotecas públicas.

Instituições parceiras

- CERLALC;
- Foro Ibero-americano de Diretores de Bibliotecas Públicas;
- Universidades;
- IBICT;
- Petrobrás.

Considerações finais

As ações do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – SNBP, da Fundação Biblioteca Nacional – FBN, estão inseridas em um dos quatro eixos estratégicos e nas linhas de ação do PNLL. Pode ser constatado no Eixo 1 – Democratização

do acesso, em todos os níveis apresentados, que foram desenvolvidas no período de 2005/2010, como: a) Implantação de Bibliotecas Públicas nos municípios do país, procurando zerar a meta do governo de zerar os municípios sem bibliotecas; b) Modernização das bibliotecas Públicas já existentes nos municípios do país; c) Fortalecimento da rede atual das Bibliotecas Públicas, trabalho realizado em conjunto com as Coordenadorias dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas, com representação em todos os Estados; d) Distribuição de livros gratuitos para todas as bibliotecas municipais do país; e) Treinamento dos profissionais que atuam nas bibliotecas públicas; f) Evento internacional realizado anualmente sob a Coordenação do SNBP/FBN, que recebeu apoio do PNLL nos cinco anos de realização, para que fosse possível a vinda de profissionais estrangeiros a fim de proferirem conferências/palestras.

Desta forma, o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL possibilitou a integração nas políticas públicas da área do livro, leitura e bibliotecas, fortalecendo e divulgando as ações da FBN/SNBP.

Ilce Cavalcanti

é Bibliotecária e Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) da Fundação Biblioteca Nacional

“O Programa de Leitura de Itajaí – PROLEI, já existe desde 2003 por percebermos a importância da leitura tanto no âmbito educacional quanto no exercício da cidadania. Por isso surgiu a necessidade de ter um programa voltado ao incentivo à leitura que envolvesse alunos, professores e comunidade em geral. Agora com o PNLL, nos sentimos mais seguros por contar com a parceria e o apoio do governo federal. A partir de agora, com a divulgação do PROLEI e de outros projetos no PNLL podemos compartilhar experiências e incrementar nossas ações. Pretendemos nos tornar mais atuantes na comunidade com a implantação do Plano Municipal do Livro e Leitura, agregando mais parcerias e contando com um envolvimento maior de toda a sociedade.”

Marinete Silva de Souza Martins - Supervisora do PROLEI

Projeto: Programa de Leitura de Itajaí – PROLEI

Eixo 3 – Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico





JÉFERSON ASSUMÇÃO

Um novo momento para o livro e a leitura no Brasil

De 2005 ao final de 2008, tive a honra de acompanhar e, depois, coordenar, a política de livro e leitura do Ministério da Cultura (MinC), a convite do então secretário executivo e hoje Ministro da Cultura, Juca Ferreira. Nesse tempo, de muito aprendizado e ação colaborativa, trabalhei ao lado de pessoas cuja inteligência e sensibilidade têm sido fundamentais para o desenvolvimento do Brasil como sociedade leitora. E não é de hoje. Há décadas uns, há alguns anos outros, ativistas e sonhadores como José Castilho Marques Neto, André Lázaro, Marco Acco, Fabiano Santos, Moacyr Scliar, Cleide Soares, Galeno Amorim, Tânia Rösing, Gregório Filho, Márcia Rosseto, Regina Zilbermann, Marisa Lajolo, Otávio Jr., Affonso Romano de Sant'Anna, Eliana Yunes, Muniz Sodré, entre muitos outros, em espaços governamentais ou não, dão e deram sua contribuição para difundir o livro, a leitura e a literatura no Brasil.

São homens e mulheres que fazem ações em todas as regiões do imenso território nacional. Do Acre ao Rio Grande do Sul, passam pelo Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, encontrando-se muitas vezes em Brasília para de lá desenvolverem políticas mais abrangentes. Com uma pitada de cada um deles e o conhecimento de dezenas de especialistas brasileiros e internacionais, vivenciamos o crescimento nos últimos anos de uma sólida política de livro e leitura no Brasil, referência crescente no Mercosul e nos países de língua portuguesa. Mas, principalmente, neste processo nasceu o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), nosso mapa e nossa carta de compromisso para elevar o patamar da leitura no Brasil. No presente artigo, gostaria de rememorar um pouco este processo e ao mesmo tempo analisar impactos do PNLL, bem como trazer

algumas preocupações com relação ao seu futuro.

Sem dúvida, vivemos um tempo novo para as políticas de livro e leitura tanto no âmbito federal, quanto no estadual e no municipal. Pesquisas como Retratos da Leitura no Brasil 2008 mostram que os brasileiros estão lendo mais, comprando mais livros e tendo mais acesso a bibliotecas. Insuficientes, mas crescentes. Há mais pontos de leitura em todo o país, e diversas ações da sociedade hoje se articulam em rede, trocam experiências e se encontram com muito mais frequência que em qualquer momento anterior de nossa história. No entanto, sem dúvida, o principal resultado desses anos de trabalho intenso é o crescimento da importância do livro e da literatura no cotidiano dos brasileiros. Nunca se falou tanto de livro e de leitura. Não apenas nos discursos dos governos ou dos professores nas escolas, mas nas fábricas, nas praças, nos parques, nos ônibus, enfim, nos muitos novos espaços de leitura que foram conquistados ao longo desses últimos anos.

O livro e a leitura vêm se espalhando por todo o país, como nunca antes. E digo nunca, porque nunca houve um pacto tão profundo, uma concertação tão forte entre cultura, educação, governo e sociedade e, principalmente, um arrojado planejamento das políticas para o setor. Formou-se um mosaico de ações, projetos, programas e políticas enfeixados num plano, numa inédita e vitoriosa estratégia de dar visibilidade política ao livro e a leitura dentro do MinC, do MEC, de outros ministérios, dos programas sociais do governo federal, dos estados e municípios, além do setor privado e da criativa sociedade civil brasileira. É claro que muitas dessas ações já existiam antes. Mas o que havia estava desconectado, não se enxergava num todo, muito menos trocava experiências. Basta observar o crescimento dos investimentos públicos em bibliotecas e pontos de leitura pelo MinC, das compras de livros e de programas para a formação de leitores no MEC. Basta ver como a pauta da leitura ganhou de vez a importância devida em áreas como a segurança, a saúde, ou o desenvolvimento agrário com as suas Arcas das Letras, para comprovar que o momento é outro.

Ajudados por um crescimento da economia no país, no poder público e no setor privado aumentam em número e tamanho as feiras e bienais do setor, como comprovam as edições recentes da 56ª Feira do Livro de Porto Alegre ou a Bienal do Livro de São Paulo de 2010. Essa combinação de fatores, que deve alterar nos próximos anos, mais e mais, o nosso quadro social diante da leitura, da absorção de conhecimento e de informação através dos livros, certamente foi fundamental. Mas sem o PNLL não teríamos aproveitado a oportunidade

em favor do livro e da leitura. Preparamo-nos na hora certa.

E o que destacar desta preparação? Foi feita uma exitosa articulação entre os ministérios da Cultura e da Educação, entre o governo e a sociedade. Foi combinada uma pauta certa tanto dentro do MinC quanto do MEC, foi selecionado aquele elemento mais importante para a difusão do livro (a biblioteca) e se trabalhou muito, de norte a sul, na indução de políticas para o setor. Assim, o PNLL está mostrando com estes resultados que é muito mais que um rol de ações, é um amálgama, um pacto. E se essas incontáveis iniciativas, projetos, programas e políticas em torno do livro, da leitura e da literatura já vinham sendo desenvolvidas antes em nosso país, eram em escala bem menores. Ressentiam-se de eixos claros de ação, com metas e estratégias, como essas definidas, não em gabinete, mas com o governo ouvindo e absorvendo as contribuições da sociedade, mas de maneira participativa e descentralizada no território. Esse é um dos segredos do sucesso do PNLL: a participação gerou comprometimento de muitos atores, instituições, empresas, indivíduos.

Nesses seus primeiros quatro anos, o Plano já se mostra como o grande avanço político que necessitávamos para mudar uma realidade complexa, com séculos de história. Como brasileiros, herdamos uma rica e diversa cultura, mas herdamos também enormes índices de analfabetismo absoluto e funcional. Em pleno século XXI contabilizamos cerca de 10% de brasileiros que não sabem ler – índice maior que o de muitos países em meados do século XIX. O que nos mostra o tamanho do desafio que ainda está pela frente na história futura do Plano Nacional do Livro e Leitura.

Mas, se desde 2003, aumentaram significativamente os investimentos em programas para o livro e a leitura, é a partir do PNLL que esta área dá realmente um salto. Somente o Programa Livro Aberto teve um crescimento de 197% em seu orçamento, de 2007 para 2008. Se hoje todas as cidades receberam bibliotecas em todo o Brasil, em 2003 eram cerca de 1.170 municípios sem este equipamento cultural. Estamos alcançando a meta de zerar este número para logo em seguida virar esta página de nossa história e passar a, além de implantar mais bibliotecas públicas, modernizar as que já existem. Isso está no Plano e é uma de suas conquistas mais significativas.

Um segundo grande enfrentamento nesta área refere-se ao problema de que a grande maioria desses equipamentos ainda se parece mais com “depósitos de livros”. E nesse tema temos muito o que avançar, modernizando as bibliotecas municipais e construindo bibliotecas referência em todo o País. Duas delas já são realidade: Manguinhos, no Rio, e a Biblioteca Pública do Estado de São

Paulo, resultados de parcerias entre governos federal e estaduais, espelhadas nos modelos que o PNLL aponta como “bibliotecas vivas”. Embora tardiamente na comparação com a Espanha, a França, e mesmo nossos vizinhos como a Argentina, a Colômbia e o Chile, nos últimos anos o MinC iniciou um amplo processo de modernização de bibliotecas em todo o Brasil, a começar pelos municípios de mais baixos índices de Educação Básica e de Desenvolvimento Humano.

Sabe-se que, com essa modernização, pretende-se transformar as bibliotecas em verdadeiros centros culturais e comunitários, articulando o livro com outros suportes de leitura e os novos meios de difusão cultural, articulando a comunidade local, com programações que atraiam novos leitores, uma disposição espacial atraente para crianças, adolescentes, adultos e idosos e uma função comunitária, social e de lazer capaz de rivalizar com espaços tais como os centros comerciais e a exposição de ruas. Isso também está no PNLL, como resultado de diversos debates e estratégias para o seu desenvolvimento.

Outra ação importante saída das discussões do PNLL está voltada para as milhares de bibliotecas comunitárias brasileiras. Como se sabe, a grande maioria delas nunca recebeu apoio governamental. A estratégia central desta ação foi reconhecer - assim como se faz com os Pontos de Cultura - essas ações culturais na área da leitura como Pontos de Leitura. Bibliotecas comunitárias, Pontos de Cultura, postos de saúde, hospitais, associações comunitárias, unidades prisionais, sedes de organizações não governamentais, sindicatos, centros de referência em assistência social etc. estão recebendo uma sala de leitura. Essas ações, integrantes do Programa Mais Cultura, juntamente com as milhares já realizadas pela sociedade - e que o PNLL e o Prêmio Vivaleitura mapeiam desde 2006 - são instrumentos eficazes para a qualificação do desenvolvimento brasileiro do qual somos protagonistas. E precisam ter continuidade.

Com esses primeiros resultados - entre muitos outros que poderia ter citado aqui - o PNLL mostra toda a sua importância como instrumento de articulação e indução de políticas públicas para o livro e a leitura, abarcando, dentro de seus quatro eixos estratégicos (democratização do acesso, fomento à leitura e formação, valorização da leitura e comunicação e apoio à economia do livro) e 20 linhas de ação, diretrizes importantes para melhorar os índices de leitura no Brasil. Os resultados já começam a surgir, embora ainda muito aquém do que se necessita. Mas se utilizarmos critérios já citados pela Unesco, ou seja, de que são necessários três fatores para que existam leitores em um País (1. O livro deve estar em um lugar de destaque no imaginário nacional, 2. Devem existir famílias de leitores. 3. Devem existir escolas que saibam formar

leitores), podemos ver avanços em cada um deles. Há ações de distribuição de livros gratuitos (eixo 1), melhoria do acesso ao livro (eixo 1), ações para criar consciência sobre o valor social da leitura (eixo 3) e publicações e mídias (eixo 3) e mais leitura nas famílias brasileiras.

Sem dúvida falta avançar. E ligado a isso está a importância de se fortalecer a gestão e a estrutura organizacional da área de livro e leitura para atender a tantas necessidades. Com seu conselho diretivo constituído por um representante do MinC e um do MEC, além de um organismo internacional e organizações da sociedade civil, a gestão do PNLL garante uma variedade importante de pontos de vista, mas precisa se consolidar institucionalmente, tanto do ponto de vista legal, instituindo-se por lei, quanto do ponto de vista institucional, com capacidade de efetiva transformação da realidade.

O certo é que precisamos deste importante instrumento por tudo aquilo que já sabemos, mas que é preciso lembrar sempre no cotidiano esforço de fazer do Brasil um país de leitores. Ou seja: a leitura não só qualifica a relação com as outras áreas da cultura, tais como o audiovisual, as novas mídias, o patrimônio e a memória, as artes plásticas, a música e as culturas indígenas e afrobrasileiras, como também qualifica a relação do indivíduo com a saúde, com o mundo do trabalho, com o trânsito e a cidade, com o ambiente natural e social. Ela é base imprescindível para uma cultura do diálogo e certamente condição para a superação de violências físicas e simbólicas. No entanto, o Brasil chega ao século XXI com uma dívida histórica com sua população, não só no que se refere ao ainda fraco desenvolvimento da leitura em seu sentido educacional, como também do ponto de vista cultural.

Ao contrário do que ocorreu em muitos países vizinhos ao nosso, o livro e a leitura, em escala social, chegaram aos brasileiros tardiamente. Foi apenas no século XX que a indústria de livros (e a imprensa em geral) começou realmente a se desenvolver em nosso país, quase que exclusivamente para dotar as escolas de material didático. A dimensão cultural da leitura nunca foi suficientemente desenvolvida e o resultado são poucos e caros livros de literatura, uma rarefação crescente na sua rede de distribuição, uma concentração dos livros não apenas em classes mais altas, como também nas regiões mais desenvolvidas, a desnacionalização das editoras e a diminuição de oferta de títulos, que homogeneízam o gosto e prejudicam a nossa rica diversidade cultural. Com vistas a mudar esta realidade, diversas ações foram realizadas pelo Ministério da Cultura nos últimos anos e que merecem destaque:

- **Aprovação da Lei do Livro**, em 2003, sancionada em 30 de outubro. A Lei do Livro – Lei nº. 10.753/2003 – instituiu uma política nacional do livro cujos objetivos levaram à elaboração do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

- **Desoneração fiscal do livro**, em dezembro de 2004. Em razão de um intenso processo de desnacionalização das empresas brasileiras por parte de grandes grupos editoriais estrangeiros, o governo, sociedade e setor produtivo se articularam para traçar novas estratégias para o setor, o que culminou com a desoneração fiscal do livro. Em 21 de dezembro de 2004, editores, livreiros e distribuidores deixaram de pagar taxa ou imposto em suas transações.

- Ano Ibero-americano da Leitura. O MinC exerceu papel de liderança na coordenação e articulação das atividades do Ano que envolveu milhares de parceiros cadastrados no Vivaleitura, treze ministérios, estados e municípios.

- Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura (CSLL), em 2005, espaço privilegiado para debater e construir políticas públicas na área do livro. A única das câmaras que se reuniu no ano de 2008.

- **Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)**. Construção, de maneira bastante democrática, o primeiro Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) da história brasileira, com diagnósticos precisos, e claras vias de superação dos baixos índices de leitura e do baixo desenvolvimento da relação cultural do brasileiro com o livro (complementando a relação educacional, a qual o MEC vem intensificando, principalmente com o PDE). O PNLL foi instituído formalmente pela Portaria n. 1.442 de 12/08/2006 e é hoje tido como modelo de sucesso no planejamento e execução de políticas relacionadas a livro e leitura, como referência internacional.

- **Instalação de Bibliotecas**. Em 2003, eram 1.170 os municípios brasileiros sem bibliotecas. Com os investimentos dos últimos anos, todos os municípios brasileiros receberam bibliotecas ou recursos para sua implementação.

- **Mais Orçamento**. Aumento de 197% no orçamento do programa Livro Aberto, de 2007 para 2008 e manutenção destes patamares.

- **Livro e Leitura no Mais Cultura**. Garantia de ações de implantação, modernização, pontos de leitura e Agentes de Leitura no Programa Mais Cultura, lançado em 4 de outubro de 2007.

- **Feiras de Livro. Desde 2007**, o MinC vem qualificando a participação brasileira nas feiras de livro internacionais, com um redirecionamento das prioridades e critérios que buscam uma maior visibilidade da literatura do Brasil no exterior. Um dos resultados foi a grande participação brasileira na Feira de

Santiago do Chile, em outubro de 2007, com cerca de 20 autores, exposições artísticas, shows e a presença da presidente daquele país, Michele Bachelet. As feiras de livro nacionais têm se consolidado como um circuito anual, com apoio sistemático do MinC via Lei Rouanet. De grandes e antigas feiras como as de Porto Alegre, as bienais de São Paulo e Rio de Janeiro, até nascentes eventos literários, praticamente todos são apoiados via Lei Rouanet.

- **Lei Rouanet.** Em 2001, foram captados cerca de R\$ 30 milhões para a área de humanidades da Lei Rouanet. Em 2006, foram R\$ 90 milhões, financiando feiras, jornadas e festas literárias em todo o país, tais como a Festa Literária de Paraty (Flip) e as Bienais de Minas Gerais e Recife.

Para seguir avançando, é preciso consolidar o PNLL e crescer institucionalmente na área. Desde a extinção do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1990, e da Secretaria do Livro e Leitura (SLL), em 2003, a política de livro e leitura se ressentiu de uma institucionalidade adequada para sua condução. Com o Programa Mais Cultura, esta questão se tornou ainda mais necessária. A estrutura do MinC conta hoje com uma Diretoria de Livro, Leitura e Literatura, mas é ainda muito pouco diante dos desafios. É momento de darmos um salto na política de livro e leitura, articulando-a com as demais políticas sociais, tais como as do MDS, Educação, MDA, Trabalho e outros. Buscar a recuperação de uma institucionalidade forte é fundamental para o desenvolvimento das políticas de livro e leitura. É por isso a importância do PNLL, de seu fortalecimento e da sua continuidade. Ele colocou e coloca com clareza na pauta do Brasil os pontos necessários para desenvolver a leitura e o livro. Um dos pontos fundamentais é seu aprofundamento regional.

Precisamos de uma segunda geração do PNLL: os Planos Estaduais e Municipais de Livro e Leitura. O PNLL é diagnóstico e estratégia para mudar a realidade da leitura no Brasil. Já obtive belos resultados, mas sem uma segunda fase, com a maior presença dos estados e municípios, o trabalho fica bem mais difícil. Com o PNLL, sabemos que é preciso desenvolver a prática leitora na escola brasileira, porém, mais que isso, é necessário desenvolver a cultura da leitura e a leitura para além dos limites dos muros escolares: a leitura como prática cotidiana, onde ela é ainda mais libertária. Para sua concretização, os estados e municípios, que desenvolvem as políticas educacionais e culturais na ponta, são instâncias imprescindíveis. Só assim teremos em número suficiente escolas formadoras de leitores no Brasil e a cultura da leitura transbordando os muros da escola para fertilizar a cultura da leitura nas ruas, nas praças, nos

ônibus, nas casas de todo o Brasil. São o PNLL e os planos estaduais e municipais que garantirão a continuidade ao que já foi conquistado e que precisa se ampliar ainda mais. Assim, eles darão cada vez mais força ao grande movimento nacional para fazer do Brasil um país leitor e escritor de um futuro melhor. O novo momento para o livro e a leitura já começou, mas o que está por vir é o que mais nos interessa. Planejá-lo e renovar um pacto por ele é função de todos nós.

Jéferson Assunção

Secretário de Cultura de Canoas (RS).

“O Livro na Estrada existe desde 2001 quando eu e minha irmã, Ana Elisa, iniciamos nossas atividades levando livros e material escolar a crianças carentes do interior do Brasil. Deste embrião, nasceu o Instituto Brasil Solidário e todos os seus projetos.

A partir de 2006 o Livro na Estrada passou a integrar o Mapa de Ações do PNLL, no eixo “Democratização do Acesso”. Passo considerado importante, pois passamos a fazer parte de um movimento maior, de abrangência nacional, em prol da ampliação da leitura e dos leitores. Além disso, o PNLL nos trouxe novas orientações e diretrizes, que serviram de base para o aprimoramento do nosso projeto. Por exemplo, percebemos que oferecer acesso ao livro e à leitura vai além da doação de publicações. Assim, passamos a não apenas doar livros, mas a desenvolver bibliotecas. Considerando seu espaço, sua funcionalidade e sua acolhida.

Montadas em escolas públicas de pequenos municípios, essas bibliotecas muitas vezes constituem-se como o único equipamento cultural de suas localidades. Nos últimos dois anos o Livro na Estrada chegou a cerca de 60 escolas! Número grande comparado ao início do Projeto, porém ainda pequeno para as dimensões do Brasil. Por isso, continuamos trabalhando para ampliar e aprimorar nossas ações. E sabemos que a parceria com o PNLL trará novas idéias e desafios, que nos ajudarão a compor as próximas edições do Livro na Estrada.”

Luis Eduardo Salvatore - Diretor de Projetos do Instituto Brasil Solidário
Projeto: O Livro na Estrada
Eixo 1 – Democratização do Acesso



JORGE YUNES

Não basta acreditar... não basta saber ler...

Muitos fóruns de debates têm início com a citação desta frase de Monteiro Lobato: “Um país se faz com homens e livros”. De fato, o desenvolvimento humano e cultural de um país pode ser medido pelos indicadores de leitura dessa sociedade. Mas não é qualquer homem e qualquer livro que fazem um país. Aliás, dependendo do que pensam e do que leem esses homens (Mein Kampf) podemos ter um país totalitário, uma Alemanha hitlerista.

Não basta saber ler, é preciso saber escolher o que ler, e essa capacidade crítica se constrói com muita leitura. Com uma leitura cuja escolha foi espontânea. Onde a leitura é um direito. Assim como deve ser toda a escolha em um país verdadeiramente democrático.

Por acreditar nisso, prefiro citar a frase de Mario Vargas Llosa:

“Um público comprometido com a leitura é crítico, rebelde, inquieto, pouco manipulável e não crê em lemas que alguns fazem passar por ideias.”

Mas, além das inquietações sobre o direito de ler e da capacidade crítica para escolher o que ler, tenho outras crenças... e dilemas.

Também acredito que não se faz um país de leitores somente porque se acredita que a leitura seja transformadora. Não é suficiente acreditar. É preciso vontade política para iniciar esse processo. É fundamental a criação de políticas públicas que deem sustentação e garantam a continuidade das ações e das intenções voltadas ao fomento à leitura.

É preciso perseguir objetivos, definir metas e identificar ações que garantam a efetividade dos resultados.

As condições não estão prontas. As dificuldades nos desafiam. Mais uma vez é preciso que se criem as condições para que ações efetivas sejam implantadas. Porém, não basta criar as condições. Outras questões nos são apresentadas pelo caminho.

Que ações são efetivas para o fomento à leitura?

Como despertar no jovem o gosto pela leitura?

Quais práticas são efetivas na mediação da leitura?

Como formar professores leitores?

Como transformar municípios em municípios leitores?

Muitos são os especialistas que debatem sobre esses temas. Temos inúmeras teses e propostas. Esse é um bom começo, mas não acaba com nossas inquietações sobre quais estratégias, quais ações, quais projetos podem fomentar a leitura e garantir a melhoria dos indicadores de leitura do brasileiro.

Qual o percurso para a construção de um país de leitores?

O que já percorremos nessa construção?

O que falta construir?

De qualquer forma, também acredito que – para que se fomente a leitura e se criem as condições para o acesso e o interesse pelo livro – não basta investir em bibliotecas se o leitor não for cativado. Mas não será possível cativar leitores se ele não compreende o que lê. E não adianta reduzir o preço do livro se os jovens preferem celulares ou *lan houses*.

Esses são os desafios de todos aqueles que acreditam na importância da leitura e da construção de um país leitor. Apesar das inquietações – sobre o que já percorremos nessa construção e se estamos no caminho certo –, acredito que podemos responder: *Sim! Já percorremos um bom caminho e a trajetória tem sido positiva.*

E quais foram os avanços?

O principal avanço não é palpável. A leitura, na última década, ganhou no Brasil legitimidade como transformadora de vidas e de sociedades. Tornou-se tema de discussão com “nome próprio”. E deu nome não somente a palestras, mas até mesmo a fóruns nacionais. Ganhou espaços na mídia e nas agendas de especialistas em educação, nas agendas de políticos e de executivos do governo.

Aos poucos se construiu uma representação positiva sobre o valor da leitura e do livro. Mas o mais significativo resultado, creio, é a valorização da importância da leitura pela população brasileira, conforme revelada na 2ª. edição da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, encomendada pelo Instituto Pró-Livro ao Ibope, em 2007, para estudar o comportamento leitor do brasileiro e a representação que a população brasileira tem sobre a leitura.

Foi revelado que 3 em cada 4 brasileiros (cerca de 78% da população com mais de 5 anos), apesar de ainda ler pouco – 4,7 livros por ano –, valorizam positivamente a leitura como uma forma de ascender socialmente, de acessar conhecimento e desenvolvimento social e cultural. Esse resultado nos mostra que a leitura passou a ter um papel bastante positivo no imaginário do brasileiro; sem dúvida, essa conquista é recente e deve acontecer em “mão dupla”.

A quantidade de projetos de fomento à leitura, de iniciativa da sociedade civil e de comunidades, inscritos no Mapa de Ações do PNLL, possibilita outra constatação, a de que a importância da leitura deixou de ser uma visão e passou a orientar ações espontâneas de comunidades de diferentes perfis em todo o Brasil. Iniciativas que nos surpreendem pela criatividade e empreendedorismo de pessoas que transformam, sem a ajuda do poder público, um açougue, um barco ou uma borracharia em uma biblioteca. Catadores de papel que encontram o primeiro livro no lixo e se transformam em contadores de histórias.

Credito essas ações e a valorização da leitura no imaginário das pessoas, além do incremento positivo nos indicadores de leitura do brasileiro (de 1,7 para 3,8 livros lidos por habitante/ano, de 2001 a 2007, revelados pela Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil) especialmente aos movimentos da sociedade civil e do governo, que, iniciados com o Viva Leitura e a Lei Sarney, obtiveram consistência e ganharam espaço nas agendas do governo com a criação do Plano Nacional do Livro e Leitura.

São muitos os “sinais” de que o livro e a leitura ganharam importância nas agendas: a criação de uma Diretoria do Livro e Leitura no MinC e a ampliação significativa do orçamento destinado ao livro e à leitura, entre outros, confirmam essa importância.

Acredito que “foi dada a partida”. A leitura ganhou vida e passou a ser nome próprio.

Entretanto, não podemos deixar que essa vibração se desconecte e não ganhe visibilidade e o apoio necessário para se consolidarem e se multiplicarem. Depende agora do governo, em todas as suas esferas e em parceria

com a sociedade civil; e depende, especialmente, de os governos municipais investirem na implantação efetiva de políticas públicas que deem sustentação e garantam a continuidade das ações, pois é nas cidades que as ações ganham vida e são apropriadas pelos cidadãos.

Mas o desafio a ser enfrentado é complexo.

O hábito e o gosto pela leitura se aprendem em casa e também na escola, conforme nos confirmou a Pesquisa Retratos da Leitura, promovida pelo IPL. É fundamental, portanto, investir também em ações de mediação para a formação de leitores, seja na escola, na biblioteca, seja trazendo também a família para esses projetos.

Enfrentar esses desafios para transformar o Brasil em um país de leitores é tarefa de toda a sociedade. É preciso que sociedade civil e governo se unam para identificar, planejar e implementar ações que sejam efetivas para a construção de um país leitor e com melhores indicadores de educação e desenvolvimento humano.

É preciso transformar esse desejo em políticas públicas.

Foi com essa crença que, como presidente do Instituto Pró-Livro, na gestão 2007-2009, e representando as entidades do livro, fundadoras do IPL: Abrelivros, CBL e SNEL, buscamos orientar as ações do Instituto pelos Eixos Estratégicos do PNLL e eleger o PNLL, o MinC e o MEC os principais parceiros do IPL.

Para enfrentar esses desafios é que o Instituto esboçou e submeteu ao PNLL, MinC e MEC o projeto *O Livro e a Leitura nos Estados e Municípios*.

O Castilho e o Fabiano foram os primeiros a apoiar e a abraçar a ideia. E assim surgiu uma importante parceria entre governo e sociedade civil para cumprir um dos principais objetivos propostos pelo Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL: “estimular a criação de planos estaduais e municipais de leitura”.

A ideia se consolidou e se ampliou, e, em outubro de 2009, Ministério da Cultura, Ministério da Educação e Plano Nacional do Livro e Leitura em parceria com o Instituto Pró-Livro lançam o projeto *O Livro e a Leitura nos Estados e Municípios* em Fórum Nacional, em Brasília.

O PNLL, lançado em 2006, estabeleceu um prazo de três anos para o início dessa estratégia de ação. O projeto foi desenhado para viabilizar essa meta em pouco tempo e para chegar a todas as regiões e municípios brasileiros.

Com o objetivo de mobilizar, informar, capacitar e assessorar estados e prefeituras para que implantem seus Planos do Livro e Leitura – PELL e PML –, foram definidas as estratégias e ferramentas do projeto.

O Portal *Mais Livro e Mais Leitura nos Estados e Municípios* foi inaugurado no

Fórum Nacional para levar a todos os municípios brasileiros informações sobre o projeto e sobre o estágio de implantação dos Planos nos municípios, bem como possibilitar sua participação no curso a distância e nas redes colaborativas. O curso a distância tem por objetivo capacitar e assessorar os municípios na elaboração dos seus Planos, e também disponibiliza o Guia, com o passo a passo para a elaboração dos Planos de Livro e Leitura – PMLL.

Temos certeza que vencemos o desafio de chegar a cada canto do Brasil.

Os resultados e a mobilização de estados e municípios nos mostram que o projeto está sendo um sucesso. São muitos os estados e municípios que desejam sediar fóruns regionais e que se inscrevem para participar do curso a distância (EAD).

Sem dúvida é o projeto mais importante do IPL em parceria com o governo.

O Instituto também ganhou importância e consolidou sua imagem com outros projetos voltados ao cumprimento de seus objetivos de fomento à leitura e ao acesso ao livro e, dessa forma, com certeza estamos contribuindo para melhorar os indicadores de leitura do brasileiro.

A missão do IPL é fazer do Brasil um país de leitores. Desde o primeiro momento, o IPL pautou suas ações pelo compromisso firmado entre representantes do governo e entidades do livro para fomentar a leitura e ampliar o acesso ao livro no país. Com o apoio das entidades fundadoras, que representam o setor livreiro – Abrelivros, CBL e SNEL –, o IPL definiu como principal estratégia contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas de fomento à leitura. E foi essa orientação que norteou sua atuação e principais projetos.

A segunda edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil e o Livro Retratos da Leitura no Brasil* forneceram informações fundamentais, sendo citados nos principais eventos promovidos pelos órgãos da educação e cultura. A pesquisa possibilitou avaliar os resultados positivos de investimentos realizados pelo governo e por outras instituições ligadas à leitura e ao livro desde a Lei Sarney.

Especialistas atribuíram as melhorias nos indicadores de leitura e acesso ao livro, revelados pela Pesquisa, principalmente à implementação de ações e políticas que possibilitaram o acesso ao livro a milhões de estudantes do ensino médio, à ampliação no número de bibliotecas públicas e escolares e ao aumento da taxa de escolaridade do brasileiro e do número de estudantes de nível superior, além de outras políticas que impulsionam a inclusão e o acesso à educação.

Essas ações, entre outras, criaram impactos importantes nos indicadores de leitura: os resultados da segunda edição da Pesquisa apontaram uma sensí-

vel elevação desses indicadores.

A Pesquisa também orientou vários outros projetos próprios, e quase todos marcaram presença por sua importância na valorização ou no fomento à leitura. Felizmente, ganharam boa repercussão na mídia. Não poderia deixar de mencionar, nessa breve avaliação sobre os bons resultados da parceria do IPL com o PNLL, aquelas ações do IPL que foram impactantes e possibilitaram construir uma imagem respeitada de instituição que contribui para a construção de um país de leitores.

A participação do IPL nas Bienais marcou presença ao inovar com grandes instalações lúdicas e educativas voltadas para o público infantojuvenil. Descobrimos uma vocação na 20ª. Bienal do Livro em São Paulo, em 2008, com a Biblioteca Viva – que teve por objetivo contribuir para a construção de uma representação positiva e prazerosa das bibliotecas. E o sucesso se confirmou com O Sítio Pró-Livro – na Reatech, em 2009, uma instalação acessível em parceria com a Fundação Dorina Nowill. Em 2009, foi o momento da Floresta de Livros, na Bienal do Rio de Janeiro, e, em 2010, levou muitos visitantes à 21ª. Bienal de São Paulo, – com a elogiada instalação “O Livro é uma Viagem”.

Várias outras parcerias importantes foram firmadas com o PNLL para a realização de eventos e encontros; entre elas, vale destacar: o patrocínio aos estandes do PNLL nas Bienais de São Paulo (2008 e 2010) e na Bienal do Rio de Janeiro (2009); o financiamento da contrapartida dos convênios entre MinC e CBL para a implementação do PNLL; os 2º. e 3º. Fórum do PNLL e Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias, entre outros seminários.

O Instituto foi parceiro também do MEC, nas 3ª. 4ª. edições do Prêmio Professores do Brasil – junto da Fundação ORSA; Instituto Votorantin; Bunge; OEI; Unesco; Consed e Undime.

Além das ações do IPL, como presidente da Abrelivros, associação que reúne as principais editoras de livros escolares do Brasil, tenho lutado pela ampliação das oportunidades para que o próprio professor se torne um leitor assíduo e crítico, transformando também o estudante em leitor regular e criterioso. Contudo, a adoção desses objetivos, que, à primeira vista, parecem óbvios, pressupõe a definição de estratégias que coloquem a atividade de leitura e a formação de leitores como prioridade fundamental na atividade escolar, a exemplo do que vem ocorrendo em outros países.

Utilizando-se do *know-how* das editoras associadas com o trabalho pedagógico em sala de aula, e de sua interlocução com o MEC, por intermédio de programas oficiais de aquisição de livros, a Abrelivros tem colaborado com as políticas

públicas voltadas à melhoria do acesso e da qualidade do livro escolar, contribuindo efetivamente para a ampliação da oferta de livros aos estudantes, com o consequente desenvolvimento do hábito de leitura e da educação no Brasil.

Por todas as razões citadas, devemos não só cumprimentar o MinC, o MEC e a sociedade civil pelos resultados obtidos nesses cinco anos de PNLL, mas renovar nosso compromisso em transformar o Brasil num país de leitores, fortalecendo e ampliando as ações e metas integradas dos diferentes parceiros que atuam nos segmentos do livro e da leitura.

Jorge Yunes

é bacharel em direito pela Pontifícia Universidade Católica. Atualmente diretor superintendente do IBEP – Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas e das editoras Nacional e Conrad. Foi o primeiro presidente e atual vice-presidente do Instituto Pro-Livro, e presidente da Abrelivros – Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares.

“O PNLL, ao mapear ações de fomento à leitura, constitui-se um espelho a refletir as várias possibilidades que educadores, livreiros, instituições e sociedade, em geral, têm de igualmente pensar em desenvolver estratégias que coloquem o livro como eixo da formação cultural de crianças e jovens. Assim sendo, foi nesse espelho que encontramos inspiração para criar o projeto Nasce uma Criança Leitora, inserido no eixo Democratização de Acesso. A entrega de um livro à criança recém-nascida, na maternidade pública da cidade de Caxias-MA, propõe-se a mostrar o seu valor, bem como estimular a família a tornar-se participante no processo de formação de leitores. Afinal, a interação da criança com o livro, desde a mais tenra idade, estimula a fantasia, desenvolve a linguagem e alimenta o imaginário infantil. É que a literatura centra-se no aspecto lúdico da linguagem, veiculado nos enredos e nas imagens tão bem tecidos e dispostos no livro infantil que tem em comum com a criança o fato do conhecimento da realidade processar-se através do sensível, do emotivo e do intuitivo.”

Profa. Joseane Maia Santos Silva

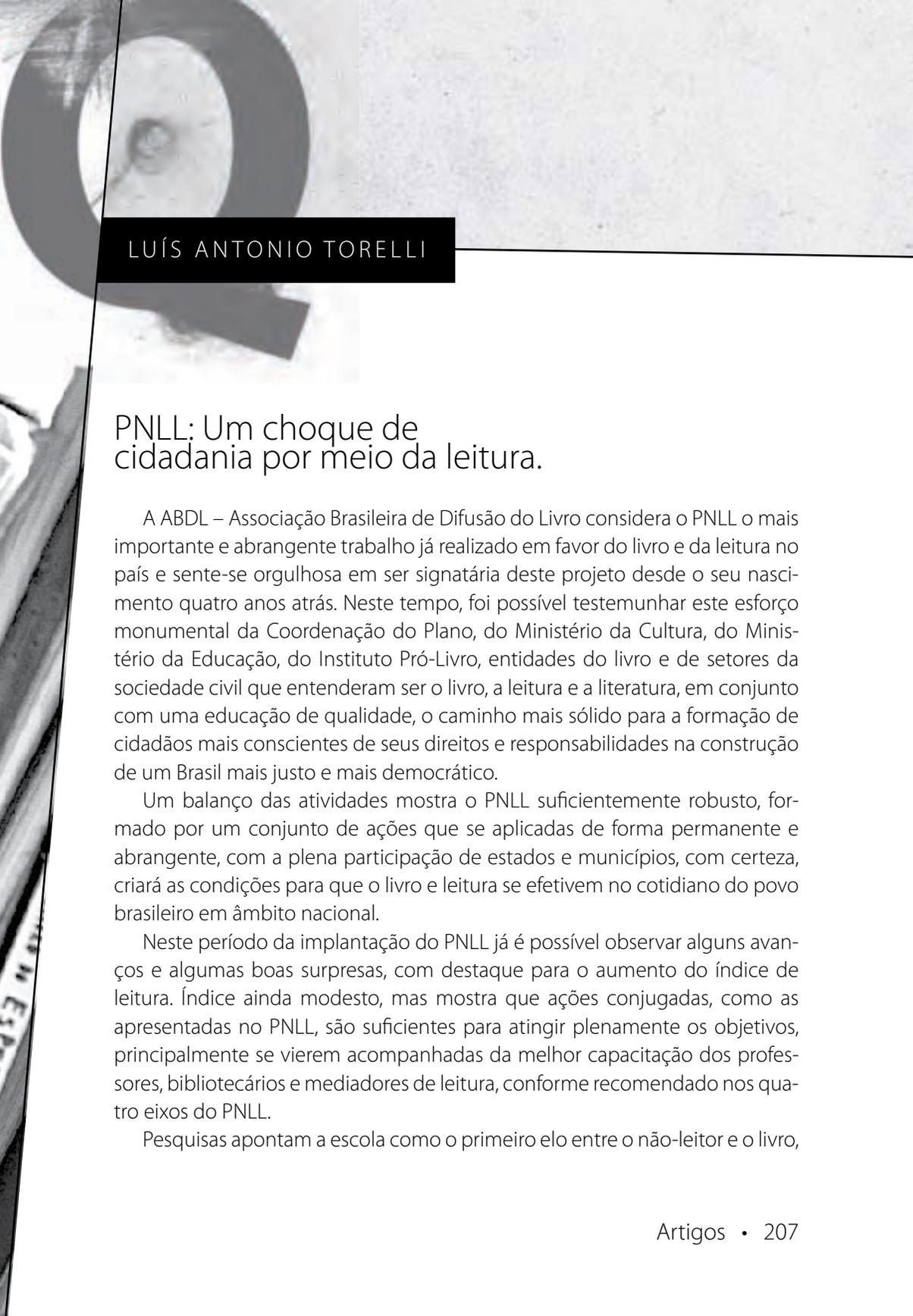
*Projeto: Nasce uma criança leitora
Eixo 1 - Democratização do acesso*



VIAGEM
FANTÁSTICA
MARTIN HANDFORD

Lousa Sharonie

DELHO



LUÍS ANTONIO TORELLI

PNLL: Um choque de cidadania por meio da leitura.

A ABDL – Associação Brasileira de Difusão do Livro considera o PNLL o mais importante e abrangente trabalho já realizado em favor do livro e da leitura no país e sente-se orgulhosa em ser signatária deste projeto desde o seu nascimento quatro anos atrás. Neste tempo, foi possível testemunhar este esforço monumental da Coordenação do Plano, do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação, do Instituto Pró-Livro, entidades do livro e de setores da sociedade civil que entenderam ser o livro, a leitura e a literatura, em conjunto com uma educação de qualidade, o caminho mais sólido para a formação de cidadãos mais conscientes de seus direitos e responsabilidades na construção de um Brasil mais justo e mais democrático.

Um balanço das atividades mostra o PNLL suficientemente robusto, formado por um conjunto de ações que se aplicadas de forma permanente e abrangente, com a plena participação de estados e municípios, com certeza, criará as condições para que o livro e leitura se efetivem no cotidiano do povo brasileiro em âmbito nacional.

Neste período da implantação do PNLL já é possível observar alguns avanços e algumas boas surpresas, com destaque para o aumento do índice de leitura. Índice ainda modesto, mas mostra que ações conjugadas, como as apresentadas no PNLL, são suficientes para atingir plenamente os objetivos, principalmente se vierem acompanhadas da melhor capacitação dos professores, bibliotecários e mediadores de leitura, conforme recomendado nos quatro eixos do PNLL.

Pesquisas apontam a escola como o primeiro elo entre o não-leitor e o livro,

tarefa que aumenta consideravelmente a responsabilidade do professor, ele mesmo, muitas vezes dissociado dos benefícios da leitura no processo da alfabetização e educação. Bibliotecas, mesmo bem aparelhadas e bem distribuídas, não serão suficientes para o exercício de seus papéis, se os gestores não forem bibliotecários capacitados e capazes de transformar o espaço físico em ambiente atrativo e multicultural. Formar mediadores de leitura é o caminho para estimular futuros leitores e suas famílias.

Fato importante também é a valorização e capacitação dos pontos naturais de comercialização do livro, como as livrarias e vendedores porta a porta de livros, que representam, juntamente com os distribuidores, mais de 80% de participação na comercialização do livro. As livrarias, em número insuficiente para atender as necessidades de um país continental, enfrentam ainda a guerra de preços e promoções, alimentadas pelos grandes grupos. É preciso encontrar o equilíbrio entre a livre concorrência e as práticas comerciais que inviabilizam as pequenas livrarias. O vendedor porta a porta cumpre o seu papel e preenche o vazio encontrado em muitos municípios que não dispõem de livrarias e bibliotecas, o que inviabiliza qualquer projeto de incentivo ao livro e à leitura. Capacitar estes profissionais é primordial, principalmente se for considerado o fato de que já percorrem os cantos mais longínquos do país, batendo à porta justamente da parcela da população com o mais baixo índice de escolaridade, leitura e cultura e estarem familiarizados com as peculiaridades deste povo, tarefa que dificilmente o Estado desempenharia com a mesma eficiência.

Com certeza, o PNLL, em sua bem definida estrutura, pode promover de maneira simples a concretização destas propostas.

A ABDL reconhece o esforço e agradece a todos que nestes anos trabalharam de forma efetiva na proposição e projeção do PNLL, um marco para o país e uma referência para outros países, que como nós brasileiros, desejam uma verdadeira Política de Estado para a formação de leitores plenos de conhecimento.

Antonio Torelli

é diretor da área comercial da Trilha Educacional Editora, é presidente da Associação Brasileira de Difusão do Livro – ABDL - pelo segundo mandato consecutivo. É membro do Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura.

Formando leitores: o importante papel do PNLL

Em meados do século XIX, o Rio de Janeiro tinha apenas dez livrarias, provavelmente sem muitos clientes: um censo realizado à época de Machado de Assis, e na mesma capital federal, mostrava uma porcentagem de analfabetismo em torno de 80%.

Não é difícil explicar essa situação de analfabetismo e de falta de leitores. No Brasil colonial, o ensino era precário e reservado a uns poucos filhos de privilegiados. Universidades não existiam: os jovens que podiam iam estudar na Universidade de Coimbra, em Portugal. As coisas começaram a mudar quando, em 1808, a corte portuguesa, fugindo à invasão napoleônica, transferiu-se para o Brasil. Foi criada a Biblioteca Real e a primeira gráfica-editora, a Imprensa Régia, que, contudo, tinha o monopólio da edição de livros e só publicava o que era autorizado pela coroa. Quando esta disposição foi revogada (em 1821, às vésperas da independência e provavelmente anunciando-a), multiplicaram-se os jornais, folhetos, revistas. Neste processo tiveram forte papel os franceses Edouard e Heinrich Laemmert e Baptiste Louis Garnier, livreiros que também editavam autores brasileiros: Garnier lançou José Veríssimo, Olavo Bilac, Artur Azevedo, Bernardo Guimarães, Silvio Romero, João do Rio, Joaquim Nabuco; Laemmert tinha em seu catálogo Graça Aranha e Machado de Assis. Suas livrarias, inclusive, tornaram-se célebres pontos de encontro dos escritores. Àquela altura, começo do século XX, começava a surgir um público leitor, às vezes surpreendendo os editores: quando a Laemmert recusou-se a publicar uma obra que parecia “cientificista” e extensa, o próprio autor resolveu financiar a edição. E fez muito bem, Euclides da Cunha: Os sertões, magistral retrato da Guerra de Canudos e do Brasil sertanejo, vendeu, em pouco mais de um ano,

6 mil exemplares. Autêntico *best-seller*.

O fato de que os escritores não conseguiam viver de literatura (muitos eram funcionários públicos ou profissionais liberais), não impedia a existência de uma vida literária. Em 1897, e por influência de Machado de Assis, era criada a Academia Brasileira de Letras. Com o movimento modernista de 1922 surgiram revistas literárias, a *Klaxon*, para a qual escreveram Anita Malfatti, Sérgio Milliet, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral.

Nas primeiras décadas do século XX apareceram editoras importantes: a José Olympio, que editou sucessos como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Vidas secas* de Graciliano Ramos, além de Rachel de Queiroz, Gilberto Freyre e Guimarães Rosa, sem falar em clássicos da literatura mundial, como Balzac, Dostoiévsky, Jack London, Tolstói. A produção crescia; o número de editoras (a maioria delas no Rio, ainda que o parque gráfico de São Paulo fosse maior) aumentou quase 50% entre os anos de 1936 e 1944. Em meados do século XX o país editava, por ano, cerca de 4 mil títulos, representando 20 milhões de exemplares. Durante o Estado Novo, regime de exceção que ampliou os poderes de Getúlio Vargas (presidente de 1930 a 1945), a atividade cultural passou a ser controlada pelo DIP, Departamento de Imprensa; a censura estava presente no rádio, imprensa, música, ensino. E foi também Vargas que, em 1937, criou o Instituto Nacional do Livro, com o objetivo de desenvolver uma política governamental na área.

Ao mesmo tempo, havia uma descentralização da atividade editorial. No Rio Grande do Sul surgiu a Editora Globo, dirigida por Henrique Bertaso que teria como colaborador ninguém menos que o escritor Érico Veríssimo, grande tradutor e editor familiarizado com o contexto literário mundial. A Globo editava clássicos, *best-sellers*, e autores gaúchos: Dyonelio Machado, Darcy Azambuja, Pedro Vergara, e o próprio Érico Veríssimo que, com Jorge Amado, formava a dupla de autores mais lida no país.

E os leitores?

Ainda não são muitos. O Brasil tem cerca de 190 milhões de habitantes, dos quais 95 milhões podem ser considerados leitores; mas eles leem, em média, 1,3 livro por ano. Nos Estados Unidos, esta cifra é de 11 livros por ano; na França, 7 livros por ano; na Argentina, 3,2 livros por ano. Não se trata de uma rejeição da leitura; uma enquête mostrou que 75% gostam de ler. Pergunta: por que, então, os brasileiros não leem mais? O argumento mais comum é o do preço do livro, de fato ainda muito caro. Mas isto é o resultado de um círculo

vicioso: o livro custa caro porque vende pouco, e vende pouco porque é caro. Dizia-se que brasileiro não gosta de livro de bolso, que prefere edições de luxo, com capa dura, para, das prateleiras, dar a impressão de que o dono da casa era pessoa culta. Agora, porém, vê-se que o livro de bolso tem um público cada vez maior.

Aumentar a venda é uma forma de baixar o preço, mas isto só acontece quando as pessoas têm o hábito da leitura. Este, por sua vez, resulta de um processo que se desenvolve por etapas. A primeira dessas ocorre na infância e depende do ambiente afetivo e cultural em que vive a criança. O conceito de “famílias leitoras”, da Unesco, não é uma realidade no Brasil; 63% dos não leitores dizem que nunca viram os pais lendo – faltou-lhes, portanto, um modelo. A tevê tem sido o centro da vida familiar; aquela cena do passado, a mãe ou o pai lendo para os filhos, é uma raridade. As famílias gastam quatro vezes mais com tevê e som do que com material de leitura.

A etapa seguinte é a da escola. As enquetes mostram que, quanto maior o nível de escolaridade das pessoas, maior é o tempo que dedicam à leitura. Entre os entrevistados com ensino superior, apenas 2% não leem. O problema é que, no Brasil, poucos chegam à universidade; 43% dos jovens de 15 a 19 anos sequer concluem o ensino fundamental. Faltam bibliotecas em 113 mil escolas, ou seja, em 68,81% da rede pública de ensino.

Mas, de novo, as coisas estão mudando. Os últimos governos têm se esforçado para preencher esta lacuna; em 2008, as escolas receberam, em média, 39,6 livros cada uma, através do Programa Nacional de Bibliotecas Escolares. A par disto, um grande esforço está sendo desenvolvido para estimular o hábito da leitura entre os escolares. No passado, o ensino da literatura era baseado quase que exclusivamente nos clássicos. Autores importantes, decerto, mas que falam de outras épocas, de outros locais, e numa linguagem nem sempre acessível. Hoje, as escolas trabalham também com escritores contemporâneos, e a interação com o texto é a regra. Os alunos fazem dramatizações, escrevem suas próprias versões dos textos, editam jornais na escola. Os eventos literários são frequentes nas cidades brasileiras; as feiras de livros, as Bienais de Literatura (em cidades como São Paulo, Rio, Salvador, Curitiba) e os festivais literários, dos quais o de Paraty, que traz ao país nomes de destaque na literatura mundial, é um exemplo.

A indústria editorial está em franca expansão, acompanhando o crescimento da economia como um todo. De 2006 a 2008, foram lançados aproximadamente 57 mil novos títulos e impressos mais de um bilhão de exemplares.

A indústria editorial atrai investidores estrangeiros, e está deixando de lado o elitismo do passado para buscar o público leitor, sobretudo o leitor jovem. Redes de livraria estão em expansão, e também a oferta do livro de porta em porta: em 2009 quase 30 milhões de livros foram assim vendidos, sobretudo para setores mais pobres. O Brasil tem hoje 2.980 livrarias, uma para cada 64 mil habitantes. Abaixo do que é preconizado pela Unesco - uma livraria para cada 10 mil habitantes, mas com aumento de 10% nos três últimos anos.

Muito importante é fazer chegar o texto impresso à população como um todo, e neste sentido o Plano Nacional do Livro e Leitura, PNLL, instituído pelo Ministério da Cultura e Ministério da Educação, desempenha um papel importante. Estamos falando de um conjunto de projetos, programas, atividades e eventos na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas em desenvolvimento no país, empreendidos pelo Estado (em âmbito federal, estadual e municipal) e pela sociedade, visando incrementar a capacidade leitora do Brasil e trazer a leitura para o dia a dia do brasileiro. Um objetivo basicamente democrático, compatível com o progresso que o país atingiu, e que contempla atividades como o fortalecimento da rede atual de bibliotecas, implantação de novas bibliotecas, distribuição de livros gratuitos, e, muito importante, incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação; o fomento à leitura e à formação de mediadores; o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro. Sob a segura coordenação de José Castilho Marques Neto, Secretário Executivo, o PNLL tem registrado expressivos êxitos, transformando em realidade aquilo que Castro Alves celebrou em versos famosos: "Oh! Bendito o que semeia/livros, livros à mão cheia". Se vivo fosse, o poeta aplaudiria de pé o PNLL.

Moacyr Scliar

(Porto Alegre, 1937) é autor de cerca de 90 livros, nos gêneros romance, conto, crônica, ensaio e ficção juvenil, vários traduzidos, vários premiados (recebeu o Jabuti 2009 para melhor livro de ficção). Colabora em vários periódicos no país e no exterior, e é membro da Academia Brasileira de Letras.

O Futuro do PNLL: ações necessárias para a sua implantação efetiva

O quadro apresentado pelos diagnósticos realizados recentemente no Brasil demonstra as carências de uma população que não tem o gosto e nem o hábito da leitura. Incluem-se nesses resultados o fato de que, embora o mínimo do volume de leituras seja realizado, a grande maioria dos brasileiros não tem condições plenas de apreender seu significado. Assim observa-se nos dados constantes da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (AMORIM, 2009) e do Censo das Bibliotecas Públicas Municipais (2010).

Clamar por políticas públicas que revertam essa realidade e ofereçam condições de inclusão dos cidadãos brasileiros no âmbito de programas de incentivo à leitura não se faz necessário, na medida em que o Brasil prescinde de novos planos e programas, pois conta com um cuidadoso instrumento destinado a superar as dificuldades e mazelas constantes no quadro de iletramento e incompetência informacional vigentes no país: o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), agora com uma proposta de alteração em sua denominação, visando abarcar a Literatura e a Língua Portuguesa, embora ainda não seja oficial tal mudança.

O PNLL, estabelecido pela Portaria Interministerial n. 1442/2006 (PNLL, 2009), dos Ministérios da Cultura (MinC) e da Educação (MEC), tem sido avaliado em inúmeros fóruns e está consagrado pelas Pré-Conferências Setoriais e Conferência Nacional de Cultura realizadas em abril de (CULTURA, 2010). Conclui-se, assim, que contém em seu bojo todos os aspectos teóricos necessários à construção de um trabalho extenso de atendimento às questões de incentivo à leitura.

Emerge assim uma questão de significativa complexidade: se há uma política pública consistente e tão bem estruturada como o PNLL, como se justificam os resultados constatados? A resposta imediata conduz para a necessidade de implantação efetiva do Plano em toda a sua dimensão, o que requer esforços de todos os agentes responsáveis pela aplicação das políticas públicas ali previstas, associando-se àqueles que podem contribuir para a sua consecução. A seguir são sugeridas algumas alternativas de solução:

- Regulamentação do PNLL por meio de Lei Federal;
- Desenvolvimento de trabalho conjunto com o MEC;
- Articulação com os atores responsáveis pelo cumprimento do Plano, tanto da esfera pública, quanto da iniciativa privada, bem como do terceiro setor;
- Sensibilização dos dirigentes municipais e estaduais de educação e de cultura em todo o país;
- Revisão das metas estabelecidas visando à abrangência do Plano junto à população, por meio da adequação de prazos e quantitativos almejados.

A regulamentação do PNLL por meio de Lei Federal é fundamental para assegurar a sua continuidade de forma legítima. Atualmente, a Portaria Interministerial nº 1442, de 2006, demonstra certa fragilidade, na medida em que o MinC e o MEC, ministérios responsáveis por sua execução, atuam em paralelo e culminam por desenvolver ações sobrepostas e desarticuladas. Portanto, a elevação à categoria de lei federal permitiria o fortalecimento do diálogo entre esses órgãos, determinando uma metodologia de trabalho em consonância com os objetivos da educação e da cultura para o mesmo público. Equivale dizer que crianças, jovens e adultos necessitam ter acesso à leitura no ambiente escolar, com vistas ao aprendizado formal, na mesma proporção em que é fundamental que desenvolvam a capacidade de compreensão desse conteúdo, em direção à compreensão de mundo, fora do ambiente formal da escola. Portanto, não se compreende a dissociação das ações dos órgãos de fomento à leitura, considerando que o público é o mesmo. A despeito da importância do tema e do reconhecimento por parte dos ministérios, a carência de alinhamento do trabalho e de atividades conjuntas sobressai-se. É perceptível a falta de diálogo entre os diversos programas governamentais voltados para o incentivo à leitura.

Somente o desenvolvimento de trabalho conjunto entre MEC e MinC poderá evitar a repetição de metodologias que têm se mostrado ineficazes, ou parcialmente bem sucedidas para o atingimento das metas previstas.

Nesse sentido, a articulação entre os diversos órgãos governamentais é fundamental para a consecução do PNLL. Soma-se a isso a imperiosa necessi-

dade de aliar-se às forças das organizações da sociedade civil como conselhos profissionais, associações, sindicatos, fóruns e todas as formas de agregar a participação dos cidadãos engajados na educação e na cultura. As organizações não governamentais igualmente merecem compor essa parceria, dado o considerável avanço que têm alcançado, notadamente com relação às bibliotecas comunitárias. O potencial de contribuição que esses agentes têm a oferecer é grandioso, na medida em que atuam diretamente no campo de trabalho e conhecem profundamente as dificuldades, carências e pontos positivos nas diversas regiões do país. Certamente as empresas privadas ligadas à cadeia produtiva do livro têm sua participação assegurada em todo esse processo.

O sucesso de todas as iniciativas elencadas será alcançado a partir da sensibilização dos dirigentes municipais e estaduais de educação e de cultura. Prefeitos, secretários municipais e estaduais, assim como governadores carecem de entendimento sobre a conveniência, oportunidade e benefícios que o incentivo à leitura possibilitará à população, de todas as idades e níveis socioeconômicos. A execução do Plano está diretamente ligada à percepção de tais dirigentes da importância de possibilitar as condições necessárias para a sua implantação. Trata-se de um esforço que deve partir de todos os agentes mencionados e da própria sociedade. Os primeiros, na orientação do desenvolvimento do Plano. E por parte da sociedade cabe reivindicar seus direitos, que incluem o aporte de recursos públicos oriundos dos tributos arrecadados, os quais devem refletir em melhorias em todas as instâncias, e a educação e a cultura são tão fundamentais quanto a saúde e a segurança, por exemplo.

A revisão das metas estabelecidas, sobretudo quanto aos prazos e contingente populacional a ser atingido pelo PNLL certamente contribuirá para torná-las exequíveis, além de oferecer maior credibilidade a todas as ações delas decorrentes. Igualmente possibilitará aproximá-las da realidade, propondo ajustes de rumo e de metodologias a serem empregadas.

Os agentes envolvidos para execução do PNLL são muitos e as atribuições diversificadas e complexas. As metas são grandiosas e ousadas. Porém, a intenção de construção de alternativas viáveis para a realização de um trabalho conjunto e articulado existe e é igualmente ambiciosa. Assim, o grande desafio é reunir os parceiros, agregar as contribuições valiosas que cada setor tem a oferecer e partir para o alcance dos objetivos e metas propostos.

Como recomendação final sugere-se a promoção de um grande fórum reunindo os representantes dos órgãos públicos, a sociedade civil, os trabalhadores da educação, os dirigentes municipais e estaduais de cultura e educa-

ção, e a sociedade em geral, para que cada elo dessa cadeia comprometa-se na implantação efetiva do PNLL.

Nêmora Arlindo Rodrigues

é Formada em Biblioteconomia (UFRGS), é mestre em Comunicação e Informação (PPGCOM / UFRGS) e presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB

REFERÊNCIAS

AMORIM, G. (Org.) Retratos da Leitura no Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Pró-Livro, 2009.

BIBLIOTECA da escola. 2010. Disponível em: <<http://www.fn-de.gov.br/index.php/programas-biblioteca-da-escola>>. Acesso em 30 set. 2010.

CULTURA, Diversidade, Desenvolvimento e Cidadania e Desenvolvimento. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DA CULTURA, 2., 2010, Brasília. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/cnc/category/conferencias-setoriais/>>. Acesso em 30 set. 2010.

PNLL: objetivos e metas. 2009. Disponível em: <http://www.cerlalc.org/redplanes/secciones/Planes/Brasil/presentacion_pnll_brasil.pdf>. Acesso em 30 set. 2010.

Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Municipais. 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/>>. Acesso em 30 set. 2010.

“É irrefutável a importância das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura. Não adianta: entra tendência, sai tendência, mas este curinga, o livro, sempre estará firme e forte para transpor o conhecimento através da leitura por todo o Brasil.

A missão primordial da equipe do PNLL é proporcionar o que há de melhor aos estudantes, professores e a leitores de todo território nacional, projetos, eventos, divulgação, informativos, precípuos ao ato de ler.

Acredito que a preocupação do governo em criar pontos de leitura, descentralizando as bibliotecas, visa instigar maior número de leitores. É preciso o fomentador, mediador, para isso o PNLL cumpre esse papel, dando oportunidade aos projetos de leituras, através de suas ações, cadastrando-os de acordo o eixo temático.

Parabéns! São quatro anos de história, conquistando cada vez mais o público leitor através de agentes semeadores da leitura.”

Rosângela Meira de Oliveira - Condeúba-Bahia
Projeto: Sacolão da leitura e Intercâmbio Literário
Eixo 1- Democratização de Acesso

Fator de melhoria do índice de leitura

Há três décadas emergiu no Brasil a discussão de criar programas centrados em valorizar a leitura entre os brasileiros. Naquela época, o país mudava e exigia um novo tratamento à educação e à cultura, com características mais inclusivas, participativas, democráticas e construtivas. Em outra vertente, o setor editorial também ganhava impulso, fruto da volta da liberdade de expressão e pensamento, do interesse maior dos brasileiros pelos livros, da expansão das livrarias fora dos grandes centros e o estabelecimento de outros segmentos literários no mercado nacional.

Governos em todas as instâncias passaram a estudar de maneira sistemática projetos de valorização do ensino em todas as suas variáveis – inclusive de facilitação do acesso ao livro, contemplando iniciativas que iam do transporte do aluno às escolas, da distribuição de livros aos estudantes, visando dar oportunidade igualitária a todos no âmbito educacional. Tratava-se de uma mudança de prioridade importante, que condicionava o crescimento econômico à melhoria efetiva da educação e o acesso ao ensino fundamental e básico, principalmente para as classes menos favorecidas.

A partir daquele momento, vez ou outra nos deparávamos com iniciativas especificamente direcionadas a estimular o hábito da leitura. Porém, não conseguiam avançar a contento ou do jeito que todos gostariam. Os problemas enfrentados eram diversos, desde questões burocráticas e falta de foco na implementação, até inépcia do Estado e problemas econômicos e políticos que atingiam os orçamentos alocados para por em prática as propostas sugeridas.

Todos esses esforços iniciais ainda careciam de maior integração e troca de experiências entre os agentes envolvidos na tarefa de ampliar o número de

leitores no país. Entre esses agentes, incluíam-se além do próprio governo e o setor editorial, bibliotecários, professores, educadores e instituições de ensino público e privado.

O que se constatava no começo era uma falta de sinergia e espírito democrático nas composições e decisões a serem tomados nesses pleitos. O ranço de anos de ditadura militar ainda impregnava setores da sociedade, o que dificultava ações que envolvessem participação maior de grupos de diferentes matizes na elaboração de projetos e planos, principalmente para aqueles considerados essenciais à nação.

Na década de 1990, porém, o processo democrático brasileiro começou a demonstrar amadurecimento. Passaram a separar melhor a política das grandes questões nacionais, dando chance para que houvesse melhoria das condições de vida da população por meio da educação e da saúde.

O aparecimento do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) é resultado dessa maioridade conquistada pelas instituições brasileiras. Passados cinco anos de existência, mostra atualmente força e capacidade de aglutinar pessoas em torno de um único interesse. O momento favorável da economia e da estabilidade política ajudou, mas a seriedade empenhada e o comprometimento imposto foram os grandes impulsionadores desta bem-sucedida iniciativa, depois de um período anterior de tentativas frustradas nessa direção.

No passado, o setor editorial já buscava modelos adequados para tornar o livro um bem de todos os brasileiros. Isso começou também desde a época em que se repensou a necessidade de se construir algo para ajudar a fomentar a leitura no país, em meio à transição na vida política e social do Brasil, nos idos da década de 1980.

Naquele período, sabíamos que uma organização direcionada a estudar essa questão de interesse nacional precisaria colocar na mesma mesa de debates profissionais de atividades diversas das áreas educacionais e culturais, tanto da iniciativa privada quanto pública.

O surgimento do PNLL atendeu a este pleito, favorecendo o seu sucesso. Creio que todos os que passaram a integrar o grupo valorizaram a necessidade de trabalhar juntos, analisar relevâncias de forma colegiada e integrada e discutir avanços baseados no maior conhecimento possível que cada agente poderia recolher em seu segmento de atuação.

Dessa forma, tomamos ciência que o trabalho prosperaria. As bases estavam formadas por entes realmente dispostos com a divulgação do livro, e não apenas interessados em obter ganho político com a causa.

Especificamente sobre o Plano, as ações de difundir e fomentar o hábito da leitura no Brasil são muito similares as que defendemos há anos. Ficamos muito otimistas por conta dessa constatação.

Há nas prerrogativas do PNLL itens muito relevantes, como o de capacitar mais mediadores nas bibliotecas e a que se refere ao desenvolvimento da cadeia produtiva do setor editorial. Trata-se de dois pontos que o nosso setor tem como pauta em congressos e seminários há anos.

No primeiro item, o das bibliotecas, é notória a sua enorme capacidade para fazer com que pessoas se interessem pelos livros, tenham contato com eles e façam dos mesmos o seu principal instrumento de conhecimento e saber. E os profissionais que trabalham dentro desses estabelecimentos têm função primordial de promover essa aproximação e interação. No entanto, é preciso dar-lhes aprimoramento contínuo para que executem sua tarefa com eficiência e maior abrangência possível.

No que tange diretamente ao desenvolvimento da cadeia produtiva do livro, é preciso vê-la não só como uma indústria, mas como uma partícipe ativa do incremento nacional na área da educação e da cultura. O PNLL tem tornado possível isso, com uma discussão mais lúcida do que representa no desenvolvimento social do país - uma forte, consistente e sustentável produção literária no Brasil.

O setor editorial crê na melhoria da relação leitores-livros no Brasil. O índice cresceu nesta última década, mas não há como negar a necessidade de torná-lo mais robusto. O momento do país é oportuno para acreditar no avanço acelerado deste indicador. O PNLL deve contribuir muito para isso. O trabalho realizado até aqui pelo fórum é a prova incontestável dessa afirmação.

Oswaldo Siciliano,

79 anos, é economista, empresário e líder classista. Paulistano, foi o principal responsável pela criação de uma das maiores redes de livrarias do país, a Siciliano. Desde que começou a trabalhar com o pai em seus negócios na área de livros e revistas, já acalentava o desejo de abrir diversas livrarias pelo país afora. O sucesso na iniciativa fez com que o modelo de rede de lojas e o padrão do serviço tornassem referência no setor. Com a sua enorme capacidade empreendedora, passou a ser respeitado além das fronteiras do mercado de livros. Em 1978, ajudou a fundar a Associação Nacional de Livrarias (ANL). Ocupou por quatro anos a presidência da Câmara Brasileira do Livro (CBL), de 2003 a 2006. A entidade é a mais representativa do setor editorial do país. É, desde 2008, presidente do Grupo Ibero-americano de Editores (GIE).





ROSELY BOSCHINI

Plano pelos livros

Há bom tempo discute-se no País a necessidade de um projeto estratégico específico para o desenvolvimento do hábito de ler. Vemos agora que, com o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), esse objetivo caminha firme, depois de cinco anos de existência. No trato cotidiano com os livros, editores e livreiros sempre se depararam com a necessidade de desenvolver políticas permanentes para garantir a democratização do acesso à obra literária. Porém, entendíamos que a necessidade de compartilhar as exigências da ação com outros agentes privados e públicos para tratar o assunto seria premente. Era preciso maior articulação e foco no tema para avançarmos, mas que fosse num fórum exclusivo para isso.

Com a criação do PNLL, vimos que foi possível a efetivação dessa proposta. O Plano estabelece objetivos e metas muito convergentes com o que o setor editorial sempre imaginou para difundir o hábito da leitura no Brasil. Por isso, apoiamos firmemente suas diretrizes.

O fortalecimento de práticas de valorização e acesso ao livro e à leitura; a necessidade de capacitar e formar mais mediadores nas bibliotecas; e o desenvolvimento da cadeia produtiva do setor editorial são prerrogativas básicas que o PNLL tem encampado com muita competência. Dentro desses itens, entendemos que as bibliotecas podem ser os grandes polos intermediários dos outros objetivos do plano: expansão do índice da leitura e incremento do mercado livreiro.

As bibliotecas são os grandes centros de integração entre leitor e livro, do público interessado em ler e a literatura. A sua capacidade de ser o mediador nesse diálogo é muito grande. Por isso, acreditamos na determinação do PNLL

por uma biblioteca mais equipada, composta por acervo maior e atualizado de obras e bibliotecários capacitados.

O caráter construtivo e produtivo do debate participativo de profissionais do livro, educadores e governo neste fórum é o caminho mais rápido para que mais e mais pessoas contem com o indispensável suporte da leitura para o seu enriquecimento pessoal. Há muito que avançar nesse campo, mas já adiantamos bastante neste caminho com o PNLL.

Rosely Boschini

é empresária do setor editorial, é presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL).

O Instituto Ecofuturo esteve presente desde o início do processo que deu origem ao PNLL, em 2004, à época do Fome de Livro e era coordenado por Galeno Amorim, contribuindo com reflexões a partir da experiência constituída pelo Programa Ler é Preciso, criado em 1999. Acreditamos que a grande contribuição do nosso trabalho tem sido a construção de projetos de forma articulada e cooperativa, contribuindo com políticas públicas, como é o caso do projeto Biblioteca Comunitária (hoje 85 em 11 estados brasileiros), realizado em parceria com a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, do Concurso Cultural Ler e Escrever é Preciso, de abrangência nacional, e a criação do Dia Nacional da Leitura, no dia 12 de outubro, Dia da Criança. A construção de uma pesquisa coordenada por Ricardo Paes de Barros sobre o impacto da biblioteca no desempenho educacional da comunidade escolar de seu entorno, finalizada este ano, é mais uma contribuição objetiva, além de inédita, ao PNLL, posicionando a leitura como dimensão fundamental para a melhoria da educação no país, embora a extrapole.

Christine Castilho Fontelles – Diretora de Educação e Cultura
Projeto: Biblioteca Comunitária Ler é preciso
Eixo 1 – Democratização do acesso



SIGRID KARIN WEISS DUTRA
MÁRCIA ROSETTO
REGINA CÉLIA BAPTISTA BELLUZZO
GLÓRIA GEORGES FERES

A FEBAB como participante do PNLL: das ideias aos ideais

A Federação de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) foi fundada em 26 de julho de 1959, tendo como principal objetivo defender e incentivar o desenvolvimento da profissão.

Desde 2004 esse organismo que integra 17 Associações Regionais de Bibliotecários e que atua como membro da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) tem participado das inúmeras atividades promovidas pelo Ministério da Cultura e Educação, referentes à promoção da leitura e das bibliotecas.

Em 2005, tornou-se membro da Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura – CSLLL, com outras entidades representativas ligadas ao livro, e membro da coordenação executiva do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL, instituído pela Portaria Interministerial n. 1442 de 10 de agosto de 2006, com o intuito de representar os interesses das bibliotecas e de seus profissionais.

O PNLL foi consolidado em dezembro de 2006 pela Câmara Setorial que conta com representantes da biblioteconomia brasileira: Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), FEBAB e mais três representantes regionais (Nordeste, Centro-Oeste e Sul). O Plano, que permaneceu disponível para consulta no site, teve sua publicação final em outubro de 2007, sendo distribuído a instituições de todo o país.

Desde então, a FEBAB esteve representada em todas as reuniões agendadas, tanto da Câmara Setorial como da Secretaria Executiva do PNLL e em inúmeros encontros específicos sobre a questão da leitura com o intuito de representar os interesses da área, que estão inseridos nos quatro eixos que compõem o Plano.

Destacam-se, dentre as oportunidades de cooperação havidas, a parceria para a realização do Fórum PNLL Vivaleitura 2006/2008, no período de 12 a 13 de março de 2006, realizado no Auditório Elis Regina, no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo, convocado pelo Estado e pela sociedade e que contou com a participação dos atores sociais que atuam na área do livro e da leitura, para marcar o encerramento oficial das comemorações no Brasil do Ano Ibero-americano da Leitura (o Vivaleitura). Além do balanço e das reflexões sobre práticas de leitura, considera-se que este evento foi um marco para o lançamento de medidas governamentais e de iniciativas da sociedade organizada que buscam converter o tema do livro e da leitura em política de estado, tendo a FEBAB sido representada oficialmente pela sua presidente, Márcia Rosetto, que contribuiu com sua participação nos debates e recomendações e também com apoio logístico à realização do evento.

Outro evento de importância que a FEBAB esteve representada foi o II Seminário PNL no MERCOSUL – Construindo Políticas Públicas para o Fomento da Leitura, realizado nos dias 26 e 27 de outubro de 2007, em Porto Alegre (RS). Naquela oportunidade, a partir de convite dos organizadores do evento, a presidência da FEBAB proferiu a palestra “As Bibliotecas nos Planos Nacionais de Leitura”, defendendo a importância da participação das mesmas nos projetos e programas de incentivo à leitura, e dos bibliotecários nesse processo, em especial na contemporaneidade em que a informação e o seu acesso é um ponto decisivo na construção de uma sociedade democrática.

A FEBAB também teve representação significativa durante o Seminário Nacional PNLL – Bibliotecas no + Cultura, realizado em São Paulo, entre os dias 11 e 12 de dezembro de 2007, cujo objetivo foi apresentar o Programa + Cultura e o projeto do Ministério da Cultura para implantação de bibliotecas e a reforma e modernização da rede de bibliotecas públicas no contexto brasileiro. Além disso, esse encontro também motivou a elaboração de um documento com as sugestões dos participantes para o projeto. Considera-se que a implementação de ações na área de livro e leitura dentro do Programa Mais Cultura foi de grande importância, pois é necessário estimular a leitura, em suas diversas formas de exercício, para que esta seja vivenciada como atividade cotidiana no Brasil. Por isso, a universalização do acesso à leitura é uma meta básica também da FEBAB, como órgão representativo do movimento associativo da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil. Neste sentido, é necessário ressaltar também que a Fundação Biblioteca Nacional (RJ) tem desenvolvido ações estratégicas nesse projeto e que a FEBAB acompanha mais de perto, no

tocante às bibliotecas públicas brasileiras – principal local de acesso dos brasileiros de baixa renda a livros e à leitura – procurando dotá-las de recursos que contribuam com a sua potencialização como centros culturais e de serviços, estimulando sua multifuncionalidade a gerar uma rede para que esses equipamentos passem a ser dinâmicos e integrados, fazendo deles um dispositivo contemporâneo de promoção sociocultural.

Outro evento que merece destaque, realizado sob a responsabilidade da FEBAB em 2008, foi a sua participação oficial na 20ª. Bienal Internacional de Livros de São Paulo, com estande e realização do 12º Simpósio sobre Biblioteca e Desenvolvimento Cultural, em especial nos dias 22 e 23 de agosto, tendo como tema central: Acesso à Informação - Direito Universal. Essa participação contou com o apoio institucional da Câmara Brasileira do Livro – CBL e IBICT.

Uma parceria estratégica foi efetuada pela FEBAB e o Jornal da Cidade de Bauru (que tem abrangência de 55 municípios em um raio de 100 km localizados no centro-oeste do estado de São Paulo), em abril de 2009, durante a realização da IX Feira de Livro Infantil de Bauru (que contou com a adesão de aproximadamente 10 mil visitantes oriundos de escolas públicas estaduais, municipais e particulares) para atuar em uma Linha Estratégica de Promoção da Leitura e da Competência em Informação junto ao *Programa Educativo JC na escola*, cujo objetivo, desde sua criação em 2002, é a preocupação de aliar informação e formação de cidadania. Atualmente, mais de 100 escolas públicas estaduais trabalham nesse projeto utilizando como apoio o jornal em sala de aula, outras vão a campo constatar e registrar em vídeo o meio ambiente mais próximo da realidade de cada aluno que participa desse processo de aprendizado. Outros, ainda, fazem a *Mediação da Leitura* e promovem o encanto pelo livro, leitura e bibliotecas, motivando e capacitando educadores, alunos e a comunidade para o prazer de ler e da disponibilização do acesso à informação para a conquista do conhecimento. Além disso, o *Programa Educativo JC na Escola* permite aos alunos envolvidos serem coautores de um livro que expressa seus valores sobre a leitura e seus efeitos, interagindo escolas públicas estaduais, municipais e particulares e fortalecendo valores ligados ao civismo e patriotismo, valorizando a língua portuguesa e a criatividade, mediante diferenciais da existência de uma *Praça de Leitura*, instalada na escola para que a comunidade possa acessar a informação e construir o conhecimento que permita a inclusão social e a melhoria contínua da realidade em que se insere. Com este foco, foi elaborado e publicado o livro *Promovendo a leitura: do prazer da informação aos sonhos* com a finalidade de possibilitar alternativas tanto para o discente como para o pro-

fessor e, até mesmo, para os organizadores de eventos literários, utilizando texto livre e imagem, conciliando informação e formação, com prazer e de forma construtiva. Isso permitiu que o convidado, independente de sua idade e grau escolar, expressasse o que lhe agradou e lhe atraiu em uma feira de livros, sendo coautor do produto final que foi avaliado pelos textos e diagramas elaborados e aplicados junto a cada um deles. Os principais resultados obtidos indicaram que a maioria dos visitantes conseguiu estabelecer estreita relação entre o livro, a leitura, a informação e o conhecimento; a leitura é algo prazeroso, informativo, inteligente e uma condição para se chegar à sabedoria; a feira de livros proporciona sentimentos que envolvem felicidade, paz, amor, amizade, união e gratidão; a leitura está relacionada com a imaginação e a criatividade, indo além da realidade, havendo até mesmo a indicação para os propósitos de acesso e uso da informação para a melhoria das condições de vida e do livro como forma de aprendizado ao longo da vida. Márcia

Certamente que essa é a consagração de ações que envolvem o coletivo social em torno da busca, registro e intercâmbio de todas as ações do livro e leitura que a sociedade está realizando no país. Não é somente uma ação prioritária para conhecer, divulgar, ou promover a intercooperação, mas uma atitude de valorização de todas as ações que incrementem o livro, a leitura e as bibliotecas no país, em um coprotagonismo entre o Estado e a Sociedade. Estamos certos de que participar de uma agenda tão importante para o país foi essencial para a área, estabelecendo um diferencial nas nossas proposições.

Sigrid Karin Weiss Dutra

é mestre em Engenharia de Produção (UFSC), presidente da FEBAB (Gestão 2008-2011).

Márcia Rosetto

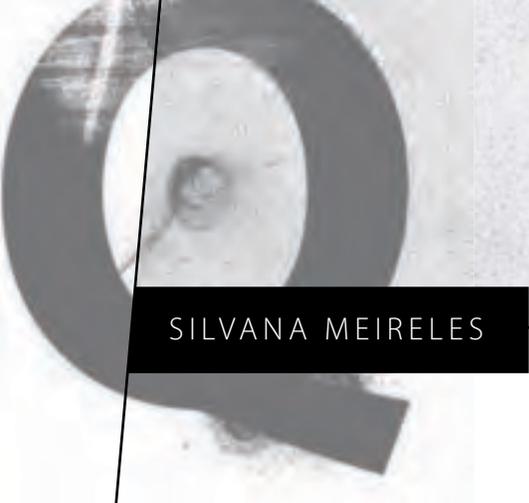
é mestre em Ciências da Comunicação (ECA-USP), presidente da FEBAB (Gestão 2002-2008).

Regina Célia Baptista Belluzzo

é doutora em Ciências da Comunicação (ECA-USP) e vice-presidente da FEBAB.

Glória Georges Feres

é doutora em Educação para a Ciência (FC/UNESP/Bauru) e diretora de divulgação da FEBAB.



SILVANA MEIRELES

PNLL: a benção e a receita

*“Oh! Bendito o que semeia
Livros... livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n’alma
É germe – que faz a palma,
É chuva – que faz o mar”.*

(Castro Alves, “O livro e a América”, em Espumas Flutuantes)

É possível conceber profissão mais nobre do que fazer livros? Podemos pensar em outras tão nobres quanto. Mais nobres, improvável.

A nobreza de se fazer livros começa em quem os escreve, nos inúmeros autores e autoras espalhados pelo Brasil; passa por quem os edita, prepara; chega a quem os imprime ou reproduz, distribui e promove; aporta em quem os vende ou disponibiliza. As pessoas que os estudam, criticam, analisam são tocadas pela mesma nobreza de pertencer a uma cadeia cuja solidariedade é necessária, diria até quase compulsória, para que o livro chegue ao seu também nobre destino: o caro leitor.

Todos sabemos, sobretudo quem aprecia uma boa leitura, mas até mesmo os que não a praticam, que ler, além de um enorme prazer, é um ato da maior nobreza. O cidadão que lê é esse fruidor que se aparta do mundo para mergulhar nesse mesmo mundo por meio de palavras de tal forma arranjadas que é impossível sair da leitura com a mesma cabeça e o mesmo coração com os quais entrou.

Daí, a pertinência dos versos em epígrafe: bendizer os que espalham livros

é uma maneira de reafirmar a missão e a nobreza do livro como instrumento de cidadania e transformação social. Podemos dizer mais: o livro é instrumento de soberania e de desenvolvimento econômico. É ponto no qual se encontram o signo que exprime, o cidadão que se reconhece e o valor que se gera.

Sendo o livro e a leitura tudo isso, significa que ambos têm caráter estratégico para o projeto nacional de desenvolvimento. Ora, sendo estratégicos, livro e leitura merecem planejamento de longo prazo. Muito pertinente, portanto, é a união entre o Estado e a sociedade brasileira na formulação do Plano Nacional de Livro e Leitura, que projeta a política do setor (a “semeadura de livros”) para os próximos dez anos.

O Governo Federal se orgulha de ser o emulador desse Plano. Ministério da Cultura e Ministério da Educação, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos, promoveram e apoiaram fóruns em todo o país; colocaram recursos, equipamentos e suas melhores inteligências a serviço do Plano. O MinC chegou a criar a Coordenação Geral de Livro e Leitura, hoje Diretoria de Livro, Leitura e Literatura. MinC e MEC criaram a institucionalidade para o funcionamento do PNLL e de sua Secretaria-Executiva. O Programa Mais Cultura sofreu influência do PNLL e desenvolveu importantes ações na área, implantando e modernizando bibliotecas públicas, apoiando pontos de leitura e bibliotecas comunitárias, selecionando e formando agentes de leitura.

Agora se trata de dar um salto. O Brasil precisa que seu Plano Nacional de Livro e Leitura tenha força de lei e continue a ser implementado; necessita da fundação do Instituto Nacional do Livro, da Leitura e da Literatura, para que todas as dimensões da leitura sejam cuidadas e desenvolvidas; carece de criar, no âmbito de um Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura, linhas de apoio às cadeias criativas e produtivas do livro previstas no PNLL. Posto que virtualmente todo o município tem condições de ter sua biblioteca pública, graças ao empenho do governo e da sociedade, trata-se de continuar a política de modernização em curso e dar maior escala à formação dos Agentes de Leitura.

Vencidos esses desafios, outros surgirão. O PNLL é justamente a carta marítima que nos permite definir as estratégias para enfrentá-los. Nosso porto último é fazer com que o livro ocupe o imaginário e a cesta básica do brasileiro.

Afinal, se Castro Alves abençoou, Lobato deu a receita: “um país se faz com homens [*mulheres*, acrescentamos] e livros”.

Silvana Meireles

é Secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura.



SÔNIA MACHADO JARDIM

Livro em foco

“Um país se faz com homens e livros”

Esta frase se tornou uma espécie de bordão nacional desde que foi pronunciada pela primeira vez no começo do século XX, por Monteiro Lobato. Era a época do nascedouro da primeira editora brasileira, a Monteiro Lobato e Cia. Antes disso, os livros que circulavam no país eram impressos em Portugal.

De lá para cá, essa indústria, que Lobato ajudou a criar no país, cresceu, apareceu e mudou muito. Hoje o Brasil tem uma indústria editorial estruturada, diversificada, com os diversos elos da cadeia produtiva presentes no mercado, prontos a atender as demandas necessárias para “fazermos” o país e competirmos internacionalmente. Entretanto a cadeia produtiva do livro sozinha não teria força o suficiente para “fazer” um país tão grande e diversificado quanto o Brasil, se não houvesse mercado, se o hábito da leitura não tivesse sido criado. Por isso, a importância de uma Política Nacional do Livro. Dentro desse quadro, o PNLL - Plano Nacional do Livro e Leitura deve ser amplamente festejado. Ainda mais agora, quando completa cinco anos.

Um dos méritos do PNLL é justamente formular diretrizes para uma política pública voltada à leitura, tendo dentre os seus eixos foco na biblioteca e na formação de mediadores. Diretrizes que tomam como base a premissa de que a formação de uma sociedade leitora é condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços, educação e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável.

Dentro desta ótica, entendemos que este é um trabalho que não termi-

na nunca. A cada ano, novos brasileiros ingressam na escola. É fundamental a continuidade no investimento na melhoria da educação, com programas de formação de professores. Como queremos transformar nossos alunos em futuros leitores se os próprios professores não têm o acesso ao livro? Programas como o PNBE (Programa Nacional da Biblioteca na Escola) e o PNBE do Professor devem ser intensificados e ampliados, para que de fato se consiga formar o leitor de amanhã.

Panorama do setor editorial nos últimos cinco anos

Dentro desse processo, a indústria do livro também fez o seu “dever de casa”. Se analisarmos da época em que o PNLL foi criado, até agora, o preço médio do livro vendido pelo setor editorial no país registra uma significativa redução.

De acordo com a pesquisa *Produção e vendas do setor editorial brasileiro* realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e divulgada em julho de 2010 pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snell) e pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), no período entre 2004-2009, houve uma queda generalizada em termos reais dos preços médios praticados pelo setor editorial ao mercado, considerando-se a deflação pelo IPCA educação, papelaria e leitura. O preço dos livros didáticos teve uma redução em termos reais de 36,14%. Os títulos englobados na denominação de Obras Gerais passaram a custar 21,17% menos, enquanto os religiosos e técnicos tiveram, respectivamente, uma redução de preço de 44,9% e 34,24%. Tudo isso implica em uma redução média de preços nos últimos cinco anos de 33,42%. Ou seja, o preço médio do livro vendido, em termos reais, está hoje um terço mais barato do que quando o PNLL foi lançado. Esta é a boa notícia para o leitor hoje, o que permite que uma nova faixa da população brasileira passe a ter condições de acesso e consumo de livros.

De acordo com a pesquisa da Fipe, esta redução de preços se deve à economia de escala com o crescimento do número de exemplares vendidos ao mercado. O estudo aponta que a venda total de livros do mercado editorial brasileiro teve um crescimento expressivo neste período, passando de 288,68 milhões de exemplares vendidos em 2004 para 370,94 milhões em 2009. É importante lembrar que esse quadro positivo é também reflexo de uma política pública. Em 2004, o governo federal desonerou a cadeia produtiva do livro do PIS e COFINS. O objetivo era justamente fomentar, em longo prazo, a democratização do acesso ao livro e incrementar o hábito da leitura. Os números de exemplares vendidos demonstram como foi acertada esta política.

Instituto Pró-Livro

Dentro deste cenário, as entidades representativas do setor editorial Abrelivros, CBL e SNEL fundaram o Instituto Pró-Livro, com o objetivo de desenvolver e patrocinar projetos que tivessem como meta a criação, o estímulo e o desenvolvimento do hábito de leitura.

Desde a fundação do IPL, compreendemos que a principal parceria que deveríamos estabelecer seria com o PNLL, MinC e MEC. Buscamos identificar e patrocinar projetos em conjunto, de forma a concretizar as ações e políticas públicas, contribuindo com recursos, trabalho e ideias.

Assim, assinamos convênio, através da CBL, para patrocinar o PNLL em conjunto com o MinC. Além disso, recursos foram alocados para viabilizar a participação do PNLL nas Bienais do Rio de Janeiro e de São Paulo, de forma a tornar tangível ao cidadão destas cidades as ações desenvolvidas pelo Plano.

Na tentativa de multiplicarmos as ações em prol da leitura a nível estadual e municipal, o IPL criou, com o PNLL, MinC e MEC, o projeto *O Livro e a Leitura nos Estados e Municípios*. O objetivo desta ação é capacitar governos estaduais e municipais na implantação de suas políticas no setor. Utilizando ferramentas modernas de ensino à distância, os cursos têm despertado enorme interesse em diversas regiões do Brasil. Esperamos em breve ver resultados desta iniciativa.

Dentre os inúmeros outros projetos patrocinados pelo IPL, merece destaque a 2ª. edição da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, que se tornou referência sobre o tema. Como se diz no mundo corporativo, o que não é medido, não é administrado. Como podemos estabelecer metas e avaliar resultados, se não conhecemos o patamar em que nos encontramos? Estes indicadores foram divulgados de forma exaustiva em palestras pelo Brasil afora, de forma a motivar o Governo Federal, além de estados e municípios, a desenvolverem seus projetos na área.

Festa popular

Outro aspecto que merece ser lembrado é a proliferação de eventos literários pelo Brasil inteiro. Eventos como a Bienal Internacional do Livro confirmam a cada edição o interesse do público pelo livro e seus autores. É um exemplo de política pública vitoriosa. Viabilizada com a Lei Rouanet, a Bienal do Livro do Rio de Janeiro realizada pelo Snel em 2009, ao longo de 11 dias de programação, recebeu 640 mil pessoas. Ao todo, mais de 2 milhões de livros foram vendidos.

O sucesso de público tanto da Bienal do Rio como da Bienal de São Paulo está motivando outras cidades como Belo Horizonte, Curitiba e Salvador a também organizarem suas Bienais do Livro. Eventos regionais como a Flip, em Paraty (RJ), e outros em Ouro Preto (MG) e Olinda-Porto de Galinhas (PE) confirmam que o público brasileiro gosta, sim, de ler, ao contrário do que se pensou por um bom tempo.

É tudo, então, uma questão de estímulo. Assim, o PNLL ainda tem um grande desafio para enfrentar a respeito das bibliotecas. Em maio de 2010, o Ministério da Cultura divulgou o resultado do primeiro censo das bibliotecas municipais do país – aqui, abro um parêntese para aplaudir essa iniciativa inédita e importantíssima para o aprimoramento da nossa política pública do livro.

O que a pesquisa mostrou foi que o brasileiro usa a biblioteca apenas para a realização de pesquisas escolares. O local ainda não é visto como uma opção de lazer, como acontece em vários países. Além disso, 21% das cidades visitadas não tinham bibliotecas municipais abertas sendo que, em 8% dos municípios, de fato não existiam bibliotecas. Nas que estavam em funcionamento, o censo constatou fragilidades: 71% não ofereciam acesso do público à internet; 91% não tinham estruturas acessíveis a deficientes visuais e 53% tinham instalações inadequadas.

Esses dados mostram que ainda há muito trabalho a ser feito e que o PNLL está no caminho certo quando foca muito de suas ações nas bibliotecas. É necessário que esses lugares tenham um acervo constantemente atualizado, horário de funcionamento amplo e espaço físico confortável.

Futuro

O momento exige reflexão e estudo aprofundado para garantir o futuro do livro diante da revolução digital. A chegada ao mercado dos e-readers (que no Brasil está apenas começando) vai estabelecer uma nova ordem na cadeia produtiva do livro. O que Lobato pensaria a respeito dos livros digitais? Sem dúvida, a indústria do livro, não apenas brasileira, mas mundial, vive um dos seus momentos mais delicados com a mudança tecnológica que virá a partir dos e-books.

Ainda não se sabe se esse novo formato poderá provocar uma revolução similar a que aconteceu com a música há alguns anos, levando a uma queda vertiginosa nas vendas de CDs. Particularmente, acredito que o livro digital não será uma ameaça ao livro de papel. São formatos que irão conviver, desde que se consiga estabelecer desde o início uma estrutura para isto.

O livro digital significa uma nova oportunidade de negócio. Com os dispositivos eletrônicos móveis e compactos, temos a oportunidade de atrair um novo tipo de leitor. Existe uma complementaridade entre entretenimento e educação que, se bem explorada, pode amplificar ainda mais o universo de leitores.

Este é o desafio que a indústria deverá enfrentar nos próximos anos. Como criar um modelo de negócio que remunere autor, editor e livreiro, que impeça a proliferação da pirataria e garanta a sobrevivência do setor. Cabe ressaltar que nossa indústria está toda estruturada no respeito ao direito autoral. Em um território livre e globalizado como a internet, como preservaremos a indústria editorial brasileira?

Questões como essa devem permear as discussões para futuras políticas públicas e planos de livro e leitura. Não devemos permitir que as conquistas que o setor obteve até agora percam continuidade ou sejam atropeladas pela tecnologia e/ou por *players* globalizados. As legislações deverão ser adaptadas de forma a contemplar estas questões.

Finalmente, destacamos o nosso papel como editores de contribuir na construção de um Brasil melhor, formando leitores, incentivando novos escritores e levando educação e informação de qualidade ao nosso povo.

Sônia Machado Jardim

é presidente do SNEL, presidente do IPL-Instituto Pró-Livro, membro do Conselho Curador da FNLIJ-Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil, membro da Comissão Carioca de Leitura, vice-presidente do Grupo Editorial Record. Graduada em engenharia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tendo cursado o mestrado em administração de empresas na COPPEAD (Instituto de Pós-graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro).





TÂNIA MARIZA KUCHENBECKER RÖSING

PNLL: Conquistas e Desdobramentos

Para começo de conversa

Sente-se uma atmosfera favorável à leitura nos mais distintos recantos do Brasil e da América Latina. É visível o resultado do esforço que vem sendo despendido no desencadeamento de processos de formação de leitores, seja por iniciativa de pessoas físicas sensíveis ao poder da leitura, seja no contexto de algumas escolas, de bibliotecas escolares, municipais, comunitárias, ou ainda, em programas assumidos por municípios situados em alguns estados brasileiros, sensibilizados pela importância do desenvolvimento do gosto pela leitura no processo de formação de cidadãos críticos, emancipados.

Amplia-se o número de feiras do livro sustentadas por seminários, conferências em espaços os mais inusitados. Espalham-se pelo país festas literárias, apesar de priorizarem a venda do livro sem o compromisso visível com a formação de leitores. Consolidam-se as bienais do livro, sem deixar de revelar que o custo vultoso da montagem dos luxuosos stands também está na contramão do processo de formação de leitores. Materiais de leitura diversificados são disponibilizados em espaços públicos como escritórios, cafés, clínicas, salões de beleza, corredores de hospitais, provocando as pessoas a se envolverem, por entretenimento ou por outro motivo, com conteúdos os mais diferenciados, atendendo a demandas de distintas naturezas.

A cadeia produtiva do livro passa a ser valorizada como um negócio rentável, inclusive fazendo parte de estudos acadêmicos apresentados na forma de monografias, dissertações, teses, papers apresentados em eventos científicos, publicações de variada natureza, onde se visualiza um novo olhar sobre esse segmento.

A chegada no Brasil e em diferentes países latino-americanos de grandes

grupos editoriais demonstra o grande espaço de investimento na área da leitura que precisa ser ocupado nestes países, considerando que na Europa, principalmente, as perspectivas de crescimento da área não se apresentam grandes, embora o problema da falta de leitura não seja privilégio dos habitantes da América Latina. Nos Estados Unidos, considerando-se a população escolar em geral, embora se tenha notícias do envolvimento de crianças e jovens com textos literários de qualidade, aumenta o interesse pelos textos apresentados em outros suportes, com especial atenção aos textos digitais.

O Plano Nacional do Livro e Leitura, conduzido de forma competente pelo editor e pesquisador José Castilho Marques Neto, tem se preocupado em reunir as iniciativas brasileiras de leitura, distribuídas em quatro eixos temáticos (www.pnll.gov.br) - Democratização do acesso, Fomento à Leitura e à Formação de Mediadores, Valorização da Leitura e Comunicação, Desenvolvimento da Economia do Livro - em uma demonstração do interesse dos ministérios da Educação e da Cultura em não apenas conhecer e valorizar o que tem sido feito, mas estimular, através da criação de Planos Municipais e Estaduais de Leitura, a ampliação dessas ações. Castilho (2009) assim se manifesta:

As diretrizes para uma política pública voltada para o acesso à leitura e ao livro nos países ibero-americanos devem ter o leitor como objetivo e foco central de suas metas. Essa afirmação que parece óbvia, muitas vezes não é o objetivo primordial para promover o livro e a leitura. Algumas políticas podem dar prioridade aos produtores, ou ao fomento da edição etc.

Da mesma forma, as diretrizes devem destacar e focar o papel fundamental assumido pelos mediadores de leitura e pelas instituições que possibilitam o acesso à leitura, especialmente as escolas e as bibliotecas, no desenvolvimento social dos cidadãos e da capacidade de leitura de cada indivíduo. Ao privilegiar as políticas públicas voltadas para o leitor e a formação de leitores, os estados possibilitarão as transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação que tenha a leitura como valor essencial e simbólico, buscando uma organização social mais justa (p.119).

Tem sido partícipe de reuniões internacionais pela implantação de políticas governamentais relacionadas ao livro e à implementação de ações efetivas de leitura, na criação de frentes parlamentares em defesa do livro, de ações governamentais pela aquisição de importantes materiais de leitura para as escolas, bem como de ações de implementação de bibliotecas públicas em todo

o país, por iniciativa do Programa + Cultura, em uma ação conjunta liderada pelo pesquisador e professor Fabiano dos Santos (2009). Encontra-se entre suas ideias e ações a seguinte defesa:

“...dois direitos fundamentais: toda pessoa tem o direito de não saber ler, mas toda pessoa tem o igual direito de ter vontade de aprender a ler para viajar nos mundos que moram dentro das palavras. Esse exercício de prolongamento dos direitos imprescritíveis do leitor é imaginado aqui com ênfase no direito à leitura como um direito de cidadania.”p.37-38

Sente-se um entusiasmo no segmento editorial pelas conquistas em relação à diminuição de seus compromissos tributários sobre os materiais de leitura, embora os leitores não consigam ser atingidos por preços mais acessíveis em suas aquisições.

Dificuldades a serem vencidas

O primeiro grande passo, nos últimos seis anos, na direção do estímulo à ampliação de iniciativas de leitura em todo o território brasileiro foi dado com sucesso. O esforço governamental na área da educação e da cultura merece o reconhecimento da população como um todo, onde se visualiza uma distribuição muito farta de ricos materiais de leitura, inclusive com o propósito de informatizar as escolas, as bibliotecas com a chegada nesses espaços culturais e educacionais de computadores de última geração. Visualiza-se o desejo de oportunizar acesso a textos apresentados em livros didáticos, literários, paraliterários, bem como a textos digitais. Não foram deixadas de lado pessoas com dificuldades especiais: livros em braile têm sido produzidos bem como em libras, o que se configura como um forte processo de inclusão.

O maior problema está focado no fato de a grande maioria dos professores, ou mesmo de pessoas responsáveis por bibliotecas escolares e públicas não serem leitores. Bibliotecários formados em número expressivo não são suficientes para serem contratados, cobrindo a demanda em todo o país. O que é pior: também não estão preparados para trabalhar com propostas de práticas leitoras capazes de motivar crianças, jovens e adultos a se envolverem com materiais de leitura permanentemente como um comportamento perene. É difícil você falar de um produto – livro, livro literário, revistas, sites literários, blogs literários – que você não conhece, que não tem as condições de formação para reconhecer o seu valor no processo de desenvolvimento cognitivo e afetivo dos usuários desses ambientes.

É importante salientar o alto desempenho dos alunos finlandeses no exame internacional de avaliação de jovens em leitura e em outras áreas do conhecimento – PISA – que se deve, sem dúvida, à grande qualificação de seus professores, resultando dos importantes investimentos do governo na educação e aos altos índices de leitura da população em geral, gerando mais e mais leitores críticos, preparados para enfrentar o mercado e para transformar a sociedade como um todo.

Embora já existam iniciativas direcionadas à formação de mediadores de leitura em cursos a distância, subsidiados pelo governo federal, o número de professores e de responsáveis por bibliotecas é muito grande, com dificuldades muito díspares, para serem dirimidas a partir de cursos dessa natureza. Há quem denuncie os baixos salários desses profissionais, o que lhes impede de aprimorar sua formação. A condição salarial é calamitosa, mas deve-se lamentar profundamente a falta de entusiasmo pelo processo de formação continuada, tão necessário em todos os recantos do país.

Ao participar de reuniões de professores em escolas pertencentes aos diferentes sistemas de ensino, percebe-se um comportamento arredo entre os professores que não desejam expor seu distanciamento de concepções teóricas capazes de sustentar um trabalho em direção a atingir níveis de maior excelência.

O grande investimento não deve ser apenas na aquisição de materiais qualificados de leitura. Há que se criar mecanismos mais presenciais de preparação do professor os quais, em sua formação educacional e cultural, constituindo parcela significativa da sociedade brasileira, prefere envolver-se com os meios propagadores da cultura de massa desqualificada, que os transforma em sujeitos passivos, despreocupados com o seu compromisso em transformar-se para transformar seu entorno.

O comprometimento da sociedade

As escolas e as bibliotecas precisam ter o apoio dos diferentes segmentos da sociedade, especialmente da família, para obterem um maior sucesso no desencadeamento de ações de natureza múltipla direcionadas à formação dos leitores. É preciso que todos entendam que os jovens contemporâneos são considerados uma nova geração de leitores, intitulada pelos investigadores holandeses Veen e Vrakking como Geração Homo zappiens:

O Homo zappiens é um processador ativo de informação, resolve problemas da maneira muito hábil, usando estratégias de jogo, e sabe se comunicar muito bem. Sua relação com a escola mudou profundamente, já que as

crianças e os adolescentes Homo zappiens consideram a escola apenas um dos pontos de interesse em suas vidas, Muito mais importante para elas são suas redes de amigos, seus trabalhos de meio turno e os encontros de final de semana. O Homo zappiens parece considerar as escolas instituições que não estão conectadas ao seu mundo, como algo mais ou menos irrelevante no que diz respeito à sua vida cotidiana... Na verdade, o Homo zappiens é digital e a escola, analógica. (2009, p. 12)

A partir das investigações propostas pelos pesquisadores referidos, muitas perguntas podem ser levantadas: as ações desenvolvidas no computador são consistentes a ponto de se constituírem em aprendizagem? Que transformações em sua formação precisa passar o professor para acompanhar o ritmo desenvolvido por crianças e jovens no domínio de ferramentas informatizadas? Que trajetória precisa ser percorrida pela escola se ainda não conseguiu formar leitores de textos impressos, de manifestações artísticas e culturais e já precisa acompanhar crianças e jovens em seu desempenho digital?

As respostas a essas questões dependem da formação do professorado e dos bibliotecários, profissionais que estão próximos fisicamente do alunado sem apresentarem as condições de acompanhar a leitura hipertextual a que já se acostumam crianças e jovens, em um descompasso mais que evidente.

O secretário-geral da OEI, Álvaro Marchesi, no prefácio do volume dedicado à Leitura e bibliotecas escolares, parte do conjunto de obras que constituem as Metas Educativas 2021 – A educação que queremos para a geração dos Bicentenários – declara o seguinte:

“

...o dado incontestável é que são os jovens que mais leem e que o tempo de leitura se reduz à medida que aumenta a faixa etária estudada, o que contradiz a afirmação tantas vezes repetida de que as gerações passadas eram mais aficionadas aos livros e à leitura. Entretanto, embora esses temores sejam infundados, é preciso reconhecer que a sociedade da informação coloca desafios enormes à aprendizagem dos alunos, à forma de melhorar seus conhecimentos e ao papel que a leitura ocupa na formação das pessoas: para aprender, para viver e para ser.” (2009, p.7)

Como o mercado de trabalho exige profissionais mais bem preparados do que em toda a história da civilização, considerando o uso da tecnologia nas diferentes frentes de trabalho, mais do que nunca a educação deve assumir

melhores índices de aprimoramento de seus professores que possam atingir o desenvolvimento dos jovens, preparando-os para atuar de forma digna nesse novo contexto histórico. Desse modo, pode-se entender mais profundamente a proposta de Marchesi ao afirmar que a leitura serve para que os jovens aprendam, vivam e sejam ainda melhores como indivíduos e cidadãos.

As conquistas

Questões de leitura tratadas pelo governo federal entre os ministérios da Educação e da Cultura na perspectiva de assunto prioritário configuram-se como um grande avanço no processo de formação de leitores. O direcionamento de materiais de leitura e de equipamentos para as populações mais carentes é outra grande conquista. O apoio inestimável de organismos internacionais como OEI, UNESCO, CERLALC às ações dos ministérios referidos, garantem não apenas ao governo federal, à coordenação do Plano Nacional do Livro e Leitura, mas à complexa cadeia produtiva do livro uma movimentação que poderá resultar, sem dúvida, na ampliação de leitores, sejam eles profissionais da educação e da cultura, sejam alunos de diferentes idades e níveis de ensino. O Plano Nacional do Livro e da Leitura veio para ficar. Seus efeitos são visíveis, sua trajetória é louvável, seus desdobramentos acontecem não apenas em território brasileiro, mas tem influenciado o surgimento de ações criativas em toda a América Latina. Suas propostas de continuidade trazem esperança na constituição de sujeitos com comportamentos leitores permanentes, de cidadãos leitores com o potencial de transformar o Brasil para melhor.

Tânia Mariza Kuchenbecker Rösing

é professora e pesquisadora da Universidade de Passo Fundo, organizadora das Jornadas Literárias de Passo Fundo e membro do conselho diretivo do Plano Nacional do Livro e da Leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- VEEN, Wim, VRAKKING, Ben. Homo zappiens: educando na era digital. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MARCHESI, Álvaro. Leitura e bibliotecas escolares: um objetivo estratégico para as políticas educacionais e culturais. In: MIRÉT, Inês; ARMENDANO, Cristina (org.) Leitura e bibliotecas escolares. Metas Educativas 2021: A educação que queremos para a geração dos Bicentenários. Madri: OEI, Fundação Santillana, 2009.
- MARQUES NETO, José Castilho. Educação e cultura: conveniências e possibilidades de uma política pública integrada de leitura. In: MIRÉT, Inês; ARMENDANO, Cristina (org.) Leitura e bibliotecas escolares. Metas Educativas 2021: A educação que queremos para a geração dos Bicentenários. Madri: OEI, Fundação Santillana, 2009.
- SANTOS, Fabiano dos. Agentes de Leitura: inclusão social e cidadania cultural. In: SANTOS, Fabiano dos; MARQUES NETO, José Castilho ROSING, Tânia (Org.). Mediação de leitura: discussões e alternativas para a formação de leitores. São Paulo: Global, 2009.



VITOR TAVARES

PNLL em cinco anos se consolida como o verdadeiro canal em defesa do setor livreiro

Fomentar o acesso à leitura é o início e o reinício de qualquer ação em prol da cadeia produtiva do livro. As ações desenvolvidas pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), nestes cinco últimos anos, provocaram frequentes diálogos entre todos os envolvidos comercial, social e institucionalmente ao livro; permitiu uma maior articulação entre os órgãos governamentais e as instituições; e restabeleceu um reencontro do leitor e o livro.

Tendo como prioridade transformar a capacidade leitora do Brasil, trazendo a leitura para o cotidiano do brasileiro, o PNLL desenvolve, há cinco anos, uma gama de projetos, programas, atividades e eventos no setor do livro e da leitura em andamento no país, numa junção de ações entre o Estado, em todas suas estâncias, e a sociedade civil.

A Associação Nacional de Livrarias (ANL), à frente das livrarias brasileiras, que constituem cerca de 3 mil em todo o país, sempre buscou estar envolvida de forma concreta nas atividades que provoquem o acesso ao livro e à leitura no Brasil.

Agentes preponderantes à cadeia do livro, as livrarias são, além de espaços de acesso à literatura, a ponta da rede de desenvolvimento da difusão do hábito da leitura, que se relaciona diretamente com o grande público. Sem as livrarias, não seria possível às editoras exercer seu papel essencial na cadeia do livro, como a seleção e preparação de conteúdo de títulos com presteza e dedicada atenção. Com as livrarias, as empresas responsáveis pela publicação de obras literárias se sentem confortáveis em continuar produzindo livros tão necessários para o desenvolvimento cultural e educacional no país.

Segundo as duas últimas mais importantes pesquisas brasileiras do setor livreiro, o número de livrarias no Brasil cresceu 11,12%. Ainda, continuamos sendo o mais importante canal de venda de livros, com mais de 40% do setor. Embora, numa leitura superficial destes números, alguns poderiam supor que o segmento não enfrenta sérios problemas, os mais atentos observam que as livrarias estão cada vez mais concentradas nos grandes centros; que mais de 70% das espalhadas pelo país são de livrarias independentes com até duas lojas (63% delas com apenas uma), mas representam apenas 30% do faturamento total do setor, que hoje atinge a marca dos 2 bilhões de reais/ano. Outro dado preocupante com relação à concentração nos grandes centros é que temos no Brasil cidades com mais de 150 mil habitantes que não dispõem sequer de uma livraria.

Neste sentido, entre as principais atividades desenvolvidas pela ANL estão a participação de ações que envolvam as entidades privadas e públicas que favoreçam a leitura no país e, principalmente, o livreiro independente.

Em entrevista exclusiva à Revista ANL, José Castilho Marques Neto, Secretário Executivo do PNLL, ressaltou que sempre considerou a livraria como um lugar de fomento à leitura, parte do sistema de oferta ao leitor ou ao futuro leitor do que as editoras produzem de melhor em todas as áreas da cultura e do conhecimento. “Ao concluirmos o texto do PNLL, em 2006, tivemos a consolidação desta visão de livraria, que obviamente não era apenas minha, mas consenso de todos os segmentos do livro e do Estado brasileiro. Entendo que essa conceituação do ‘fazer livreiro’ é definidor do papel que as livrarias têm e terão neste contexto de busca de novos leitores. E também no engajamento que elas devem ter para auxiliar e tomar parte ativa e propositiva nos novos modelos de negócio que surgem com as tecnologias virtuais contemporâneas”, revela Neto.

“Já tive a oportunidade de afirmar em encontros de editores e do setor distributivo que estamos vivendo tempos de criação, de reinvenção do negócio de distribuir. Numa fase como esta não se sabe ainda para onde caminhará o negócio da livraria, apenas que ele terá que se adaptar às diversidades de suportes. Assim como o livro em papel coexistirá com a textualidade eletrônica, também a livraria terá um lugar privilegiado neste contexto em que o acesso ao bem cultural escrito será cada vez mais solicitado pelas gerações de neoleitores em formação. Não nos esqueçamos que o direito à leitura e a democratização do acesso à informação e à cultura já são exigências de parcela significativa de cidadãos brasileiros e esse movimento tende a aumentar

graças à dinâmica de políticas públicas. Esse movimento terá consequências não apenas para as políticas públicas, mas para os modelos de negócios que construímos no setor”, complementa o presidente do PNLL.

Temos sim que reconstruir e repensar o setor, principalmente, dos livreiros independentes. E vemos o PNLL como um grande parceiro. Entre os quatro eixos estratégicos do Plano Nacional do Livro e da Leitura, destaco o Desenvolvimento da Economia do Livro, que busca o crescimento e apoio à cadeia produtiva do livro; e o fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura, que é uma política para fomentar a abertura de livrarias e apoiar as já existentes. Assim como as livrarias em praças públicas, os livros em bancas de jornal, os programas de formação de livreiros-empresendedores, o apoio e o financiamento ao setor livreiro, os programas de apoio à abertura de pontos alternativos de venda, os programas de educação continuada aos profissionais de livrarias e programas de tarifas diferenciadas para transporte e circulação de bens de leitura.

Sabemos que o PNLL é o plano indutor de ações e formulador de conceitos e consensos, e precisaremos da boa vontade governamental para a efetivação destas propostas. Acreditamos, ainda, que num prazo médio, com uma atitude mais direta por parte do governo federal, podemos aumentar o número per capita de leitura por brasileiro, que hoje é de menos de dois livros por leitor por ano, para 3,5, invertendo o caminho negativo atual. Aumentando o número de livrarias, elevaríamos automaticamente a tiragem da edição para 4 mil exemplares por lançamento, o que levaria à diminuição do preço final do livro.

Porém, antes de tudo, precisamos, como colocado anteriormente, aumentar o índice de leitura do brasileiro. Precisamos que as várias ações e políticas públicas, mais do que nunca, incentivem as crianças a ler. A formação de novos leitores inicia-se nos primeiros anos escolares, com o incentivo dos professores e nas famílias, com os pais, que se tornam os primeiros contadores de histórias para seus filhos.

Neste momento, não podemos deixar de abrir um espaço para ressaltar que o caminho é, também, ter boas e atualizadas bibliotecas públicas. Modernas, atraentes, com terminais de computadores e acesso à internet. Bibliotecas com funcionários que gostem de ler, com contadores de histórias e, principalmente, abertas à população, sem restrição.

Vamos aumentar o número de leitores quando cada biblioteca pública for um verdadeiro centro de cultura com várias atividades culturais, respeitando-

-se a nossa grande diversidade cultural – normal para um país com tais dimensões. O espaço de uma biblioteca não pode ser apenas um depósito de bons livros.

Vemos, então, o PNLL como uma entidade suprapartidária, que já consegue caminhar significativamente com a participação do setor profissional do livro e da leitura, do livreiro, em particular, da sociedade e do próprio governo.

O Plano Nacional do Livro e Leitura contempla, desta forma, valores significativos da leitura no Brasil, trazendo novas diretrizes e expectativas.

Vitor Tavares

é o atual presidente da Associação Nacional de Livrarias (ANL). Foi um dos fundadores da Distribuidora Loyola de Livros, Foi um dos membros da CSLL, do Ministério da Cultura, entre 2007 e 2008.

“Iniciei um projeto de publicação de poesias em 2004. A divulgação, principal parte do processo, foi a mais difícil, pois não há meios de atingir o Brasil inteiro, mesmo através da internet, pois nem todo site é lido, procurado, reproduzido. Quando soube da existência do Plano Nacional do Livro e Leitura, procurei me informar melhor. Fui muito bem atendido pela equipe e orientado toda vez que precisava de ajuda. A partir da postagem sobre o Prêmio Literário Valdeck Almeida de Jesus no site do PNLL, muita gente ficou sabendo; consegui parcerias com projetos de outros estados, a exemplo da ONG Vento em Popa, do Jardim Gaivota, periferia de São Paulo; projeto “Calabar Força Total”, do bairro e ex-quilombo Calabar, na capital baiana; projeto “Fala Escritor”, idealizado por Leandro de Assis, junto com Renata Rimet, Carlos Souza, Cymar Gaivota e outros.

O primeiro exemplar do livro teve nove poetas. Desde 2005 a procura aumentou tanto que houve a necessidade de publicar mais de um livro, em 2009. O apoio do PNLL tem sido tão importante que muitos poetas portugueses e de países lusófonos têm se inscrito no concurso a cada ano. O PNLL deve ser espalhado pelos Estados e municípios, a fim de democratizar, ainda mais, o acesso ao livro e à literatura de um modo geral. Estamos todos de parabéns!”

Valdeck Almeida de Jesus - Jornalista, Escritor e Poeta

Projeto: Antologia poética Valdeck Almeida de Jesus

Eixo 4 – Apoio à economia do livro



REALIZAÇÕES





Nas páginas seguintes apresentamos as muitas realizações do PNLL durante os últimos quatro anos, sempre com o objetivo de se construir uma política de Estado para o livro, a leitura e a literatura. Longe de contemplarmos todos os lugares, eventos, congressos onde o Plano esteve presente como convidado para intervir, debater, expor, destacamos aqui as diversas iniciativas do próprio PNLL. Esperamos que estas páginas registrem e façam parte da história do Plano.

Ações Permanentes

- Mapa de Ações: construído a partir de 2006, sistematiza e divulga ações pelo livro e pela leitura continuamente, sendo sempre uma importante referência de informação e compartilhamento de todos que o utilizam;
- Boletim: distribuído semanalmente desde o início do PNLL (2006), com notícias do Plano e de temas do livro, leitura, literatura e bibliotecas. Tem sido referência de notícias fidedignas sobre a movimentação de todo o setor criativo, produtivo, distributivo e mediador.
- Portal do PNLL: site da internet lançado juntamente com o Plano em 2006 e reformulado em 2010, disponibiliza informações sobre o PNLL, seu texto na íntegra (inclusive para download), marcos legais, links e indicações de sites, como também o Mapa de Ações e o formulário para cadastramento de projetos de leitura. É também o acesso para o portal Mais Livro Mais Leitura nos Estados e Municípios, onde se disponibiliza as informações sobre o projeto “O Livro e a Leitura nos Planos Estaduais e Municipais” e o curso a distância para elaboração dos planos estaduais ou municipais de livro e leitura (PELL e PMLL)

2006:

- I Fórum do Plano Nacional do Livro e Leitura
- I Seminário dos “Planos Nacionais do Livro e Leitura no Mercosul”

2007:

- Seminário Nacional “Bibliotecas no +Cultura”
- II Seminário dos “Planos Nacionais do Livro e Leitura no Mercosul”

2008:

- Fórum “Literatura na Escola”
- II Fórum do Plano Nacional do Livro e Leitura
- 20ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo
- III Seminário dos “Planos Nacionais do Livro e Leitura no Mercosul”

2009:

- Seminário Nacional “Formação de Mediadores de Leitura”
- XIX Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro

2010:

- Pré –Conferência Setorial de Livro, Leitura e Literatura
- III Fórum do Plano Nacional do Livro e Leitura
- 21ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo
- Encontro Nacional do Livro e Leitura

Mapa de Ações do PNLL

A construção do *Mapa de Ações do PNLL* tem sido importante ferramenta para subsidiar as ações políticas do Plano. Ação contínua desde seu lançamento, em 2006, o Mapa tem compilado, sistematizado e divulgado as ações em prol do livro e da leitura realizadas no país. Além disso, possibilita o intercâmbio de informações entre as ações similares, potencializa recursos públicos e privados e amplia a repercussão dos trabalhos em desenvolvimento.

O cadastro é feito no Portal do PNLL na internet em formulário específico e, após o preenchimento, as informações são revisadas pela equipe do PNLL com o intuito de apresentá-las da forma mais clara possível e sistematizá-las de acordo com os Eixos e Linhas de Ação. Todas as ações publicadas devem necessariamente estar em andamento e ter seus objetivos ligados à leitura e às linhas de ação do PNLL. Muitas vezes, ações e projetos são identificados pela equipe e convidados a integrar o Mapa; no entanto, o cadastramento é aberto a todos os projetos que promovam ações pela leitura.

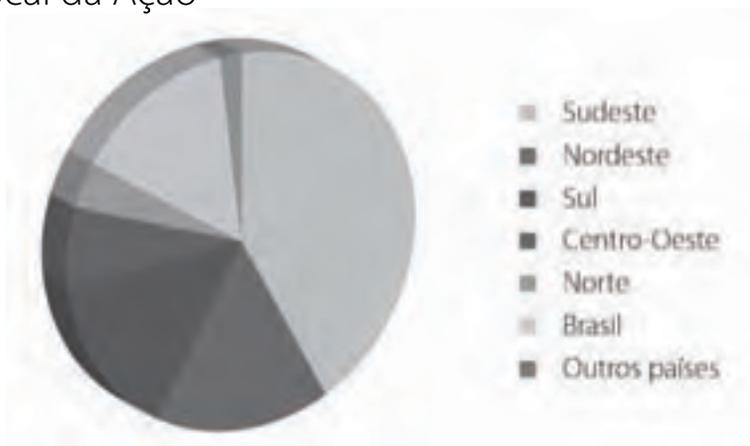
Para o lançamento do Plano, foram contatadas as diversas ações pela leitura identificadas durante o Ano Vivaleitura (2006) e, a partir do retorno, o Mapa se apresentou com os seguintes números:

Eixo 1. Democratização do Acesso:	40 ações
Eixo 2. Fomento à Leitura e à Formação:	58 ações
Eixo 3. Valorização da Leitura e da Comunicação:	16 ações
Eixo 4. Apoio à Economia do Livro:	22 ações
Calendário de Eventos:	49 ações
Total de Ações:	185 projetos e ações

Em novembro de 2010, são mais de 800 ações cadastradas que se apresentam como programas efetivamente realizados ou em execução, e mais de 100 projetos em processo de análise para serem integrados ao Mapa. Os dados e gráficos atuais são os seguintes:

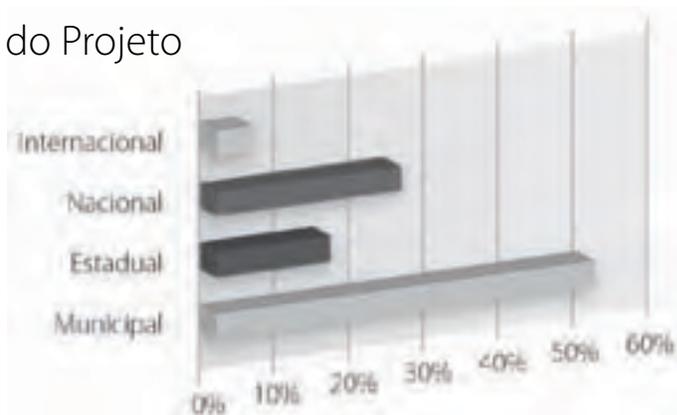
Eixo 1. Democratização do Acesso:	264 ações
Eixo 2. Fomento à Leitura e à Formação:	218 ações
Eixo 3. Valorização da Leitura e da Comunicação:	57 ações
Eixo 4. Apoio à Economia do Livro:	49 ações
Calendário de Eventos:	244 ações
Total de Ações:	832 projetos e ações

Local da Ação



No gráfico “Local da Ação”, os dados indicam a região em que a ação ou projeto de fato acontece – que pode, muitas vezes, ser diferente do local onde a instituição ou responsável está. Quando o projeto acontece em mais de uma região brasileira ou em todo o país, como, por exemplo, os portais da internet, no gráfico ele é apresentado na opção *Brasil*. Algumas ações que se efetivam por intercâmbios e *outros tipos de acordos internacionais*, envolvendo agentes e beneficiários do Brasil e de outros países, se encaixam na opção *Outros Países*.

Abrangência do Projeto



Neste gráfico, “Abrangência do Projeto”, identificamos a influência dos projetos e ações do PNLL, isto é, os limites da influência e atuação da ação. Em *Abrangência Municipal*, apresentam-se ações cuja influência/atuação está circunscrita pelos limites da municipalidade; *Estadual*, se a ação envolve duas ou mais cidades do mesmo estado; *Nacional*, caso o projeto, programa ou outro tipo de iniciativa se volte para dois ou mais estados brasileiros; e por fim, a *Abrangência Internacional*, se a ação ultrapassa nossas fronteiras. Diversas ações do Mapa, respondendo ao nosso convite, escreveram os depoimentos que apresentamos permeando este livro, falando da relação de seus projetos com o Plano Nacional do Livro e Leitura.

“O PNLL contou uma história diferente dos livros e da leitura no Brasil, com o seu mapa de ações: uma história de aproximação entre os leitores! Participar destes festivais — e, por que não dizer? — complicados e labirínticos quatro anos foi uma oportunidade de inventar um caminho de parcerias entre pessoas e instituições que, há muito, aguardavam o momento de compartilhar suas experiências. Desde março de 2005, como um de seus primeiros signatários, Dobras da Leitura realmente desdobrou-se rumo a um número inestimável de leitores, crescendo e ajudando a fortalecer elos da comunicação sobre a literatura infantil e juvenil.”

Peter O’Sagae

Dobras da Leitura

Eixo 3 – Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico

I Fórum do Plano Nacional do Livro e Leitura - 2006

O I Fórum Nacional ocorreu nos dias 12 e 13 de março de 2006, durante a 19ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, com o propósito maior de lançar o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL, com 185 ações cadastradas.

Encerrando o Fórum, os Ministros da Cultura, Gilberto Gil, e da Educação, Fernando Haddad, anunciaram as medidas governamentais para converter o livro e a leitura em política de Estado. Eles lançaram o documento *Linhas de Ação para a Política Nacional do Livro*, com diretrizes para a área; o *Plano Nacional do Livro e Leitura* (PNLL) e o *Prêmio Vivaleitura*. Em seu pronunciamento, Gil lembrou que a mobilização fantástica como a vista em 2005 não pode acabar e que é chegado o momento de políticas públicas de médio e longo prazos. Para ele, “não é mero acaso que o país hegemônico na economia mundial tenha como o seu principal setor exportador, a partir de 1996, as suas indústrias criativas”. Também Haddad lembrou que não há país que não tenha se desenvolvido sem uma grande cultura do livro. Neste sentido, autores e livros são peças fundamentais para as reformas propostas pelo Ministério da Educação na busca da formação cidadãos participativos.

Com a presença de profissionais e especialistas em livro e leitura no Brasil, e convidados internacionais, como Luis Bernardo Peña e Luis Fernando Sarmiento, da Colômbia, e Elsa Ramírez Leyva, do México, também se encerrou oficialmente o Ano Ibero-americano da Leitura, o Vivaleitura.

PROGRAMA

DOMINGO - 12/03/2006

9h – Credenciamento

10h – Abertura

Sérgio Sá Leitão – Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura

Âmbar de Barros - Unesco

Daniel González – Diretor da OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos) no Brasil

Luis Fernando Sarmiento – Secretário Técnico do Cerlalc

Alfredo Weiszflog – Coordenador do Comitê Executivo do Vivaleitura

André Luiz Figueiredo Lázaro – Ministério da Educação

10h30 – Conferência de Abertura

Marisa Lajolo

Coordenação: Valter Kuchenbecker – Presidente da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU)

11h30 – Painel 1: Ano Ibero-americano da Leitura: Avanços e Conquistas

Galeno Amorim - Presidente do Conselho Diretivo do Vivaleitura/Fundação Biblioteca Nacional/MinC

Luis Fernando Sarmiento – Secretário Técnico do Cerlalc

Coordenação: Elisabet de Carvalho - Gerente do Escritório da Federação Internacional das Associações de Bibliotecários (IFLA) para a América Latina e o Caribe

13h – Almoço

14h30 – Painel 2 – A biblioteca e a formação de leitores

Bibliotecários Mediadores de Leitura – Profa. Dra. Anna Maria Marques Cintra/USP

Tecnologias e a Cooperação para Formar Leitores – Profa. Dra. Regina Célia Baptista Beluzzo / Universidade do Sagrado Coração - Bauru

Uma Década de Internet nas Bibliotecas - Emir Suaiden – Diretor do IBICT

Coordenação: Márcia Rosetto – Presidente da Federação das Associações de Bibliotecários (Febab)

16h – Intervalo

16h30 – Painel 3 – A escola e a formação de leitores

Formação de Alunos e Professores para a Leitura e a Escrita – Luis Bernardo Peña (Colômbia)

Sistemas de Avaliação das Práticas de Leitura e Escrita em Sala de Aula – Vera Mazagão
Coordenação: Carlos Alberto Xavier – assessor especial do Ministro da Educação

18h – Sessão solene do Dia do Bibliotecário

Galeno Amorim – Coordenador Geral do PNLL – Fundação Biblioteca Nacional/MinC

Maria Cândida de A. Figueiredo – Presidente do CRB-8

Márcia Rosetto – Presidente da Febab

Raimundo Martins de Lima – Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia

18h30 – Palestra solene do Dia do Bibliotecário

Profa. Dra. Elsa Ramírez Leyva - Universidade Nacional Autónoma do México e Membro do Comitê Permanente da IFLA / Seção da América Latina e Caribe

19h – Comemoração do Dia do Bibliotecário

SEGUNDA-FEIRA – 13/03/2006

10h – Painel 4 – Livro e Leitura: Política de Estado (Marcos legais, Lei do Livro, Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura, Plano Nacional de Cultura e Sistema Nacional de Cultura)

Sérgio Sá Leitão – Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura

Muniz Sodré – Presidente da Fundação Biblioteca Nacional/MinC

Francisco das Chagas – Secretário de Educação Básica – Ministério da Educação

Coordenação: Lindbergh Godim de Lucena – Consed (Conselho de Secretários de Estado da Educação)

11h30 – Painel 5 – Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)

Galeno Amorim – Coordenador Geral do PNLL – Fundação Biblioteca Nacional/MinC

José Castilho Neto – Coordenador Executivo do PNLL

Ricardo Henriques – Secretário de Educação Continuada e Alfabetização do Ministério da Educação

Coordenação: Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva – Presidente da Undime

13h – Almoço

14h – Eixo 1: Democratização do Acesso (Implantação de Novas Bibliotecas, Fortalecimento da Rede Atual de Bibliotecas, Conquista de Novos Espaços de Leitura, Distribuição de Livros Gratuitos, Melhoria do Acesso ao Livro e Outras Formas de Leitura e Novas Tecnologias)

Alexandre Serwy – Coordenador dos Programas do Livro do FNDE - Debatedor

João Arinos – Presidente da Abrelivros - Debatedor

Coordenação: Ilce Cavalcanti – Coordenadora do Sistema Nacional de Biblioteca Pública

14h30 – Eixo 2: Fomento e Formação de Leitores (Projetos e Programas de Estados e Municípios, Projetos de Leitura, Estudos e Apoio à Pesquisa, Prêmios e Reconhecimento às Práticas de Leitura, Sistemas de Informação e Formação de Mediadores de Leitura)

Jeanete Beauchamp – Diretora da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – Debatedora

Tânia Rosing – Universidade de Passo Fundo – Debatedora

Coordenação: Aníbal Bragança – Coordenador do Proler – Fundação Biblioteca Nacional/MinC

15h – Eixo 3: Valorização da Leitura e Comunicação (Ações para Criar Consciência Sobre o Valor Social da Leitura, Ações para Converter a Leitura em Política de Estado e Publicações e Mídias)

André Luiz Figueiredo Lázaro – Ministério da Educação - Debatedor

José Luiz Goldfarb – Debatedor

Coordenação: Eduardo Mendes – Comitê Executivo Vivaleitura

15h30 – Eixo 4: Apoio à Economia do Livro (Apoio à Cadeia Produtiva do Livro, Apoio à Distribuição e Circulação de Bens, Apoio à Cadeia Criativa do Livro e Maior Presença no Exterior)

Coordenador: Elder Vieira – Secretaria Nacional de Políticas Culturais do MinC

Representante da Câmara Brasileira do Livro (CBL) – Debatedor

Representante do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel) – Debatedor

16h – Calendário Anual de Eventos e Atividades e Prêmio Vivaleitura

Célia Delácio Fernandes – Comitê Executivo do Vivaleitura

Representante do Ministério da Cultura

Representante do Ministério da Educação

Daniel González – Diretor da OEI no Brasil

Coordenação: Elmer Barbosa – Fundação Biblioteca Nacional/MinC

16h30 – Intervalo

17h – Cerimônia de anúncio de medidas governamentais para converter o livro e a leitura em Política de Estado

Gilberto Gil – Ministro de Estado da Cultura

Fernando Haddad – Ministro de Estado da Educação

18h30 – Encerramento

II Fórum do Plano Nacional do Livro e Leitura - 2008

Na cidade de São Paulo, em uma ação conjunta entre a Coordenação Executiva do Plano Nacional do Livro e Leitura (Ministério da Cultura e da Educação) e a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo ocorreu o evento Biblioteca Viva. Este importante encontro, que compreendeu o “II Fórum do Plano Nacional do Livro e Leitura” e o “I Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias” no período de 14 a 17 de agosto de 2008, durante a 20ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo.

Os objetivos principais do Fórum foram: fazer uma retrospectiva de dois anos do Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL, analisando avanços e dificuldades encontradas; promover a discussão entre profissionais e interessados na promoção e incentivo à leitura, valorização das bibliotecas, disseminação da informação.

O evento contou com seis palestras, duas conferências e dois painéis, com convidados internacionais como Max Butlen, da *Université Cergy Pontoise*, França; Gonzalo Oyarzún, diretor da Biblioteca de Santiago do Chile; e Silvia Prada, gerente da Red Capital de Bibliotecas Públicas - BibloRed, Colômbia. Foram apresentados 49 pôsteres digitais (destaques das ações cadastradas no site do PNLL), e 93 relatos de experiências registradas no site do evento e gravadas em CD-ROM.

O evento contou com 798 inscritos, representantes de todas as regiões do país. A grande receptividade da iniciativa pelos profissionais e pessoas envolvidas com projetos de incentivo e difusão da leitura no país demonstrou que há carência de espaços para a discussão e compartilhamento de experiências nesta área.

PROGRAMA

14 DE AGOSTO

Abertura - 9h às 10h

Juca Ferreira - Ministro Interino da Cultura

João Sayad - Secretário da Cultura do Estado de São Paulo

José Henrique Paim Fernandes - Secretário Executivo do Ministério da Educação

André Lázaro - Secretário da SECAD/MEC, representando o Ministro da Educação Fernando Haddad

Jeferson Assunção - Coordenador-geral do Livro e Leitura do Ministério da Cultura

José Castilho Marques Neto - Secretário Executivo do PNLL

Adriana Cybele Ferrari - Assessora da Secretaria de Estado da Cultura

Rosely Boschini - Presidente da CBL

Jorge Yunes - Presidente do Instituto Pró-Livro

Palestra 1 - 10h às 11h

Formação do bibliotecário para o contexto da biblioteca como centro cultural multimídia

Dr. Max Butlen - Université Cergy Pontoise - França

Moderadora: Mona Dorf

Relatora: Izilda Santos da Silva Patti - Coordenadoria Municipal de Bibliotecas da cidade de São Paulo

Sessão de Pôsteres - 11h às 12h30

Almoço - 12h30 às 14h

Palestra 2 - 14h às 15h

A diversidade da leitura, a diversidade das mídias

Profª Dra. Marisa Lajolo - Universidade de Campinas - Unicamp e Universidade Presbiteriana Mackenzie

Moderador: Luiz Atílio Vicentini - Coordenador do Sistema de Bibliotecas UNIAMP

Relatora: Izilda Santos Silva - Coordenadoria Municipal de Bibliotecas da cidade de São Paulo

Café - 15h às 15h30

Conferência 1 - 15h30 às 17h30

2 anos de PNLL e o futuro da leitura no Brasil

Jeferson Assunção – Coordenador-geral do Livro e Leitura do Ministério da Cultura

André Lázaro - Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.

Jane Cristina da Silva – Coordenadora-Geral de Materiais Didáticos

Carlos Alberto Xavier - Assessoria Especial do Ministério da Educação

José Castilho Marques Neto - Secretário Executivo do PNLL

Moderadora: Adriana Cybele Ferrari - Assessora da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo

Relatora: Elizabeth Franco Biondo - Diretora do departamento de bibliotecas da Secretaria de Cultura e Turismo Prefeitura Municipal de Barueri – SP

Coquetel - 18h

15 DE AGOSTO

Conferência 2 - 10h às 11h30

Mediação de leitura: práticas e projetos

Fabiano dos Santos - Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura

Eliane Pszczol - Coordenadora Nacional do Proler/Biblioteca Nacional

Maria Antonieta Antunes Cunha - Presidente da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte

Moderadora: Tânia Rösing - Profa. Dra. da Universidade de Passo Fundo e Coordenadora das Jornadas Literárias de Passo Fundo

Relatora: Lara Simielli - Instituto EcoFuturo

Almoço - 12h às 13h30

ARQUITETURA E ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS

Palestra 3 - 13h30 às 14h15

Acessibilidade da informação: experiências das bibliotecas do Senac-SP

Ricardo Quintão Vieira - Senac

Moderador: Frederico Barbosa - Diretor Executivo da POIESIS - Organização Social de Cultura

Relatora: Elza Diegues - Biblioteca Pública Municipal de Perus - SP

Palestra 4 - 14h15 às 15h

O projeto da nova biblioteca da PUC Rio

Angelo Bucci - SPBR Arquitetos

Moderador: Frederico Barbosa - Diretor Executivo da POIESIS - Organização Social de Cultura

Relatora: Elza Diegues - Biblioteca Pública Municipal de Perus - SP

Café - 15h15 às 15h30

BIBLIOTECA VIVA

Palestra 5 - 15h30 às 16h30

Construindo sistema, criando modelo - A experiência das bibliotecas públicas do Chile

Gonzalo Oyarzún S. - Diretor da Biblioteca de Santiago (Chile)

Moderadora: Margaret Alves Antunes - UNESP – Coordenadoria Geral de Bibliotecas

Relatora: Licia Pupo de Paula - Sistema de Bibliotecas do Município de São Paulo - SP

Painel 1 - 16h45 às 17h45

Retratos da Leitura no Brasil

Galeno Amorim - Coordenador da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (IPL) e Diretor do Observatório do Livro e da Leitura

Jorge Yunes - Presidente do Instituto Pró-Livro

Moderadora: Margaret Alves Antunes - UNESP - Coordenadoria Geral de Bibliotecas

Relatora: Licia Pupo de Paula - Sistema de Bibliotecas do município de São Paulo - SP

Sessão de pôsteres - 18h às 19h00
Evento social - 19h
Show Paralelas, com Alice Ruiz e Alzira Espíndola

16 DE AGOSTO

BIBLIOTECA VIVA

Palestra 6 - 10h às 11h

BibloRed: uma red construída desde sus comunidades – Colômbia
Silvia Prada - Gerente Red Capital de Bibliotecas Públicas - BibloRed (Colômbia)
Moderadora: Lourdes de Souza Moraes - Sistema de Bibliotecas do município de São Carlos - SP
Relator: Sidnei Pereira da Rosa - Biblioteca Solidária de São Francisco Xavier - SP

Painel 2 - 11h15 às 12h15

Construindo a biblioteca modelo de incentivo à leitura
Adriana Cybele Ferrari - Assessora de Gabinete - Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo – SP
Ana Lúcia Medeiros - Superintendente de Bibliotecas do Estado do Rio de Janeiro
Francisco Auto Filho - Secretário da Cultura do Estado do Ceará
Moderadora: Ilce Cavalcanti - Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas/FBN
Relator: Sidnei Pereira da Rosa - Biblioteca Solidária de São Francisco Xavier - SP

Almoço - 12h30 às 14h

Diálogo das Ações - 14h às 16h

Café - 16h às 16h30

Leitura dos Projetos Conjuntos - 16h30 às 17h30

Encerramento - 17h30 às 18h

Evento Social - 19h

Coquetel na Bienal do Livro

17 DE AGOSTO

Visita à Bienal do Livro
Entrada gratuita aos inscritos no evento

III Fórum do Plano Nacional do Livro e Leitura - 2010

O III Fórum Nacional do Livro e Leitura e o III Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas, este idealizado pela Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, aconteceram no período de 19 a 21 de agosto de 2010, na cidade de São Paulo para um público de 500 pessoas.

Como ocorrido nas edições anteriores, o III Fórum ocorreu em paralelo à Bienal Internacional do Livro de São Paulo, e reuniu profissionais e pessoas interessadas em compartilhar experiências, interagir com novos projetos, integrar-se com novas ações, conhecer novas alternativas de atuação e enfrentar novos desafios. Os convidados internacionais que participaram foram: Maria Luisa Torán, diretora do *El Pacto Andaluz para el Libro*, Espanha; Emilia Pacheco, diretora geral de publicações do Conselho Nacional para a Cultura e para as Artes – Conaculta, México; e Socorro Venegas, diretora adjunta de Fomento à Leitura e ao Livro do Conaculta, México.

Este Fórum teve como preocupação maior debater os seguintes temas: políticas públicas de incentivo à leitura e bibliotecas; democratização do acesso; fomento à leitura e à formação de mediadores; valorização do livro e da leitura; desenvolvimento de serviços em bibliotecas públicas e comunitárias; e sustentabilidade.

DIA 19 DE AGOSTO - QUINTA-FEIRA

09h00-10h00 Credenciamento

10h00-11h00 Abertura Oficial

11h00-12h00 Palestra 1: Maria Luisa Torán/Espanha - El Pacto Andaluz para el Libro
Moderadora: Vania Santos (Centro Cultural da Espanha)
Relatora: Rosane Fagotti Voss (Prefeitura Municipal de Garça/SP)

12h00-13h30 Intervalo para Almoço

13h00-14h30 Visita Técnica à Biblioteca de São Paulo

13h30-14h30 Apresentação de Painéis: Ações de Livro e Leitura
Moderadora: Ana Dourado (PNLL)

Painel 1: Isabel Cristina Santana/Programa Itaú Criança/Fundação Itaú Social/SP

Painel 2: Sandra Regina Sanchez Baldessin/Oficina de Leitura e Criação Literária/Faculdades da Terceira Idade Claretianas/Rio Claro-SP

Painel 3: Mirian Goldfeder/Universidade do Livro/Fundação Editora da UNESP/SP

Painel 4: Maria Cristina de Lamare/Esquina do Livro/Espaço Cultural de Leitura Esquina do Livro/RJ

Painel 5: Fernando Pereira do Amaral/Minibibliotecas da Embrapa

14h30-15h30 Escritores e Desenvolvimento da Leitura
Moacyr Scilar/Ronaldo Correia Brito
Moderador: Oscar D'Ambrósio (UNESP)

15h30-16h00 Intervalo

16h00-18h00 Mesa Redonda: Motivação & Leitura
Ricardo Azevedo
Lucila Pastorello (Consultora da área de Linguagem)
Maria José Anastácio Fernandes (Responsável pelo Programa Sala de Leitura da Diretoria de Ensino Região Sul-3/São Paulo-SP)
Marcos Túlio Damascena/Bibliotecas Comunitárias (Borrachalibioteca/Sabará-MG)
Moderadora: Adriana Cybele Ferrari (Secretaria de Estado da Cultura)

Relatora: Maria Fazanelli Crestana (FM/USP)

18h00-19h00 Apresentação de Painéis: Ações de Livro e Leitura

Moderadora: Luciana do Vale (PNLL)

Painel 1: William Nacked/Bibliotecas ler é saber/Instituto Brasil Leitor/SP

Painel 2: Teresinha Steffens/Vovô e Leitura/Prefeitura Municipal de Maripá/SP

Painel 3: Dolores Augusta Biruel/ 9 1/2 Semanas de Literatura/Centro Cultural da Juventude/SP

Painel 4: Neiva Maria Tebaldi Gomes/Liberdade pela Escrita/Centro Universitário Ritter dos Reis UniRitter/RS

Painel 5: Jéfferson Assunção/Plano Municipal do Livro e leitura/Secretaria Estadual de Canoas/RS

19h00-20h00 Encontro com Sergio Vaz (Cooperifa/SP)

20h00-21h00 Confraternização dos Participantes

DIA 20 DE AGOSTO - SEXTA-FEIRA

09h00-10h00 Credenciamento

10h00-11h00 Mesa Redonda: Análise de espaços de leitura

Censo das Bibliotecas Públicas

Carlos Augusto Costa (Fundação Getúlio Vargas)/Gabriela Gabi (MinC)/Jave Paiva e Cecília Correia Lima Sobreira de Sampaio (MEC)/Eliana Yunes (Cátedra de Leitura da PUC/UNESCO)

Moderador: José Castilho Marques Neto-Secretário Executivo(PNLL)

Relatora: Sueli Nemen Rocha (Senac/SP)

11h00-12h00 Palestra 2: Formação de Neoleitor e o EJA (Ensino de Jovens e Adultos)

Ana Dourado (PNLL)/Tancredo Maia (MEC)

Moderadora: Márcia Regina Miglioratto Saad (Esalq/USP)

Relatora: Lorena Martins (Secretaria de Estado da Cultura)

12h00-13h30 Intervalo para Almoço

13h00-14h30 Visita Técnica à Biblioteca de São Paulo

13h30-14h30 Apresentação de Painéis: Ações de Livro e Leitura

Moderadora: Zoara Failla (Instituto Pró-Livro)

Painel 1: Luis Eduardo Salvatore/Livro na Estrada/ Instituto Brasil Solidário/SP

Painel 2: Janir Gonçalves Leite/Leitura na Biblioteca/ Prefeitura Municipal de Aquidana/MS

Painel 3: Gabriel Lopes de Santana/Biblioteca Multicultural Nascedouro/Movimento Cultural Boca do Lixo/Rede de Bibliotecas Comunitárias da Região Metropolitana de Recife/PE

Painel 4: Luli Coutinho/Mural dos Escritores/MG

Painel 5: José Claudio Barros/Comunidade Educadora/Care Brasil/SP

14h30-15h30 Escritores e Desenvolvimento da Leitura

Ademir Assumpção/Joaquim Maria Botelho

Moderador: Oscar D'Ambrósio (UNESP)

15h30-16h00 Intervalo

16h00-17h00 Palestra 3: Emília Pacheco/Socorro Venegas (Conaculta/México)

Políticas Públicas de Livro e Leitura no México

Moderadora: Raimunda Flexa (FE/USP)

Relatora: Alaíde Siqueira César (Secretaria de Estado da Cultura)

17h00-18h00 Mesa Redonda: Cultura e Educação na Formação de Leitores

Francisco Gregório Filho (Secretário Municipal de Leitura de Nova Friburgo/RJ)/Fabiano dos Santos (MinC)/Regina Stela Barcelos Machado (ECA/USP)/José Castilho Marques Neto (PNLL)

Moderador: Antonio Miranda (Biblioteca Nacional de Brasília)

18h00-19h00 Apresentação de Painéis: Ações de Livro e Leitura

Moderadora: Dinorah Couto Cançado (Voluntária da Biblioteca Comunitária Dorina Nowill/DF)

Painel 1: Flávio Alves da Silva/Mediadores de Leitura do SESC/Rodas de Leitura/Serviço Social do Comércio/TO

Painel 2: Josalba Ramalho Vieira/Biblioteca Livre do Campeche/Bilica-SC

Painel 3: Rosana de Mont Alverne Neto/Conto sete em Ponto/Instituto Cultural Aletria/MG

Painel 4: Joelma Monteiro de Carvalho/Tricicloteca: uma viagem de leitura do povo ribeirinho às margens do rio Amazonas/Comitê Regional do PROLER/AM

Painel 5: Ana Paula Charão e Joel Didone/Clube da Leitura do Colégio Salesiano Dom Bosco de Porto Alegre/RS

19h00-20h00 Encontro com Arnaldo Antunes

DIA 21 DE AGOSTO - SÁBADO

09h00-10h00 Credenciamento

10h00-11h00 Mesa Redonda: Bibliotecas & Políticas de Leitura

Vera Saboya (Secretaria de Estado da Cultura/RJ)

Adriana Cybele Ferrari (Secretaria de Estado da Cultura/SP)

Moderador: Ivone Tálamo (Imprensa Oficial)

Relatora: Maria Imaculada Sampaio (IP/USP)

11h00-13h00 Mesa Redonda: Leitura sem Fronteiras

Danielle Juaçaba/Projeto Mandela(Instituto ECOFUTURO)

Profa. Dra. Elza Lobo (Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo)

Creuza Prates Galindo Soares/Meu Broto de Leitura (Berçário Municipal de Marília)

Moderador: Elizabeth Biondo (Prefeitura Municipal de Barueri/SP)

Relatora: Maria Imaculada Sampaio (IP/USP)

13h00 Lanche/Tarde Livre para visitação   Bienal do Livro

“Nosso projeto Tenda da Leitura, assim como tantos outros cadastrados no PNLL, visa a promoção da leitura através do acesso e da mediação. Sabemos da importância do acesso, por isso levamos os livros   toda população. Uma tenda colorida, torna-se um espaço agradável para o contato com a leitura. Mas sabemos também do valor da mediação, este trabalho feito através da sensibilidade e da dedicação, que torna a aproximação do livro e do leitor algo agradável e efetivo. A divulgação destes projetos em rede possibilita a valorização de tudo que é feito em relação à leitura e cria oportunidades de troca de experiências e crescimento pessoal.”

Divisão de Literatura Secretaria Municipal de Cultura e Turismo Prefeitura do Município de Araucária

Projeto: Tenda da Leitura de Araucária

Eixo 1 – Democratização do acesso

I Seminário dos Planos Nacionais de Livro e Leitura no Mercosul

Em 27 e 28 de novembro de 2006, aconteceu o I Seminário dos Planos Nacionais de Livro e Leitura no Mercosul, no auditório da Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro como uma das programações oficiais do Fórum Cultural Mundial. Promovido pelo MinC, MEC, BN e PNLL, esse seminário reuniu representantes dos planos de livro e leitura de países integrantes do Mercosul, como Argentina, Brasil, Chile e Venezuela.

Teve como objetivo: discutir políticas de desenvolvimento da prática leitora e o processo de constituição e consolidação dos planos nacionais de livro e leitura no Mercosul e nos demais países da América Latina; atualizar gestores públicos, empresariado e coordenadores de projetos e ações na área do livro e da leitura; e integrar ações, trocar experiências em desenvolvimento e que visem à promoção da qualidade leitora da região, buscando a integração cultural.

O público-alvo foram os coordenadores de planos nacionais de livro e leitura da região sul-americana e do Mercosul, especialistas e estudiosos de políticas de leitura, escritores, bibliotecários, educadores, mediadores de leitura, gestores públicos e privados de cultura e educação.

PROGRAMAÇÃO

13h às 14h **Recepção e credenciamento**

14h às 14h30 **Solenidade de Abertura**

Fernando Haddad – Ministro da Educação do Brasil

Juca Ferreira – Secretário Executivo do Ministério da Cultura do Brasil
Luis Fernando Sarmiento – Secretário Técnico do CERLALC
Daniel Gonzalez – Diretor da OEI no Brasil
Muniz Sodré – Presidente da Fundação Biblioteca Nacional
José Castilho Marques Neto – Secretário Executivo do PNLL/Brasil

14h30 às 15h00 Palestra de Abertura:

Os Planos Nacionais do Livro e Leitura na América Latina
Luis Fernando Sarmiento (CERLALC)

15h00 às 16h00 Mesa 1 - O livro e a leitura como valor simbólico

Humberto Mata (Pres. Fundação Biblioteca Ayacucho – Venezuela)
Jeanete Beauchamp (Ministério da Educação – Brasil)
Mediador: Muniz Sodré (Pres. Fundação Biblioteca Nacional)

16h00 às 17h00 Debate

17h00 às 17h30 Intervalo Coffee Break

17h30 às 18h30 Mesa 2 - O livro e a leitura como direito e cidadania

Maria Del Carmen Bianchi (Pres. CONABIP – Argentina)
Marco Antônio Acco (Ministério da Cultura – Brasil)
José Castilho Marques Neto (Secretário Executivo do PNLL – Brasil)
Mediador: Daniel González (Diretor Regional da OEI)

18h30 às 19h30 Debate

DIA 28 – TERÇA-FEIRA:

14h00 às 15h00 Mesa 3 – O livro e a leitura como economia

Horácio del Valle (Cônsul do Chile no Rio de Janeiro)
Edgar Páez (Diretor Editorial da Biblioteca Ayacucho - Venezuela)
Roseli Boschini (Vice-Presidente da CBL – Brasil)
Paulo Rocco (Presidente SNEL – Brasil)
Mediador: Luís Fernando Sarmiento (Secretário do CERLALC)

15h00 às 16h00 Debate

16h00 às 16h30 Intervalo Coffee Break

16h30 às 17h30 Mesa 4 – O livro e a leitura no Plano Nacional de Cultura

Ministério da Cultura – Brasil

Elder Vieira (Coordenador Executivo PNC/MinC – Brasil)

Sérgio Alcides (Secretaria Políticas Culturais PNC/MinC – Brasil)

Mediador: Jéferson Assunção (Consultor do MinC – Brasil)

17h30 às 18h15 Relatoria, Documento de Conclusões e Recomendações

Luis Fernando Sarmiento (CERLALC)

Jéferson Assunção (MinC)

Carlos Alberto Xavier (MEC)

18h15 às 18h30 Encerramento

Muniz Sodré (Presidente Fundação Biblioteca Nacional – Brasil)

José Castilho Marques Neto (Secretário Executivo do PNLL – Brasil)

Realização:

Plano Nacional do Livro e Leitura

Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura

Ministério da Educação

Parceria:

CERLALC

OEI

Mercosul Cultural

Fórum Cultural

Relatório e Recomendações

27 e 28 de novembro de 2006 - Rio de Janeiro – Brasil

Os responsáveis pelas políticas e programas de leitura e outros agentes do livro reunidos no “Seminário Planos Nacionais de Livro e Leitura no MERCOSUL”, organizado pelo **Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL**, pela Fundação Biblioteca Nacional e pelo Ministério da Cultura do Brasil durante o encontro do Fórum Cultural Mundial, com o objetivo de discutir e refletir sobre as ações e os programas de desenvolvimento das práticas leitoras e o processo de constituição e consolidação das políticas nacionais do livro e leitura adotadas na região, assim como promover o intercâmbio de experiências que permitam melhorar o trabalho de fomento à integração entre os países sul-americanos, apresentaram as seguintes ideias e recomendações:

- Os planos, programas e atividades que se desenvolvem atualmente para promover a leitura e o livro devem constituir, por meio de análise e debate, a base para uma política de Estado que englobe as instituições públicas, o setor privado e as diversas organizações da sociedade civil, em um trabalho permanente que objetive a construção de uma sociedade leitora.
- O atual Governo brasileiro, reconhecendo a importância dos trabalhos de incentivo à leitura, realizados há anos em diferentes setores, promoveu o programa Fome de Livro e, durante a XIII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e do Governo, respondeu com muito interesse à proposta do Plano Ibero-americano de Leitura, uma vez que acolheu as comemorações de 2005 como o Ano Ibero-americano da Leitura, dando impulso ao programa Vivaleitura, ao convocar toda a sociedade brasileira a uma grande mobilização em favor da leitura, promovendo e registrando milhares de ações em todo o território nacional.
- Ressaltou-se a importância da literatura e de outras expressões culturais dos países do MERCOSUL, constituindo um rico patrimônio comum que compreende elementos essenciais da identidade dos povos da região sul-americana.
- Ainda que os princípios fundamentais do MERCOSUL tenham tido suas raízes na integração econômica, esta relação deve transcender a uma maior integração cultural entre os países, de modo a fortalecer o conhecimento mútuo e o diálogo entre seus povos.
- As Diretrizes para uma Política Nacional do Livro e Leitura sintetizam um intenso processo de consulta e discussão com organizações, especialistas, instituições e pessoas com interesse na promoção da leitura em todo o país, liderado por um trabalho articulado entre os Ministérios da Educação e da Cultura. Este documento explicita os programas do governo nacional, em articulação com os estados, municípios e as organizações do terceiro setor, fomentados por organismos internacionais, e que se expressam em quatro eixos de ação: democratização do acesso ao livro; fomento à leitura e à formação de mediadores; desenvolvimento da economia do livro; e valorização do livro e comunicação.
- A dimensão do livro e da leitura reflete os princípios que atualmente guiam o trabalho dos Ministérios da Cultura e da Educação do Brasil: livro e leitura possuem um valor simbólico, pois enriquecem novos imaginários e formas de compreender o mundo; o livro, em sua qualidade de bem cultural que se pode reproduzir em ampla escala, adquire um valor econômico considerável, dado o aporte das atividades inerentes à economia do país; por outro lado, no contexto da sociedade da informação e do conhecimento, a leitura deve ser concebida como um direito assegurado pelo Estado para garantir o efetivo exercício da cidadania.

- Recomendou-se que as políticas do livro devem atender de maneira equilibrada todas as componentes que consubstanciam a realidade do livro: desde a criação intelectual, passando pela produção, comercialização e circulação do livro, até a formação de leitores e o efetivo acesso à leitura e aos livros.
- Fora assinalado o profundo desequilíbrio existente das condições atuais de acesso ao livro nos países da região, não somente por uma pequena cobertura das bibliotecas públicas, senão pela falta de abastecimento da oferta editorial, devido a um escasso número de livrarias e pontos de venda. As livrarias concentram-se nos centros urbanos (e, em geral, em algumas zonas específicas das cidades), enquanto que, em grandes extensões geográficas, há apenas uma livraria para cada 400 mil habitantes, ou ainda mais de um milhão de habitantes por livraria. Estas deficiências podem atentar contra os esforços que objetivam a promoção da leitura.
- Foram apresentados alguns pontos críticos dos planos de leitura dos países sul-americanos, entre os quais se destacam: como garantir a continuidade e a sustentabilidade das ações dessas políticas; a necessidade do desenvolvimento de instrumentos de avaliação do impacto que têm os programas; a importância de traduzir, em ações concretas, boa parte dos objetivos e das disposições expostos pelos planos; a importância estratégica de fortalecer a articulação entre os ministérios de educação e da cultura, assim como de outros setores do Estado e da sociedade civil; a necessidade de definir e garantir os recursos econômicos e técnicos que tornem possível um trabalho que se projete a médio e a longo prazos.
- A formação de leitores tem passado, nas escolas, pela criação de condições de acesso ao livro por meio de programas de dotação de materiais de leitura, segundo a apresentação do *Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE* do Ministério da Educação do Brasil. Ressaltou-se a importância da formação de mediadores de leitura na escola e do fortalecimento da atenção dispensada às bibliotecas escolares com a participação de um corpo técnico qualificado. Fora destacada a importância de promover uma concepção ampla de leitura que dê conta das transformações produzidas por meio do uso das tecnologias de informação e de novos códigos de leitura, incluindo a música, o cinema, as artes plásticas e o teatro. O Ministério salienta que a leitura é uma prática social que deve transcender as práticas escolarizadas, pois seu exercício vai além da escola. Enfatizou-se assim a necessidade de avaliar os resultados das ações que, nesse sentido, já se adiantam. Fora feita uma apresentação do conjunto de materiais distribuído às escolas, composto por três documentos: “Por uma política de formação de leitores”, “Biblioteca na escola” e “Dicionários em sala de aula”.
- Reforçou-se o papel que o Estado tem para atender as necessidades e as deman-

das de populações que permanecem à margem do acesso efetivo aos livros, com a provisão de material de leitura de qualidade, segundo expressou o representante da Venezuela. O Estado deve garantir recursos suficientes para atender a demanda das populações mais necessitadas.

- O melhor mecanismo que o Estado possui para garantir o acesso social aos livros são as bibliotecas públicas, sendo urgente promover um arranjo institucional que defina as competências e as responsabilidades que têm as instituições de âmbito federal, estadual e municipal – assim como os setores da educação e da cultura – para tornar mais efetivo o funcionamento de um sistema nacional de bibliotecas públicas que atenda de maneira mais efetiva as necessidades de toda a população, com especial atenção às regiões economicamente mais necessitadas e mais distantes dos centros urbanos. O sistema de bibliotecas, além de garantir uma dotação permanente dos acervos e de contar com recursos suficientes para seu funcionamento sustentável, necessita desenvolver um trabalho contínuo com os mediadores de leitura em atividade para dinamizar e fortalecer o vínculo da biblioteca com as comunidades.
- O Conselho Nacional de Bibliotecas Populares – CONABIP, da Argentina, possui uma longa tradição, iniciada no século XIX, com o estabelecimento de vínculo e compromisso da sociedade civil na promoção da leitura. Este esforço cidadão recebe apoio do Estado, com recursos programados no plano nacional, para criar uma rede de 4.000 bibliotecas em todo o país, objetivando a inclusão social e o desenvolvimento da cidadania.
- Foram assinaladas três prioridades para o Plano Nacional do Livro e Leitura no Brasil: em primeiro lugar, fortalecer o sistema de bibliotecas públicas, em amplo sentido, abarcando os serviços das bibliotecas escolares e comunitárias; em segundo lugar, a importância de fortalecer a formação dos mediadores de leitura, partindo do reconhecimento de suas atividades, mas aperfeiçoando suas competências para melhor desempenho de suas obrigações; e, finalmente, promover um equilíbrio entre as ações que objetivam elevar a oferta de material de leitura e aquelas relacionadas aos mecanismos de acesso ao livro e crescimento da demanda.
- A existência de indústrias locais é uma garantia para a diversidade cultural, posto ser fundamental que o Estado promova condições para seu desenvolvimento e sustentabilidade. Nesse sentido, é necessário o empreendimento de todas as energias institucionais a fim de promover a leitura e o acesso efetivo ao livro às populações sem condições de adquiri-lo.
- A responsabilidade das editoras começa com a seleção de bons títulos, valori-

zando as expressões das culturas locais e seu apoio e trabalho integrado com o Estado para facilitar o acesso ao livro por parte de toda a população. O que foi sugerido é ampliar os espaços de diálogo entre o setor privado e as instituições públicas, não somente para atender os temas relacionados com as compras governamentais de livros, e sim para articular ações de fomento ao livro e à leitura. Neste sentido, o Presidente do SNEL afirmou que os editores estão dispostos a comercializar livros a um preço menor, sempre e quando o Estado se dispuser a grandes compras de livros.

- Foi anunciado que tanto o Ministério da Educação como o da Cultura têm programada uma estratégia de trabalho permanente nos temas do livro e da leitura, com o propósito de fortalecer o Plano Nacional do Livro e Leitura.

Finalmente, os participantes agradecem a hospitalidade da Fundação Biblioteca Nacional e congratulam reiteradamente o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, assim como a Secretaria Executiva do Plano Nacional do Livro e Leitura pela iniciativa de haver convocado este seminário de integração, e convidam para a realização de eventos similares no futuro próximo. Os agradecimentos se estendem à Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI, ao Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe – CERLALC, ao MERCOSUL Cultural, à Unesco e ao Instituto Embratel pelo apoio à organização deste evento.

Para o estado do Amazonas, especificamente na cidade de Parintins, onde o PNLL tem adensado suas políticas em prol do Livro e da Leitura, a adesão ao programa e a aposta nas suas estratégias de desenvolvimento, permitiram novas leituras a cerca da realidade social, da cidadania e do direito a informação e educação. A região Norte apresenta pouca participação nos editais dos Ministérios da Cultura e da Educação, realidade em muito relacionada à situação geográfica que dificulta o acesso as informações nessas áreas. Contudo, os projetos que conseguem acesso a esses programas, o desenvolvem de maneira peculiar, alinhado às particularidades dos municípios da Amazônia. E, em pouco tempo o PNLL conseguiu mapear e chegar aos estados e municípios tão diferenciados do Brasil.

Joelma Monteiro de Carvalho – professora especialista em leitura dos povos da Amazônia
Projeto: Tricicloteca
Eixo 1 – Democratização do acesso

II Seminário Planos Nacionais de Livro e Leitura no Mercosul

No marco de duas importantes feiras do livro – Feira do Livro de Porto Alegre e Feria Internacional del Libro de Santiago, Chile –, ambos os países resolveram dar continuidade às reflexões iniciais do primeiro Seminário e realizaram o *II Seminário Planos Nacionais de Livro e Leitura no Mercosul*, em 26 e 27 de outubro de 2007. Organizado pela Câmara Rio-grandense do Livro, pela Câmara Chilena Del Libro, pelos Ministérios da Cultura e da Educação e pelo Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil.

O II Seminário buscou difundir e desenvolver ainda mais os Planos Nacionais, fortalecendo e buscando novas alianças junto a amplos setores sociais e governamentais. Aumentar a qualidade leitora da região foi o objetivo maior, e integrar esse objetivo a todos os países do Mercosul era a missão que se impôs como resultado deste II Seminário.

O encontro teve a participação dos responsáveis pelas políticas e planos nacionais de livro e leitura de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Guatemala, Paraguai e Uruguai, e de uma diversidade ampla de atores do livro – professores, educadores, agentes de leitura, bibliotecários, autores, editores, livreiros, distribuidores e mediadores de leitura, gestores públicos e privados de cultura e educação. As conferências, debates e intervenções ocorreram simultaneamente nas duas cidades citadas e em alguns períodos dos encontros ocorreram vídeo-conferências.

26/10 – VIERNES/SEXTA FEIRA

Horário	Programa	Participantes	Cidade
9h30	Recepção e entrega de material		
10h00	Cerimônia de inauguração	Autoridades Autoridades	Santiago Porto Alegre
10h30	Conferência: “Desafios da Leitura e da Escritura na América Latina”	Mempo Giardinelli	Porto Alegre
11h15	Rodada de perguntas		
11h45	Coffee break		
12h00	“Planos de Livro e Leitura – avaliação de projetos nacionais e perspectivas de integração regional”	Tilda Gil de Orué (Paraguai) Gladys Ceretta (Uruguai) José Castilho (Brasil)	Santiago Porto Alegre
13h00	Rodada de perguntas		
14h00	Almoço		
15h30	“Planos de Livro e Leitura – avaliação de projetos nacionais e perspectivas de integração regional”	Jorge Montealegre (Chile) Rodolfo Bolaños (Guatemala) Ernesto Martinez (Bolívia)	Santiago Porto Alegre
16h30	Rodada de perguntas		
17h00	Coffee break		
17h15	“Definindo características essenciais de uma Política Pública para o fomento da Leitura e do Livro na região”	Pablo Dittborn (Chile) Jéferson Assunção (Brasil) Tânia Rösing (Brasil) Sérgius Gonzaga (Brasil)	Santiago Porto Alegre
19h00	Rodada de perguntas		

27/10 – SÁBADO

Horário	Programa	Participantes	Cidade
10h00	Conferência: “Livro e Leitura na Diversidade Cultural”	Rodolfo Bolaños Sierra (Guatemala)	Santiago
10h30	“Os Autores, os Editores e os Livreiros nos Planos nacionais de Livro e Leitura”	Reynaldo Lacamara (Chile) Arturo Infante (Chile) Paulo Slachevsky (Chile) Moacyr Scliar (Brasil) Waldir da Silveira (Brasil) Rosely Boschini (Brasil)	Santiago Porto Alegre
12h00	Coffee break		
12h15	“As Bibliotecas nos Planos Nacionais do Livro e Leitura”	Nivia Palma (Chile) Jéferson Assunção (Brasil) Márcia Rosetto (Brasil) Fabiano dos Santos (Brasil)	Santiago Porto Alegre
13h15	Leitura de conclusões de Santiago	Luis Fernando Sarmiento	Santiago
13h30	Leitura de conclusões de Porto Alegre		Porto Alegre
13h45	Coffee break		Porto Alegre
14h15	Leitura e aprovação da Ata de Porto Alegre com conclusões e compromissos do Mercosul para as Políticas Públicas para o Fomento da Leitura e do Livro	Luis Fernando Sarmiento	Santiago
14h30	Palavras de encerramento	Autoridades presentes no Chile Autoridades presentes no Brasil	Santiago Porto Alegre

DECLARACIÓN DE PORTO ALEGRE Y SANTIAGO (Relatoría de la reunión)

La reunión se organizó simultáneamente en dos escenarios: la Feria del Libro de Porto Alegre (Brasil) y la Feria Internacional del Libro de Santiago. Ambos espacios se comunicaron vía internet a través de video y de un *chat* que logró alcanzar un amplio público de todas partes de Latinoamérica. Con la participación de responsables de las políticas y planes nacionales de Brasil, Chile, Uruguay, Paraguay y Bolivia; de una diversidad amplia de actores del libro - autores, editores, librerías, distribuidores, bibliotecarios, docentes, promotores de lectura y funcionarios públicos -, así como de personas interesadas, se desarrolló una rica discusión sobre las políticas y planes nacionales del libro y la lectura de los países del MERCOSUR.

En términos generales se hicieron las siguientes observaciones:

- Los altos índices de analfabetismo básico y funcional, así como las dificultades de acceso al libro y la lectura, profundizan las desigualdades e inequidades sociales, amplían la exclusión social y atentan contra el acceso efectivo de la población a la información y el conocimiento, afectando no solamente el desarrollo económico y social de los países, sino el ejercicio efectivo de la ciudadanía. Frente a esta situación los Estados que conforman el MERCOSUR han reconocido la necesidad de trabajar incansablemente en función de ampliar el acceso efectivo a la lectura, a la información y a la producción cultural.
- Se reconoció que el desarrollo de sociedades lectoras y la expansión del libro no se dan de manera espontánea, han exigido históricamente la intervención del Estado.
- En este sentido, se señaló que las políticas del libro y la lectura deben partir del reconocimiento de la diversidad de actores que intervienen en este proceso, y que van más allá de los directamente vinculados con la producción y circulación de este bien cultural. Debe comprometer diversas instituciones públicas relacionadas con hacienda, planeación, comunicaciones y debe convocar a toda la sociedad con esta causa. Estas políticas deben atender de manera equilibrada todos los componentes que se articulan en el llamado ecosistema del libro y la lectura. Se insistió en la importancia de los consejos nacionales del libro, concebidos como espacios que permiten el diálogo y la negociación, y favorecen la concertación de políticas públicas.
- En relación con lo anterior, se señaló la importancia de que las políticas se diseñen en un sentido que trascienda el corporativismo, pues el fin último de estas políticas debe ser la de garantizar la ampliación de sociedades lectoras.

Los actores del libro y la lectura son un medio para alcanzar ese fin último.

- Se indicó que estos planes y programas deben enmarcarse en políticas de estado, que garanticen un trabajo permanente y sostenido de las instituciones públicas, así como el compromiso del sector privado y de la sociedad civil, con una proyección de mediano y largo plazo.
- Con respecto a la lectura, se indicó que dos elementos prioritarios de las políticas deben ser: la formación de lectores, a través del sistema educativo, y garantizar el acceso amplio y democrático al libro y la lectura, a través de sistema de bibliotecas públicas.
- Si bien el Estado tiene la obligación de garantizar a través del sistema educativo la formación de lectores, y debe atender de manera prioritaria las transformaciones de las prácticas de lectura tradicionales, de manera que los ciudadanos tengan los elementos suficientes para afrontar los retos que imponen los cambios tecnológicos de la sociedad de la información y el conocimiento, se reconoce que la lectura trasciende el espacio de la escuela y debe abarcar a la familia, y los más diversos espacios públicos.
- Es esencial que se trabaje de manera permanente con los mediadores de lectura – docentes, bibliotecarios, promotores de lectura -, pues ellos cumplen un papel esencial en el acercamiento de los ciudadanos al libro y a los materiales de lectura.
- Se mostró cómo el Plan Nacional del Libro y la Lectura de Brasil reconoce por lo menos cuatro componentes:
 - o Económico, con las medidas necesarias para garantizar la ampliación de la producción y circulación del libro
 - o Accesibilidad, reconociendo el derecho ciudadano al acceso a la lectura, lo que obliga al desarrollo del sistema de bibliotecas públicas.
 - o Simbólico, pues el libro no tiene solamente una función educativa, sino que es un medio de acceso a las representaciones y valores culturales. No se promueve la lectura para educar, sino que se educa para leer.
 - o Defensa de la lengua portuguesa, frente al embate globalizador de idiomas homogeneizantes.

Las discusiones y reflexiones que se hicieron en el seminario, permitieron registrar los siguientes avances:

- Un mayor intercambio de experiencias y conocimientos entre los países de la región, así como un esfuerzo por relacionarse entre ellos.
- El II Seminario incluyó nuevos países (Brasil, Argentina, Venezuela y Chile en el 2006), con la participación en el 2007 de Brasil, Chile, Argentina, Uruguay,

Paraguay, Bolivia y Guatemala.

- El desarrollo de proyectos regionales, entre los cuales se señalaron: MERCOSUR Lee, Bibliotecas escolares de MERCOSUR o los programas de Bibliotecas de frontera.
- Las políticas y planes que se vienen diseñando parten de los trabajos y experiencias que diversos grupos e instituciones han venido desarrollando desde hace varios años en estos temas, integrándolos en políticas y planes con proyección nacional.
- En general las políticas han dado un énfasis especial a la atención a las poblaciones más desprotegidas y marginadas, de manera que se disminuyan las brechas y diferencias que afectan la realidad de los países de la región.
- Se ha verificado que es frecuente la vinculación de sectores diversos a los actores del libro, como el área de comunicaciones, las organizaciones de ciegos o de minusválidos, grupos étnicos o minorías culturales.
- En la mayoría de los países, se han desarrollado políticas especiales para los diversos componentes del libro: la creación intelectual y el derecho de autor, la producción y circulación del libro, el acceso al libro y la información, la formación de lectores y la promoción de la lectura.

Con base en lo anterior, se hicieron las siguientes propuestas:

- Reconocer la lectura como un derecho de los ciudadanos.
- Con el propósito de promover la formación de lectores, se sugirieron dos actividades:
 - o La lectura en voz alta: al empezar cada día de clase, el docente podría leer durante cinco minutos un texto cualquiera.
 - o Lectura libre, silenciosa y sostenida: al finalizar cada día escolar, se invitaría a los estudiantes a leer lo que quieran durante 10 minutos.
- Se insiste en la necesidad de fortalecer la articulación entre los sectores de educación y cultura, buscando mayores complementariedades y aprovechamiento de los recursos.
- Si bien se reconocen los avances en la valorización social de la lectura y el libro que se han dado en los países de la región y que se expresa en la definición de políticas y planes en este sentido, se recomienda seguir trabajando en este sentido, de manera que se le dé la alta valoración que deben tener.
- Convencer a los no convencido, señalando que si bien los seminarios como estos atraen a personas interesadas, es necesario reforzar los esfuerzos de convencimiento sobre los compromisos con las políticas públicas en esta área por

parte de hacienda o planeación.

- Es esencial mejorar la visibilidad, difusión y estrategias de comunicación de las políticas y planes nacionales del libro y la lectura, de manera que las instituciones y la sociedad en general conozca mejor y se pueda comprometer con esta causa.
- Incluir en las políticas y planes el reconocimiento de la diversidad cultural y lingüística del MERCOSUR, así como el compromiso del Estado en proteger y promover las lenguas originarias. Este reconocimiento no es retórico e implica la inversión necesaria para garantizar la producción y circulación de material que den cuenta de esta diversidad.
- Fortalecer los sistemas de bibliotecas públicas y escolares, de manera que todas las entidades territoriales del ámbito más local, cuenten con por lo menos una biblioteca. Garantizar que las bibliotecas públicas y escolares tengan un presupuesto fijo y permanente para administrar su desarrollo.
- Con el objetivo de profundizar la democratización del acceso al libro y a la lectura, se propone la creación de una red de bibliotecas de acceso público, o sea, de todas las bibliotecas y acervos que tengan la disponibilidad de recibir lectores.
- Profundizar la descentralización y el desarrollo de planes y políticas locales, así como la conformación de concejos locales del libro y la lectura.
- Ampliar y fortalecer las redes, de las más diversas características, y que puedan articular a actores que tradicionalmente no están vinculados con el sector.
- Es fundamental que a la vez que el Estado reconoce y protege el derecho de autor, trabaje de manera equilibrada la defensa del derecho de acceso a la información y el conocimiento.
- Se reiteró la importancia de adelantar diagnóstico sobre el sector como estudios estadísticos sobre la producción y circulación del libro, así como sobre las características del comportamiento lector. En Brasil se recomendó el establecimiento de fondos para financiar proyectos de investigación que puedan presentar instituciones interesadas.
- Promover la producción local, para garantizar la diversidad cultural, como respuesta a la concentración de la producción y circulación del libro, con sus posibles efectos homogeneizantes.
- En Brasil se propone que se solicitara a la Organización de los Estados Iberoamericanos – OEI - estudios y organización para establecer una red de PNLL en el MERCOSUR, construyendo el contacto permanente entre los países e instituciones que desarrollan o que desean desarrollar dichos planes.

Porto Alegre y Santiago, 27 de octubre de 2007.

III Seminário Planos Nacionais de Livro e Leitura no Mercosul

O III Seminário – atividade prevista na agenda federal no período em que o Brasil assumiu a Presidência *Pro Tempore* do Mercosul – aconteceu em São Paulo, no Museu da Língua Portuguesa, nos dias 27 e 28 de novembro de 2008.

Este Seminário teve como objetivo amplificar os entendimentos regionais sobre os planos nacionais de livro e leitura no Mercosul consolidando conceitos comuns e ações. Também tratou de encaminhar e recomendar a adoção de políticas públicas conjuntas e de ações para o fortalecimento da interação entre os países do Mercosul na área do livro e da leitura, os países que possuem ou não seu Plano Nacional do Livro e Leitura.

Participaram os coordenadores de planos nacionais e responsáveis pelas políticas públicas e programas nacionais de livro e de leitura dos países-membros e associados do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai, Peru e Venezuela. Como nos seminários anteriores, o evento contou com a participação do CERLALC na assessoria e relatoria.

PROGRAMA

DIA 27 DE NOVEMBRO

13h30 - Abertura

14h00 às 14h30 - Abertura dos trabalhos – Apresentação do grupo

14h30 às 16h00 - Apresentação dos painéis das políticas públicas de livro e leitura por país

16h00 às 16h30 - Intervalo e café

16h30 às 18h00 - Continuação da apresentação

18h00 às 18h30 - Considerações finais

19h00 - Jantar

DIA 28 DE NOVEMBRO

10h00 - Visita Monitorada ao Museu da Língua Portuguesa – Acervo e Exposição Machado de Assis

12h30 - Almoço

14h00 às 14h20 - Apresentação da relatoria do dia anterior

14h30 às 16h30 - Construção de uma agenda de execução de ações na área do livro e da leitura para o enlace de cooperação Mercosul e/ou Bilateral

16h30 às 17h00 - Intervalo e café

17h00 às 17h45 - Redação da Ata de Intenções com plano executivo a ser apresentado na reunião do CCR do Mercosul Cultural (tema noticiado na reunião do CCR)

17h45 às 18h00 - Encerramento

19h00 - Jantar

Relatório e Recomendações

27 e 28 de novembro de 2008

São Paulo – Brasil

Foi realizada na cidade de São Paulo, nas dependências do Museu da Língua Portuguesa, estado de São Paulo, Brasil, nos dias 27 e 28 de novembro, o III Seminário Planos Nacionais do Livro e Leitura no Mercosul, com a presença das Delegações da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da

República do Paraguai, da República do Peru e da República Bolivariana da Venezuela – esta em processo de incorporação como Membro Pleno –, cujos representantes firmam abaixo.

No primeiro dia, os representantes fizeram uma apresentação sintética das principais linhas de ação dos planos realizados nos seus países:

- Argentina apresentou o *Programa Livros e Casas*, liderado pelo Ministério da Cultura, que vem se desenvolvendo desde o ano de 2007. O programa tem entregado, no marco do programa de casas populares das secretarias de Obras Públicas e de Habitação, 50.000 coleções de 18 títulos, compostas por manuais, dicionários, livros de temas históricos e institucionais, literatura para adultos e literatura infantil. Esta entrega tem sido complementada com as seguintes ações: formação de uma rede de mediadores e de oficinas de promoção de leitura; definição de projetos de leitura nas diversas comunidades; produção de guias para mediadores; processos de articulação estadual e municipal nas áreas de cultura; e encontros nacionais de mediadores. Os bons resultados têm impulsionado o desenvolvimento de réplicas do projeto no Chile, em Cuba e no México.

- Paraguai apresentou o *Plano Nacional de Leitura Ñandepotyjera haguá* (que quer dizer “No Paraguai lemos”), o qual será executado entre os anos 2005 e 2010. Liderado pelo Ministério de Educação e agora em articulação com o recentemente criado Ministério da Cultura, propõe realizar as seguintes ações: promoção de leitura nas escolas e na comunidade; criação de clubes de leitura e bibliotecas públicas e comunitárias; transformação das bibliotecas escolares em centros de recursos para a aprendizagem; reconhecimento e difusão da bibliodiversidade; realização de feiras de livros nacionais e estaduais; e, por fim, distribuição gratuita de livros.

Para seu desenvolvimento, convocaram-se os setores de saúde, infância e juventude e governos municipais e estaduais, assim como organizações da sociedade civil¹. Este trabalho permitiu constituir os Conselhos Estaduais de Leitura, que promovem a elaboração dos planos locais com o apoio do Fundo Nacional de Cultura – FONDEC para a publicação de obras de autores/as emergentes, especialmente jovens.

A médio e longo prazo, foram propostas as seguintes ações: a atualização da Lei 24/9 (Lei do livro); fortalecer a capacitação de promotores de leitura; a articu-

¹As organizações da sociedade civil são: Associação de Escritores do Paraguai – SEP; Câmara Paraguaia de Editores, Livrheiros e Associados – CAPEL; Escritoras Paraguaias Associadas – EPA; Associação de Bibliotecários do Paraguai – ABIGRAP; e Universidades, entre outras.

lação dos planos estaduais de leitura com o plano nacional; o desenho e a implementação de uma política de publicações; o fortalecimento de redes sociais; e a criação de redes de bibliotecas públicas e de bibliotecas virtuais.

O grande desafio deste plano está centrado na possibilidade de que transcenda uma política de Estado que lhe dê continuidade, para avançar em um processo de descentralização que responda às realidades das diversas comunidades do país.

>> Peru assinalou que, em seu país, diversos planos e várias ações paralelas vêm sendo desenvolvidos: o Plano Nacional de Democratização do Livro e Fomento da Leitura (PNLL); o Plano Leitor (promovido pelo Ministério de Educação) e uma série de ações que realiza o Conselho Nacional de Democratização e Fomento da Leitura – *Promolibro*. Além disso, há as ações que realiza o Instituto Nacional de Cultura, por meio de seu Fundo Editorial, especialmente através da Rede de Livrarias.

Promolibro vem realizando atividades como: o Programa “leitura sem muros” (leitura em parques e praças públicas, tendas e feiras estaduais); o Programa Bibliotecas Comunitárias (têm sido instaladas mais de 300 em Lima e em outras cidades); o Programa Mundo da leitura (ciclos de atividades culturais de fomento e promoção da leitura); programas de capacitação e cursos de alta especialização para mediadores.

O *Plano leitor* é uma estratégia para desenvolver a capacidade e o hábito de ler em alunos, foi formulado de maneira consensual por diretores, professores, pais de família e estudantes e compreende 12 livros para cada grau, os quais são lidos um por mês. Os títulos selecionados dão ênfase aos autores próprios da comunidade, da região e do país. A leitura se realiza fora do horário de aula, na escola, na biblioteca, em casa ou no lugar que o aluno estime conveniente.

O *PNLL* é uma proposta integral e compreende a produção, difusão, circulação, conservação do livro e fomento a leitura, propiciando a participação de autores, leitores, editores, bibliotecários, livreiros e da comunidade em geral. São colocadas metas a longo prazo (2021) com cifras para aumentar o número de leitores que leem por prazer; incrementar o número de bibliotecas (uma por cada 60 mil habitantes); ampliar a rede de bibliotecas populares; profissionalizar os promotores de leitura; ampliar a indústria editorial; ampliar o mercado interno do livro, consolidar as redes de livrarias e melhorar as exportações de livros. A leitura, por sua vez, propõe ações em três espaços: comunidade, escola e família.

O Instituto Nacional de Cultura realiza por meio de seu Fundo Editorial uma série de publicações relacionadas a diversas áreas da cultura. Dessa forma, conta, nacionalmente, com uma Rede de Livrarias que permite que habitantes de 18 re-

giões do país tenham acesso ao livro.

- Venezuela apresentou o *Plano Revolucionário de Leitura na Venezuela*, sob a responsabilidade de uma comissão interministerial (Educação, Ensino Superior, Economia Comunal e Participação e Proteção Social). Este plano é o resultado de um processo que teve cinco etapas: 1. Alfabetização (plano de alfabetização “Simón Rodríguez” – Missões Robinson I e II e a criação das Escolas Bolivarianas); 2. Criação (compilação de manuscritos no concurso Cada Dia um Livro; compra e venda de direitos de autor e exposição internacional de autores, através da Agência Literária Venezuelana; consolidação da rede nacional de escritores); 3. Transformação (com a produção de Monte Ávila Editores Latinoamericana, Biblioteca Ayacucho, Editorial El Perro y la Rana, Casa Nacional de las Letras Andrés Bello, Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, Imprensa Cultural e Imprentas Regionales); 4. Circulação e Distribuição (Distribuidora Venezolana del Libro y Librerías del Sur); 5. Recepção e Acesso (Círculos de Leitura do Plano Revolucionário de Leitura, Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, Rede Nacional de Promotores de Leitura e Museu da Palavra). O último ponto abarca as características essenciais do plano que se desenvolve atualmente.

As ações do plano de leitura se projetam em uma primeira instância sobre todos os Conselhos Comunitários, para logo avançar nos hospitais, escolas públicas, penitenciárias e empresas de produção socialista, entre outros espaços de consolidação do poder popular. O plano tem quatro componentes: formação e organização de promotores de leitura e esquadras revolucionárias de leitura (círculos de leitura); controle, seguimento e avaliação; edição, impressão e distribuição das leituras; e, por fim, difusão do plano.

- Brasil coloca que o fundamental das políticas e planos de leitura é obter uma ação contínua e articulada entre o Estado e a sociedade. Para responder aos desafios encontrados na construção de sociedades leitoras, assinala-se a importância de melhorar os mecanismos que permitam registrar e conhecer as ações que já estão sendo realizadas, com o propósito de otimizar os recursos, promover a complementaridade e a articulação, assim como identificar formas de financiamento. Deve-se apontar para a definição de programas permanentes, definidos de maneira concertada, que comprometam as instituições do Estado em cada um dos níveis territoriais.

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) é executado conjuntamente pelos Ministérios de Educação e da Cultura, por meio de uma secretaria executiva. Conta com um Conselho Diretivo (com 7 membros), uma Coordenação Executiva (com

5 membros) e um Conselho Consultivo, constituído pela Câmara Setorial do Livro, literatura e leitura. Este plano é o resultado de um amplo processo de concertação nacional, com o propósito de construir uma política de Estado que se projete a longo prazo. Em sua primeira fase, o plano registrou as diversas ações, programas e projetos que estão sendo realizados em todo o país por parte das instituições públicas e organizações ou entidades da sociedade civil – permitindo não só sua visibilidade, mas também processos de cooperação e intercâmbio de experiências.

O PNLL tem 4 eixos de ação: democratização do acesso; fomento à leitura e formação de mediadores; valorização da leitura e da comunicação e, por fim, desenvolvimento da economia do livro. No marco dos primeiros eixos, tem-se dado prioridade ao fortalecimento e criação de bibliotecas públicas nos municípios que não as possuíam, com um componente de formação de mediadores. Atualmente, com recursos do programa Mais cultura, que conta com uma soma importante de recursos, se promovem ações como: a criação de telecentros, a modernização de 4.500 bibliotecas para dar-lhes caráter de centros culturais, a criação de 4.000 pontos de leitura em todo o país; a produção de livros a baixo custo ou a formação de mediadores de leitura. Finalmente, são destacados três desafios do plano: definir novas formas de gestão que garantam continuidade; a concretização do Fundo Pró-leitura (1% do faturamento do setor editorial) e a constituição do Instituto Nacional do Livro e da Leitura adscrito ao Ministério de Cultura.

- Ao CERLALC foi solicitado que apresentasse os planos nacionais do livro e da leitura dos países não presentes no Seminário: Colômbia, Chile, Equador e Uruguai. A informação apresentada é a que está registrada na base de dados da Rede de Planos Nacionais de Leitura Redplanes (www.cerlalc.org/redplanes). Com respeito à Colômbia, se apresentou o Plano Nacional de Leitura, liderado pelo Ministério da Cultura, através da Biblioteca Nacional desse país. Foram apresentadas as atividades que se desenvolveram nas 6 linhas de ação: fortalecimento das bibliotecas públicas; formação de mediadores; ampliação do sistema de produção e circulação de livros; sistema de informação e seguimento da rede de bibliotecas; banco de experiências; e o programa de comunicações e meios.

Do Uruguai, se apresentou o programa denominado “Ler: um direito”, que depende do Ministério de Educação e Cultura. As atividades deste plano se organizam em 6 linhas de trabalho: formação; investigação; bibliotecas escolares; leitura e tecnologias da informação e comunicações; difusão e sensibilização; e, por fim, acervos.

Do Chile, se apresentou o Plano nacional de fomento a leitura, que se enquadra na Política Nacional do Livro e da Leitura que lidera o Conselho Nacional do Livro e

da Leitura. O plano tem 5 componentes: estudos; alianças e acordos; difusão e promoção; capacitação; e ações de fomento. Fez-se referência às 3 fases que o plano contempla e os programas que se têm estabelecido segundo o público – objetivo que o plano definiu nos contextos escolar, familiar e das bibliotecas públicas e espaços comunitários.

Fez-se uma caracterização geral dos planos segundo a entidade que os lidera e alguns temas de reflexão foram destacados: a necessidade de fortalecer os processos de formação de leitores e os sistemas nacionais de bibliotecas, assim como a importância de avançar em estudos sobre o comportamento leitor, de maneira que se conte com uma base de conhecimento para a tomada de decisões. Destacam-se 10 desafios para os planos e políticas nacionais do livro e da leitura: aprofundar a articulação entre os ministérios de educação e de cultura (e, cada vez mais, o de comunicações); a participação e inclusão social na definição e aplicação dos planos e políticas; a priorização de ações; a descentralização; a articulação das mudanças tecnológicas; a redefinição do papel dos meios de comunicação de massa; a elaboração de estudos e diagnósticos; a avaliação de impacto; o financiamento por parte do Estado; e a continuidade das políticas.

Uma vez apresentadas as linhas de ação dos planos, no segundo dia os países acordaram apresentar à Secretaria do Mercosul as seguintes propostas:

1. Os países acordaram em propor à CCR/Secretaria Mercosul:

- Aprovar as metas propostas e relacionadas no item 2 deste documento, e apresentá-las nas instâncias deliberativas do Mercosul para resolução e encaminhamentos.
- Criar uma comissão coordenadora para viabilizar estas metas, estabelecendo prioridades e equacionando fundos de financiamento para tornar objetivas e reais as propostas aqui apresentadas. Os representantes que firmam este documento se colocam à disposição para compor esse grupo de trabalho.
- Estabelecer um foro público virtual, nas páginas oficiais de internet do Mercosul e nas dos planos nacionais de livro e leitura de cada país, sobre as propostas aqui apresentadas e seus avanços.
- Convidar o Cerlalc (Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe) e a OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos) para acompanharem e darem suporte técnico à comissão coordenadora.
- Para que essas metas alcancem sua viabilidade, após aprovadas pelas instâncias deliberativas do Mercosul, recomendamos que a Secretaria Mercosul estabeleça o prazo de 120 dias, contados a partir da entrega deste documento, para a

instalação dessa Comissão e que esta apresente um plano executivo para execução das metas em no máximo 90 dias após sua instalação.

2. São as metas propostas:

2.1) Criação da *Biblioteca Mercosul* em todos os países da região, reunindo as produções bibliográficas mais significativas de nossos países. Preferencialmente instalada nas bibliotecas nacionais de cada Estado-membro, como fundo específico e amplamente aberto à leitura e à pesquisa, deverá contar com uma seleção de títulos de autores representativos da literatura, da história e da geografia de cada país. Indicou-se, também, que esse acervo deve ser atualizado em períodos de, no máximo, dois em dois anos.

2.2) Promoção de uma rede de cooperação regional para a *formação de recursos humanos* na área, com foco nos mediadores de leitura e em programas que formem de maneira contínua os gestores de programas públicos, comunitários ou privados que promovem a leitura em seus diversos suportes. Esta rede deverá contar com uma base de dados de especialistas, com programas e conteúdos a serem oferecidos para toda a região, de maneira presencial ou à distância, trabalhando com todas as possibilidades oferecidas pelas tecnologias de informação.

2.3) Criação de diversas *redes temáticas virtuais*, que se traduzam em serviços de leitura, de informação e de formação aos usuários e que também sejam um fator de comunicação e integração permanente entre os responsáveis das várias instâncias dos planos nacionais de livro e leitura da região. Apenas a título de exemplo, poderia se constituir uma rede de bibliotecas de acesso público de toda a região ou, ainda, uma rede de autores dos diversos países.

2.4) Estimular, em programas permanentes de difusão em mídia e em outras iniciativas, a *circulação regional de obras, autores e planos de livro e leitura da região*. Nesse item, incluem-se o incentivo às feiras de livros nos diversos países que tenham nos seus objetivos a integração regional por intermédio do livro e da leitura.

20ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo

Durante a 20ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, de 14 a 24 de agosto de 2008, o PNLL se fez presente pela primeira vez em uma feira de livros, com um estande de 150 m², no Pavilhão do Anhembi. Com patrocínio do Instituto Pró-Livro, em parceria com a Câmara Brasileira do Livro, Ministério das Comunicações e Biblioteca Nacional, e apoio de diversas editoras, criou-se para demonstração um protótipo da proposta de Biblioteca Viva do programa Mais Cultura do Ministério da Cultura.

Disponibilizou-se um acervo diverso de títulos para leitura no local, um espaço infantil com pufes e atividades de contação de história, um telecentro com equipamentos multimídias, equipado pelo Ministério das Comunicações, oportunizando ao público experimentar e vivenciar o conceito de Biblioteca Viva e Ponto de Leitura. Houve, ainda, reprodução de diversos vídeos do Ministério da Cultura, e distribuição de material de divulgação enviado pelas ações que integram o Mapa de Ações do Plano Nacional do Livro e Leitura, e um ponto do *BookCrossing*.

Como consequência deste evento, apesar de não ser do escopo do PNLL, os livros doados pelas editoras para montagem do estande foram direcionados para as bibliotecas comunitárias que integram o Mapa de Ação do PNLL.

XIX Bienal Internacional do Rio de Janeiro

De 10 a 20 de setembro de 2009, o PNLL participou pela segunda vez em

uma grande feira de livros internacional escolhendo como tema para seu estande o Eixo 2 – Fomento à Leitura e Formação de Mediadores. Com esse tema, o PNLL participou da XIX Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, no Rio-centro, contando mais uma vez com o patrocínio do Instituto Pró-livro, o apoio dos Ministérios da Cultura e da Educação, e do SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livro. Apresentou em seu estande de 150m² o protótipo do Ponto de Leitura, e contação de histórias que aglutinou um público bastante significativo em todos os dias do evento. Além da programação de contação, dos contatos para inscrição e divulgação das ações do Mapa e do incentivo à mediação, houve um espaço para a Cátedra de Leitura da UNESCO (PUC-RJ) demonstrar a Estação de Leitura On-Line, esta também integrante das ações do PNLL.

21ª BIENAL INTERNACIONAL DO LIVRO DE SÃO PAULO

Na 21ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, o PNLL voltou a apresentar seus eixos e homenageou a Língua Portuguesa e Monteiro Lobato, temas da Bienal daquele ano, numa área de 150m², contando com o apoio da CBL e o patrocínio do IPL, além do suporte dos Ministérios da Cultura e da Educação.

O estande do PNLL contou com várias ações permanentes: Ponto de Leitura (eixo 1); mediação de leitura, com programação de contação de histórias (eixo 2); área institucional sobre o programa *O Livro e a Leitura nos Planos Estaduais e Municipais*, mostrando o curso de formação à distância e o portal Mais Livro Mais Leitura (eixo 3). Apresentou-se também o Mapa de Ações do PNLL, com atendimento e esclarecimentos sobre o cadastramento, e foi feita ampla distribuição de material – folders, filipetas, jornais, publicações etc - das ações inscritas no nosso Mapa. Destacamos, ainda, a intensa programação realizada no auditório do estande, promovida pelo Plano e pelos ministérios da Cultura e da Educação, e também pelas ações inscritas no Mapa do PNLL, que puderam se expressar num espaço privilegiado e de alcance internacional, fato importante para as ações que são majoritariamente regionais.

Com o tema Língua Portuguesa, a curadoria de contação de histórias trouxe, durante toda a feira, histórias características dos países de língua portuguesa, fossem elas tradicionais, antigas ou atuais e como cenário, fez-se um grande painel com o mapa-múndi, destacando os países de língua portuguesa. Em parceria com o Espaço Tatiana Belinky, montou-se uma exposição sobre Monteiro Lobato. Para registrar a diversidade da língua portuguesa falada no Brasil,

palavras coloridas ilustraram os regionalismos e as diversas origens do nosso vocabulário, inclusive o indígena, o africano e outros.

Programação Paralela do III Fórum do PNLL

Estande do PNLL • Bienal de São Paulo/2010

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS: Histórias em Nossa(s) Língua(s)

Uma vivência de como a literatura e as histórias da tradição oral se relacionam com nossa língua, nosso passado e vida moderna. Rodas Cantadas abrem os ouvidos e histórias de nossa cultura e de diferentes países falantes de língua portuguesa falam ao coração. Um passeio atravessando os mares da língua portuguesa incentivando a leitura e o diálogo intercultural.

Todos os dias, das 11h00 às 18h00

Com Fábio Lisboa e equipe

EXPOSIÇÃO: Monteiro Lobato: A Origem do seu Mundo Mágico

Monteiro Lobato possuía muitas faces. Até onde se sabe, muitas coisas fez e a todas se dedicou com afinco. Só não lidava muito bem com o dinheiro, falindo e reerguendo-se várias vezes...o que é compreensível. Idealistas costumam ter dificuldades com esta parte prática da vida. Falar de Monteiro Lobato, e muito já se falou, é mais complexo que falar de um escritor extraordinário. É preciso dizer de seus gostos e posturas para alcançar sua variada e intensa existência. Como dá-lo a conhecer a uma geração nova que, inserida na tecnologia e na globalização, só “ouviu falar” de tão marcante expoente humano? Para isso foi confeccionada esta exposição. Numa parceria do Espaço de Leitura Tatiana Belinky e o SESC Niterói esta exposição visitou diversas unidades e depois ganhou São Paulo, através da Secretaria Estadual de Cultura. Vida e obra do escritor se misturam e colorem a Bienal de SP em comemoração ao aniversário de 5 anos do Espaço e fazendo coro à homenagem que o escritor taubateano recebe em 2010. Conhecer um pouco mais do pai de Emília e de outros ricos personagens e suas mais diversas faces literárias é o que oferece esta exposição composta de versões do sítio para TV, cinema e teatro; autobiografia, biografia e conclusão de biografia, árvores literárias e genealógica do escritor e muitas curiosidades de sua personalidade.

Com curadoria de Mônica Martins e autorização dos herdeiros de Lobato bem como da Tv Globo / Globo Marcas esta exposição é uma viagem divertida ao

Sítio de Lobato. Para participar basta dizer PIRLIMPIMPIM !!!! e se deliciar com as reações dos filhos de Lobato, o Andersen brasileiro.

12 – QUINTA-FEIRA

19:00hs Secretaria de Cultura de São Caetano: “Os desafios da implementação do PMLL em São Caetano do Sul e região do Grande ABC”

Palestrantes: Adriana Sampaio e Daniela Fraga

13 – SEXTA-FEIRA

10h00: “O Livro e a Leitura nos Estados e Municípios”

Palestrante: Zoara Failla (IPL), Maria Helena (MinC) e Luciana do Vale (PNLL)

20:00hs Litter(ação) : “O resgate dos saraus e sua produção literária”

Palestrantes: Marcelo Nocelli e Jucimara Tarricone

14 – SÁBADO

15:00hs Comitê Regional do PROLER Vale do Rio Grande: “O PROLER Vale do Rio Grande/MG e os PMLLs – uma parceria de sucesso”.

Palestrante: Tânia Cristina Fígaro Ulhoa

15 – DOMINGO

17:00hs Instituto Brasil Solidário: “A experiência do Instituto Brasil Solidário em montar e ampliar bibliotecas escolares”

Palestrante: Luciana Medeiros

17- TERÇA-FEIRA

11:00hs Prefeitura do Município de Araucária: “Sarau de contação de histórias”.

Palestrantes: Jacqueline Machado Carteri e Simone Nunes Gonçalves

13:00hs “Acessibilidade e Democratização da Cultura”

Palestrante: Cláudia Werneck

15:00hs Prefeitura do Município de Araucária: “Oficina de Mediação de Leitura”

Palestrantes: Jacqueline Machado Carteri e Simone Nunes Gonçalves

18:00hs Projetos de Leitura: “Experiências em Projetos de Leitura”

Palestrante: Laé de Souza

20:00hs O Autor na Praça : “Debate sobre Selos e autores independentes e autôgrafos de dois livros lançados pelo selo o Autor na Praça”

Palestrante: Edson Paulo Soares de Lima

18 – QUARTA-FEIRA

10:00hs “Uma janela para o mundo – Práticas de leitura e de acesso ao livro em penitenciárias federais”

PNLL, MinC, MEC, UNESCO, MJ e MDA

17:30hs Ministério do Desenvolvimento Agrário: “ Arca das Letras: plantando bibliotecas, semeando a leitura no mundo rural.”

Palestrante: Cleide Cristina Soares

20:00hs Biblioteca Braille Dorina Nowill – Taguatinga- DF: “ A Leitura como fator de inclusão social: Projeto Luz & Autor e Braille.”

Palestrante: Dinorá Couto Cançado

21-SÁBADO

14:00hs Biblioteca Braille Dorina Nowill – Taguatinga- DF: “Oficina: Brincando de Biblioteca com Programa Literário”

Palestrante: Dinorá Couto Cançado

17:00hs Colégio Dom Bosco de Porto Alegre: “ Mediadores de Leitura”

Palestrante: Ana Paula Charão e Joel Didone

18:00hs Biblioteca Comunitária Novo Horizonte: Apresentação do Ponto de Leitura. Palestrante: Vanusa Reis Eugênio Paulo

19:00hs A Cor da Letra: “ A formação do Leitor na primeira infância”.

Palestrante: Márcia Wada

20:00hs Litter(ação): “A literatura brasileira contemporânea e seus principais prosadores”

Palestrantes: Marcelo Nocelli e Jucimara Tarricone

O projeto Esquina do Livro nasceu da convicção de que a literatura pode transformar as pessoas. Bibliotecas comunitárias são espaços dinâmicos, capazes de produzir conhecimento e informação, além de se transformar em núcleos de convivência e cidadania.

Para o Projeto Esquina do Livro/Instituto Repare estar no Mapa de Ações do PNLL há quatro anos significa um reconhecimento e uma oportunidade de participar de um movimento que une governo federal e sociedade civil em prol da democratização da leitura.

Maria Cristina (Tite) de Lamare do Rego Barros - Diretora-Presidente Instituto Repare e Coordenadora-Geral do projeto.

Projeto Esquina do Livro

Eixo 2 – Fomento a Leitura e a formação de mediadores

Seminário Nacional PNLL: Bibliotecas no **+Cultura**

O Seminário aconteceu nos dias 11 e 12 de dezembro de 2007 na cidade de São Paulo, com o objetivo de traçar, com a equipe da então Coordenadoria do Livro e da Leitura do MinC (atualmente DLLL), sugestões para se construir uma estratégia de implantação dos primeiros programas em todos os níveis solicitados no **+Cultura**, formatando metodologias, planejamento, procedimentos práticos e critérios de escolha das sedes dos projetos pilotos.

O público constituiu-se de especialistas e lideranças de programas que promovem o livro e a leitura: o Comitê Diretivo e a Coordenação Executiva do PNLL, a Coordenação Geral do Livro e Leitura do MinC, representantes da área do livro e leitura do MEC, e representantes de programas estaduais ou municipais de 12 estados: NORTE (Acre/Rio Branco e Pará/Belém); NORDESTE (Ceará/Fortaleza, Pernambuco/Recife, Bahia/Salvador); CENTRO-OESTE (DF/Brasília e Mato Grosso/Cuiabá); SUDESTE (Minas Gerais/Belo Horizonte, RJ/Rio de Janeiro e SP/São Paulo); e SUL (Paraná/Curitiba e RS/Porto Alegre).

Como convidado internacional, o Sr. Gonzalo Oyarzún, Diretor da Biblioteca de Santiago/Chile, abriu o evento com uma conferência sobre a experiência da implantação desta biblioteca baseada em conceitos contemporâneos que a tornam referência quanto ao uso e a apropriação de seu espaço pela cidadania chilena.

RELATÓRIO FINAL

A reunião teve como finalidade fazer uma avaliação e encerrar as atividades do PNLL em 2007 e traçar, com a equipe da Coordenadoria do Livro e da Leitura do MinC, sugestões para uma estratégia de implantação dos primeiros programas em todos os níveis solicitados no **+Cultura**, formatando metodologias, planejamento, procedimentos práticos e critérios de escolha das sedes dos projetos pilotos.

Contando com a presença do Conselho Diretivo e do Comitê Executivo do

PNLL, além de representantes do MinC (Sr. Jéferson Assunção, Coordenador do Livro e Leitura) e do MEC (Sr. Carlos Alberto Xavier, Assessor Especial do Ministro), a reunião foi aberta, em sua primeira parte, com a apresentação do coordenador dos trabalhos, Prof. José Castilho Marques Neto, Secretário Executivo do PNLL, que fez um balanço das atividades do Plano: as etapas conquistadas, os serviços prestados e as expectativas de continuidade para 2008, como órgão indutor de políticas públicas e privadas para a promoção do livro e da leitura. Seguiu-se um debate e esclarecimentos com o aporte de várias pessoas e instituições presentes, que reforçaram a importância do PNLL no cenário nacional para o desenvolvimento das atividades deste setor.

Na segunda parte do Seminário, para trabalhar os conceitos fundamentais para o modelo que se quer para as bibliotecas brasileiras, o seminário contou com a apresentação do Sr. Gonzalo Oyarzún, diretor da Biblioteca da Cidade de Santiago do Chile, sobre a experiência da implantação, gestão e programação dessa biblioteca, servindo como ponto de partida para as reflexões relativas ao conceito e a implantação de bibliotecas referências e bibliotecas parques propostas pelo Programa +Cultura do MinC.

Contribuiu com o debate o Sr. Célio Turino, Secretário de Projetos e Programas Culturais do MinC, responsável pelos “Ponto de Cultura”, que abriu a exposição sobre o Programa +Cultura. A apresentação do programa foi feita pelo Sr. Jéferson Assunção, coordenador do Livro e da Leitura do MinC, destacando as ações do Programa nessa área.

Na terceira parte, o objetivo do Seminário foi, principalmente, elencar problematizações, apontamentos de soluções sobre o conceito, estratégias e critérios de implantação, recursos e canais legais de execução referentes à implantação das bibliotecas referenciais, bibliotecas parques, bibliotecas médias e pequenas e aos pontos de leitura / bibliotecas comunitárias.

Em termos gerais, e para efeito deste relatório, foram feitas as seguintes observações:

I – BIBLIOTECAS REFERENCIAIS E BIBLIOTECAS PARQUES / BIBLIOTECAS MÉDIAS E PEQUENAS

Conceito

É o espaço onde ocorre a transformação da informação em conhecimento. Centros culturais multimídia, com diferentes suportes que atendem a diferentes linguagens e diferentes ações culturais. É o espaço social e cultural em que o leitor é visto como ser dotado de pensamento complexo.

Estratégias de implantação / Critérios

- Investir no patrimônio e na sua segurança;
- Ouvir as demandas da população a respeito da formação do acervo e dos serviços a serem desenvolvidos nas bibliotecas;
- Repensar os intervalos de números de habitantes, isto é, mudar a faixa cidades/população no quadro do orçamento;
- Distribuir recursos entre as bibliotecas estaduais e municipais ao firmar contrato;
- Os estados apresentarem como contrapartida: prédio, pessoal, orçamento anual;
- Firmar convênios com o setor privado e o terceiro setor;
- Ter a desoneração fiscal do livro como contrapartida do governo aos apoios do setor privado;
- MinC oferecer suporte de gerenciamento, assessoria aos projetos;
- Orçamento ser flexível, pois os menores municípios podem precisar de mais verba;
- Apresentar um diagnóstico na justificativa do projeto;
- Formar mediadores;
- Apresentar diagnóstico e avaliação das medidas implantadas;
- MinC apresentar uma ferramenta de geoprocessamento para diagnóstico/perceber os contextos municipais (demográfico, socioeconômico, cultural, educacional);
- Ampliar os indicadores para a seleção;
- Construir uma home page;
- Comprometer-se e se responsabilizar para renovação e atualização do acervo, assim como ampliar o horário de funcionamento;
- Estabelecer certa flexibilidade nas contrapartidas dos municípios e estados: capacitação, equipamentos, programação cultural etc.;
- Definir metodologia e critérios para a seleção de projetos pilotos e outros selecionados;
- Desenvolver competências nos funcionários (além dos bibliotecários) para atuação qualitativa no atendimento, serviços e ações da biblioteca;
- Reconhecer como referência para o Programa as bibliotecas que já têm uma carteira de qualificação dos profissionais e de serviços;
- A qualidade da equipe deve se resolver com capacitação permanente, mas deve-se pensar em estratégias para garantir equipes mínimas para o funcionamento das bibliotecas – seria possível pensar em um fundo que garantisse, por exemplo, a contratação de bolsistas (do ensino médio ou universitário) ou estagiários (de cursos de biblioteconomia e afins);

- Desenvolver uma política de qualificação e contratação, levando em conta o problema da falta de recursos humanos para atuarem nas bibliotecas, sobretudo nas de grande porte;
- Rever as porcentagens definidas em relação ao acervo, equipamentos e estrutura física, no sentido de estabelecer maior flexibilidade, considerando as realidades específicas de interesses, necessidades e contrapartidas dos municípios e estados;
- Incentivar a realização de concursos públicos para as bibliotecas;
- Os estados servirem como mediadores das parcerias e convênios entre o MinC e os municípios, considerando apenas os municípios que não possuírem condições reais para realização dos termos legais necessários para viabilização dos convênios;
- Estabelecer diagnósticos e avaliações das medidas implantadas;
- Fortalecer o papel do usuário na formação do acervo (levantar e pesquisar demandas);
- Definir as bibliotecas pilotos nos vários modelos, tamanhos e faixas propostos;
- Desenvolver um desenho de contrapartidas flexível, considerando as condições de recursos dos estados e municípios;
- Estimular uma ação intersetorial entre os ministérios e destes com secretarias estaduais e municipais na execução do Programa;
- Fortalecer os Sistemas Nacional, Estaduais e Municipais de Bibliotecas Públicas por meio de ações de acompanhamento sistemático, capacitação e avaliação das ações implantadas e desenvolvidas pelo Programa;
- Considerar um leque de indicadores (IDEB, PISA, IDH, IDM, IBGE, Populacional, Índices de Violência etc.) na definição dos municípios;
- Definir a criação da biblioteca por lei municipal com estabelecimento de dotação orçamentária anual para manutenção, recursos humanos, ampliação de acervo e programação como critério fundamental na seleção dos municípios;
- Estreitar as relações e ações intersetoriais entre o MinC e o MEC, a fim de definir metas e fortalecer as redes das bibliotecas escolares em consonância com os sistemas de bibliotecas públicas;
- Que a implantação dos projetos pilotos já possa contemplar uma abordagem e ação regional, no sentido de garantir a descentralização do Programa;
- Considerar a qualidade gráfica, literária, acadêmica, científica e cultural do acervo, levando em conta a produção editorial internacional, nacional, regional e local (definir cotas).

II – PONTOS E PONTÕES DE LEITURA / BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

Conceito

Biblioteca comunitária como potencial de organização e educação, intensificando dinâmicas de ações culturais para além do livro.

Estratégias de implantação / Critérios

É imprescindível:

- Edital de seleção dos projetos, levando em conta as peculiaridades e o perfil dos proponentes referentes a iniciativas mais espontâneas de grupos e indivíduos das comunidades e de ações de instituições mais estruturadas;
- Potencializar as estruturas e experiências já existentes;
- Criação de uma rede de bibliotecas comunitárias em articulação com os Sistemas municipal, estadual e nacional;
- Realizar mapeamento das bibliotecas comunitárias (ações do PNLL, do Prêmio Vivaleitura, do IBGE e do próprio Edital);
- Desenvolver ações de capacitação e instrumentalização dos grupos em elaboração de projetos, gestão e captação de recursos, considerando o perfil e a originalidade dos projetos e experiências existentes. (Não se trata de capacitar burocraticamente essas lideranças, mas de valorizar suas iniciativas e oferecer condições para seu desenvolvimento);
- Desenvolver uma reflexão conceitual sobre perfil, características e indicadores das Bibliotecas Comunitárias;
- Desenvolver uma cultura de informação junto às comunidades sobre os serviços de acesso aos bens culturais, bem como sobre os programas e editais do MinC, secretarias estaduais, municipais e instituições privadas e do terceiro setor que apoiam e financiam projetos;
- Realizar diagnóstico do acervo e estruturar o conhecimento das ações desenvolvidas, como elemento de critério para novos apoios;
- Envolver o poder público local no apoio e incentivo dessas ações com a comunidade;
- Desenvolvimento do protagonismo, plano de sustentabilidade, formação de conselhos gestores, fortalecimento da autonomia, relatórios das atividades, monitoramento e avaliação de impacto;
- Criar pontos de informação e de orientação nas cidades sobre os Pontos de Leitura;
- Criar equipes de monitores para conhecimento das experiências e comunicação de informações sobre o Programa;
- Campanha de formação de acervos para as bibliotecas comunitárias;

- Potencializar as ações existentes e incentivar implantação em lugares onde essas ações não existam;
- Valorizar as iniciativas existentes e atrair outras comunidades no envolvimento e realização de bibliotecas comunitárias;
- Não se trata de capacitar burocraticamente essas lideranças, mas de valorizar suas iniciativas e oferecer condições para seu desenvolvimento;
- Concessão de bolsas para os colaboradores;
- Assistência técnica do sistema estadual para as bibliotecas comunitárias;
- Estimular a criação de Planos de Apoio do Estado na capacitação para bibliotecas comunitárias e no suporte técnico na elaboração dos projetos;
- Não destruir uma formatação espontânea;
- Elaborar um manual com orientações de uso e dinamização das bibliotecas (montagem, condições mínimas de funcionamento etc.);
- Inserir a universidade como parceira nas ações de capacitação nas diversas áreas do conhecimento.

“A dificuldade de acesso à leitura é um problema básico para o processo de aquisição de conhecimento. Os elevados preços dos livros, poucas bibliotecas públicas e os altos custos de instalação de novas bibliotecas são obstáculos que se somam a todos os fatores sociais que roubaram da população o direito a ler.

Atuando na democratização do acesso a leitura e na valorização do livro, o plano Nacional do Livro e Leitura contribuiu para uma maior circulação de livros, aumentando também os níveis de leitura da população. Salientando a importância da leitura como instrumento de promoção de cidadania. Acredito que o acesso à informação é a base da auto-estima, do desenvolvimento pessoal, da formação de consciência ecológica e cidadã, e o PNLL contribuiu para a superação de um dos maiores desafios da atualidade: preparar as novas gerações para atuar na sociedade do conhecimento, a partir do domínio crítico da linguagem e da competência de comunicar-se pela leitura e escrita.”

Vania Hormigo de Souza Pessoa – Bibliotecária
 Biblioteca Cultural ENGEMED
 Eixo 1 – Democratização do acesso

FÓRUM LITERATURA NA ESCOLA

Cerca de 70 pessoas – especialistas do setor, representantes das cadeias criativa, produtiva e distributiva, professores, bibliotecários – reuniram-se no Fórum Literatura na Escola, durante os dias 24 e 25 de julho de 2008, no auditório do MEC, em Brasília. Estiveram presentes também a Sra. Constanza Mekis, do Chile, e o Sr. Gustavo Bombini, da Argentina, que apresentaram as experiências dos seus países na área da biblioteca escolar.

A partir de um documento apresentado pela AEILLJ e da convocação da Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura, o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL, MEC/SEB, MinC/CGLL e FBN/CSLLL organizaram este Fórum para refletir sobre o papel da literatura na escola, conhecer e debater as ações do MEC junto às escolas de Educação Básica referentes à formação de leitores e à difusão da literatura, e, ainda, analisar a situação atual e o desempenho esperado da biblioteca escolar e do professor como mediador da leitura literária na escola.

O Fórum, apesar de não ser uma instância deliberativa, redigiu algumas recomendações que sintetizam as principais conclusões dos dois dias de trabalho.

PROGRAMA

DIA 24 – QUINTA-FEIRA

9h00

Abertura – MEC – MinC – PNLL – CSLLL

9h30 às 10h30

Conferência de abertura: O papel da literatura na escola

Regina Zilberman: Especialista em Leitura

10h30 às 12h30

Mesa-redonda: A literatura no currículo escolar

A experiência argentina: Gustavo Bombini – Coordenador PNL/ME Argentina

Debatedores: Clélia Brandão – Presidente CNE

Luiz Antonio Aguiar – Escritor, Diretor da AEILLJ

Ezequiel Theodoro – Presidente ALB

Coordenador: Marcelo Soares – Diretor Departamento de Concepções e Orientações Curriculares (MEC)

12h30 às 14h00: Intervalo para almoço

14h00 às 16h00

Mesa-redonda: Literatura na escola: a visão dos escritores

Por um espaço especial para a literatura na escola: Anna Cláudia Ramos – Presidente da AEI-LIJ

Debatedores: Daniel Munduruku – diretor-presidente do INBRAPI

Levi Bucalem – Presidente da UBE

Jéferson Assunção – Coordenador - CGLL/MinC

Coordenador: Fabiano dos Santos – Gerente – SAI/MinC

16h00 às 16h15: Café

16h15 às 18h00

Mesa-redonda: Literatura na escola: conceitos e práticas públicas

Pesquisa sobre PNBE e biblioteca escolar – impacto e distribuição: Andrea Sonia Berenblum – Doutora em Educação

A perspectiva e os programas do MEC-SEB: Jeanete Beauchamp – Diretora-SEB/MEC e Jane Cristina – Coordenadora-SEB/MEC

Programa Literatura para Todos MEC-SECAD: André Lázaro – Secretário SECAD/MEC

Debatedora: Suely Duque Rodarte – Vice-Presidente da UNDIME

Maria Auxiliadora Seabra Rezende – Presidente CONSED

Coordenador: José Castilho Marques Neto – Secretário Executivo PNLL

DIA 25 - SEXTA-FEIRA

9h00 às 10h00

Conferência: A biblioteca escolar como Centro de Referência de Aprendizagem – a experiência chilena – Constanza Mekis - Coordenadora CRA – ME do Chile

10h00 às 12h00:

Mesa-redonda – O papel do professor/leitor como mediador de leitura

O professor como mediador de leitura: Bartolomeu de Queirós – escritor

Voluntários mediadores de leitura na escola - a experiência do PROLER: Eliane Pszczol – Coordenadora Nacional do PROLER/BN/MinC

Debatedores: Gustavo Bombini – Coordenador PNL/ ME Argentina

Fabiano dos Santos – Gerente – SAI/MinC

Coordenador: Jane Cristina – Coordenadora – SEB/MEC

12h00 às 13h00:Intervalo para almoço

13h00 às 14h30: Mesa-redonda – O papel da biblioteca escolar na formação de leitores

Condições de uso das bibliotecas escolares: acervo e recursos humanos: Maria das Graças Castro – Especialista em Leitura

A interação da biblioteca escolar com a biblioteca pública e comunitária: Tânia Rösing – Especialista em Leitura

Debatedores: Nêmore Arlindo Rodrigues - Presidente do CFB

Jane Cristina – Coordenadora – SEB/MEC

Coordenador: Carlos Alberto Xavier – Assessor Especial do Ministro/MEC

14h30 às 15h00: Relatoria e recomendações

Encerramento – MinC – MEC – CSLL - PNLL

Recomendações do Fórum Literatura na Escola

1) O *Fórum Literatura na Escola* recomenda ao Conselho Nacional de Educação (CNE) que se inicie um amplo debate visando à reintrodução da literatura nas diretrizes curriculares e que a Biblioteca seja considerada um recurso de aprendizagem central no processo escolar.

2) O *Fórum Literatura na Escola* recomenda a proposição, com a chancela final do MEC e do MinC, de um guia sobre o assunto, dirigido a professores, educadores, editores, imprensa especializada, bibliotecários, autores e público em geral, contendo proposições sobre o tema, baseadas nas discussões ocorridas neste Fórum; a saber, no privilégio à autonomia literária, à literariedade das obras, à leitura como fonte de prazer, reflexão e engrandecimento humano, à liberdade de criação e leitura e, enfim, à criação de espaços especiais para a literatura nas escolas, tratada não como matéria curricular nem sujeita à avaliação, mas oferecida como experiência de leitura aos alunos.

Um esboço dessa peça, posteriormente encaminhada ao MEC e ao MinC, será redigido por uma comissão integrada por instituições representativas dos escritores, de educadores, de bibliotecários, em contato com polos hoje empenhados na formação de professores leitores e mediadores de leitura.

O guia não deverá chegar à escola sem apoio, mas acompanhado de professores com formação para utilizá-lo. Deve também contemplar, consoante com os pontos de vista levantados neste fórum, uma literatura livre de utilização e utilitarismos, tanto políticos, quanto religiosos e didáticos, de interferências de concepções que burlam sua autonomia, como as que vulgarmente são denominadas de “temas transversais”, “uso paradidático” e “palavras e expressões politicamente corretas”.

Trará como princípios a defesa da biblioteca escolar como o coração e o cérebro da escola; da preservação e ampliação de seu espaço físico, acervo e recursos, principalmente da figura do responsável pela biblioteca como um profissional especializado na mediação da leitura.

Recomenda ainda a promoção do professor como leitor, em primeiro lugar, considerando sua formação, qualificação contínua e remuneração, com condições, tempo disponível, direito e obrigação de adquirir, manter e explorar continuamente um acervo pessoal; e imediatamente a seguir, como mediador de leitura.

Finalmente, o guia reforçará a concepção de literatura - dentro dos princípios da liberdade, da criação e da autonomia literária - como experiência existencial viva, expressão e engrandecimento do indivíduo e das culturas, prazer e fruição, reflexão sobre o sentido da vida e da saga humana, exploração dos múltiplos aspectos do ser e da condição humana, busca do belo, risco estético, transformação da pessoa e do mundo.

3) *O Fórum Literatura na Escola* recomenda que a biblioteca escolar seja compreendida como espaço destinado aos diferentes níveis de escolaridade (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), devendo atuar como centro dinamizador da leitura e difusor do conhecimento produzido pela humanidade, de forma a garantir o acesso aos bens culturais produzidos socialmente e traduzidos nos diferentes suportes de informação que abrigam esses textos – da literatura ao texto científico (definição adotada para o texto de regulamentação da lei do livro). Recomenda igualmente organizar e implementar diferentes modalidades de formação, básica e continuada, para bibliotecários de escolas, enquanto mediadores de leitura, a partir de projetos-piloto a serem realizados em distintas realidades brasileiras.

Brasília, Ministério da Educação, 25 de julho de 2008.

Plenária do Fórum Literatura na Escola

Seminário Nacional “Formação de Mediadores de Leitura”

Realizado nos dias 12 e 13 de março de 2009, na cidade de São Paulo, o Seminário Nacional “Formação de Mediadores de Leitura” foi uma expressiva reunião de trabalho com especialistas, líderes de ações pela mediação da leitura, escritores, professores, bibliotecários, editores, e lideranças do setor que representaram todas as regiões do país. O objetivo maior foi a busca de propostas e encaminhamentos consensuais entre as várias correntes e metodologias de formação de mediadores de leitura para orientar propostas de trabalho tanto para o MinC quanto para o MEC, sempre sob as bandeiras do Eixo 2 do PNLL.

Juntamente com os Ministérios da Cultura e da Educação, além do Comitê Diretivo do PNLL, foram produzidos, por consenso entre as várias correntes representativas presentes no encontro, importantes documentos que serviram às finalidades de orientar os ministérios: a Declaração e a Carta do Seminário e uma sugestão de Curso de Formação de Mediadores.

Esse seminário produziu resultado imediato, e já no mês seguinte, no dia 1º de abril, a SECAD/MEC expediu edital para que as Instituições Públicas de Ensino Superior se inscrevessem para ministrar cursos de 90 horas tendo como base as sugestões provindas do Seminário Formação de Mediadores de Leitura. O objetivo foi a formação em mediação de leitura, ainda naquele ano, de cerca de 6.000 professores da rede pública.

Programa

DIA 12/03 – 9H ÀS 18H

- Abertura: Ministro Juca Ferreira, autoridades da Presidência da República, do MinC e do MEC – homenagem ao dia do Bibliotecário.
- Ações de formação de mediadores de leitura na Escola:
 1. Formação do professor leitor;

2. Formação da criança leitora (educação infantil e ensino fundamental I);
3. Formação do jovem leitor (ensino fundamental II, ensino médio, EJA).
 - Ações de formação de mediadores de leitura na Universidade:
 1. Áreas do conhecimento e a formação de mediadores de leitura;
 2. Participação sociocultural de estudantes na mediação – estágios de estudantes mediadores, principalmente nas áreas de humanidades e letras;
 3. Fomento coordenado a linhas de pesquisa na área da leitura com cursos de especialização e pós-graduação, buscando aperfeiçoar profissionais;
 4. Apoio a projetos de extensão universitária na área da leitura e mediação.

DIA 13/03 – 9H ÀS 18H

- Ações de formação de mediadores de leitura na Comunidade:
 1. Agentes e mediadores de leitura;
 2. Formação de famílias leitoras (contemplando todas as dimensões do termo na contemporaneidade);
 3. Integração de projetos de incentivo à leitura às bibliotecas de acesso público, aos pontos de leitura, equipamentos e centros culturais;
- Ações de formação de mediadores de leitura no Trabalho:
 1. Bibliotecas nas empresas e ações de mediadores;
 2. Programas de incentivo à leitura no ambiente de trabalho.
- Encerramento:
 1. Constituição de quatro grupos de trabalho permanentes, no âmbito do PNLL, para acompanhamento das sugestões da oficina;
 2. Palavras finais das autoridades e presentes.

RELATORIA

EM 12/03, DESTACA-SE:

Na fala do Ministro da Cultura, Juca Ferreira:

- São três ambientes prioritários para o desenvolvimento da leitura:
 - 1. Família: é estratégica para a formação de leitores (motivador e gerador do prazer pela leitura);
 - 2. Escola: é o ponto central para o início do vínculo entre livro e prazer da leitura;
 - 3. Bibliotecas: onde os livros são instrumentos de formação e informação de res-

gate do deleite estético.

- Meios de comunicação de massa também são relevantes na formação, são instrumentos importantes, e o livro não se tornou obsoleto frente às novas tecnologias;
- Deve existir uma relação profunda e extremamente particular entre o leitor e o livro;
- A leitura deve ser entendida como exercício que exige treino – só se aprende a ler, lendo;
- Política de livro e leitura deve ser feita em escala;
- Necessidade premente de modernizar e reformular as bibliotecas como novos centros de cultura;
- A criação de instituições específicas para trabalhar com livro e leitura, como o Instituto/Fundação Nacional do Livro e Leitura.

NOS DEBATES:

1. A leitura não acontece somente dentro da escola, ela está para além do ambiente escolar;
2. O mediador é o sedutor da leitura, aquele que promove circunstâncias para o outro descobrir o fascínio da leitura;
3. O esforço do PNLL é ser nacional, de todos, do governo e da sociedade;
4. O professor não criará situações sedutoras para formar leitores se eles, professores, não forem leitores;
5. O desafio do Ministério da Educação é compor uma estratégia de formação de professor leitor;
6. Criar no professor a cultura de criar atividades;
7. A área rural deve ser também um espaço para formação de leitores;
8. Incluir o livro nos programas de TV em canais abertos e fechados;
9. Preocupar-se com o caráter lúdico/cultural do leitor na formação de mediadores;
10. Dar voz ao professor na construção da política pública de leitura.

SUGESTÕES:

1. Que ações do livro e da leitura transcendam o MinC e o MEC e se transformem em um projeto da Presidência da República, um projeto interministerial, cujas ações sejam capitaneadas por estes ministérios;
2. O passo seguinte é o “como fazer”;
3. Na formação de mediadores de leitura é fundamental a presença de tempo e espaço para leituras – o mediador precisa ter autonomia de leitura;
4. A formação continuada de mediadores;
5. Oferecer qualificação da formação inicial dos professores;
6. Na formação do professor leitor, a leitura praticada no curso deve ser avaliada;
7. Recomendações do Fórum Literatura na Escola são referenciais para as políticas

de livro e leitura;

8. Realizar seminários para identificar que criança é esta que queremos tornar leitora;

9. Oferecer cursos modulares interdisciplinares;

10. Propor revisão curricular dos cursos de pedagogia, letras e biblioteconomia nos temas do livro e da leitura;

11. Divulgar nos talões de cheque, contas de luz, água e telefone, por exemplo, textos literários;

12. Criar serviço de orientação para o livro e a leitura na internet;

13. Trazer textos literários para o espaço público (outdoor, ônibus, muros etc.);

14. Incentivar as pesquisas de leitura;

15. Redigir a Carta do Seminário Nacional de Mediadores de Leitura ao Ministro da Cultura – por Affonso Romano Sant’Anna;

16. Propor a criação de 5 (cinco) cursos modulares de formação de professores mediadores de leitura.

EM 13/03, DESTACA-SE

NOS DEBATES:

1. Aprender com as experiências de ONGs e comunidades que trabalham com agentes de leitura na periferia de São Paulo;

2. Vê-se, hoje, o trânsito da política do livro para a política de leitura;

3. Na periferia de São Paulo, trata-se a “leitura como salvação”;

4. A presença do livro/leitura na Internet: blogs + books;

5. Há espaços novos para a leitura e livro, mas não devemos nos esquecer da biblioteca.

SUGESTÕES:

1. A internet deve ter presença na formação de mediadores de leitura;

2. O PNLL deve ganhar a institucionalidade por lei, esse será importante instrumento para o seu seguimento, a sua continuidade;

3. Valorizar a literatura infantil e seus autores;

4. Formar grupo de trabalho com Marina Colasanti, Ezequiel Theodoro e Bartolomeu Campos de Queiróz para a produção de textos nas áreas da literatura, leitura e educação;

5. Mobilizar as universidades com cursos de formação de mediadores nas áreas do livro e leitura.

ENCAMINHAMENTOS:

1. A Carta do Seminário, aprovada pelos participantes, será encaminhada ao Ministro Juca Ferreira;

2. Juntamente a esta, será anexada a Declaração do Seminário, redigida por Ezequiel Theodoro, aprovada pelos participantes.

PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES MEDIADORES DE LEITURA EM CINCO MÓDULOS DE 40h, TOTALIZANDO 200h.

MÓDULO 1

I – CONSTRUÇÃO DO EU-LEITOR

- Relato oral e escrito da trajetória individual de leitura de cada participante.

II – PROCESSO DE SENSIBILIZAÇÃO

- Leitura e cultura
- Leitura: aspectos cognitivos e afetivos
- A leitura na construção da subjetividade e da cidadania
- A leitura na escola
- Vivências de leitura de textos de distintos gêneros textuais para crianças, jovens e adultos apresentados em diferentes suportes – literatura oral (contação de histórias) e autoral

III – INTRODUÇÃO AOS GÊNEROS TEXTUAIS E À INTERTEXTUALIDADE

IV- EXPERIMENTAÇÃO DE PRÁTICAS LEITORAS

V- IMERSÃO CULTURAL

- Leituras de linguagens verbais e não verbais
- Conhecimento e valorização do patrimônio cultural regional
- Formação de público/plateias para manifestações culturais distintas

VI – ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE PRÁTICA LEITORA

MÓDULOS 2 E 3

I – PROCESSO DE SENSIBILIZAÇÃO

- Vivências individuais de leitura
- A leitura na escola
- Vivências de leitura de distintos gêneros textuais para crianças, jovens e adultos apresentados em diferentes suportes – literatura oral (contação de histórias) e autoral

II – REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE GÊNEROS TEXTUAIS E INTERTEXTUALIDADE/

CARACTERÍSTICAS DOS DIFERENTES SUPORTES/LINGUAGEM/ILUSTRAÇÃO

III – EXPERIMENTAÇÃO DE PRÁTICAS LEITORAS

IV – IMERSÃO CULTURAL

- Leituras de linguagens verbais e não verbais
- Leitura de texto literário e sua transposição para o cinema
- Leitura de texto teatral impresso e representação teatral
- Leitura da música e da dança
- Leitura da imagem estática e em movimento
- Leitura da fotografia e da arquitetura
- Conhecimento e valorização do patrimônio cultural da região
- Formação de público/plateias para manifestações culturais distintas

V – ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE PRÁTICA LEITORA POR MÓDULO

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AGUIAR, Vera Teixeira de. O verbal e o não verbal. São Paulo: UNESP, 2004.

AMORIM, Galeno (Org.). Retratos da leitura no Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial / Instituto Pró-livro, 2008.

BACHELARD, G. O direito de sonhar. São Paulo: Difel, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1979.

BARTHES, Roland. Elementos da semiologia. São Paulo: Cultrix, 1971.

_____. Mitologias. São Paulo: Difel, 1975.

BARZOTTO, V. H. (Org.). Estado de leitura. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.

BATISTA, A. A. G.; GALVÃO, A. M. de O. (orgs.). Leitura: práticas, impressos, letramentos. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BATTLES, Matthew. A conturbada história das bibliotecas. São Paulo: Planeta, 2003.

BORDINI, M. G.; AGUIAR, V. T. Literatura: a formação do leitor. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

BOSI, Alfredo. Cultura brasileira e culturas brasileiras. In: _____. Dialética da colonização. São Paulo; Companhia das Letras, 1992.

CAPPARELLI, S. Televisão e Conflito de Gerações. In: FAUSTO NETO, A.; PINTO, M. O Indivíduo e as Mídias. Rio: Diadorim, 1996.

- CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. São Paulo: Difel, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. São Paulo: Ática, 1984.
- CITELLI, Adilson (coord.). Outras linguagens na escola: publicidade, cinema e TV, rádio, jogos, informática. São Paulo: Cortez, 2000. v.6.
- EVANGELISTA, A. A. M.; BRANDÃO, H. M. B.; MACHADO, Z. V. M. (orgs.). A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1990.
- GREGÓRIO FILHO, Francisco. Grávidas Histórias. Rio de Janeiro: Amais, 1998.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 1969.
- KLEIMAN, A. Oficina de leitura: teoria & prática. Campinas, São Paulo: Pontes, 1998.
- KLEIMAN, A. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. São Paulo: Pontes, 1989.
- SILVA, Theodoro Ezequiel. O ato de ler. São Paulo: Cortez, 1996.
- ZILBERMAN, Regina. A leitura e o ensino da literatura. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____.; MAGALHÃES, Ligia Cademartori. Literatura infantil: autoritarismo e emancipação. São Paulo: Ática, 1984.

MÓDULO 4

I – VIVÊNCIAS DE LEITURA E DE ESCRITA EM MEIO ELETRÔNICO

- Cibercultura e Hipermídia
- Leitura, autoria e coautoria na hipermídia: aspectos cognitivos
- Desenvolvimento de competências hipermídiais e colaborativas
- Difusão de informações e critérios de avaliação sobre validade das fontes: estratégias de seleção
- Instrumentalização para uso de ferramentas como blogs, chats, comunidades, wikis

II – REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE AS DIFERENTES FORMAS DE INTERATIVIDADE VIVENCIADAS

III – IMERSÃO CULTURAL EM MEIO ELETRÔNICO

- Visita a sites literários, a museus e mundos virtuais, apreciação de recursos multimídiais, interação com jogos eletrônicos

IV – ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE PRÁTICA LEITORA HIPERMIDIAL

MÓDULO 5

I – VIVÊNCIAS DE LEITURA SELECIONADAS PELOS PRÓPRIOS PARTICIPANTES

II – REFLEXÕES DESENCADEADAS PELOS PRÓPRIOS PARTICIPANTES SOBRE AS LEITURAS EFETIVADAS

III – ELABORAÇÃO DE PRÁTICA LEITORA A PARTIR DE TEMAS SELECIONADOS PELOS PARTICIPANTES

IV – REALIZAÇÃO DE UM SEMINÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DAS PRÁTICAS ELABORADAS E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

V – REGISTRO ORAL E ESCRITO DAS EXPERIÊNCIAS DE LEITURA VIVENCIADAS NOS DIFERENTES MÓDULOS E AVALIAÇÃO DO PROCESSO PARA O APRIMORAMENTO INDIVIDUAL E DAS MODALIDADES DE MEDIAÇÃO DE LEITURA

VI – PLANEJAMENTO DE VIVÊNCIAS INDIVIDUAIS DE LEITURA E DAS PRÁTICAS DE LEITURA PROPOSTAS PARA A ESCOLA. REGISTRO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA CONHECIMENTO DAS AUTORIDADES COMPETENTES.

Observação:

A seleção dos textos de leitura observará realidades regionais e diversidades culturais.

BIBLIOGRAFIA

ALAVA, S. (org.). Ciberespaço e formações abertas: rumo a novas práticas educacionais? Porto Alegre: Artmed, 2002.

ANTUNES, Arnaldo. 2 ou + Corpos no mesmo Espaço. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BELLEI, S. L. P. O livro, a literatura e o computador. Florianópolis: UFSC, 2002.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Ed. UNESP/ Imp. Ofic. do Estado, 1999.

LANDOV, L. Hipertexto. La Convergencia de la Teoría Crítica Contemporánea y la tecnología. Barcelona: Paidós, 1995.

LÉVY, P. O que é virtual? São Paulo: Editora 34, 1996.

- _____. Ciberultura. São Paulo: Loyola, 1999.
- LEÃO, Lucia. O labirinto da hipermídia: Arquitetura e navegação no ciberespaço. São Paulo: Iluminuras, 1999. 158p.
- LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2003. 212p.
- _____. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 203 p.
- _____. Ciberultura. São Paulo: Ed. 34, 1999. 264p.
- _____. O que é virtual? São Paulo: Editora 34, 1996.
- MARTINS, F. M. & SILVA, J. M. da. Navegar no século 21. Tecnologias do Imaginário e Ciberultura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
- SANTAELLA, Lúcia. Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2007. 191 p.
- SILVA, Marco. Sala de aula interativa. Rio de Janeiro: Quartet, 2002. 219p.
- SMITH, F. Leitura Significativa. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- TAPSCOTT, D. Geração digital. São Paulo: Makron books, 1999.
- VEEN, Wim; VRAKKING, Bem. Homo zappiens: Educando na era digital. Porto Alegre: Artmed, 2009. 140p.

CARTA DO SEMINÁRIO NACIONAL “FORMAÇÃO DE MEDIADORES DE LEITURA”

Os abaixo assinados escritores, professores, contadores de histórias, bibliotecários, membros de entidades ligadas à promoção da leitura e representantes de vários ministérios, presentes no Seminário Nacional “Formação de Mediadores de Leitura”, realizado em São Paulo de 12 a 13 de março de 2009, discutindo questões relativas à realidade brasileira, achamos por bem encaminhar às autoridades competentes as seguintes considerações:

1. Nas últimas décadas, a questão da leitura como instrumento de desenvolvimento não apenas pessoal, mas econômico e social tornou-se de tal modo evidente que vários países incrementaram estratégias para debelar tanto o analfabetismo quanto o analfabetismo funcional;

2. No Brasil, no mesmo período, foram criados inúmeros programas de promoção da leitura, que têm modificado a vida de milhares de pessoas no campo e nas cidades. A leitura deixou de ser uma preocupação apenas escolar e transformou-se em instrumento de cidadania e inclusão social, sendo um agente eficaz na prevenção ao crime e à miséria;
3. É possível realizar – e já existem – programas de leitura em quartéis, hospitais, presídios e comunidades marginalizadas. Seja entre camponeses, quilombolas ou indígenas e em muitas cidades, é possível institucionalizar o “agente de cultura”, como quem vai topicamente desencadear ações modificadoras em todo o país;
4. Assim como o governo entende que a estabilidade do valor da moeda é uma questão de Estado que transcende os governos passageiros, a leitura é a moeda, é o valor que credencia o indivíduo a ser um cidadão permitindo que o país se desenvolva. Com efeito, na modernidade, não existe nenhum país próspero que não tenha passado pela revolução silenciosa do livro e da leitura. E a leitura, como gesto de comunicação, tornou-se a chave para o ingresso no século 21.

Chegou, por isso, o momento em que essa malha de manifestações existentes requer, pelo seu natural amadurecimento, outra dimensão na sua estratégia e na sua execução. É fundamental e recomendável que, reconhecendo a importância dessa questão, a promoção da leitura deixe de ser apenas uma preocupação do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação para se transformar também numa ação interministerial priorizada pela Presidência da República, com a instituição por lei do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL e a criação do Instituto Nacional do Livro e Leitura.

NOME	ENTIDADE
1. Adriana Ferrari	Sec. Cultura Estado de São Paulo
2. Affonso Romano Sant'Anna	
3. Amanda Leal	
4. Anna Cláudia Ramos	AEI-LIJ
5. Bartolomeu Campos de Queiróz	
6. Benita Prieto	
7. Carlos Alberto Xavier	Assessor/MEC
8. Cleide Soares	Arca das Letras/MDA
9. Cleudene Aragão	
10. Cristiane Parente de Sá Barreto	ANJ – Jornal Educação
11. Eliane Psczcol	Proler
12. Ezequiel Theodoro da Silva	ALB/Unicamp

13. Fabiano Santos Piuba	MinC
14. Francisco Gregório Filho	Cátedra da Leitura/PUCRJ
15. Gabriela Gambi	MinC
16. Georgete Lopes Freitas	CFB
17. Guilherme Flynn Paciornik	Representação MinC/São Paulo
18. Heloísa Buarque de Holanda	
19. Ilcé Cavalcanti	SNBP/BN
20. Isis Valéria	FNLIJ
21. Jason Prado	Leia Brasil
22. Jeferson Assunção	Sec. Mun. Cultura de Canoas/RS
23. João Luiz Ceccantin	Unesp
24. José Castilho Marques Neto	PNLL
25. Jumara Lima	Sec. Educação Atibaia/SP
26. Luciana do Vale	PNLL
27. Lucília Garcez	
28. Marina Colasanti	
29. Moacyr Scliar	
30. Peter O'Sagae	PNLL
31. Regina Pamplona	
32. Rosália Guedes	PNLL
33. Rosângela Rossi	Presidência da República
34. Sigrid Weiss	FEBAB
35. Taiza Mara Rauen Moraes	Univille
36. Tânia Rösing	UPF/PNLL
37. Tatiane Cruz Sousa	Arca das Letras/MDA
38. Telma Teixeira	OEI
39. Zoara Failla	IPL

DECLARAÇÃO

SEMINÁRIO NACIONAL "FORMAÇÃO DE MEDIADORES DE LEITURA"

São Paulo, 12 e 13 de março

Nós, participantes do Seminário Nacional "Formação de Mediadores de Leitura", realizado em São Paulo (capital) nos dias 12 e 13 de março de 2009, solidariamente tecemos ideias, experiências e esforços – entre si e com os Ministérios da Educação (MEC) e da Cultura (MinC) – no sentido de cooperar com o desenvolvimento de iniciativas que, uma vez incorporadas ao PNLL, produzam transformações para melhor junto aos agentes envolvidos com a dinamização da cultura letrada, do livro e da leitura em nosso país.

ENTENDEMOS

- o LIVRO não apenas como um objeto ou artefato de leitura para diferentes propósitos, mas como um ente central no universo da cultura e, por isso mesmo, imprescindível ao exercício da cidadania;
- a LEITURA não apenas como um instrumento ou ferramenta, mas como uma experiência construída pelo sujeito na convivência e nas contínuas interações com o livro e outros suportes da escrita;
- o MEDIADOR ou AGENTE DE LEITURA como aquele indivíduo (profissional ou não) capaz de, pelo testemunho de vida e com conhecimento de causa, planejar situações motivadoras e organizar favoravelmente as circunstâncias do meio cultural para que as pessoas possam adentrar o universo dos livros, da leitura e da literatura e dele participar objetivamente;
- uma POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES DE LEITURA, que tenha como ponto central o livro e leve em conta os indicadores de leitura do atual contexto brasileiro (com profundas contradições e injustiças no que se refere ao acesso aos bens e serviços culturais) como aquela de natureza interministerial máxima, que foque os múltiplos ambientes sociais (família, escola, biblioteca, hospital, presídio, praça, meio rural etc.) e, como aquela, que seja contínua no tempo, sempre presente no passar dos governos, para que possa ser avaliada e incrementada em termos dos seus efeitos junto aos vários segmentos da população.

PROPOMOS QUE

- as estratégias, experiências e metodologias nacionais já consagradas na esfera da formação de professores, orientadores, mediadores e/ou agentes de leitura sejam identificadas, apoiadas e mais pausadamente analisadas pelo PNLL no sentido de produzir uma síntese propositiva que embase as ações governamentais, principalmente aquelas em direção à formação básica e continuada dos responsáveis pela inserção dinâmica e duradoura de outros sujeitos no universo da cultura escrita;
- nos paradigmas de formação de mediadores de leitura, fique explicitamente assentado e proporcionalmente garantido um tempo para que os indivíduos, além de estudar estratégias metodológicas de leitura, possam “ler de verdade” e ter a oportunidade de associar as suas leituras a outros processos culturais;
- a formação de professores-mediadores para atuar na educação escolarizada seja realizada no horizonte de uma cultura didática mais arejada, prazerosa e envolvente, tendo a literatura como carro-chefe e sejam garantidas as condições para a sua usufruição enquanto linguagem e arte;

- a literatura infantil, enquanto artesanato de linguagem e instigadora da fantasia, ganhe estatuto e reconhecimento equivalentes ao da literatura adulta; por isso mesmo, a literatura infantil e os autores que a ela se dedicam devem ser valorizados em todos os contextos socioculturais;
- exista, daqui para a frente, um equilíbrio objetivo – e proporcional – nos investimentos entre os programas de aquisição e distribuição de livros e os programas de formação de mediadores e de instalação, manutenção e/ou incremento de estruturas de apoio para a promoção da leitura. Sem mediação segura, sem agentes bem formados e sem estruturas adequadas, entre as quais a da biblioteca, os livros se perdem e a leitura se pulveriza – a exemplo do que mostram os indicadores sobre o desempenho em leitura e escrita dos estudantes brasileiros e da população em geral;
- a leitura de materiais escritos, principalmente livros de literatura, seja sempre entendida como uma experiência imprescindível e insubstituível na vida e no trabalho dos mediadores de leitura, principalmente os professores e os bibliotecários. Por isso mesmo, deve-se garantir a esses profissionais não apenas condições dignas para a aquisição de livros e a frequência a eventos culturais, como também garantir espaço para que a leitura lhes seja possível durante os seus horários de trabalho, como atividade remunerada e de atualização profissional;
- o PROLER e todos os programas do MAIS CULTURA – MINC recebam o devido investimento e recursos de apoio para que possam atingir os resultados esperados na direção da conquista de uma sociedade democrática e leitora, associando a atual política do livro a uma política consequente de leitura e de usufruição da literatura;
- o MEC, por meio de suas agências de apoio, incentive linhas de pesquisas para a investigação na área da leitura e divulgação dos seus resultados, de modo que as decisões políticas possam ser fundamentadas em orientações de base científica;
- as facilidades da internet sejam devidamente incorporadas às estratégias de incentivo à leitura e escrita, principalmente no que se refere ao trabalho dos mediadores, à amplificação de textos literários e à formação de comunidades de leitores;
- o PNLL, por meio de instrumento jurídico específico, continue a existir e a atuar no tempo, independentemente dos governos eleitos, de modo que ganhe a sua legitimidade e a sua institucionalização como o organismo responsável pela política nacional do livro, da leitura e da literatura no território brasileiro.

São Paulo, 13 de março de 2009.

NOME

ENTIDADE

1. Adriana Ferrari	Sec. Cultura Estado de São Paulo
2. Affonso Romano Sant'Anna	
3. Amanda Leal	
4. Anna Claudia Ramos	AEI-LIJ
5. Bartolomeu Campos de Queiróz	
6. Benita Prieto	
7. Carlos Alberto Xavier	Assessor/MEC
8. Cleide Soares	Arca das Letras/MDA
9. Cleudene Aragão	
10. Cristiane Parente de Sá Barreto	ANJ – Jornal Educação
11. Eliane Pszczol	Proler
12. Ezequiel Theodoro da Silva	ALB/Unicamp
13. Fabiano Santos Piuba	MinC
14. Francisco Gregório Filho	Cátedra da Leitura/PUCRJ
15. Gabriela Gambi	MinC
16. Georgete Lopes Freitas	CFB
17. Guilherme Flynn Paciornik	Representação MinC/São Paulo
18. Heloísa Buarque de Holanda	
19. Ilce Cavalcanti	SNBP/BN
20. Isis Valéria	FNLIJ
21. Jason Prado	Leia Brasil
22. Jeferson Assunção	Sec. Mun. Cultura de Canoas/RS
23. João Luiz Ceccantini	Unesp
24. José Castilho Marques Neto	PNLL
25. Jumara Lima	Sec. Educação Atibaia/SP
26. Luciana do Vale	PNLL
27. Lucília Garcez	
28. Marina Colasanti	
29. Moacyr Scliar	
30. Peter O'Sagae	PNLL
31. Regina Pamplona	
32. Rosália Guedes	PNLL
33. Rosângela Rossi	Presidência da República
34. Sigrid Weiss	FEBAB
35. Taiza Mara Rauen Moraes	Univille
36. Tânia Rösing	UPF/PNLL
37. Tatiane Cruz Sousa	Arca das Letras/MDA
38. Telma Teixeira	OEI
39. Zoara Failla	IPL

Pré-Conferência Setorial de Livro, Leitura e Literatura

Nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2010, reuniram-se em Brasília os delegados de 14 grupos dos setores da área cultural – entre elas a do Livro, Leitura e Literatura – para que cada uma das setoriais levantasse as suas cinco estratégias prioritárias a serem levadas à II Conferência Nacional de Cultura – II CNC, uma para cada eixo da conferência. Essa pré-conferência também ocorreu como consequência das 24 assembleias estaduais realizadas nos meses anteriores e que, além dos temas próprios da II CNC, tiveram como objeto a avaliação dos 3 anos e meio de implantação do PNLL. Nas cinco estratégias foram levantados temas como a legislação; a sustentabilidade de espaços de leitura; a formação de leitores, produtores de texto e mediadores; a promoção de produtores locais e a consolidação do PNLL. Os delegados destacaram também a necessidade de que estados e municípios tenham seus planos para o setor.

Durante a Pré-Conferência, e também nas assembleias estaduais que a precederam, ressaltou-se a unanimidade de aprovação do texto do PNLL e a manutenção de todos os seus eixos, apenas acrescentando-se ênfase em alguns pontos considerados estratégicos pelos delegados e que faz parte da reedição do texto apresentado ao final de 2010. A setorial de Livro, Leitura e Literatura é a única entre os segmentos culturais que já tem um Plano em execução, com aprovação do setor de todas as regiões do país, com aval na CNC, o credenciando como principal elemento de governo para a instituição de uma Política Pública para o setor, de longa duração e supra-governamental

Estratégias levadas à II Conferência Nacional de Cultura

1) Instituir legislação que garanta a continuidade e ampliação de políticas e programas de fomento à leitura e literatura, considerando a diversidade da criação literária das regiões. **(Eixo 1)**

2) Garantir para toda a população urbana e rural, em sua diversidade, a criação, manutenção e a sustentabilidade de bibliotecas públicas, comunitárias, itinerantes e escolares da rede pública e outros espaços de leitura, com quadro de profissionais qualificados que permitam o acesso à leitura literária, científica e informativa, em seus diversos suportes (livros, jornais, revistas, internet, livro acessível, em Braille, audiolivros, equipamentos visuoespaciais etc.), informatizadas, em rede, integradas e dinamizadas por mediadores de leitura. **(Eixo 2)**

3) Promover a formação de leitores, produtores de texto e mediadores de leitura, visando erradicar o analfabetismo funcional e não funcional, elevando o índice de letramento, a sinalização (libras) e Braille, da população, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento de um pensamento crítico que articule produção cultural sustentável, consciência ambiental e preservação das identidades e territórios culturais, favorecendo o patrimônio natural, material e imaterial, condição básica para o exercício pleno da cidadania. **(Eixo 3)**

4) Garantir e promover a produção local (autores, editores, livreiros), compreendendo a preservação desses como prioridade de segurança intelectual e cultural nacionais; ampliando os recursos do FNC que visem principalmente o financiamento de projetos editoriais de relevância, onde o custo do livro facilite o acesso à leitura e ao conhecimento; garantir a difusão, circulação, capacitação e distribuição das produções regionais; estabelecer tabelas especiais para remessa dos livros junto aos Correios (carimbo de apoio cultural dos correios/política pública dos Correios para a redução de tarifas); garantir linhas de créditos acessíveis para a cadeia produtiva do livro (editoras, livrarias e distribuidoras) e para os leitores e também autores independentes; criar leis que regulamentem os mecanismos de comercialização, distribuição e circulação da produção editorial nacional e regional como forma de traduzir a bibliodiversidade e as cadeias produtivas e criativas do livro locais. Garantir como orientação do MinC a exigência de um mínimo de produção local em estoque e em exposição nas livrarias, bem como na composição de acervos das bibliotecas públicas. **(Eixo 4)**

5) Consolidar o PNLL, por meio de mecanismos legais e da garantia dos recursos orçamentários; criar o Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura, e incentivar a implantação de planos e fundos estaduais e municipais, mediados pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Política Cultural, assegurando o controle e a participação social e criando um sistema de condicionamentos e contrapartidas previstas nos demais programas sociais do governo federal para as instâncias responsáveis pela institucionalização das políticas públicas; fortalecimento do sistema nacional de bibliotecas públicas. **(Eixo 5)**

Encontro Nacional de Livro e Leitura

Aconteceu em Brasília, nos dias 18 e 19 de novembro de 2010, o Encontro Nacional de Livro e Leitura, que reuniu cerca de 150 representantes das cadeias produtiva, criativa e mediadora do livro com o objetivo de avaliar as políticas para o setor e formular propostas para o novo governo. No primeiro dia, o MinC e o MEC fizeram um balanço de suas ações notadamente a partir da instituição do PNLL em 2006, e apontaram sugestões e oportunidades para os próximos anos. No dia seguinte, ocorreram paralelamente duas reuniões: a apresentação dos projetos selecionados ao longo das edições do Prêmio Vivaleitura e a reunião da Rede Nacional do Livro Acessível, que discutiu as políticas do MinC voltadas a esse setor. Ao final do encontro redigiu-se um documento com proposições para dar continuidade e superar os desafios da política de livro e leitura para os próximos quatro anos. Estas proposições deverão compor um documento a ser entregue aos Ministros da Cultura e da Educação, e à presidente eleita, Dilma Rouseff.

PROGRAMAÇÃO

DIA 18/11 (quinta-feira)

9h00 às 12h30 – Chegada, acomodação e credenciamento dos participantes (traslado Aeroporto – Hotel Imperial será providenciado pelo MinC)

12h30 às 14h00 – Almoço no Hotel Imperial

14h00 às 17h00 – Balanço das políticas de livro, leitura e literatura do MinC

Local: Auditório do Hotel Imperial

17h00 – 17h30 – Coffee Break e lançamento das publicações da DLLL e PNLL

17h30 – 19h00 – Debate com os participantes: desafios e oportunidades

19h30 – 21h00 – Monólogo LER com Lygia Bojunga

Local: Auditório 2 do Museu da República
(transporte do Hotel Imperial para o Auditório será providenciado pelo MinC)

DIA 19/11 (sexta-feira)

9h00 às 11h00 – Apresentação dos projetos e roda de conversa com os vencedores do Prêmio Vivaleitura de 2006 a 2009: o que mudou com o Prêmio?

Local: Auditório do Hotel Imperial

* reunião paralela

09h00 às 12h30 – Reunião dos dez selecionados do Edital de Fomento à Produção, Difusão e Distribuição de Livros em Formato Acessível (DDI/SPC e DLLL/SAI)

Local: Sala 1 do Hotel Imperial

12h30 às 14h00 – Almoço no Hotel Imperial

14h00 às 17h00 – Definição de perspectivas e desafios para a política de livro e leitura

Local: Auditório do Hotel Imperial

17h00 às 17h30 – Coffee Break

17h30 às 19h00 – Encerramento

Local: Auditório do Hotel Imperial.

Proposições do Encontro Nacional de Livro e Leitura

Brasília, 18 e 19 de novembro de 2010

BIBLIOTECA

Fortalecer o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o Programa Nacional Biblioteca da Escola por meio de acompanhamento, monitoramento, pesquisas, avaliação; ampliação do quadro e formação dos profissionais; integrando os sistemas estaduais e municipais de bibliotecas públicas municipais às redes de bibliotecas escolares, comunitárias, universitárias e de acesso público, com garantias de dotação orçamentária. Fomentar as bibliotecas de acesso público como espaços de cultura dinâmicos, interativos, acessíveis e abertos à comunidade durante toda a semana, desenvolvendo programação cultural e projetos educacionais, com uma sistemática permanente de infraestrutura física, atualização e ampliação de acervos, equipamentos, mobiliários e demais suportes de leitura, garantindo a biodiversidade e a acessibilidade a pessoas com deficiência.

MEDIAÇÃO

Promover a formação de mediadores de leitura para atuação em ambientes

diversos, com ênfase na escola, na biblioteca pública e nas famílias, por meio da formação do professor leitor, da inclusão da mediação de leitura nos currículos de biblioteconomia, licenciaturas e pós-graduação, bem como na formação de mediadores e agentes de leitura para atuação em projetos promovidos pelo poder público e por entidades da sociedade civil.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Institucionalizar a política de livro, leitura e literatura por meio da consolidação do PNLL, da regulamentação da Lei do Livro, da criação do Fundo Pró-Leitura e do Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura, com aprovação pelo Congresso Nacional. Incentivar a implantação de planos e fundos estaduais e municipais de livro e leitura, assegurando a ampla participação social nas suas formulações e execuções, com o envolvimento dos conselhos estaduais e municipais de Educação e de Cultura.

Comprovam-se avanços bastante significativos nos dois projetos cadastrados no PNLL: inúmeros contatos acontecem, estimulando novas pesquisas de universitários que resultam em monografias/dissertações. Várias participações em congressos nacionais/internacionais, destacando-se em Portugal. A visibilidade, por estar num site que incentiva leituras, é um chamativo para grandes conquistas, são muitas histórias de sucesso, a partir de telefonemas, quando vêem os projetos no site. O projeto Braille, escolhido para participar de vídeo mobilizador que estimula a criação de Planos estaduais e municipais, pelo PNLL, deu novo ânimo ao grupo de trabalho que aquece o projeto no dia a dia, com atividades diversificadas. A Família Braille tem muito a comemorar e agradecer, pois foram muitas ações, envolvendo os deficientes visuais, escritores, funcionários e voluntários. Cerca de 25 projetos, muitos no PNLL, pesquisados em novo estudo "Leitura, Cidadania e Transformação Social", já não são mais os mesmos, avanços imensuráveis ocorrem. Nossos agradecimentos à mais sábia iniciativa por leituras: a criação/manutenção viva de um Plano que revoluciona o nosso país.

Dinorá Couto Cançado - Idealizadora/Coordenadora dos projetos.

Projeto :Brincando de Biblioteca

Eixo 2 – Fomento a leitura e formação de mediadores

Luz e autor em Braille

Eixo 1 – Democratização do acesso

Projeto “O Livro e a Leitura nos Planos Estaduais e Municipais”

O Projeto, lançado no Fórum Nacional Mais Livro Mais Leitura nos Estados e Municípios, em outubro de 2009, é uma parceria do PNLL, Ministério da Cultura, Ministério da Educação e o Instituto Pró-Livro, com o objetivo de fomentar e capacitar estados e municípios a construírem seus Planos de Livro e Leitura, uma das metas do PNLL.

Para a concretização deste objetivo, foi elaborado um guia para Implantação de Planos Estaduais e Municipais de Livro e Leitura (PELL e PMLL), um Portal na internet, um curso de Ensino à Distância, e oficinas presenciais de capacitação.

Desde seu lançamento, houve uma grande demanda por parte dos estados e municípios para a implantação dos PELL e PMLL. O projeto foi apresentado em mais de vinte eventos, que resultou em grande mobilização nestas regiões (ver tabela 1).

É pelo Portal Mais Livro Mais Leitura (www.pnll.gov.br) que os interessados podem acessar o guia (arquivo disponível para ser baixado) e cadastrar estados e municípios que queiram aderir ao projeto, participar de fóruns de discussão e do curso a distância para elaboração de Planos Municipais de Livro e Leitura. Cada município pode cadastrar dois gestores (dirigente da Cultura e/ou da Educação e/ou Prefeito) e dois alunos (agentes municipais). Em novembro de 2010, temos três estados cadastrados e 151 municípios de 23 estados do Brasil, com um total de 273 pessoas cadastradas (ver tabela 2).

O curso de Elaboração de Planos Municipais de Livro e Leitura se apresenta em cinco módulos e tem a previsão de duração de dez semanas. Durante o curso, as discussões e trabalhos propostos proporcionam aos alunos que cheguem ao término do mesmo com uma proposição estruturada para o Plano de Livro e Leitura de seu município. Foram quatro turmas iniciadas este ano, de agosto a dezembro, com cerca de vinte alunos em cada.

Dessa forma, o objetivo de envolver os responsáveis para a realização dos Planos Estaduais e Municipais de Livro e Leitura tem sido alcançado.

Tabela 1: Eventos em destaque onde o projeto foi apresentado

TIPO DO ENCONTRO	DATA/LOCAL	PARCEIRO/ ORGANIZADOR	OUTRAS INFORMAÇÕES
Encontro do PROLER em Maceió, durante a Bial do Livro	Novembro de 2009	PROLER e Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e Secretaria da Cultura	Gestores municipais e bibliotecários do Sistema Estadual
I Encontro Regional do livro e leitura no Mato Grosso do Sul – MS em Letras	Bonito, MS, 07 a 09 abril 2010	Secretaria de Estado da Cultura e Secretaria de Estado da Educação do MS	Estadual e intermunicipal Durante a abertura do evento, o governador assinou decreto de criação do Plano estadual de Livro e Leitura e do Grupo de trabalho responsável pela elaboração do Plano
VIII Encontro de Secretários e Dirigentes de Cultura e Educação do Estado do Paraná	Faxinal do Céu, PR, 10 a 12 maio 2010	Secretaria de Estado da Cultura do Paraná	Intermunicipal- Dirigentes e gestores de cultura e de educação O Fórum do Projeto aconteceu no âmbito do Encontro de dirigentes de cultura e educação
II Encontro do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais de Minas Gerais	Belo Horizonte, MG, 17 maio 2010	Secretaria de Cultura do Estado de MG	Estadual - Gestores públicos e bibliotecários do sistema estadual
Audiência Pública na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu, PR, 21 maio 2010	Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.	Municipal- aberto ao público

Fórum do Projeto Mais Livro Mais Leitura	João Pessoa, PB, 23 maio 2010	Subsecretaria de Estado da Cultura da Paraíba	<p>Estadual – gestores públicos de educação e cultura do estado, municípios vizinhos, e iniciativas de fomento à leitura da sociedade civil</p> <p>Ao final do Encontro, o subsecretário de cultura informou a formação do grupo de trabalho para a elaboração do Plano Estadual de Livro e Leitura.</p>
Fórum do Projeto em Alexânia, Goiás	28 maio 2010	Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura do Município	<p>Municipal</p> <p>O município instituiu por decreto grupo de trabalho para elaboração do Plano.</p>
Fórum do Projeto mais livro mais Leitura	Salvador, BA, 02 junho 2010	Secretaria de Estado da Cultura da Bahia e Fundação Pedro Calmon.	<p>Intermunicipal- Secretários e dirigentes municipais de cultura e de educação do Estado da Bahia.</p> <p>Ao final do Encontro as autoridades estaduais anunciaram o início de uma mobilização estadual para a construção do Plano estadual e planos municipais de Livro e Leitura.</p>
Seminário Programa Nacional Biblioteca da Escola	Brasília, 07 a 09 junho 2010	Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - MEC	Nacional- gestores e bibliotecários de bibliotecas escolares
Oficina do Sistema Nacional de Cultura em Araçatuba	Araçatuba, SP, junho 2010	Representação Regional do MinC em São Paulo e Secretaria Municipal de Cultura local.	<p>Intermunicipal</p> <p>O projeto foi apresentado na programação da oficina com o tema: "O Plano Nacional de Cultura, Planos Setoriais e Planos Municipais".</p>
Oficina do Sistema Nacional de Cultura em Osasco.	Osasco, SP, 28 julho 2010	Representação Regional do MinC em São Paulo e Secretaria Municipal de Cultura de Osasco	<p>Intermunicipal</p> <p>O projeto foi apresentado na programação da oficina com o tema: "O Plano Nacional de Cultura, Planos Setoriais e Planos Municipais".</p>

VIII Encontro Local do PROLER e I Fórum de Políticas Públicas do Livro e da Leitura do Sul da Bahia	Ilhéus, 08 setembro 2010	Comissão do PROLER e Universidade Estadual de Santa Cruz	Intermunicipal – agentes da comissão do PROLER, bibliotecários, professores, e dirigentes de cultura e educação dos municípios do sul da Bahia.
I Fórum do Plano Estadual do Livro e Leitura e II Encontro de Bibliotecas Públicas Municipais de Sergipe	23 setembro 2010	Secretaria de Estado da Cultura	Estadual e Intermunicipal
Oficina de Capacitação para Elaboração de Planos Municipais de Livro e Leitura	Uberaba, MG, 26 outubro 2010	PROLER Uberaba e Secretaria Municipal de Educação	Intermunicipal Participação de gestores públicos e membros dos comitês regional do PROLER Vale do Rio Grande
11º Encontro de organizadores de feiras do livro do RS	Porto Alegre, RS, 11 novembro 2010	Câmara Rio-Grandense do Livro.	Intermunicipal Participação de gestores públicos e de outras entidades de 110 municípios
Encontro Nacional do PROLER	Rio de Janeiro, RJ, 24 novembro 2010	PROLER Nacional	Intermunicipal Participação dos coordenadores dos comitês regionais do PROLER de todo o país
Encontro PROLER da Rede Metropolitana do Agreste Alagoano	Arapiraca, AL, 2 a 4 de dezembro 2010	PROLER e Secretaria Municipal da Cultura de Arapiraca	Intermunicipal Participação de professores e gestores municipais da região Metropolitana do Agreste Alagoano
1º Fórum Acreano de Livro, Leitura e Literatura	Rio Branco, AC, 7 a 9 de dezembro 2010	Secretaria de Estado da Cultura e comitê PROLER	Estadual e Intermunicipal Gestores públicos dos municípios e do estado, de educação e de cultura

Tabela2: Estados e respectivos municípios cadastrados no Portal Mais Livro Mais Leitura

UF	No. Municípios	UF	No. Municípios	UF	No. Municípios
AC	1	MA	3	RJ	2
AL	4	MG	22	RN	3
AM	2	MS	11	RS	5
AP	1	MT	1	SC	7
BA	9	PB	3	SE	3
CE	5	PE	5	SP	18
ES	2	PI	2	TO	1
GO	8	PR	33	Total	151

“Nos últimos anos, o PNLL tem mobilizado os mais diversos setores da sociedade visando ampliar as políticas públicas relativas ao livro e à leitura no país. Desde 2006, vários projetos da Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo estão cadastrados no Mapa das Ações do PNLL. Em agosto de 2008, o Projeto Ônibus Biblioteca foi destacado, dentre essas ações publicadas, para compartilhar sua experiência na apresentação de pôsteres digitais, no II Fórum do PNLL, realizado em São Paulo. A partir de então, este serviço ganhou mais visibilidade, pois recebeu inúmeras solicitações de informações e pedidos de implantação de novos roteiros, consolidando a ação sociocultural de levar à população mais carente o acesso ao livro e à leitura. O serviço Ônibus Biblioteca também recebeu o Prêmio Viva Leitura 2008, na Categoria - Bibliotecas Públicas, Privadas e Comunitárias - devido à originalidade do trabalho, os recursos utilizados, a sua pertinência e abrangência, os resultados alcançados e o impacto na construção da cidadania. Esse espaço de divulgação é muito importante, pois valorizou nossos serviços, ampliou nossas conquistas e nos incentiva a avançar cada vez mais.”

Maria Zenita Monteiro - Coordenadora do sistema municipal de bibliotecas
 Projeto: Ônibus Biblioteca
 Eixo 1 – Democratização do acesso

Desde sua constituição e fundação, em outubro de 2009, a Academia de Leitores de Três Pontas buscou orientar-se pelo eixo de fomento à leitura e à formação de mediadores do PNLL. Até que, em 2010, o projeto passou a integrar o Mapa de Ações do mesmo Plano. A Academia de Leitores de Três Pontas trata-se de um projeto de extensão do Curso de Pedagogia da Faculdade Três Pontas, destinado a despertar o interesse de alunos da educação básica pela leitura e produção de textos. Suas atividades enfatizam o ensino da leitura e da produção de texto, habilidades básicas para que crianças, jovens e adultos possam exercer sua condição de cidadãos e tenham acesso democrático à leitura e à escrita. Participam do Projeto alunos do Curso de Pedagogia e 40 estudantes do 5º e 6º ano das escolas municipais que foram selecionados por meio de Concurso Literário e se tornaram acadêmicos mirins. A meta do projeto é que estes estudantes se tornem multiplicadores de leitura: na escola e na comunidade onde vivem, contribuindo com a formação de novos leitores.

Paulo Leandro de Carvalho – Pedagogo

Projeto: Academia de leitores de Três Pontas

Eixo 2 – Fomento à leitura e formação de mediadores

A idéia de formar leitores infantis na zona rural resultou na elaboração do Projeto “Tecendo leitura no sítio: oficinas de leitura literária com crianças da zona rural”, que se constitui em uma experiência que teve a leitura de textos literários como eixo norteador de todas as ações. Pois, no Brasil, grande tem sido a discussão sobre a importância da leitura para a formação de crianças e jovens, fato que, com a criação da Lei do Livro e do PNLL, fez com que, não somente na escola e em casa, as práticas de leituras fossem mais efetivas. Dessa forma, o trabalho em pauta foi desenvolvido com vinte crianças, meninos e meninas, moradoras da zona rural do município de Caxiás-MA, cujo objetivo era propiciar a um universo de crianças carentes o contato com textos literários, através da dinamização de oficinas propiciando o ato de ler, escrever, reescrever, ilustrar, contar histórias, enfim levar o sujeito a interagir com obra literária, vivenciando, momentos de ludicidade, através da interação com esses textos. Com o desenvolvimento desta proposta, observou-se que as crianças da referida localidade adquiriram uma substancial melhoria nas habilidades de leitura.

Profª Marinalva Aguiar Teixeira

Projeto tecendo leitura no sítio: oficinas de leitura literária com crianças da zona rural

Eixo 2 – Fomento à leitura e formação de mediadores



Estande PNL – Bienal São Paulo 2008

O Projeto Viagem pela Literatura, realizado desde 1994 pela Biblioteca Municipal Adolpho Poli Monjardim da Secretaria Municipal de Cultura de Vitória/ES, objetiva incentivar à prática da leitura de forma lúdica, tendo como público alvo, crianças, adolescentes, jovens e adultos.

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) tem oportunizado a divulgação do projeto e proporcionado benefícios para a construção de uma sociedade de leitores mais críticos e participativos no município.

O projeto foi destaque no Mapa de Ações para apresentação em pôsteres digitais no II Fórum do Plano Nacional do Livro e Leitura e I Seminário de Bibliotecas Públicas e Comunitárias, em 2008.

Elizete Terezinha Caser Rocha - Bibliotecária e coordenadora do projeto Viagem pela Literatura

Eixo 2 – Fomento à leitura e formação de mediadores

Plano Nacional do Livro e Leitura



Estande PNLL – Bienal Rio de Janeiro 2009



Seminário Bibliotecas no +Cultura – 2007



II PNLLs Mercosul – Santiago/Chile 2007



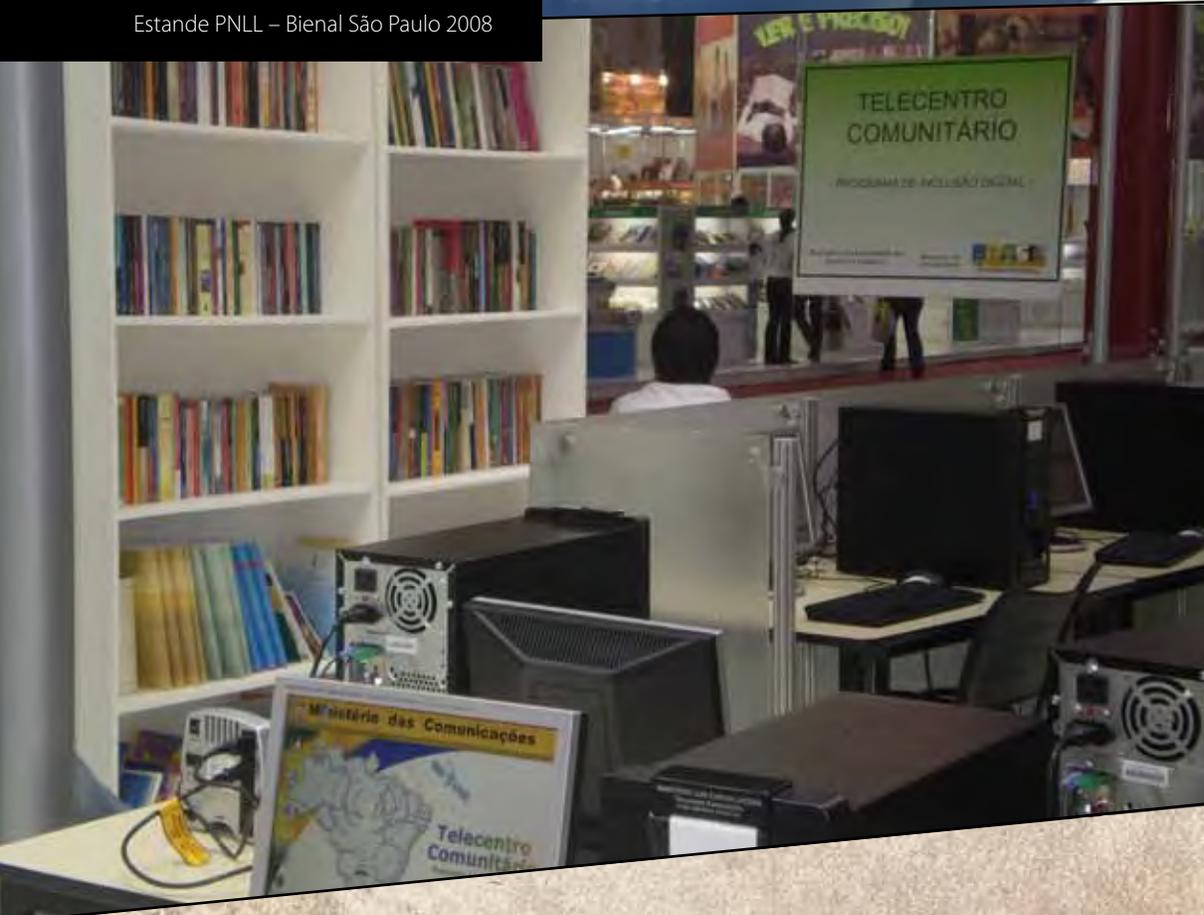
Estande PNLL – Bienal São Paulo 2010



Estande PNLL – Bienal São Paulo 2008



Estande PNLL – Bienal São Paulo 2008





II Fórum do PNLL – 2008





Seminário Mediadores de Leitura – 2009



Estande PNLL – Bienal São Paulo 2010



Seminário Mediadores de Leitura – 2009



Estande PNLL – Bial Rio de Janeiro 2009



II Fórum do PNLL – 2008

Estande PNLL – Biental São Paulo 2010



II Fórum do PNLL – 2008



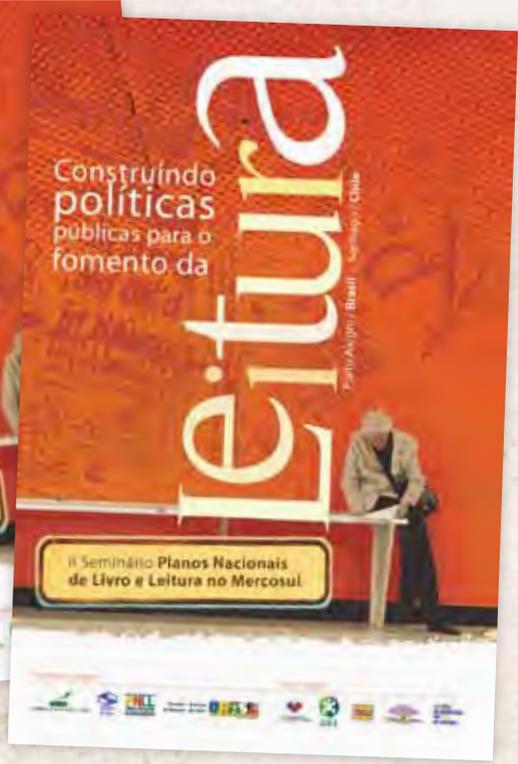
II Fórum do PNLL – 2008

Liberdade pela Escrita é um projeto de leitura que se desenvolve como atividade de extensão universitária, em Presídio Feminino, desde 1996. Pelas atividades que promove - sessões semanais de leitura, de diálogo e de escrita, reunindo gestantes e mães que compartilham o espaço prisional com seus bebês -, o projeto tem se caracterizado como espaço de (re)significação da experiência humana e como oportunidade de ser e estar em coletividade. Cadastrado no PNLL, nos cinco anos que se sucederam ao Prêmio Vivaleitura, passou a ter uma ampla divulgação pela apresentação do trabalho realizado em eventos nacionais e internacionais, como no 1º Fórum Ibero-americano em Literacias, realizado durante a 16ª Conferência Europeia de Leitura. O envolvimento com o trabalho de incentivo à leitura e à escrita tem dado origem à publicação de vários artigos, contribuindo, desta forma, com a produção de um conhecimento que resulta da articulação entre teoria e prática e, mais especificamente, de reflexões sobre o potencial da leitura na humanização do homem humano, no dizer de Guimarães Rosa.

Neiva M. Tebaldi Gomes

Projeto: *Liberdade pela escrita*

Eixo 2 – Fomento à leitura e formação de mediadores



Reunião CSLL: subgrupo Mediadores - 2006



Este livro foi realizado pelo convênio SICONV
nº 704192/2009 – CBL/MinC, e também
contou com o apoio com o apoio do MEC,
do IPL e da Editora Unesp

1ª edição: Dezembro de 2010

Organização

José Castilho Marques Neto

Co-organização

Rosália Guedes
Luciana do Vale

Revisão:

Olívia Frade Zambone

Fotos:

Prêmio Vivaleitura
DLLL / SAI
Chico Gadelha
Arquivo do PNLL

Projeto Gráfico:

Souto Crescimento de Marca

Capa:

Papel supremo 150g

Miolo:

Papel Offset 75g

Impressão:

Gráfica Bandeirantes